

Prognóstico



Região Centro-Sul
80 | 81



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR

Paulo Salim Maluf

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SECRETÁRIO

Guilherme Afif Domingos

Chefe de Gabinete

Edson Pitta Lima

Assessoria Especial

Ruy Miller Paiva

Coordenador da Assessoria Técnica

Claus Floriano Trench de Freitas

Diretor do Instituto de Economia Agrícola

Natanael Miranda dos Anjos

Diretor do Departamento de Cooperativismo

José Barroso Junqueira

Coordenador da Pesquisa Agropecuária

Benedicto Pedro Bastos Cruz

Coordenador da Pesquisa de Recursos Naturais

Francisco José do Nascimento Kronka

Coordenador da Assistência Técnica Integral

Victor André de Argollo Ferrão Netto

Presidente da Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora

Hygino Antonio Baptiston

Presidente da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo

José Pilon

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA



GOVERNO PAULO MALUF

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola



PROGNÓSTICO
REGIÃO CENTRO-SUL
80/81



ISSN 0100 5316

Prog. Reg. Centro-Sul 80/81	São Paulo	v. 7	p. 1-252	1980
-----------------------------	-----------	------	----------	------

AGRADECIMENTOS

Na publicação deste sétimo PROGNÓSTICO DA REGIÃO CENTRO-SUL, do Brasil, o Instituto de Economia Agrícola agradece a participação das Instituições que direta ou indiretamente contribuíram para a sua realização, estreitando ainda mais o intercâmbio entre seus técnicos e pesquisadores, neste trabalho que abrange os dez estados da referida região.

Cabe destacar a contribuição recebida do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura, e das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná (DERAL), Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; do Ministério da Agricultura através de seus órgãos: Sistemas Nacionais de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) dos Estados do Espírito Santo, Goiás e Rio de Janeiro, e Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Estado de Santa Catarina; da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); das Secretarias de Agricultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás; da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; das Empresas de Assistência Técnica do Sistema EMBRATER, dos Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás; da Coordenadoria Regional II da EMBRATER em Mato Grosso do Sul (EMPAER); das Empresas de Pesquisa Agropecuária dos Estados de Minas Gerais (EPAMIG), Rio de Janeiro (PESAGRO-RJ) e Santa Catarina (EMPASC); das Agências Regionais da Comissão de Financiamento da Produção nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais; da Fundação Getúlio Vargas (FGV); do Instituto Brasileiro do Café (IBC); do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); e da Carteira do Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil.

Finalmente, a colaboração do Ministério da Fazenda, através de sua Assessoria Econômica, cujo apoio ao IEA tem permitido a realização contínua deste trabalho.

São Paulo, dezembro de 1980

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 80/81

Índice

AGRADECIMENTOS	3
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO	13
3 - POLÍTICA AGRÍCOLA	33
4 - MERCADO DE FATORES	67
- Trabalho	67
- Terra	75
- Defensivo	84
- Fertilizante	97
- Trator	113
- Semente	124
5 - MERCADO DE PRODUTOS	141
- Algodão	141
- Arroz	146
- Café	153
- Cana-de-açúcar	159
- Feijão	165
- Mandioca	171
- Milho	174
- Oleaginosas: Soja e Amendoim	183
- Tomate	195
- Trigo	201
- Frutas: Laranja, Banana e Outras Frutas	206
- Avicultura	218
- Pecuária de Leite	224
- Pecuária de Corte	227
- Suinocultura	230
6 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA	235

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Corpo Técnico em exercício

Diretor Geral: Natanael Miranda dos Anjos

Assistência Técnica de Acompanhamento e Controle

Antonio Ambrosio Amaro
Afonso Negri Neto
Constantino Carneiro Fraga
Fernando Sebastião Gomes Junior
Oscar José Thomazini Ettori
Paul Frans Bemelmans
Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Persio de Carvalho Junqueira
Samira Aoun
Sebastião Nogueira Junior

Divisão de Comercialização

Diretor: Mauro de Souza Barros

Alfredo Tsunehiro
Ana Maria Futino
Antonio José Braga do Carmo
Célia Regina R.P. Tavares Ferreira
Clotilde Cantos
Domingos Desgualdo Neto
Eloisa Elena Bortoleto (1)
Everton Ramos de Lins (1)
Flávio Condé de Carvalho (1)
Flávio Loureiro Paes Junior
José Luiz T. Marques Vieira
José Roberto da Silva (1)
Lidia Hatue Ueno
Marina Brasil Rocha (1)
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Marisa Zerbetto
Marisilda Nabhan
Michael David Holzacker
Nelson Giulietti
Paulo Augusto Wiesel
Paulo David Criscuolo
Roxana Maria Moraru Topel
Sylvia Regina Hellmeister
Vitoria da Silva Pereira Biller
Waldemar Pires de Camargo Filho
Yuly Ivete Mizaki de Toledo

Divisão de Política e Desenvolvimento

Diretor: Nelson Batista Martin

Alceu de Arruda Veiga Filho
Ana Elisa Brito Garcia
Elcio Umberto Gatti
Gabriel Luiz Seraphico Paixoto da Silva
José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira
José Sebastião de Lima
Luiz Carlos Assef
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Malimíria Norico Otani
Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Elisa Benetton Junqueira
Maria Tanajura Cruz Gimenez
Nelson Kazaki Toyama
Regina Junko Yoshii
Sergio Gomes Vassimon
Sonia Martins Giordano (1)

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Minoru Matsunaga

Alfredo de Almeida Bessa Junior
Arthur Antonio Ghilardi (1)
Cesar Roberto Leite da Silva
Denyse Chabaribery
Eduardo Pires Castanho Filho
Hiroshige Okawa (1)
Ikuyo Kiyuna
José Roberto Viana de Camargo
Maristela Simões do Carmo (1)
Nilda Tereza Cardoso de Mello
Richard Domingues Dulle (1)
Roberto de Assumpção
Selmã de Ataíde do Paço
Sylvia Toledo Arruda (1)
Terciô Ruiz Ruggieri
Valquiria da Silva
Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

Divisão de Levantamento e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan

Abel Ciro Minniti Igreja
Ana Maria Montragio Pires de Camargo
Denise Navas Viani
Elizabeth Alves
Fernando Antonio de Almeida Séver
José Carlos Gomes dos Reis Filho
José Roberto Vicente
Julio Humberto Jimenez Ossio
Laura Olitta de Souza Barros
Luiz Henrique de Oliveira Piva
Manuel Joaquim Martins Falcão
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado (1)
Maria Carlota Meloni
Maria de Fátima Packer
Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi
Maura Maria Demetrio Santiago
Milton Nogueira de Camargo
Rosa Maria Pescarini Pellegrini

Divisão de Apoio à Pesquisa

Diretor: Francisco Alberto Pino

Antônio Augusto Botelho Junqueira
Antonio Roger Mazzei
Celuta Moreira Cesar Machado
Devancyr Aparecido Romão
Ismar Florencio Pereira
Luiz Carlos Miranda
Maria de Lourdes Barros Camargo

Serviço de Biblioteca e Documentação

Diretor: Aguri Sawatani

Fátima Maria Martins Saldanha Faria
Gabriella Menni Ferreri
Maria Luiza Alexandre Peão
Maria Rodrigues
Tita Norma Miki

(1) Realizando programa de pós-graduação ou de aperfeiçoamento.

1 - INTRODUÇÃO

A produção da Região Centro-Sul, relativa à safra 1979/80 recém-finda, apresentou aumento significativo em termos de índices físicos, com acréscimo de 12,7% em relação à precedente, não se constituindo em uma super-safra, como chegou a ser divulgado, mas representou, sem dúvida, uma recuperação significativa em termos dos resultados registrados na década. Para alguns produtos, constituiu-se na colheita recorde do período.

Os melhores índices físicos foram observados nas Regiões Sul (26,6%) e Centro-Oeste (13,4%), ficando a Região Sudeste com a menor taxa (2,0%), em grande parte influenciada pelo mal resultado do café, cujo peso é ponderável nessa região, afetado que fôra pelas geadas de 1979. Assim, pode-se afirmar que, excetuado o comportamento do café, também nos Estados da Região Sudeste o crescimento da produção, em relação ao ano anterior e à média do último quinquênio, teria se aproximado dos melhores índices registrados para os demais.

Contudo, esse desempenho não foi de per si suficiente para evitar importações de alimentos, em virtude, basicamente, de dois fatores: inegável aumento na demanda de alimentos, assim como de matérias-primas, e estoques praticamente nulos ao início da safra.

Em termos do valor bruto da produção, da ordem de 1,0 trilhão de cruzeiros, houve aumento em valor corrente de 100,8%, o que, considerando-se como deflator o índice "2" FGV no período agosto a julho, resulta em ganho real de apenas 2,7%.

Entretanto, as taxas de ganho real são bastante desuniformes entre as regiões e Estados, pois naqueles onde o café e, em menor grau, o algodão são grandemente representativos, as taxas de variação foram negativas. O aumento mais significativo registrou-se em Santa Catarina (25%), seguido por Mato Grosso do Sul (12,6%).

Contribuíram como produtos mais importantes na formação do valor bruto da produção da Região Centro-Sul a carne bovina (15,9%), a soja (11,8%), o milho (9,9%), o café (9,7%), o arroz (8,9%), o leite (7,8%), a cana-de-açúcar (7,7%) e aves e ovos (6,9%).

Dois fatores importantes devem ser considerados na análise da produção: os preços dos insumos adquiridos fora do setor, que evoluíram a taxas mais aceleradas, e o fato de a agricultura encontrar-se descapitalizada pelas frustrações e dificuldades anteriores, permitindo concluir que não houve ganho líquido ou que este foi praticamente desprezível.

Sem dúvida, além das condições climáticas bastante favoráveis, tiveram importante influência no desempenho apontado a prioridade atribuída pelo Governo ao setor agrícola, com substanciada na agilização dos instrumentos de política, citando-se entre outros a ampliação do crédito rural, a melhoria dos preços mínimos, as alterações de tarifas e impostos, bem como as mudanças no PROAGRO.

Para 1980/81, a continuidade da prioridade agrícola ganha novos contornos, com os primeiros levantamentos já indicando ampliação de área plantada, a confirmar a confiança depositada pelos agricultores, o que, entretanto, pode não se traduzir em aumento da produção,

em decorrência do menor emprego de insumos que se vem observando e, evidentemente, das condições climáticas.

Isto posto, passam a ganhar importância crescente as medidas a serem tomadas na comercialização da colheita vindoura que, a par de terem que se harmonizar com interesses de outros segmentos da economia durante um ano que se afigura difícil para a economia brasileira, não deverão se pautar pelo caráter imediatista.

Nesse enfoque, num ano de previsões difíceis devido à indefinição em termos macroeconômicos, que se reflete no planejamento das empresas dos setores secundários e terciário no tocante a salários, preços, crédito, investimentos e nível de emprego, alguns pontos merecem ser lembrados na definição da política agrícola.

Assim, dentre os primeiros, destaca-se o objetivo prioritário de ganhos de eficiência na comercialização agrícola, quer no abastecimento da população, quer nas exportações.

Como corolário, vale citar que a retirada ordenada de subsídio, a elevação de taxas de juros, a maior participação de recursos próprios dos agricultores, os preços de alimentos liberados e a política de exportação estão a exigir planos e ações mais abrangentes e revisão dos instrumentos de política

Sem dúvida, na aplicação de uma política econômica não recessiva, mas austera, a seleção de prioridades e de decisões gerará conflitos de interesses por vezes antagônicos, podendo-se de imediato antever dificuldades para harmonizá-los em termos sócio-econômicos. Como aproveitar a esperada alta nos preços de "comodities" e garantir o abastecimento interno, ou seja, como aumentar as exportações para reduzir déficit comercial ou ceder alguns pontos no combate à inflação; como manter o ritmo de crescimento e evitar o agravamento de problemas sociais ou penalizar o setor rural, capaz de aumentar a oferta de empregos para evitar desemprego maior nos grandes centros urbanos; continuar a expandir a fronteira agrícola ou elevar a produtividade nas regiões tradicionais. Esses, certamente, serão alguns dos temas fundamentais a serem considerados com especial ênfase em 1981, não obstante tratar de problemas de solução a longo prazo.

Há, portanto, que se insistir na prioridade agrícola consubstanciada na agilização ainda maior dos instrumentos de política para o setor em apoio à produção. A continuidade desse esforço governamental, traduzido em incremento da magnitude da safra precedente durante anos sucessivos, poderá contribuir decisivamente para o aumento do PIB e, conseqüentemente, para o desenvolvimento nacional.

2 - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO

2 - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO

As estimativas de custos operacionais de produção para a safra 1980/81 foram elaboradas a partir de dados obtidos junto aos órgãos de pesquisa, extensão e planejamento dos respectivos estados. As informações existentes divergem em termos de critérios adotados para a apropriação dos custos, razão pela qual, de posse dos dados, os itens de custo foram agrupados dentro do conceito de custo operacional adotado pelo IEA. Este engloba os valores de mão-de-obra, operação de máquinas, gastos com sementes e mudas, fertilizantes e corretivos, defensivos, outros (juros de custeio, empreitas, sacaria, etc.) e depreciação de máquinas e implementos.

Cabe observar que os dados fornecidos por alguns estados, como estimativas de custos de produção, para a safra 1980/81, não oferecem elementos que permitam inferir se eles foram projetados de acordo com a época de utilização dos insumos ao longo do processo produtivo, segundo a metodologia adotada pelo IEA, ou não. Portanto, na ausência de maiores informações consideraram-se as estimativas fornecidas pelas entidades como sendo efetivas para a safra 1980/81.

Para os estados em que estas estimativas não eram disponíveis, elas foram calculadas pelo IEA a partir das matrizes de coeficientes técnicos fornecidas pelas instituições. Os preços dos insumos adotados são de várias fontes. Assim, para a mão-de-obra os valores provêm da FGV ou de secretarias estaduais de agricultura/para o ano de 1980. Como critério de estimativa, tomou-se a média entre valor presente acrescido de 20%.

Os preços de fertilizantes são os constantes da tabela CIP nº 146 (16/7/80) a crescidos do valor da mistura (Cr\$1.105,00/t) e do transporte, variável para cada estado.

Os preços dos defensivos foram obtidos a partir da relação de preços pagos pelos agricultores dos respectivos estados, fornecida pela FGV (ago./80), e a eles adicionou-se a elevação de 15%. Quando se dispunha somente do preço posto São Paulo adicionou-se, além deste acréscimo, um percentual de custo de transporte. Sementes têm seus preços segundo valores posto São Paulo ou segundo valores apresentados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A tentativa de normalização dos custos segundo o conceito de custo operacional teve por objetivo possibilitar a comparação do peso relativo dos principais componentes de custo das várias culturas selecionadas dos estados da região Centro-Sul. Espera-se que as comparações evidenciem vantagens no mercado de fatores locais ou que, no caso de culturas comuns às diferentes regiões dos estados do Centro-Sul, revelem a eficiência de determinados processos produtivos em uma dada região.

Em geral, os itens de custo de maior peso relativo referem-se a fertilizantes e corretivos, além de defensivos e operação de máquinas. Fertilizantes e corretivos têm-se a apresentado nos últimos anos como o item de maior peso, dada a própria situação conjuntural de preços no mercado internacional. Também os defensivos, quando utilizados intensamente em culturas como o algodão, têm elevado substancialmente os custos.

Os gastos com operação de máquinas em culturas como trigo e soja nos estados da região Centro-Sul dão uma indicação da importância adquirida pela motomecanização para aquelas culturas. A maior frequência de processos motomecanizados nesta região ressalta a dependência crescente da agricultura em relação aos combustíveis derivados do petróleo.

Quanto aos gastos com sementes, os estímulos dados à produção agrícola induziram um aumento na demanda de sementes, tanto comum como melhorada, provocando alta acentuada nos preços, notadamente para feijão e amendoim.

A mão-de-obra apresenta, de modo geral, participação relativamente reduzida nas estimativas de custo operacional, salvo quando se adota a colheita manual. A maior frequência de cultura motomecanizada tem reduzido a expressão do fator mão-de-obra.

Na comparação dos custos operacionais, safra 1980/81, algumas culturas mostram-se bastante competitivas em relação aos diferentes estados. Assim, o arroz de sequeiro em São Paulo e Goiás apresenta menores estimativas, respectivamente, Cr\$12.042,00 e Cr\$12.698,00 por hectare. O Paraná tem custo unitário de produção mais baixo (Cr\$452,00/sc.), sendo os maiores observados em Santa Catarina e Goiás.

Na cultura do feijão, o menor custo estimado é o do Paraná, tração animal, num montante de Cr\$10.567,00/ha, enquanto que os maiores são os de Santa Catarina (Cr\$24.291,00/ha) e São Paulo (Cr\$21.483,00/ha). Os custos operacionais por saco de feijão, tração motomecanizada e tração animal, para o Paraná, foram os menores observados, de Cr\$872,55/sc. e Cr\$880,63/sc. respectivamente.

O milho, cultivado em todos os estados, tem o custo por área menor no Espírito Santo (Cr\$7.649,00/ha), porém devido ao uso de tecnologia bastante rudimentar, apresenta baixa produtividade de 20sc./ha enquanto nos demais estados esta é superior a 40sc./ha. Santa Catarina tem os menores custos unitários, tanto para tração motomecanizada como animal, de Cr\$224,07/sc. e Cr\$279,38/sc., respectivamente; estes valores estão em função das elevadas produtividades de 70 e 80sc./ha, respectivamente, para as diferentes tecnologias. Não considerando o Estado do Espírito Santo pela tecnologia diferenciada, os custos por unidade de área variam de Cr\$12.710,00/ha no Paraná até Cr\$22.350,00/ha em Santa Catarina. O preço mínimo fixado para este produto, de Cr\$474,00/sc. na safra 1980/81, é bastante favorável face às estimativas apresentadas.

A soja foi a cultura que apresentou maiores diferenças entre os custos por estado. Paraná e São Paulo têm os menores valores, Cr\$12.282,00/ha e Cr\$13.531,00/ha, respectivamente. Rio Grande do Sul apresenta valor de Cr\$15.648,00/ha, Goiás Cr\$17.629,00/ha e Mato Grosso Cr\$20.401,00/ha. Aparentemente, os valores mais elevados para Goiás e Mato Grosso parecem ser justificados pelos fretes diferenciados e mais elevados, dada a distância às fontes dos fatores. Convém ainda notar que, por causa do tipo de solo destas regiões, há necessidade de maiores gastos para a viabilização da produção nos níveis de rendimento estimados. Por outro lado, tomando-se como base de comparação o valor da OCB (Cr\$15.957,72/ha), que procura representar o custo de produção médio em setembro de 1980 para a região Centro-Sul, e como São Paulo e Paraná apresentam valores inferiores a ele, é razoável supor que estes dois estados tenham valores mais elevados.

O algodão nas estimativas de custo é a cultura que apresenta maior uniformidade em

tre estado. Os valores oscilam de Cr\$35.338,00/ha em Goiás a Cr\$43.719,00/ha em São Paulo, contudo, há maior variação entre as estimativas por unidade devido às diferenças entre produções. Na cultura do trigo, não há condição de comparação para o Estado do Paraná, pois os custos são para a safra 1980. Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul apresentam valores estimados para a safra 1981 de Cr\$19.245,80/ha, Cr\$16.340,00/ha e Cr\$15.120,00/ha respectivamente.

Na cana-de-açúcar, as estimativas de custo para São Paulo e Rio de Janeiro são semelhantes, tanto por unidade de produto como por unidade de área.

- Espírito Santo

Os coeficientes técnicos utilizados na estimativa de custo operacional 1980/81 das culturas selecionadas para o Estado do Espírito Santo são da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-ES). Dada a dificuldade de obter informações, os preços considerados provêm de diferentes fontes, havendo preocupação em considerar como alternativa os preços das regiões mais próximas possíveis para suprir as necessidades da atualização. Sendo assim, alguns foram estimados a partir do Boletim Informativo do Sistema Nacional de Informações de Mercado Agrícola (SIMA), outros a partir de dados do IEA e, no caso de sementes, foram tomados da estimativa da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). O valor da mão-de-obra foi fornecido pela CEPA-ES, referindo-se ao mês de junho; considerou-se, portanto, a média entre o valor deste mês e o mesmo valor acrescido de 20%.

As culturas selecionadas foram arroz de sequeiro, feijão e milho, produtos de razoável participação no valor total da produção daquele estado.

Nas estimativas de custo operacional dessas culturas (quadro 1), a participação da mão-de-obra é a mais significativa, atingindo 73% no arroz sequeiro, 56% no feijão e 64% no milho. Isto se explica, principalmente, pelo baixo grau de tecnologia dessas culturas, todas à tração animal sem qualquer uso de adubos e defensivos. Portanto, os outros itens que compõem a estimativa de custo operacional resumem-se a parcelas pouco significativas, a não ser a semente de feijão, que representa 28% do custo operacional de produção.

Os custos por unidade produzida, portanto, ficam em Cr\$544,26 para o arroz de sequeiro, Cr\$1.040,41 para o feijão e Cr\$382,49 para o milho, todos em sacas de 60kg.

- Rio de Janeiro

As estimativas de custo operacional 1980/81 da cultura de arroz irrigado para o Estado do Rio de Janeiro foram baseadas em coeficientes técnicos da EMBRAPA-RJ (Circular 27) e apresentam dois níveis tecnológicos: tração animal (TA) e tração motomecanizada e animal (TMA). Já os coeficientes técnicos para a estimativa de custo operacional da cana-de-açúcar são da Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda. (COPERFLU-RJ), e somente no plantio (cana-nova) apresenta uso de tração motomecanizada e animal, pois na soca e resoca a tração é totalmente motomecanizada.

Os dados de mão-de-obra foram fornecidos pela EMATER-RJ e projetados para que refletissem a safra agrícola de 1980/81. No caso dos defensivos, foram considerados os preços pagos pelos agricultores coletados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em julho, acrescidos de

15%. Para adubos químicos, acresceu-se ao preço CIP em vigor o valor do frete, estimado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) para todo o Centro-Sul.

No arroz irrigado (quadro 2), a participação do item mão-de-obra no custo operacional é de 69% quando cultivado à tração animal, caindo para 62% quando cultivado à tração motomecanizada e animal. A origem dessa diferença está na participação do item operação de máquinas, que é de 4% no arroz irrigado cultivado à tração animal e que se eleva a 10% quando motomecanizado e animal. É interessante observar que a participação da mão-de-obra na estimativa de custo operacional 1979/80 era de 74% no arroz irrigado, tração animal, e 67% no arroz irrigado, tração motomecanizada e animal. Isto pode significar que o preço da mão-de-obra, em relação a outros fatores de produção, subiu menos que proporcionalmente. A produtividade considerada para estimativa de custo operacional de arroz irrigado é fornecida pelo levantamento sistemático da produção agrícola do IBGE de agosto de 1980, e é de 46 sacas de 60kg por hectare. O custo por unidade produzida é de Cr\$538,12 para tração animal e Cr\$546,57 para tração motomecanizada e animal.

Na cana-de-açúcar, o item adubo e corretivo do custo operacional participa com 23% na cana planta, 35% na soca e 38% na ressoca. Apesar de o sistema de produção ser à tração motomecanizada, a participação do item operação de máquinas no custo operacional é pequena, de 6% na cana planta e 3% na soca e ressoca. Isto se explica pelo fato da carpa química, colheita, embarque e transporte da cana-de-açúcar serem realizados por empreita, transferindo estes custos para o item outros, cuja participação no custo operacional da cana-de-açúcar é de 56% na cana planta, 60% na soca e 57% na ressoca. Considerando-se os três cortes da cana-de-açúcar, tem-se uma estimativa de Cr\$535,81 para o custo médio por tonelada produzida (produtividade média de 73,3t/ha).

- Minas Gerais

As estimativas de custo operacional apresentadas para Minas Gerais têm como base informações da Assessoria de Planejamento e Coordenação da Secretaria da Agricultura/CEPA do Estado de Minas Gerais para a safra 1980/81.

As informações obtidas incluem os itens de insumos, preparo do solo/plantio, tratamentos culturais e colheita/transporte, os quais foram agregados nos itens mão-de-obra, semente, adubos e corretivos, defensivos, operação de máquinas e outros. A depreciação está incluída na operação de máquinas. Embora as informações originais não incluam juros bancários, estes foram considerados de acordo com a metodologia de custo operacional adotada pelo IEA, achando-se incluído em outros.

Milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar constituem as culturas anuais de maior expressão em Minas Gerais, cujos custos operacionais encontram-se no quadro 3 juntamente com a composição percentual por item. Constam também as culturas de mandioca, algodão e amendoim, de menor expressão na produção agrícola total.

Os percentuais de participação por item nas estimativas de custo operacional mostram o peso dos insumos modernos relativamente elevados para a maioria das culturas e os de mão-de-obra, relativamente baixos. O item operação de máquinas também apresenta participação relativamente alta na estimativa de custo operacional.

Da análise individual dos produtos destaca-se o elevado gasto com a semente do amendoim que se deve ao seu preço. A cana-de-açúcar continua a apresentar elevado valor para

o item mão-de-obra, correspondendo a 46% do custo operacional para a cana planta e 58% para a cana soca.

O custo operacional do feijão, dados os valores relativamente baixos da diária paga e pelo fato da cultura ser em parte motomecanizada, apresenta baixa participação percentual da mão-de-obra. Nas culturas do arroz de sequeiro e milho, a participação conjunta dos itens adubos/corretivos e operação de máquinas foram de 77% e 75%, o que dá uma indicação da importância destes fatores na produção.

- São Paulo

As estimativas de custo operacional das principais atividades agropecuárias do Estado de São Paulo, publicadas anualmente pelo IEA ⁽¹⁾, são feitas para as regiões mais representativas do produto no Estado, tendo por base de cálculo as matrizes de coeficientes físicos obtidas através de pesquisas de campo.

Para efeito das estimativas da safra 1980/81, os preços dos insumos utilizados foram os vigentes em mai./80, acrescidos de um percentual específico para cada item. Estas projeções foram feitas de acordo com a época de utilização do insumo no processo produtivo. No caso da mão-de-obra o valor foi ponderado segundo as diferenças regionais e as categorias de trabalhadores existentes; a diária então obtida foi projetada baseando-se nas alterações do salário mínimo. Para o cálculo do custo diário de máquinas, levou-se em consideração os itens reparos, depreciação, combustível, lubrificante, graxa, seguro e garagem; aos produtos derivados do petróleo acresceu-se 37,5% sobre os preços vigentes em mai./80. Para os fertilizantes, utilizaram-se os preços tabelados pelo CIP, adicionando-se os valores do processo de mistura e do transporte e acrescentando-se 20% sobre este total. No caso do calcário, considerou-se o preço na fonte acrescido de um custo médio de transporte para cada DIRA. Para sementes e mudas, tomaram-se os preços de venda da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, para o ano agrícola 1979/80 mais de 30%. Nas operações empreitadas, no item outros, estipulou-se um aumento de 50% para as que se referiam à colheita e 30% para as demais. Em defensivos e demais insumos incluídos em outros, tais como sacaria, beneficiamento, juros bancários e seguros, os preços foram projetados com acréscimos da ordem de 30%.

Procedeu-se a uma revisão nas estimativas de jul./80, constatando-se que as projeções, até agora, estão bem próximas à realidade, com exceção do preço da semente de feijão, subestimado e, portanto, corrigido neste trabalho.

Os produtos agrícolas aqui apresentados são aqueles que se destacaram em termos de valor da produção no ano agrícola 1979/80. Em ordem decrescente de importância, tem-se: ca

(1) BESSA JÚNIOR, A. et alii. Estimativa de custo operacional e coeficientes técnicos das principais explorações agropecuárias, Estado de São Paulo, safra 1980/81. Informações Econômicas, 10 (7):17-104, julho 1980;

PROGNÓSTICO 80/81. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1980. 242p.

fê, cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, algodão, feijão, arroz amendoim e trigo.

Analisando-se os diversos itens componentes do custo, constata-se que para as culturas de café, laranja, soja, trigo, milho, feijão das águas e arroz irrigado, os gastos com adubos e corretivos tiveram participações maiores no custo. Para as culturas de algodão, amendoim, arroz de sequeiro e cana-de-açúcar, os gastos com colheita foram os mais onerosos e por ser operação empreitada o componente outros destacou-se dos demais.

Considerando os três cortes da cultura da cana-de-açúcar, nota-se que o custo operacional de plantio foi bem mais dispendioso que os da soca e ressoca, em vista do uso bem maior de adubo e corretivo. O custo operacional na média dos três cortes foi de Cr\$42.655,00 por hectare e Cr\$532,00 por tonelada, para produtividade média de 76,7t/ha (quadro 4).

- Paraná

As estimativas de custo de produção para a safra 1980/81 das principais culturas do Estado do Paraná são do Departamento de Economia Rural (DERAL) e da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-PR). No entanto, os seus valores finais aqui apresentados (quadro 5) não correspondem exatamente aos obtidos por estas entidades, uma vez que os vários itens componentes destas estimativas de custo foram reagrupados e por vezes excluídos, baseando-se na metodologia de custo operacional, adotada pelo IEA.

Em relação à área cultivada, os produtos aqui estudados aparecem na safra 1979/80 entre os principais no Estado do Paraná. A soja ocupa a maior área, seguida pelo milho, trigo, café, feijão, arroz e algodão. A mamona, mandioca e amendoim ocupam lugares menos expressivos entre os produtos selecionados.

O item mão-de-obra tem participação elevada em todas as culturas, variando de 20% no feijão - TM (tração motomecanizada) à 49% no arroz - TA (tração animal), exceto no arroz - TM, soja e trigo, que, por outro lado, apresentam percentual de custo referente à operação de máquinas mais alto que nas demais culturas.

A semente do amendoim pesou sobremaneira no custo de produção desta oleaginosa: 27% - TA (tração animal) e 21% - TMA (tração motomecanizada e animal). O feijão e o trigo apresentam, também, neste item de custo um percentual elevado.

Adubos e corretivos, de um modo geral, têm participação significativa nas culturas analisadas, destacando-se o café com 46%, o arroz - TM com 42% e o milho e trigo com participação de 31%. Os defensivos aparecem com peso considerável no algodão, onde a participação é de 23% para o algodão-TMA e 21% para o algodão-TA.

É importante observar que nas culturas do amendoim e arroz os custos são mais elevados, tanto por área como por unidade de produto, nos sistemas mais tecnificados (TM) de ambas as culturas em relação à tração animal. No feijão, o custo por hectare no sistema de produção mais tecnificado é aproximadamente 70% superior ao mais rudimentar, mas compensado pelo a crêscimo de produtividade, tornando o custo por saco de feijão produzido mais baixo.

O cálculo do custo operacional de café baseou-se nos coeficientes técnicos do DERAL-CEPA-PR e nos preços dos insumos coletados de publicações daquelas entidades e da FGV, com exceção dos custos diários de máquinas e equipamentos que foram calculados pelo IEA.

- Santa Catarina

As estimativas de custo de produção para safra 1980/81 foram calculadas pelo IEA, baseando-se nos coeficientes de utilização de insumos, elaborados pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC). Os preços para a atualização das estimativas foram colhidos parcialmente naquela entidade e os demais nas publicações da Organização das Cooperativas do Brasil e Boletins da FGV (quadro 6). Os preços de defensivos referentes a agosto foram acrescidos de 15%, os de combustíveis de 37,5% (sobre o preço de mai.80) e o custo de mão-de-obra foi projetado baseando-se nas expectativas do aumento do salário mínimo urbano. Os demais insumos permaneceram com seus preço de agosto/setembro, acrescidos dos respectivos fretes.

Os produtos, cujas estimativas de custo são aqui apresentadas, ocupam lugar de destaque, em termos do valor da produção, em Santa Catarina. Em 1979 o milho participou com 16,53% no valor da produção dos produtos de lavoura deste Estado, a soja com 7,29%, o feijão e o arroz em torno de 5%. Devido à inconsistência dos dados, deixou-se de apresentar o custo da soja.

Na cultura do arroz irrigado, os gastos referentes à operação de máquina têm participação de 23% seguido do item outros onde estão computadas as despesas com a operação de trilhagem. Esta operação considerada como empreita aparece também nos custos do feijão das águas e milho - TA, contribuindo para a elevada participação do item outros no custo de produção destas culturas (quadro 6).

Os gastos com adubos e corretivos têm uma participação significativa no feijão das águas (35%) e milho (44% tração motomecanizada e animal e 31% na animal). A mão-de-obra é o segundo item em termos de participação para o feijão (30%).

As estimativas de produtividade apresentadas no quadro 6 revelam certamente o desempenho de cada cultura em condições ideais, uma vez que os rendimentos esperados para a safra 1980/81, segundo a Secretaria de Agricultura e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-SC), estão abaixo daqueles aqui apresentados. A previsão para o arroz irrigado é de 57 sacos, para o milho de 43 sacos, e para o feijão de 15 sacos e, desde que estas se concretizem, o custo por unidade produzida, em consequência, se elevará.

- Rio Grande do Sul

As estimativas de custo operacional por hectare das culturas do Estado do Rio Grande do Sul provêm da atualização de valores dos coeficientes de produção publicados no Prognóstico Região Centro-Sul 78/79.

O valor da mão-de-obra, diferenciada em comum e tratorista, tem por referência valores da FGV para agosto. Dada a expectativa de elevação futura, o cálculo se refere à média entre o valor presente e um futuro (atual acrescido de 20%). Quanto a máquinas e equipamentos, os custos diários são aqueles calculados pelo IEA, nas estimativas de custo operacional da safra 1980/81.

Para insumos em geral, obedecem-se os seguintes critérios para apropriação dos valores estimativos: em semente, o valor constante dos cálculos de VBC da safra 1980/81 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); em fertilizantes, os preços constantes da relação CIP, acrescidos do valor da mistura e do transporte; e, em defensivos, os valores atuais acrescidos

de 15% e do transporte.

A produtividade média considerada para o arroz irrigado foi de 70,0sc.50kg/ha para a soja de 30,0sc.60kg/ha, trigo 20,0sc.60kg/ha e milho 54,0sc.60kg/ha. Os custos operacionais estimados para a safra 1980/81, segundo critérios acima considerados, foram de Cr\$28.771,91, Cr\$15.648,33, Cr\$19.245,80 e Cr\$17.738,53 por hectare, respectivamente, para as culturas de arroz irrigado, soja e trigo motomecanizadas e milho tração animal. Os custos por unidade produzida atingem valores de Cr\$441,02/saco para o arroz irrigado, Cr\$521,61/saco para a soja, Cr\$962,29/saco para o trigo e Cr\$328,49/saco para o milho (quadro 7).

No arroz irrigado, o item de maior peso relativo no custo operacional é o de máquinas e implementos com 27%, seguindo-se mão-de-obra com 21%, outros com 17% e fertilizante e corretivo com 16%. O item outros engloba sacaria vazia e juros de custeio. Para a soja, como cultura de alto uso de insumos modernos, o item fertilizantes e corretivos participa com 42% do custo operacional, vindo em seguida defensivo com 17%. Máquinas e equipamentos participam com 15%, enquanto a mão-de-obra representa somente 3% devido à alta participação das máquinas no processo produtivo, onde praticamente todas as operações são mecanizadas e a mão-de-obra, no caso, é representada pelos dias de serviço do tratorista. No trigo o principal item de custo também é representado pelo fertilizante e corretivo com 54%, e semelhante à soja, a participação da mão-de-obra é baixa (3%). No milho, a maior participação se refere à mão-de-obra (40%) pelo fato do cultivo ser à tração animal; o segundo item de importância é o fertilizante e corretivo com 33%, enquanto que defensivo somente participa com 1% (quadro 7).

Regra geral para as culturas consideradas, o maior percentual se refere ao item de fertilizantes e corretivos, reflexos das elevações substanciais nos preços deste fator, nos últimos tempos. Por outro lado, em culturas tipo arroz irrigado, observa-se uma distribuição mais equitativa dos itens componentes do custo, enquanto que na cultura do milho tração animal a mão-de-obra tem peso significativo na composição do custo operacional.

- Goiás

Os dados provenientes da CEPA-Goiás permitiram estimar os custos de produção das culturas apresentadas no quadro 8. Como os dados se referem a mai./79, as estimativas aqui apresentadas foram determinadas pelos coeficientes técnicos existentes no citado trabalho, agregando-se valores a estes coeficientes. Os preços dos fatores e insumos são aqueles constantes para São Paulo, estimados para a safra 1980/81, publicados em Informações Econômicas de julho de 1980.

O valor da mão-de-obra foi levantado junto às unidades da Secretaria da Agricultura Estadual. O valor refere-se à média entre o de agosto e este com a elevação de 20%. Os custos diários de operação de máquinas e implementos são aqueles utilizados para São Paulo. Insumos em geral, como fertilizantes e defensivos, obedecem valores tabelados por resolução CIP, acrescidos do valor de mistura e transporte; defensivos têm acréscimo de 15%, segundo estimativas de evolução aos seus preços, além do valor de transporte.

A cultura de algodão apresenta estimativa de custo operacional de Cr\$35.338,55/ha para produtividade de 127 arrobas/ha ou de Cr\$278,25/arroba. O arroz de sequeiro, para produtividade de 24sc.50kg/ha, apresenta valor de Cr\$12.698,57/ha e Cr\$529,10/saco. Feijão, milho e soja, todos em cultivo tecnificado, apresentam custos por hectare de Cr\$15.933,07, Cr\$14.997,12 e Cr\$17.629,27, respectivamente. Em valores unitários de produção os custos es

timados são de Cr\$885,17 para o feijão, Cr\$357,07 para o milho e Cr\$587,64 para a soja (quadro 8).

O item de maior peso relativo nos custos operacionais das culturas apresentadas é o de fertilizante e corretivo, vindo em seqüência o de máquinas e implementos. Como exceção, tem-se o algodão, onde outros é o item de maior peso, dada a empreita de colheita englobada neste item.

Na cultura do feijão, o item semente é o segundo em importância, participando com 17%, enquanto, na soja, defensivos e máquinas têm a mesma participação no custo (17%).

- Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Os produtos aqui apresentados foram selecionados com base na participação apresentada no valor bruto da produção agropecuária destes estados.

Para a estimativa do custo operacional das culturas do algodão e trigo, utilizaram-se os dados de coeficientes técnicos de estudos realizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER-MT), antes da separação dos estados.

Os preços de sementes e mão-de-obra para a cultura do trigo foram coletados na Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER-MS), e para a de algodão na EMATER-MT. A média entre o preço atual da mão-de-obra e o mesmo preço acrescido em 20% foi utilizada como o valor da mão-de-obra. Com este procedimento espera-se refletir a elevação do salário durante a safra agrícola.

Os custos diários de máquinas e equipamentos são os de São Paulo. No caso dos defensivos, utilizou-se o valor atual acrescido de 15% mais o frete nos cálculos das estimativas. Para o fertilizante, foi adotado o preço CIP mais o valor referente ao processo de mistura e transporte. As operações realizadas na forma de empreita tiveram como estimativa o valor pago no ano agrícola passado acrescido de 30%.

Para as culturas de arroz de sequeiro e soja, devido à existência de estimativas de custo para 1980/81 realizadas pela Secretaria da Agricultura do Mato Grosso, os dados foram apenas reagrupados, segundo a metodologia de custo operacional do IEA.

Na cultura do algodão à tração animal, destaca-se a participação da mão-de-obra na estimativa de custo (68%), pois a colheita manual absorve a maior parte deste fator. As culturas do arroz, soja e trigo utilizam tração motomecanizada na execução de quase todas as operações. Caracterizam-se também pelo uso de insumos modernos, cabendo mencionar que na cultura da soja o calcário e o fósforo são aplicados no solo de cerrado como investimento. A somatória dos itens máquinas, defensivos e fertilizantes, para as culturas do algodão, arroz, soja e trigo, são de, respectivamente, 11%, 76%, 76% e 63%, destacando-se o contraste do algodão em relação às outras (quadro 9).

O custo por unidade para as culturas do algodão, arroz, soja e trigo são, respectivamente, Cr\$234,59/arroba, Cr\$660,56, Cr\$685,33, Cr\$756,01, sendo os três últimos em saco de 60kg (quadro 9).

(IEA, 27/10/1980)

QUADRO 1. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Seleccionadas, Estado do Espírito Santo, 1980/81

Cultura (1)	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (2)		Outros (3)		Depreciação (4)		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%			Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Arroz de sequeiro TA	25,0sc.60kg	9.982,50	73	866,52	6	-	-	283,03	2	2.289,40	17	185,05	2	13.606,50	544,26
Feijão TA	8,5sc.60kg	4.950,00	56	2.452,50	28	-	-	405,78	4	797,30	9	237,93	3	8.843,51	1.040,41
Milho TA	20,0sc.60kg	4.950,00	64	384,00	5	-	-	967,77	13	1.206,24	16	141,78	2	7.649,79	382,49

(1) TA = Tração animal.

(2) Inclui reparos de máquinas, combustível e lubrificantes e tração animal.

(3) Inclui sacaria e juros bancários.

(4) De máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Calculado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) com base nos coeficientes técnicos da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/ES).

QUADRO 2. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Seleccionadas, Estado do Rio de Janeiro, 1980/81

Cultura (1)	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo ou corretivo		Defensivo e herbicida		Operação de máquinas(2)		Outros (3)		Deprecia ção (4)		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Arroz irrigado TA	46sc.60kg	16.995,00	69	2.080,00	8	-	-	-	-	973,80	4	4.171,28	17	533,36	2	24.753,44	538,12
Arroz irrigado TMA	46sc.60kg	15.675,00	62	2.080,00	9	-	-	-	-	2.593,11	10	4.199,72	17	594,47	2	25.142,30	546,57
Cana-de-açúcar, planta, TMA	90t	1.237,50	2	6.210,00	11	12.132,00	23	341,20	1	3.248,76	6	29.668,64	56	548,99	1	53.387,09	593,19
Cana-de-açúcar, soca, TM	70t	330,00	1	-	-	12.132,00	35	-	-	979,96	3	20.580,29	60	175,79	1	34.198,04	488,54
Cana-de-açúcar, ressoca, TM	60t	330,00	1	-	-	12.132,00	38	-	-	980,17	3	17.924,01	57	175,79	1	31.541,97	525,70

(1) TA = tração animal, TMA = tração motomecanizada e animal e TM = tração motomecanizada.

(2) Inclui reparos de máquinas, combustível e lubrificantes e tração animal.

(3) Inclui sacaria e juros bancários. No caso da cana-de-açúcar, inclui-se carpa química, corte e embarque e transporte que são feitos por empreita.

(4) De máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/RJ), Circular 27, para o arroz irrigado. No caso da cana-de-açúcar, os coeficientes técnicos são da Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda. (COPERFLU-RJ).

QUADRO 3. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado de Minas Gerais, 1980/81

Cultura (1)	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de máquinas (2)		Outros		Depreciação (3)		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Algodão TM	120 @ 15kg	4.907,00	13	540,00	1	7.272,00	19	13.467,00	36	8.137,00	21	3.615,00	10(4)	37.938,00	316,15
Amendoim TM	64sc.25kg	2.227,00	10	9.000,00	45	2.281,00	11	524,00	3	4.812,00	24	1.376,00	7(4)	20.220,00	315,94
Arroz de sequeiro TM	25sc.60kg	1.062,00	7	1.200,00	8	4.690,00	31	140,00	1	7.157,00	46	1.021,00	7(4)	15.270,00	610,80
Cana-de-açúcar, planta, TMA	60t	14.782,00	46	6.000,00	19	5.070,00	16	105,00	-	3.197,00	10	2.860,00	9(5)	32.014,00	533,57
Cana-de-açúcar, soca, TA	38t	11.640,00	58	-	-	5.120,00	25	-	-	720,00	4	2.641,00	13(5)	20.121,00	529,50
Feijão TM	15sc.60kg	2.521,00	16	3.000,00	19	4.135,00	26	-	-	5.528,00	35	727,00	5(4)	15.911,00	1.060,73
Milho TM	41sc.60kg	2.550,00	15	416,00	2	6.317,00	38	106,00	1	6.250,00	37	1.100,00	7(4)	16.739,00	408,27
Mandioca TM	20t	3.590,00	14	4.550,00	17	3.771,00	14	854,00	3	5.590,00	21	7.838,00	31(5)	26.193,00	1.309,65

(1) TA = tração animal, TMA = tração motomecanizada e animal, TM = tração motomecanizada.

(2) Estão incluídos reparos de máquinas, combustível, lubrificantes e depreciação.

(3) O item depreciação está incluído no de operação de máquinas.

(4) Juros bancários.

(5) Empreita e juros bancários.

Fonte: Estimado com base nas informações da Assessoria de Planejamento e Coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura/Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Minas Gerais.

QUADRO 4. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas do Estado de São Paulo, Safra 1980/81

Cultura (1)	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de máquinas		Outros(2)		Depreciação (3)		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Algodão TM	118 @ 15kg	4.340	10	366	1	8.916	20	7.622	17	4.038	9	17.444	41	993	2	43.719	371
Amendoim das águas TM	86sc.25kg	2.939	8	6.178	18	4.110	12	1.984	6	5.619	16	12.933	36	1.317	4	35.080	408
Arroz de sequeiro TM	20sc.60kg	1.516	13	385	3	2.236	19	76	1	3.548	29	3.438	28	843	7	12.042	602
Arroz irrigado TM	39sc.60kg	2.882	13	1.404	6	4.366	20	4.198	19	4.338	20	3.859	17	1.057	5	22.104	567
Feijão das águas TMA	16sc.60kg	4.629	22	2.553	12	6.023	28	3.041	14	3.166	15	1.375	6	696	3	21.483	1.343
Milho TM	41sc.60kg	2.489	15	239	1	5.706	35	-	-	4.481	28	2.690	17	651	4	16.256	396
Soja TM	35sc.60kg	902	7	983	7	5.484	40	2.121	16	2.718	20	647	5	676	5	13.531	387
Trigo TM	19sc.60kg	567	3	1.856	11	5.522	34	3.835	24	3.018	19	808	5	734	4	16.340	860
Cana-de-açúcar, planta, TM	96t	5.436	8	7.440	10	16.698	24	3.930	5	15.522	22	18.177	26	3.576	5	70.879	738
Cana-de-açúcar, soca, TM	74t	3.349	11	-	-	5.634	19	2.494	8	6.653	23	9.643	33	1.785	6	29.558	399
Cana-de-açúcar, ressorca, TM	60t	2.814	10	-	-	6.023	22	2.649	10	6.387	23	8.064	29	1.622	6	27.559	459
Laranja em produção TM	400cx.	7.485	18	-	-	10.329	24	11.319	26	4.658	11	3.430	8	5.367	13	42.588	106
Café em produção TMA	12sc.60kg	19.429	30	-	-	23.826	36	9.155	14	5.611	9	6.018	9	1.048	2	65.087	5.424

(1) TMA = tração motomecanizada e animal e TM = tração motomecanizada.

(2) Sacaria, beneficiamento, juros bancários, seguros e colheita por empreita (algodão, amendoim, arroz e cana-de-açúcar).

(3) De máquinas e animais.

QUADRO 5. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado do Paraná, 1980/81

Cultura (1)	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo e corretivo		Defensivo e herbicida		Operação de máquinas		Outros (2)		Depreciação (3)		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Algodão TMA	110 @ 15kg	12.740,40	35	1.633,45	4	3.646,35	10	8.426,50	23	5.512,78	15	3.197,76	9	1.683,59	5	36.840,83	334,91
Algodão TM	130 @ 15kg	13.165,40	50	1.633,45	4	5.021,55	12	9.216,50	21	7.325,06	17	4.881,82	11	2.020,44	5	43.264,22	332,80
Amendoim TA	80sc.25kg	5.050,00	25	5.400,00	27	3.942,00	20	2.169,00	11	1.411,40	7	1.460,04	7	646,65	3	20.079,09	250,99
Amendoim TMA	96sc.25kg	4.414,40	17	5.400,00	21	5.310,00	21	2.959,00	12	4.379,53	17	1.823,62	7	1.372,27	5	25.658,82	267,28
Arroz TA	17,5sc.60kg	3.475,00	49	360,00	5	1.889,00	27	-	-	342,50	5	578,93	8	456,56	6	7.101,99	405,83
Arroz TM	30sc.60kg	1.289,50	10	640,00	5	5.667,00	42	390,00	13	3.098,40	23	1.122,98	8	1.354,34	10	13.562,22	452,07
Cafê em produção TM	13sc.60kg	11.500,00	26	-	-	20.220,00	46	3.107,76	7	5.468,20	13	2.860,82	7	465,32	1	43.622,10	3.355,55
Feijão TA	12sc.60kg	4.200,00	40	1.500,00	14	2.455,70	23	240,00	2	706,78	7	727,54	7	737,65	7	10.567,67	880,64
Feijão TM	20sc.60kg	3.438,40	20	2.640,00	15	3.830,90	22	1.099,00	6	3.639,04	22	1.252,95	7	1.550,88	9	17.451,17	872,56
Mamona TM	33sc.60kg	5.437,50	42	340,00	3	2.833,50	22	527,00	4	1.980,22	15	1.209,10	9	613,46	5	12.940,78	392,14
Mandioca TM	20t	8.075,00	48	1.200,00	7	-	-	1.754,00	11	1.969,12	12	3.058,60	18	600,06	4	16.656,78	832,84
Milho TMA	35sc.60kg	4.615,00	42	504,00	4	3.546,60	31	375,00	3	626,65	6	1.065,88	9	605,87	5	11.339,00	323,97
Milho TM	40sc.60kg	3.043,60	24	504,00	4	4.082,10	32	375,00	3	2.549,74	20	1.257,03	10	899,05	7	12.710,52	317,76
Soja TM	28sc.60kg	1.303,00	11	1.500,00	12	3.420,60	27	1.556,50	13	2.657,89	22	1.064,65	9	779,98	6	12.282,62	438,65
Trigo TM (safra 1980)	22sc.60kg	828,35	06	1.950,00	14	4.302,96	31	2.047,63	15	2.620,84	19	1.201,62	9	839,49	6	13.790,89	626,86

(1) TA = tração animal, TMA = tração motomecanizada e animal e TM = tração motomecanizada.

(2) Estão incluídos juros bancários e outras despesas variáveis.

(3) De máquinas e animais.

Fonte: Departamento de Economia Rural - DERAL e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA/PR.

QUADRO 6. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado de Santa Catarina, 1980/81

Cultura (1)	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo corretivo		Defensivo e herbicida		Operação de máquinas		Outros (2)		Depreciação (3)		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Arroz irrigado TMA	61sc.60kg	4.740,76	12	2.400,00	6	7.105,50	17	5.146,92	13	9.610,92	23	8.779,90	22	2.514,30	6	40.298,30	660,63
Feijão das águas TA	21sc.60kg	7.190,40	30	2.180,00	9	8.629,56	35	709,83	3	1.178,87	5	3.762,05	15	640,35	3	24.291,06	1.156,72
Milho TMA	70sc.60kg	2.050,90	13	460,80	3	6.943,38	44	105,67	1	1.913,30	12	3.755,00	24	455,58	3	15.684,63	224,07
Milho TA	80sc.60kg	4.729,40	21	460,80	2	6.936,28	31	105,67	1	655,37	3	9.050,33	40	412,70	2	22.350,55	279,38

(1) TA = tração animal e TMA = tração motomecanizada e animal.

(2) Estão incluídos: juros bancários, sacaria e empreitas.

(3) De máquinas e animais.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC).

QUADRO 7. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado do Rio Grande do Sul, 1980/81

Cultura ⁽¹⁾	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de máquinas		Outros ⁽²⁾		Depreciação ⁽³⁾		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Arroz irrigado TM	70sc.50kg	6.043,98	21	3.480,00	12	4.628,56	16	728,83	2	7.491,64	27	4.774,68	17	1.624,22	5	28.771,91	411,03
Soja TM	30sc.50kg	534,99	3	1.443,00	9	6.487,38	42	2.597,62	17	2.351,65	15	1.579,72	10	653,97	4	15.648,33	521,61
Trigo TM	20sc.60kg	522,07	3	1.543,50	8	10.422,61	54	2.417,64	13	2.370,66	12	1.392,80	7	576,52	3	19.245,80	962,29
Milho TA	54sc.60kg	7.230,69	40	307,20	2	5.862,42	33	201,78	1	730,41	4	2.934,72	17	471,31	3	17.738,53	328,49

⁽¹⁾ TA = tração animal e TM = tração motomecanizada.

⁽²⁾ Item outros inclui juros de custeio e sacaria.

⁽³⁾ De máquinas e animais.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja Ltda. (FECOTRIGO) e Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário (PII/RS).

QUADRO 8. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Selecionadas, Estado de Goiás, 1980/81

Cultura	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de máquinas		Outros (1)		Depreciação		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr%	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Algodão-tecnificado	127 @ 15kg	3.941,57	11	1.368,00	4	6.316,85	18	3.551,40	10	4.990,95	14	14.432,20	41	737,58	2	35.338,55	278,25
Arroz de sequeiro-tecnificado	24sc.50kg	1.769,07	14	842,45	7	5.463,38	42	26,77	0	2.413,25	19	1.609,60	13	574,05	5	12.698,57	529,10
Feijão-tecnificado	18sc.60kg	2.363,07	15	2.725,00	17	5.925,08	38	996,77	6	2.071,29	13	1.338,50	8	513,36	3	15.933,07	885,17
Milho-tecnificado	42sc.60kg	1.358,77	9	512,00	3	7.039,32	47	24,53	0	3.012,62	20	2.365,32	16	684,56	5	14.997,12	357,07
Soja-tecnificado	30sc.60kg	2.459,32	14	1.295,00	7	5.042,34	29	3.102,40	17	2.992,54	17	2.031,75	12	705,92	4	17.629,27	587,64

(1) Inclui juros de custeio, sacaria, sendo que no algodão também está incluída a colheita por empreita.

Fonte: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/GO).

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Selecionadas, Estado de Mato Grosso, Safra 1980/81

Cultura ⁽¹⁾	Produtividade por hectare	Mão-de-obra		Semente		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de máquinas ⁽²⁾		Outros ⁽³⁾		Depreciação		Custo operacional	
		Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$/ha	Cr\$/unid.
Algodão TA	80 @ 15kg	12.790,70	68	500,00	3	-	-	1.135,08	6	978,89	5	2.757,90	15	604,87	3	18.767,44	234,59
Arroz de sequeiro TM	25sc.60kg	195,00	1	1.500,00	9	5.409,00	23	3.410,00	21	3.559,00	22	2.305,00	14	16.378,00	655,12
Soja TM	30sc.60kg	-	-	2.400,00	11	7.588,00	37	3.719,00	18	4.116,00	21	2.578,28	13	20.401,28	680,04
Trigo TM ⁽⁴⁾	20sc.60kg	423,91	3	3.645,00	24	6.022,92	40	1.423,76	9	2.132,19	14	971,85	7	500,64	3	15.120,27	756,01

⁽¹⁾ TA = tração animal e TM = tração motomecanizada.

⁽²⁾ Para as culturas do arroz e soja o tratorista está incluído na operação de máquina, e na segunda cultura está incluída ainda a mão-de-obra comum.

⁽³⁾ Outros: para as culturas do algodão, arroz, soja e trigo estão incluídos juros de custeio e sacaria. No trigo estão incluídos transporte e secagem.

⁽⁴⁾ Dados referentes a Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados básicos da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER-MS) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER-MT).

3 - POLÍTICA AGRÍCOLA

No contexto do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil a partir da década dos sessenta, já na segunda metade da década seguinte o País voltou a se defrontar com novos e antigos problemas típicos de uma economia periférica em desenvolvimento, tais como: dependência tecnológica, agravamento da dependência energética, existência de uma inflação crônica e crescente, desenvolvimento industrial viciado do tipo capital intensivo e agravamento da dívida externa, devido, em parte, à crise do petróleo e, em parte, aos elevados investimentos governamentais dirigidos à aceleração do crescimento das empresas estatais. Esta situação levou o País a se defrontar com agudos desequilíbrios no balanço de pagamentos a partir de 1974. A esses problemas deve-se acrescentar o comportamento irregular do desempenho da agricultura após 1975, principalmente nas safras de 1977/78 e 1978/79, que reduziu a oferta interna de alimentos, forçando dispêndios de divisas com importações para atender ao mercado interno, a fim de atenuar o custo da alimentação para os consumidores.

Dada esta situação e as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para elevar o nível de endividamento externo, o Governo Federal determinou como setores prioritários, a partir de 1979, a agricultura, energia e exportações, ao mesmo tempo em que assumiu a necessidade de a economia brasileira crescer pelo menos 5% a 6% a.a, a fim de elevar o nível de emprego agregado, e melhorar o bem-estar da população. A prioridade agrícola pressupõe que o setor deverá dar uma maior contribuição na oferta interna de alimentos, nas exportações de produtos primários e na produção de energia substitutiva de petróleo, a partir de biomassa vegetal. Para tanto, foram agilizados os instrumentos tradicionais de política agrícola, tais como o crédito rural, preços mínimos, tarifas e impostos, aliados a mudanças no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e a uma maior rigidez no controle de preços dos insumos agrícolas, objetivando assim uma ampla expansão da agricultura no curto prazo, que se consubstanciou nas metas para o ano agrícola de 1979/80.

Essa política, apesar dos objetivos conflitantes que apresentava em função de competição dos recursos escassos para crescer, no curto prazo, entre os setores de alimentos, energia e exportação, obteve bons resultados, que, em parte, foram devidos às boas condições climáticas verificadas no período de desenvolvimento das culturas, recuperando parcialmente a tendência dos níveis de produção agrícola. Assim, as estimativas obtidas pelo IBGE até junho indicam crescimento da oferta da ordem de 15% para as lavouras e em torno de 4% para a produção animal, resultando em crescimento da agropecuária da ordem de 12%, no ano agrícola 1979/80. Esse crescimento, sem dúvida, foi o maior nos últimos 15 anos, apesar da seca que afetou a agricultura nordestina no presente ano agrícola ⁽²⁾. Segundo o IBGE, os produtos que a nível nacional

⁽²⁾ RETROSPECTIVA DA AGROPECUÁRIA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1980. 1º semestre, 47p.

tiveram maiores aumentos de produção foram os seguintes: algodão, amendoim, arroz, milho e soja. Analisando-se a produção de alimentos per capita, observa-se redução no caso do arroz, que de 83,6kg em 1976 caiu para 63,4kg em 1979, devendo-se recuperar em 1980 atingindo 80,0kg; níveis decrescentes de produção per capita, para o feijão, que de 21,3kg em 1975 caiu para 18,4kg em 1980; queda na produção de mandioca, que de 243,8kg em 1975 caiu para 205,9kg em 1980; e, no caso do milho em grão, a produção per capita, que era de 170,1kg em 1977, caiu nos anos seguintes, recuperando-se parcialmente em 1980, quando atingiu 168,1kg. Esses dados dão um quadro da atual situação de desequilíbrio entre as necessidades da população e os bens disponíveis do subsetor agrícola de alimentação no Brasil, nos últimos anos, que necessita de uma reorganização, a fim de se melhorar o padrão alimentar das populações, principalmente de baixa renda. Neste contexto, a política governamental de retirar um terço dos subsídios do trigo, até o final de 1980, poderá afetar sensivelmente os consumidores, tendo em vista a falta de alternativas na substituição, em relação aos preços relativos, e, também, a oferta reduzida dos demais alimentos.

Quanto à produção pecuária, as expectativas são de redução entre 8% e 10% na oferta de carne bovina, expansão na de carne suína e de aves (20%) e uma estabilidade ou ligeiro declínio na oferta de ovos e leite.

O fato de a produção agropecuária ter-se expandido no agregado afetou os níveis de preços recebidos pelos produtores no País, pois para a evolução de 88%, em média, no primeiro semestre de 1980, para o Índice Geral de Preços (Índice 2), em relação ao primeiro semestre de 1979, o índice de preço nominal recebido pelos agricultores cresceu 78% e pelos pecuaristas 86%, resultando em crescimento agregado de 80% para o primeiro semestre de 1980, em relação a igual período do ano anterior. O produto que teve maior acréscimo de preço foi o feijão, com 152%, seguido do arroz com 100%, enquanto o amendoim registrou o menor acréscimo, de 33%.

Por outro lado, dado o comportamento dos preços dos fatores adquiridos pelo setor agrícola no primeiro semestre de 1980, quando os preços dos fertilizantes, defensivos, rações, vacinas e combustíveis tiveram crescimento acelerado, a níveis superiores aos preços recebidos, é difícil acreditar que o setor agrícola tenha mantido os níveis de receita líquida obtidos no ano anterior. Além disso, cumpre ressaltar que aqueles fatores deverão manter a tendência de crescimento observada nos últimos 12 meses, o que poderá comprometer as políticas de apoio à agricultura adotadas no período de junho a agosto de 1980.

Quanto à política agrícola para o ano de 1980/81, observa-se uma dependência crescente em relação à política macroeconômica que vem sendo executada no País, principalmente nos pontos referentes ao controle da inflação e à procura de equilíbrio na balança comercial. Assim, a política agrícola tem-se caracterizado por acionar, basicamente, instrumentos de curto prazo, tais como preços mínimos e de garantia, crédito rural de custeio, investimento (em menor intensidade) e comercialização, PROAGRO, políticas tributárias - imposto territorial rural (ITR), imposto de exportação (IE), imposto de operações financeiras (IOF) - e cambial; enquanto se observa uma redução nos dispêndios com investimentos públicos em armazenagem, pesquisa agrícola, extensão rural e infra-estrutura de transporte, irrigação, etc., que objetivam aumentar a capacidade produtiva das regiões tradicionais de produção, continuando, a política de expandir a produção por intermédio do crescimento da área cultivada e de investimentos governamentais basicamente na expansão da fronteira agrícola. Portanto, se o Governo deseja que o País disponha de um setor agrícola forte e dinâmico, não basta acionar os mecanismos para que se tenha apenas um crescimento acelerado da área cultivada, para atender à demanda crescente de alimentos, produtos exportáveis e biomassa vegetal para produção de substitutos de petróleo; é necessário, também, aumentar a produtividade nas regiões tradicionais, o que será possível somente com níveis crescentes de investimentos públicos e estímulos diretos aos produto

res através de políticas de investimentos de longo prazo.

Por outro lado, torna-se necessário que o homem rural tenha um aumento no seu bem-estar em níveis compatíveis, como o obtido pela sociedade urbana. Pois, do contrário, apesar do setor agrícola ter efeito direto nos custos de alimentação no meio urbano, os efeitos dos esforços do meio rural para o bem-estar da sociedade como um todo têm apresentado um reflexo quase nulo no próprio setor agrícola. O acesso do homem rural a níveis crescentes de benefícios sociais, educação, transporte, saúde, treinamento profissional, etc. constitui o único meio de que o setor dispõe para possuir uma oferta de mão-de-obra mais qualificada e que possa ser melhor remunerada para aumentar o seu bem-estar. Não é possível dispor de um setor agrícola forte sem torná-lo atrativo para os trabalhadores e empresários do próprio setor.

Assim, se as políticas de estímulo à produção, de um lado, indicam acréscimos nominais nos níveis dos preços mínimos, que variaram de 181,6% para o feijão das águas a 80,5% para o amendoim das águas, associados ao acréscimo de 35% (mandioca) a 161% (soja) nos níveis dos VBC's para a safra 1980/81, acréscimos estes em geral estimulantes; de outro, não se pode esquecer de que se a tendência de acréscimos observada para os insumos agrícolas nos últimos 12 meses, de 127,8%, for mantida, o efeito da política que está sendo implementada pode ficar aquém do esperado. Pois prever comportamento nos níveis dos preços de insumos e produtos agrícolas por período de 8 a 12 meses é bastante temerário na atual conjuntura econômica nacional, fazendo-se necessários alguns ajustes, a cada trimestre, para que o setor não tenha perda real no próximo ano agrícola. Portanto, torna-se necessário, como já foi visto, um maior esforço governamental na produção de alimentos, pois dificilmente o País deixará de importar menos de US\$1,3 bilhão em alimentos (trigo, feijão, milho, carne, leite, etc.), em 1980, a fim de atender à crescente demanda interna. Para isso, é importante compatibilizar as políticas de produção de alimentos, exportáveis e biomassa vegetal para fins energéticos, no curto prazo, sem o que o setor de alimentos será severamente prejudicado pela expansão dos demais, dado o estímulo diferenciado recebido pelos demais setores, quanto à política de crédito, investimento, disponibilidade de inovações tecnológicas, etc.. Assim, a expectativa governamental em relação ao desempenho do setor agrícola no curto prazo, de atingir as metas delineadas, aproveitando-se a capacidade relativamente ociosa existente no setor em relação ao estoque de máquinas agrícolas, terras na fronteira e do fator trabalho, poderá ser atingida. Mas o Governo poderá comprometer o desenvolvimento do setor a médio e longo prazos, uma vez que a redução atual nos níveis de investimentos, que objetivam elevar a capacidade produtiva, poderá ter consequências desastrosas no futuro. Portanto, a decisão de priorizar o setor a fim de manter o seu crescimento no futuro exige, desde já, níveis crescentes de investimento, que além de melhorarem a eficiência do setor e ampliarem a oferta agrícola, deverão representar uma garantia efetiva de ganhos de renda e bem-estar para as populações rurais. Torna-se necessário, portanto, uma revisão do uso dos instrumentos de política (política cambial, de preços agrícolas, de oferta e preços de fatores industriais, e impostos e tarifas) de transferência de recursos da agricultura ao meio urbano, compatível com as formulações de prioridades evidenciadas pelos executores da atual política econômica nacional.

- Comércio Exterior

A articulação da economia brasileira com a economia internacional tem sido, nos últimos anos, um dos principais centros de atenção dos meios governamentais, empresariais e financeiros, devido aos crescentes desequilíbrios no balanço de pagamentos brasileiro após 1974.

Para 1980, as autoridades traçaram como meta o equilíbrio da balança comercial, man

tendo importações e exportações ao nível de US\$20 bilhões. Deste modo, o déficit no balanço de transações correntes ficaria em torno de 8,5 a 9 bilhões de dólares, por conta do déficit na conta de serviços, sobrecarregada especialmente pelas rendas de capital (lucros, dividendos e juros). Para fazer frente a esse déficit e, ainda, às amortizações de dívidas anteriores (em torno de 7 bilhões de dólares), o ajuste pela conta capital se daria através de 1,8 a 2 bilhões de dólares, decorrentes de investimentos estrangeiros diretos, mais US\$2 bilhões provenientes de programas de crédito para importação já contratados, restando cerca de US\$12 bilhões para serem captados a título de empréstimos no mercado financeiro internacional. Além de que as reservas do País, em dezembro de 1979, eram de US\$9,4 bilhões. Estas servem, de um lado, como garantia para obtenção de novos empréstimos, e, de outro, poderão ser utilizadas para reduzir a necessidade de captação de recursos externos.

Nesse contexto, o equilíbrio na balança comercial desempenha o importante papel de não agravar a situação de nossas contas externas. Esta questão assume maior relevância na medida em que as pressões dos meios financeiros internacionais são no sentido de induzir o Brasil a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para suavizar os problemas do balanço de pagamentos, medida que tem encontrado resistência por parte do governo brasileiro, devido às consequências políticas e sociais que dela decorrem.

Neste momento, são vários os obstáculos para atingir a meta de equilíbrio na balança comercial. Do lado da própria dinâmica da economia, a forte dependência de nosso parque industrial às compras no exterior não permite contenções severas nas importações, com o risco de provocar uma recessão de proporções indesejáveis. Outro problema diz respeito ao equilíbrio dos preços internos, visto que a taxa de inflação ultrapassou o patamar de 100%, nos últimos 12 meses. Mesmo tendo obtido uma safra agrícola superior à dos anos passados, tem sido necessária a importação de milho, arroz e feijão, dada a persistência da alta de preço destes produtos. Mesmo a soja, com uma safra bastante superior à dos anos anteriores, teve sua importação liberada (em regime de "draw back") a partir de outubro. A firmeza do mercado da soja está associada à capacidade ociosa das indústrias esmagadoras e à elevação do preço do óleo da soja no mercado internacional. Ainda relacionado com o equilíbrio dos preços internos, o contingenciamento das exportações de certos produtos agrícolas dificulta a obtenção da meta governamental de equilíbrio na balança comercial.

Outro foco de preocupação é a deflagração do conflito entre o Irã e o Iraque, que deve provocar uma alteração na estratégia governamental de equilíbrio externo, no que diz respeito à conta petrolífera. A opção inicial foi de aumentar os estoques de petróleo no início do ano, dadas as expectativas de aumento de preços, com objetivo de aliviar as importações deste produto no segundo semestre. Esta estratégia, que explica boa parte do déficit acumulado na balança comercial até agosto (cerca de US\$2,4 bilhões), aparentemente se alterou pela opção de não comprometer o abastecimento interno do combustível, dado o risco de escassez que se apresenta em função do conflito.

Com o objetivo de manter o déficit comercial em limites suportáveis o Conselho Monetário Nacional (CMN), reunido em setembro, determinou (Resolução 638) que a aquisição de um extenso grupo de produtos importados só poderá ser realizada caso o importador obtenha financiamentos com prazos superiores àqueles praticados no momento. Com isso, as autoridades visam efetuar uma redução na importação daqueles produtos, visto que a expectativa é de redução na liquidez internacional, em função do próprio conflito Irã x Iraque. Outro objetivo visado é o financiamento automático do déficit da balança comercial em condições mais favoráveis, transferindo o problema para o futuro, na expectativa de um melhor desempenho da economia nacional e melhores condições internacionais. A curto prazo, no entanto, esta medida deverá ter um impacto inflacionário devido ao aumento dos custos financeiros destas transações.

A política cambial, adotada em 1980, também pode ser considerada como restritiva

ão bom desempenho das exportações. Após as alterações efetuadas na política cambial em 1979 (como a aceleração das minidesvalorizações cambiais e a "maxi" de 30%), a prefixação da correção cambial em 40% para 1980 levou a uma nova sobrevalorização do cruzeiro; com a desvalorização de 24/09/80, o acumulado do ano chegou a 35,58%. Como a inflação brasileira de janeiro a agosto foi de 62,9%, e considerando-se que a inflação mundial está em torno de 18% neste mesmo período, o cruzeiro deveria ter sido desvalorizado em cerca de 45% até agosto. Outro fator que poderá ter como consequência a perda de competitividade das exportações brasileiras é a recuperação do dólar americano no mercado financeiro internacional a partir de março, desde que mantida a política de paridade com o dólar americano.

Neste sentido, os exportadores reunidos em seu V Encontro Nacional, preocupados com a queda de rentabilidade de suas vendas ante as desvalorizações cambiais, solicitaram providências do Governo. A resposta das autoridades vai no sentido de encarar a política de exportação como um todo, incluindo as políticas cambial, fiscal e creditícia. A política de desvalorização cambial sofrerá apenas ligeira aceleração para atingir algo em torno de 50%, contra os 40% prefixados até o final de 1980. Isto se deve à inconveniência de uma alteração drástica, em função do desestímulo que esta medida poderia trazer à captação de recursos externos pelo setor privado, essencial para o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Com relação às demais políticas de exportação (fiscal e creditícia), o Governo tem anunciado que está preparando a revisão de uma série de instrumentos para manter a competitividade de nossos produtos manufaturados no exterior. De concreto, até o momento houve o restabelecimento, pelo Banco do Brasil, das operações de crédito à exportação, destinadas especialmente aos exportadores de bens de capital, veículos pesados, utilitários, implementos agrícolas e bens de consumo durável em geral.

As consequências da sobrevalorização do cruzeiro deverão ser mais acentuadas no próximo ano e, em certa medida, afetar o programa de investimentos neste final de ano. Para os manufaturados, boa parte das exportações cumpre contratos de longo prazo. Apenas alguns setores, como têxtil, deverão sofrer restrições ainda este ano. Como foi visto, as políticas (fiscal e creditícia) de incentivo à exportação que estão sendo articulados pelo Governo são no sentido de compensar a sobrevalorização do cruzeiro e a consequente perda de competitividade dos produtos manufaturados.

Quanto aos produtos básicos e semiprocessados de origem agrícola, além de serem afetados pela sobrevalorização do cruzeiro, uma série deles é taxada pelo imposto de exportação. Os principais produtos sujeitos a este imposto são: café (além do confisco cambial), suco de laranja, óleo de mamona, fumo, algodão e açúcar.

Desde que foi instituído, juntamente com a maxidesvalorização, o imposto de exportação sofreu várias modificações, em função da conjuntura econômica e política. No caso da soja e derivados, o imposto foi extinto diante da mobilização dos produtores, sendo substituído por quotas de exportação e/ou pelo contingenciamento. Este sistema corresponde, na prática, a uma redução na renda dos exportadores, pois o preço no mercado externo é superior ao do mercado interno.

Em outubro, num esforço para reduzir o déficit da balança comercial, o Governo, além de abrandar o contingenciamento do farelo e do óleo de soja, retirou o imposto de 6% sobre a exportação de cacau e derivados. Além disso, anuncia-se que estão sendo reexaminados todos os impostos, sendo que no caso do óleo de mamona a retirada do imposto de 8% está praticamente acertada.

Dentre os produtos agrícolas, pode-se dizer que o café é um dos mais prejudicados, pois além da queda de preços observada este ano no mercado internacional, continua vigente o imposto de exportação de 20% sobre a pauta de valor mínimo e o confisco cambial que tem gira

do em torno de 50% do valor FOB de registro para exportação. Esta política tem afetado drasticamente a renda da cafeicultura no último ano e, dado o término da colheita da safra de 1979/80, necessita de uma revisão, a fim de dinamizar o setor que, em 1981, deverá recuperar os níveis médios de produção observados no início da década, em torno de 30 milhões de sacas.

Diante de todo este quadro, fica difícil fazer qualquer previsão com relação ao equilíbrio de nossa balança comercial. Até agosto, segundo os últimos dados divulgados, as importações brasileiras somaram US\$15,06 bilhões, sendo US\$6,3 bilhões de petróleo (42%), e as exportações US\$12,5 bilhões de dólares. Até o final do ano, os responsáveis pela condução da política econômica já admitem um déficit de US\$2 bilhões. Entretanto, alguns analistas prevêem que o déficit poderá atingir US\$3 bilhões, o que significaria a necessidade de aumentar a captação de recursos externos para fechar o balanço de pagamentos, ou reduzir o nível de reservas que se encontravam, em agosto, em torno de 7 bilhões de dólares.

- Crédito Rural

A expansão de 23%, em termos reais, das aplicações de crédito rural de 1978 para o ano de 1979 na Região Centro-Sul, que absorve cerca de 83% do crédito concedido no País (quadro 10), mostra que dentre os instrumentos de política econômica acionados pelo Governo para operacionalizar a prioridade concedida ao setor agrícola, o crédito continua em posição de destaque, em que pesem as dificuldades de compatibilização com a política monetária.

O ano passado foi um ano de expectativas favoráveis, em decorrência do estabelecimento de limites mais amplos para o financiamento do plantio, bem como da fixação de preços mínimos mais elevados em relação àqueles oferecidos aos agricultores em anos anteriores. Aparentemente, a posterior elevação dos preços dos recursos veio reverter em parte aquelas expectativas, o que foi parcialmente compensado pelas condições climáticas favoráveis que prevaleceram durante o ano agrícola, com efeitos benéficos sobre o rendimento das culturas e a renda dos agricultores.

Tenta-se, a seguir, estimar o desempenho do crédito rural na Região Centro-Sul, no ano agrícola 1979/80, e as perspectivas para o que ora se inicia.

Como já se referiu, o crédito rural absorvido pela Região Centro-Sul foi da ordem de 83% do total, destinando-se 80% desta parcela aos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Dos estados restantes, receberam ainda parcela significativa os de Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina, cabendo participação diminuta aos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (quadro 10).

Enquanto a expansão global de crédito, para a região, foi de 23%, em termos reais, a parcela destinada a custeio expandiu-se 30%, seguida das operações de investimento com 19% e de comercialização com 13%.

Os estados que apresentaram maiores percentagens de expansão de crédito foram: Goiás (39%), Mato Grosso (32%), Paraná (28%) e Espírito Santo (28%). Nos outros, embora com percentagens menores, as aplicações de crédito rural também se expandiram.

Essa evolução, como já foi enfatizado, mostra que o crédito foi um dos principais instrumentos acionados visando a dinamização do setor agrícola. Todavia, é interessante observar que os resultados colhidos podem ser considerados fracos, em termos de expansão da área cultivada. Enquanto o crédito concedido para custeio das 12 principais culturas aumentou 36%, em termos reais, entre 1978/79 e 1979/80, a correspondente área cultivada elevou-se apenas 4% (quadros 11 e 12). Vale a pena efetuar algumas comparações a nível mais desagregado. Pode-se verificar, assim, por exemplo, que embora os financiamentos para soja tenham crescido

42%, em termos reais, sua área cresceu apenas 5%, arroz indica variações de 36% e 14%, trigo 28% e - 16,3%, e milho 68% e 3% respectivamente, valendo lembrar que essas quatro culturas são, ordenadamente, as que absorvem maior volume do crédito (96% do total). Entre produtos de menor expressão, destacam-se o algodão, com 40% de aumento de crédito e 2% de ampliação de área, e o feijão com 17% e 18%. Comparações ainda mais desagregadas, a nível de estados, mostram que a associação entre suprimento de crédito e evolução da área cultivada é tênue, mas diferenciada.

O Rio Grande do Sul apresentou acréscimo total de crédito de 22% em relação ao ano anterior e expansão de 43% no crédito de custeio para 12 das principais culturas; simultaneamente apresentou queda na área total plantada com essas culturas, da ordem de 6,7%. Houve, inclusive, diminuição da área plantada com soja e trigo, duas das mais importantes culturas do Estado.

O crédito concedido ao Paraná teve aumento total de 28% e 36%, considerando-se apenas o crédito de custeio destinado a 12 dentre as principais culturas. Em contrapartida, a área dessas culturas expandiu apenas 3,5%.

Em São Paulo, a aplicação total de crédito cresceu 16%, enquanto a parcela destinada a custeio para 12 das principais culturas elevou-se 24%, não obstante, a ampliação de somente 5,8% da área cultivada.

Passando-se dos estados com maior tradição agrícola para aqueles que de alguma forma representam hoje a fronteira na Região Centro-Sul, o quadro apresenta alguma modificação. Onde ocorreu um acréscimo total de crédito de 32% e uma elevação de 48% das aplicações de custeio destinadas às 12 principais culturas, a área ocupada por estas atividades expandiu apenas 19,9%. Goiás, com 39% de expansão do crédito total e elevação de 62,9% na parcela destinada ao custeio das principais culturas, teve sua área cultivada ampliada de 12,6%. Finalmente, Minas Gerais, com expansões de crédito mais modestas, de 19% no global e 21% no custeio das principais culturas, registrou crescimento de 13,1% na área cultivada.

Essas comparações parecem sugerir uma correlação mais firme entre crédito e área cultivada nos estados de fronteira, relativamente àqueles com agricultura já mais estabilizada.

Assim como o crédito de custeio, o crédito de investimento, que apresentou crescimento real em todos os estados, se expandiu a taxas maiores nos estados de fronteira, tendo em vista a política de ampliação da área cultivada nestas regiões.

É certo que essas evidências não permitem maiores conclusões, mas algumas possíveis explicações podem ser aventadas: em primeiro lugar, os custos de produção por unidade de área à época do plantio sofreram elevação, em relação à safra anterior, persistindo essa elevação durante o período de produção no caso das culturas mais dependentes dos chamados insumos modernos. Em segundo lugar, como consequência de frustrações de safras anteriores, é provável que uma parcela dos produtores estivesse bastante descapitalizada. Aparentemente esses dois fatores (maior necessidade de recursos para giro e para reposição de capital) comprometeram os objetivos da expansão creditícia. De outra parte, não parece restar dúvida de que a tendência à substituição de capital próprio por capital financiado é um fator que age nessa direção, em decorrência natural da política de crédito altamente subsidiado. Em que pese os dois fatores atenuantes apontados, o desempenho do último ano parece indicar que a política de crédito, tal como está formulada e vem operando exauriu-se, não se podendo esperar contribuição mais decisiva para os desafios com que se defronta a agricultura no momento, quer em termos de expansão da área cultivada global, quer em termos de estímulo a culturas selecionadas. Tudo indica que sua eficácia dependeria, em grande medida, da articulação com outros instrumentos de política agrícola, notadamente preços mínimos.

De qualquer forma, faz-se a seguir algumas considerações com respeito aos valores básicos de custeio estabelecidos para a safra que se inicia, não sendo demais repetir que consti-

tuem apenas um indicador de pouco significado quando outros aspectos não são considerados para uma avaliação do setor e da posição relativa de cada cultura, com destaque para alguns condicionantes da receita (em especial preços externos e preços mínimos) e de custos (em particular preços de insumos modernos).

Para a próxima safra, as estimativas de custos de produção mostram acréscimos consideráveis em relação aos verificados na safra 1979/80. Em decorrência, os VBC's foram reajustados de forma a assegurarem níveis de cobertura dos custos variáveis médios, grosso modo semelhantes aos que vigoraram na última safra.

Os dados do quadro 13, referentes aos reajustes sofridos pelos VBC's, fornecem algumas indicações sobre as culturas que serão melhor atendidas em termos de suprimento de crédito. Cumpre registrar, ainda, que enquanto os produtores de feijão terão 100% do VBC financiado, os de soja terão 80%; para os demais produtos, os produtores terão crédito de 100% do VBC, com exceção dos grandes produtores, que receberão cobertura creditícia de 80% do VBC (CMN, 25/06/80).

De um lado, se a política de crédito de custeio relativamente ilimitado, seguida em 1979/80, for mantida no próximo ano agrícola, o crédito de investimento, por sua vez, deverá sofrer reduções severas no ano agrícola 1980/81, principalmente no que diz respeito a investimentos em pecuária e em máquinas e equipamentos agrícolas, face às restrições monetárias com que se defronta o País.

Anteriormente ao reajuste dos VBC's, já haviam sido alterados os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito rural, que sofreram elevação diferenciada em função da classificação do produtor e da finalidade do crédito, valendo notar que o financiamento de fertilizantes continua beneficiando-se de juros nulos, visando facilitar o uso desse insumo, cujos preços elevaram-se substancialmente. Por outro lado, o financiamento está agora parcialmente sujeito à correção monetária segundo as ORTN's, além da taxa de juros. Aparentemente, as elevações de custos financeiros referidas, numa conjuntura inflacionária como a atual, não alteram de modo significativo o caráter subsidiado, que de longa data vem caracterizando a política de crédito rural (quadro 14).

Uma última modificação da política de crédito que merece ser mencionada é a eliminação da corresponsabilidade do produtor rural (endossante), e seus avalistas no pagamento de nota promissória rural, na eventualidade de que seus emitentes não saldem a dívida perante o banco em que houver sido descontada (Lei 5.754/79).

- Preços Mínimos

No conjunto das políticas acionadas a nível do setor agrícola, a de preços mínimos assume relevância crescente nos últimos anos em face, principalmente, dos maiores reajustes impostos. Entretanto, para se ter uma idéia sobre a efetividade desse instrumento, alguns indicadores devem ser analisados.

A evolução da relação preços mínimos/preços recebidos pelos produtores, no período 1978/79 a 1979/80, conforme quadro 15, mostra que para o algodão ela foi sempre menor em 1979/80 para todos os estados. Já para o amendoim a situação foi inversa à descrita acima, indicando que os preços de mercado em 1979/80 estiveram próximos dos preços mínimos estabelecidos para a mesma safra. Para o arroz, a relação foi crescente de modo geral, permanecendo constante no Paraná e Mato Grosso e decrescendo no Rio Grande do Sul. No caso do feijão também foi crescente de modo geral, permanecendo a mesma em São Paulo e Goiás e em baixa nos estados do Paraná e Santa Catarina. A mandioca, por sua vez, teve a relação preços mínimos/preços de mercado decrescente para a maioria dos estados, exceto Paraná, e estável para Rio Grande do

Sul, Mato Grosso e Goiás. A cultura do milho contou com a relação estável para a maioria dos estados, decrescendo no Paraná e crescendo no Mato Grosso. Por último, os preços mínimos estabelecidos para a soja estiveram sistematicamente mais próximos dos preços de mercado em 1979/80.

Em termos gerais, considerando o grosso dos produtos e estados, pode-se dizer que os preços mínimos para o ano 1979/80 foram estabelecidos em níveis mais próximos dos preços de mercado, como tendência, embora isso não tenha acontecido para alguns produtos específicos, em alguns estados, mostrando, desse lado, que uma revisão do critério de regionalização no estabelecimento de preços mínimos pode ser útil, em face das diferenças nos preços de mercado nas diversas regiões do País.

Por outro lado, se a decisão de produzir no curto prazo pressupõe que pelo menos os custos variáveis devam ser cobertos, a relação custos variáveis/preços mínimos (entendido estes últimos como redutores do risco de preços) poderia ser um indicador dos produtos estimulados. Estabelecendo-se uma escala arbitrária onde essa relação fosse considerada francamente estimulante se variasse entre 0 e 0,65, estimulante entre 0,66 e 0,80, moderadamente estimulante variando de 0,81 a 0,90 e desestimulante se acima de 0,91, pode-se classificar os produtos a partir do quadro 16, para a safra 1980/81, com os seguintes resultados: em Minas Gerais, o feijão seria francamente estimulado; o algodão, o arroz e a mandioca seriam classificados como culturas estimuladas, enquanto que o milho estaria na faixa dos moderadamente estimulados. Entretanto, essas indicações podem estar subestimadas, já que os custos usados para o cálculo da relação incluem a depreciação. No Paraná, a situação seria a de francamente estimulante para o arroz, feijão, mandioca, milho, soja e mamona e estimulante para o algodão e amendoim. No Estado do Espírito Santo, o arroz e feijão seriam classificados na faixa dos francamente estimulados e o milho como estimulado; enquanto que no Rio de Janeiro o arroz também seria francamente estimulado. Para Santa Catarina, a situação seria de francamente estimulante para o feijão e o milho contra estimulante para o arroz. No Rio Grande do Sul, a cultura do arroz estaria na escala do francamente estimulante, e o milho e a soja na de estimulante. Mato Grosso teria a seguinte composição: algodão como francamente estimulado, enquanto que o arroz seria estimulado e a soja seria desestimulada, ressalvando-se, porém, que a relação aqui usada é custos operacionais/preços mínimos, devido à impossibilidade de se estimar a depreciação, e isto pode estar subestimando a tendência apontada. Em Goiás o algodão e o feijão estariam sendo francamente estimulados, o milho e arroz estimulados, contra desestímulo para a soja. Finalmente o Estado de São Paulo teria o arroz e a soja classificados como francamente estimulados, o milho, feijão e algodão como estimulados e o amendoim como desestimulado.

Grosso modo, o estado mais estimulado a produzir seria o Paraná, com os demais ocupando uma posição intermediária. Convém ressaltar, entretanto, que esses resultados podem ser alterados, se considerar-se as produtividades médias históricas (ver quadro 17) para o cálculo dos custos variáveis por quilograma, ao contrário das produtividades recomendadas e adotadas para efeito da estimativa, já que, pelo menos, algumas culturas como o algodão, o amendoim, o milho e o feijão, por exemplo, tiveram seus rendimentos históricos quase sempre abaixo daqueles adotados. Por outro lado, a recuperação dos níveis de produtividade, no último ano agrícola, em função das condições climáticas e da firme intenção do governo em incentivar o setor agropecuário, confirmaria a eventual possibilidade de pelo menos haver manutenção nos atuais níveis de rendimento, reafirmando a direção dos estímulos acima apontados.

Um último indicador, este menos preciso, poderia sinalizar a direção do incentivo ou desincentivo à produção - Preços Mínimos/Preços Médios Recebidos entre junho-agosto de 1980. Assim, conforme quadro 18, haveria incentivo em produzir, em função dos preços mínimos, todos os produtos em todos os estados, com exceção do amendoim em Minas Gerais e do feijão no Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

A não coincidência entre os incentivos via custos e via preços de mercado não é contraditória, posto que a decisão de produção seria tomada pelo empresário rural relacionando os preços (dados) e seus custos. A análise do último indicador mostra que, em termos médios, não existe incentivo para a produção do feijão, embora ele existisse via custos; isto estaria indicando que este último estímulo seria, de certa forma, arrefecido.

Os preços mínimos estabelecidos para o ano agrícola 1980/81, que devem vigorar no Região Centro-Sul, encontram-se no quadro 19.

- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e Seguro Rural - PROAGRO

O PROAGRO, instituído em 1973, vem sofrendo diversas alterações por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), principalmente a partir de setembro de 1979, divulgadas através de Resoluções e Cartas Circulares do Banco Central do Brasil (BACEN).

De acordo com a Carta Circular nº 550 de junho de 1980, a cobertura do PROAGRO passou a limitar-se a 80% do Valor Básico de Custeio (VBC), podendo se elevar ao valor total financiado apenas no caso de produção de sementes fiscalizadas ou certificadas. O adicional a ser pago pelos mutuários, e que constitui parte dos recursos do Programa, será calculado sobre 80% do VBC nas seguintes bases:

- a) 3% no caso de custeio singular e/ou de beneficiários que já se tenham favorecido do Programa para a mesma lavoura em qualquer das três últimas safras; e
- b) 1% nos demais casos.

Outra alteração (C.C. nº 555 de julho de 1980) diz respeito à dispensa da adesão ao PROAGRO quando os mutuários, mediante comprovação, já tiverem obtido amparo por meio de seguro facultativo, conforme os ditames do Conselho Nacional de Seguros Privados.

A Carta Circular nº 563 de agosto de 1980 instituiu a obrigatoriedade da mediação das lavouras nos pedidos de cobertura do PROAGRO para lavouras com áreas financiadas superiores a 200 hectares, e pelo menos medição de 10% das operações de cada agência que abranjam lavouras com áreas inferiores a 200 hectares. O custo dos serviços deverá ser pago pelo BACEN, a débito do PROAGRO, sendo que no caso de se negar cobertura aos mutuários, em consequência de irregularidades verificadas, essas despesas deverão ser repostas pelos mesmos.

Algumas considerações sobre as características do PROAGRO podem ser feitas a partir das informações contidas nos quadros 20 e 21, com relação à distribuição das coberturas pelos estados que compõem a Região Centro-Sul. Nota-se maior concentração nos estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, comparados aos demais.

Com relação à abrangência das culturas, destacam-se o trigo e o arroz com 70%, sendo que ao se acrescentar a soja a essas culturas, esse percentual se eleva a 84%. Provavelmente essas características nortearam as modificações ocorridas recentemente com o Programa, tais como as taxas diferenciais de acordo com o risco e a limitação da cobertura, que passou de 100% para 80% do VBC.

O PROAGRO vem recebendo críticas na área federal no sentido de indenizar negócios nem sempre eficientes, o que de certo modo indicaria o sentido das possíveis modificações cogitadas para o seu aperfeiçoamento, redução do risco do sistema e fiscalização mais efetiva. Uma alternativa comentada diz respeito à possível opcionalidade do Programa, reduzindo-se o número de clientes, centrando nas regiões e culturas de alto risco, o que possibilitaria fiscalização e orientação mais eficientes. Modificações aventadas, tais como maior redução na abrangência e elevação das taxas de cobrança, seriam medidas de execução mais difíceis, pois são consideradas antipáticas aos agricultores. Tudo indica que as reivindicações dos produtores

são no sentido oposto às posições anteriormente aventadas. Estas reivindicações seriam no sentido de maior abrangência frente ao financiamento bancário, taxas menores e modificações ao sistema de avaliação da quebra de safras no caso de produtores com mais de uma propriedade.

Este último ponto colocado pelos produtores merece algumas considerações. No caso de haver frustração total da atividade objeto de financiamento, o Programa cobriria, dentro de uma nova sistemática, apenas 80% da dívida; no caso de frustração parcial, a safra remanescente pagaria parte ou o total da dívida, dependendo de seu valor. Nesse sentido, o Programa funcionaria como seguro parcial da dívida, não cabendo discussões a respeito da elevação de suas taxas frente ao risco das diversas culturas. Considerando a prioridade estabelecida para o setor agrícola, especificamente a produção de alimentos, e considerando as restrições de ordem "técnica", de alguns produtos de alto risco, como por exemplo o trigo e o arroz de sequeiro, os quais demandariam equacionamento de longo prazo, a questão deveria, ao nosso ver, estar aliada à discussão de maior abrangência do Programa, no sentido não apenas de cobertura do total do valor financiado, como também da parcela envolvida de recursos próprios dos produtores. Cabe ressaltar que propostas de transformações no PROAGRO devem também envolver as questões sobre distribuição do crédito rural. O PROAGRO poderia se constituir num efetivo instrumento de desconcentração do crédito, o que viabilizaria a capitalização da pequena produção. No entanto, a lógica de distribuição do crédito pelos bancos comerciais transcende a simples segurança de que o débito será saldado, envolvendo outras relações entre o mutuário e o banco, tais como a reciprocidade.

- Seguro Rural

Algumas companhias mistas de seguro estão em operação em alguns estados da Região Centro-Sul. No Estado de São Paulo, a Companhia de Seguro do Estado de São Paulo (COSESP) opera, atualmente, com seguro agrícola de riscos múltiplos para as culturas de algodão, amendoim, banana, batata, milho, soja, tomate e videira; seguro pecuário para eqüinos e bovinos, seguro de florestas e seguro temporário de vida para pequenos produtores. Na cultura de algodão o seguro é obrigatório e efetuado no ato de aquisição das sementes fiscalizadas, vendidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Para a safra 1980/81, a Companhia não mais operará com seguro agrícola para a cultura do trigo, alegando o alto risco inerente à cultura.

Com relação ao comportamento das diversas modalidades de seguro agrícola, nota-se, a partir das informações do quadro 22, o grande número de seguros na cultura do algodão, cerca de 98% do número total realizado no ano agrícola de 1979/80 e 89% do total de prêmios arrecadados, o que reflete a obrigatoriedade do seguro nessa atividade; quanto ao número de sinistros ocorridos e indenizações recebidas pela cultura, os percentuais são, respectivamente, 93% e 79%.

O total de indenizações pagas para todas as culturas foi cerca de 65% superior ao total de prêmios arrecadados, enquanto o número total de sinistros ocorridos foi de apenas 9% do número total de seguros realizados.

Para o ano agrícola 1980/81, segundo informações recentes, as taxas estabelecidas pela COSESP serão: algodão 2,5%; banana e videira 5,0%; amendoim, milho e soja 5,5%; batata e tomate 8,0%; incidindo sobre valores calculados para efeito de indenização, baseados em custos operacionais de produção. No caso de seguro pecuário para eqüinos e bovinos, essa taxa variará dependendo da idade, raça, função do animal e prazo de cobertura do seguro, de 6% a 8% ao ano incidindo sobre o valor segurado do animal. Quanto ao seguro de florestas, a taxa variará dependendo da idade, tipo de essências e condução da floresta, de 1% a 2% ao ano, incidindo

sobre o valor comercial estimado da floresta.

No Estado de Minas Gerais funciona a Companhia de Seguro de Minas Gerais, que opera com seguro agrícola de riscos múltiplos, obrigatório nos financiamentos do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais para as seguintes culturas: arroz, algodão, amendoim, soja, trigo, sorgo e seguro de penhor e florestas. A taxa, para o ano agrícola 1980/81, é única para todas as culturas, 3,0%, e incide sobre o valor orçado do custeio, valor este estimado pelos órgãos de assistência técnica daquele Estado. Nos casos de arroz de sequeiro, arroz de várzea, feijão das águas solteiro e consorciado, a seguradora só cobre 50% da área plantada.

Em relação ao Estado do Rio de Janeiro, a companhia de seguro existente, embora autorizada a operar com várias modalidades de seguro rural, encontra-se hoje atuando apenas com o seguro pecuário e o seguro de penhor rural, não cobrindo ainda as operações de seguro agrícola.

No caso do seguro pecuário, as taxas para a safra 1980/81 variam para bovinos de 5% a 6% e eqüinos de 6% a 8%, dependendo da idade, raça, função e prazo de cobertura do seguro. Na modalidade de Seguro de Penhor Rural, as máquinas, implementos agrícolas e veículos assegurados se referem àqueles que sejam objeto de financiamento e/ou de penhor. As taxas são de 0,8% e 2% para máquinas e veículos, respectivamente.

No Estado do Rio Grande do Sul, embora a extensão do seguro rural tenha ocorrido recentemente (Res. CNSP 15/79 e 10/79), a companhia existente e autorizada não está operando na área.

A título de comentário, ressalte-se que embora exista o seguro rural nos estados acima citados, ele não se constitui num programa de ampla abrangência, não cumprindo efetivamente o papel sócio-econômico a que se dispõe. Apenas o País, através do aperfeiçoamento do PROAGRO e outros instrumentos, poderia com eficiência realizar a função de garantir a produção e a capitalização dos agricultores.

- Tributos na Agricultura

- Imposto territorial rural (ITR)

Dentre as alterações dos tributos pagos pelo setor agrícola, cabe destacar a realizada no Imposto Territorial Rural (ITR), pretendendo tornar este imposto um instrumento fiscal mais efetivo, com a finalidade de promover maior eficiência no uso da terra.

Assim, como estímulo ao aumento da produtividade do solo, este imposto pode ter redução de até 90% de um valor básico. Parte dessa redução (até 45%) seria devida a maior ou menor grau de utilização da terra, medido pela relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel rural. Outra parcela da redução de até 45% dever-se-ia ao grau de eficiência na exploração, medido pela relação entre o rendimento agrícola ou número de cabeças de animais por hectares, conseguido para cada produto explorado e os correspondentes índices de rendimento fixados pelo INCRA, mediante Instrução Especial.

Por outro lado, o imóvel rural que oferecer grau de utilização da terra inferior ao limite determinado pelo INCRA será penalizado através da alíquota a ser aplicada, a qual será multiplicada por coeficientes de progressividade: no primeiro ano 2; no segundo 3; no terceiro ano e seguinte 4.

Há de se observar que no caso do grau de eficiência, os índices regionais de produtividade deverão situar-se acima dos níveis médios regionais, para que este estímulo surta efeito.

Com a introdução do Módulo Fiscal (MF) expresso em hectares e determinado para cada município, a sistemática do cálculo do ITR foi bastante simplificada, permitindo a padronização dos imóveis rurais quanto à sua dimensão, em âmbito municipal, uma vez que não se leva mais em conta o tipo de exploração conduzido no imóvel. Essa simplificação é aparente ou pode-se dizer que apesar de simplificado continua altamente complexo. Entre outras causas, exige a aferição quantitativa da produção e o conhecimento das áreas de plantio, duas causas que nos estados adiantados não constituem maiores problemas mas que, em áreas novas, são bastante complexos. Em função do número de módulos fiscais, a alíquota variará de 0,2% (2 módulos) até 3,5% para propriedades acima de 100 módulos.

A regulamentação desse imposto deu-se através do Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1980, e o INCRA disporá em instrução especial sobre o procedimento administrativo para apuração dos créditos e das infrações à legislação do imposto sobre a propriedade territorial rural, das taxas e contribuições por ele administradas, bem como a formalização, revisão e cumprimento das respectivas exigências.

Assim, o Ministério da Agricultura, através da Portaria nº 144 (28/05/80), aprovou a Instrução Especial INCRA nº 21 que estabeleceu os valores mínimos por hectare de terra nua para cada município. O valor da terra nua (VTN) declarado pelo proprietário será impugnado pelo INCRA, quando for inferior ao valor mínimo por hectare estabelecido para o município da situação do imóvel, prevalecendo, para todos os fins, este último valor ou o resultado de avaliação direta. O maior VTN mínimo para 1980 é de Cr\$46.800,00, ocorrendo no Estado de São Paulo, principalmente nos municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

A implantação da nova sistemática do ITR tem trazido algumas reclamações dos agricultores, principalmente no sul do País, onde ocorreram lançamentos com acréscimo de até 1.000% em relação ao de 1979. Estas distorções são funções das falhas nas declarações dos produtores quanto à utilização da terra e níveis de eficiência dos estabelecimentos rurais. Nos casos mais graves, o INCRA está permitindo aos proprietários uma correção nas declarações do ano anterior, a fim de reduzir as distorções que começam a ocorrer.

A partir de setembro de 1980, de acordo com o Decreto-Lei nº 1766, aprovado pelo Congresso em 22/08/80, o INCRA está autorizado a receber imóveis em pagamentos dos débitos inscritos em dívida ativa, cujo valor, de imóvel rural, será o declarado para cadastro, que originou o lançamento do crédito tributário, corrigido monetariamente. Assim, o INCRA poderá agilizar o recebimento das dívidas com o ITR, pois os imóveis recebidos integrarão o patrimônio do INCRA e, dentro de 30 dias, contados da data de registro da escritura da ação em pagamento, o próprio INCRA transferirá à prefeitura do município onde estiver situado o imóvel, o correspondente à sua participação no ITR.

- Imposto de circulação de mercadorias (ICM)

Das modificações introduzidas no ICM para 1980, ressalta a fixação pelo Senado Federal de novas alíquotas máximas. Pela Resolução nº 129, de 28/11/79, estas alíquotas foram majoradas para as operações internas e interestaduais nas regiões Sudeste e Sul de 14% para 15% em 1980, 15,5% em 1981 e 16% em 1982 e exercícios subsequentes; nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de 15% para 16% em 1980 e anos seguintes. Nas operações de exportação, manteve-se a mesma alíquota de 13%, inclusive para os exercícios posteriores (quadro 23).

Em Resolução posterior, do Governo Federal ⁽³⁾, foram baixados novos limites para a

⁽³⁾ Resolução nº 07/80 - O Estado do Espírito Santo, para efeito de aplicação de alíquotas mais reduzidas nessas operações, foi incluído como estado pertencente à Região Nordeste.

alíquota (11%) quando de operações interestaduais com mercadorias enviadas para fins de industrialização ou comercialização. Nestas mesmas operações, quando promovidas pelos contribuintes das regiões Sudeste e Sul com destino às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a alíquota será de 10% em 1980; 9,5% em 1981; 9% em 1982 e exercícios subsequentes.

Com exceção da redução das alíquotas nas hipóteses já comentadas como resultado da política federal, o que se verifica com relação ao ICM é a preocupação do governo estadual, através de medidas específicas, em aumentar a arrecadação desse imposto visando angariar maiores receitas. Assim é que, para os produtos agrícolas, visualiza-se essa mesma situação tendo em vista as seguintes modificações introduzidas no Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias (RICM), que deverão onerar ainda mais o produtor. A fim de estimular a exportação de hortifrutigranjeiros, o Ministério da Fazenda efetuou o Convênio ICM 09/80 com as secretarias de fazenda estaduais, isentando a partir de 1º de julho de 1980 as saídas para o exterior de legumes, ovos e frutas com exceção do abacaxi.

De acordo com o Convênio ICM 09/80, ficou acertado que os estados não poderão exigir o estorno do ICM incidente sobre as operações anteriores a 1º/07/80, nas saídas para o exterior de óleos de algodão, de amendoim e de milho, enquanto que nas saídas de óleo de soja para o exterior, decorrentes de vendas com contratos de câmbio fechadas a partir daquela data, será exigido o estorno do crédito fiscal ou pagamento do imposto diferido, correspondente ao valor integral do ICM incidente sobre a matéria-prima empregada na fabricação do produto.

Da relação dos produtos hortifrutícolas cuja saída, efetuada por quaisquer estabelecimentos, estava isenta do ICM para as operações internas e interestaduais, foram excluídos o alho, a maçã e a pera, que a partir de 1980 sofrerão incidência do imposto⁽⁴⁾. O mesmo decreto para a retirada da isenção alcançou, também, alguns pescados, ovas de peixes, crustáceos e moluscos.

No caso de produtos agrícolas beneficiados pelo diferimento, foi acrescentada para o algodão em caroço mais uma hipótese em que a saída deste produto deixa de ter o lançamento do imposto adiado (diferido). Assim, o algodão em caroço passou também a sofrer incidência do imposto nas saídas para a indústria localizada em território paulista cabendo, agora, ao produtor recolher o imposto devido antes da remessa deste produto.

Quanto à arrecadação de ICM, no presente ano observa-se, no caso do Estado de São Paulo, crescimento nominal de 87,1%, no período de janeiro a junho de 1980, em relação a igual período do ano anterior. Para este mesmo período, o índice geral de preços evoluiu 40,5% em termos nominais, indicando acréscimo real do tributo, o que poderá arrefecer a reivindicação dos secretários da fazenda estaduais em querer eliminar a isenção do ICM nos hortifrutigranjeiros.

- Imposto sobre operações financeiras (IOF)

O Governo Federal, visando restringir importações e diminuir os meios de pagamentos⁽⁵⁾, modificou significativamente o IOF, introduzindo em abril de 1980 sua incidência sobre operações de câmbio e as referentes a títulos e valores mobiliários. Com estas novas medidas, foi revogada a legislação anterior⁽⁶⁾, na qual as operações de crédito rural até o valor de 50 vezes o Maior Valor de Referência constavam do benefício da isenção. A fim de reduzir os efeitos dos acréscimos do IOF sobre o setor agrícola, os mesmos foram isentados nas operações

⁽⁴⁾ Decreto Estadual nº 14.737, de 15/02/80.

⁽⁵⁾ Decreto-Lei nº 1.783 (abril/80).

⁽⁶⁾ Decreto-Lei nº 914.

financeiras para aquisição de divisas nas importações de matérias-primas para produção de fertilizantes, pesticidas e sementes.

Atendendo à deliberação do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil regulamentou a instituição do presente imposto ⁽⁷⁾, incluindo o crédito rural no capítulo referente às operações não tributáveis. Para as operações de créditos de custeio e de investimento não há incidência do imposto. Nas operações de crédito de comercialização, não há incidência nos seguintes casos: a) em operações até 50 vezes o MVR; b) crédito concedido à cooperativa ou a órgãos públicos (diretos ou autarquias); c) crédito concedido por cooperativa a associado; e d) crédito de pré-comercialização com extensão de custeios, formalizado no mesmo instrumento.

Deste modo, a incidência do imposto recai com alíquota de 0,6%, em operações para crédito de comercialização quando não enquadradas nos itens mencionados acima.

Porém, existem algumas operações de comercialização com elevadas taxas de IOF, tal como nas operações de financiamento de café beneficiado a produtores, depositados em armazéns particulares, que estão sujeitos a encargos financeiros de 33% a.a., mais 7,2% a.a. de IOF, enquanto na mesma operação efetuada via cooperativa os encargos são de 24% a.a. e isentos de IOF.

(IEA, 31/10/1980)

(7) Resolução BACEN - nº 619 (maio/80) e Carta Circular BACEN - nº 451 (junho/80).

QUADRO 10. - Crescimento Real ⁽¹⁾ e Distribuição do Crédito Rural por Estado, Região Centro-Sul e Brasil, por Atividade e Total e por Tipo, 1978/79
(em porcentagem)

Estado	Custeio			Investimento			Comercialização			Total				Taxa
	Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total	Distribuição		1978	1979	
Minas Gerais	23,3	28,1	24,4	8,1	31,6	22,9	14,5	2,9	6,3	11,7	11,4	9,9	9,4	19,1
Espírito Santo	60,2	28,1	51,7	- 2,4	46,6	18,2	41,2	- 13,8	- 7,6	1,3	1,4	1,1	1,2	27,6
Rio de Janeiro	27,7	24,6	26,7	- 7,6	35,5	23,2	- 0,3	- 13,9	- 8,9	2,5	2,2	2,1	1,8	9,0
São Paulo	23,8	5,8	20,8	8,1	16,9	11,7	13,1	14,5	13,5	28,2	26,8	23,8	22,3	16,5
Paraná	34,4	11,5	32,7	11,8	46,1	22,6	20,9	22,4	21,1	18,6	19,3	15,7	16,1	27,7
Santa Catarina	32,7	23,4	30,0	0,4	55,1	17,6	5,1	27,8	14,2	4,5	4,5	3,8	3,8	22,0
Rio Grande do Sul	41,2	28,3	39,6	- 1,1	41,6	9,1	- 21,2	73,3	- 1,1	21,6	21,6	18,2	17,9	22,5
Mato Grosso	30,5	10,0	27,4	9,5	78,3	37,6	73,7	20,2	34,8	6,2	6,7	5,2	5,5	32,1
Goiás	47,3	- 3,4	36,9	83,9	6,3	29,0	81,7	57,9	68,6	5,4	6,1	4,6	5,1	39,5
Região Centro-Sul	32,7	16,2	30,2	8,8	33,2	19,2	8,7	20,2	12,6	100,0	100,0	84,4	83,1	22,6
Brasil	31,0	17,0	31,4	14,4	37,7	24,6	9,0	20,5	12,7			100,0	100,0	24,6

⁽¹⁾ Em cruzeiro de maio de 1980, deflacionado pelo Índice 2 da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 11 . - Participação Percentual e Taxa de Crescimento Real dos Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas Para o Custeio dos Produtos Agrícolas, para as Unidades da Federação que Compõem a Região Centro-Sul, no Período de 1978/79
(em porcentagem) (continua)

Cultura	Minas Gerais			Espírito Santo			Rio de Janeiro			São Paulo			Paraná		
	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)
Algodão	4,98	3,35	- 18,3	0,09	0,04	- 26,0	0,16	0,20	56,9	10,21	11,12	35,7	7,50	8,94	62,7
Amendoim	0,09	0,06	- 22,0	0,03	0,09	398,3	-	0,00	-	3,13	3,79	50,7	0,21	0,38	155,7
Arroz	8,33	11,44	66,7	3,63	3,18	43,6	17,03	21,86	62,2	3,47	3,51	25,9	2,18	1,65	3,2
Batata-inglesa	5,42	5,22	17,0	0,07	0,05	12,6	0,11	0,12	35,6	3,08	2,46	- 0,7	3,23	2,06	- 13,0
Cafê (2)	48,40	40,39	1,3	76,92	80,22	70,9	3,61	4,23	47,9	28,88	28,22	22,4	7,15	18,47	252,8
-49- Cana-de-açúcar (2)	3,29	3,21	18,6	3,62	2,33	5,7	62,74	48,67	- 2,0	17,69	16,26	14,5	0,99	0,74	1,7
Feijão	6,25	6,61	28,5	5,40	2,99	- 9,2	1,50	1,70	42,6	1,94	1,6	16,1	1,87	1,62	18,7
Frutas cítricas (2)	0,32	0,70	162,7	-	0,03	-	9,63	11,20	46,9	8,60	8,96	29,7	-	-	11,4
Mandioca	1,58	1,60	23,4	2,21	2,64	95,6	0,65	0,97	90,9	0,15	0,20	61,8	0,06	0,21	340,3
Milho	17,94	22,96	55,4	7,93	8,38	73,1	4,55	10,69	197,1	10,42	11,19	33,8	8,15	8,25	38,2
Soja	3,12	4,29	66,8	0,10	0,05	- 26,6	0,02	0,36	2.457,6	9,29	10,11	35,5	37,11	34,99	28,7
Trigo	0,28	0,17	- 26,5	-	-	-	-	-	-	3,14	2,22	- 11,8	31,55	22,69	- 1,8
Total	100,00	100,00	21,4	100,00	100,00	63,9	100,00	100,00	26,3	100,00	100,00	24,5	100,00	100,00	36,5

QUADRO 11. - Participação Percentual e Taxa de Crescimento Real dos Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas Para o Custeio dos Produtos Agrícolas, para as Unidades da Federação que Compõem a Região Centro-Sul, no Período de 1978/79
(em porcentagem)

(conclusão)

Cultura	Santa Catarina			Rio Grande do Sul			Mato Grosso			Goiás			Região Centro-Sul		
	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)	Participação 1978	Participação 1979	Taxa (1)
Algodão	0,02	0,00	- 86,5	0,00	0,02	8.894,9	3,27	3,21	45,6	5,83	4,99	39,5	5,40	5,54	39,9
Amendoim	0,00	0,02	707,4	0,00	0,00	17,6	0,45	0,81	170,5	0,20	0,07	- 46,4	0,90	1,05	58,2
Arroz	13,58	11,13	26,0	24,26	19,73	16,6	59,60	52,51	30,6	46,38	54,82	92,6	14,88	14,86	36,0
Batata-inglesa	10,24	7,25	8,9	0,38	0,37	38,4	0,11	0,06	- 17,4	0,42	0,22	- 14,0	2,46	1,85	1,9
Cafê (2)	0,09	0,00	- 78,9	0,01	0,02	61,1	1,40	1,95	106,9	1,04	1,26	98,2	15,20	16,08	44,1
Cana-de-açúcar (2)	1,82	1,58	33,9	0,03	0,04	72,4	1,49	0,40	- 60,4	0,63	0,38	- 2,1	6,04	4,93	11,2
Feijão	6,56	4,95	16,2	0,54	0,31	- 17,4	3,02	1,70	- 16,5	4,96	4,16	36,6	2,39	2,05	17,3
Frutas cítricas (2)	0,07	0,00	- 93,7	0,02	0,02	41,0	0,00	0,00	- 92,6	0,03	0,02	- 13,6	2,35	2,29	32,4
Mandioca	2,95	3,29	71,8	0,12	0,14	71,2	0,16	0,39	251,4	0,06	0,27	602,6	0,36	0,45	71,2
Milho	36,70	39,10	63,8	3,37	4,49	91,0	2,46	2,54	52,5	34,12	24,54	17,2	10,12	10,74	44,4
Soja	27,04	28,94	64,6	48,62	48,51	43,0	25,30	31,58	85,1	6,32	9,26	138,6	25,90	27,03	42,1
Trigo	0,93	3,73	514,7	22,65	26,35	66,8	2,74	4,85	162,5	0,01	0,01	1,2	14,00	13,13	27,7
Total	100,00	100,00	53,8	100,00	100,00	43,4	100,00	100,00	48,3	100,00	100,00	62,9	100,00	100,00	36,2

(1) Taxa de crescimento real no período 1978-79.

(2) Só inclui área em produção.

(3) Inclui Mato Grosso do Sul.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN)

QUADRO 12. - Participação Percentual Média e Taxa de Crescimento da Área Plantada das Principais Culturas, nas Unidades da Federação que Compõem a Região Centro-Sul, nos Anos Agrícolas de 1978/79 e 1979/80
(em porcentagem)

(continua)

Cultura	Minas Gerais		Espírito Santo		Rio de Janeiro		São Paulo		Paraná	
	Participação média	Taxa (1)	Participação média	Taxa (1)	Participação média	Taxa (1)	Participação média	Taxa (1)	Participação média	Taxa (1)
Algodão	2,53	- 4,8	5,28	- 9,6	3,74	17,4
Amendoim	0,14	46,7	4,05	3,8	0,60	24,5
Arroz	14,19	16,2	5,59	- 13,0	9,25	- 5,0	5,82	- 1,9	4,28	20,6
Batata-inglesa	0,83	1,2	0,04	50,0	0,21	- 25,0	0,56	- 13,5	0,58	- 20,8
Cafê (2)	12,43	- 6,8	46,34	8,9	14,92	2,4	7,61	3,1
Cana-de-açúcar (2)	4,75	2,7	4,70	- 16,5	58,22	1,9	19,16	6,6	0,75	8,3
Feijão	14,16	45,0	12,49	7,5	4,91	58,6	7,37	14,4	9,46	7,2
Frutas cítricas (2)	0,67	1,2	0,28	- 5,6	10,07	8,6	7,78	5,1	0,06	- 10,6
Mandioca	3,28	3,9	6,11	- 33,9	4,27	- 20,6	0,74	- 9,6	0,52	9,7
Milho	43,45	11,0	24,45	- 1,7	13,07	- 9,3	20,13	- 5,0	25,89	0,7
Soja	3,45	27,1	10,60	2,1	28,51	3,0
Trigo	0,12	3,59	- 20,2	18,00	0,0
Total	100,00	13,1	100,00	0,3	100,00	1,4	100,00	5,8	100,00	3,5

QUADRO 12. - Participação Percentual Média e Taxa de Crescimento da Área Plantada das Principais Culturas, nas Unidades da Federação que Compõem a Região Centro-Sul, nos Anos Agrícolas de 1978/79 e 1979/80
(em porcentagem)

Cultura	(conclusão)									
	Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Mato Grosso ⁽³⁾		Goiás		Região Centro-Sul	
	Participação média	Taxa ⁽¹⁾	Participação média	Taxa ⁽¹⁾	Participação média	Taxa ⁽¹⁾	Participação média	Taxa ⁽¹⁾	Participação média	Taxa ⁽¹⁾
Algodão	1,90	- 4,3	1,53	- 21,5	2,27	2,0
Amendoim	0,05	37,5	0,08	- 6,9	0,79	66,2	0,08	- 65,4	0,84	17,5
Arroz	6,27	30,5	6,72	14,1	51,57	5,4	44,94	28,8	13,02	14,1
Batata-inglesa	0,93	- 0,5	0,71	- 10,8	0,56	- 9,0
Cafê ⁽²⁾	6,46	2,2
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	1,12	6,9	0,43	2,0	0,86	8,7	0,90	- 4,6	4,60	10,6
Feijão	10,93	2,5	2,29	14,2	4,00	157,6	8,09	- 19,7	7,58	18,4
Frutas cítricas ⁽²⁾	0,13	- 19,3	0,29	0,4	0,05	- 8,3	0,11	0,0	1,39	24,1
Mandioca	4,58	- 3,0	2,09	- 5,4	1,82	- 31,8	0,94	- 1,3	1,76	- 9,3
Milho	51,75	6,7	21,82	4,2	6,93	10,1	35,04	- 3,6	26,71	2,7
Soja	23,28	11,9	48,33	- 3,0	27,53	46,4	8,37	62,4	25,21	5,1
Trigo	0,96	- 41,6	17,24	- 35,2	4,55	22,6	9,60	- 16,3
Total	100,00	7,6	100,00	- 6,7	100,00	19,9	100,00	12,6	100,00	4,2

⁽¹⁾ Taxa de crescimento 1978/79.

⁽²⁾ Só inclui área em produção.

⁽³⁾ Inclui Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados básicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (São Paulo).

QUADRO 13. - Valor Básico de Custeio para o Financiamento do Crédito Rural nos Agrícolas de 1979/80 e 1980/81

Cultura	Faixa de produtividade inferior				Faixa de produtividade média				Faixa de produtividade superior			
	kg/ha	1979/80 (Cr\$/ha)	1980/81 (Cr\$/ha)	Δ%	kg/ha	1979/80 (Cr\$/ha)	1980/81 (Cr\$/ha)	Δ%	kg/ha	1979/80 (Cr\$/ha)	1980/81 (Cr\$/ha)	Δ%
Algodão	atē 1.000	8.724	18.400	113	1.401 - 1.600	12.304	28.100	128	acima de 1.800	16.546	32.800	98
Amendoim	atē 1.400	6.504	9.200	42	1.401 - 2.300	8.094	15.700	94	acima de 2.300	9.712	18.900	95
Arroz irrigado	atē 2.800	8.772	16.000	82	3.401 - 4.000	12.230	23.100	89	acima de 4.000	14.650	26.800	83
Arroz sequeiro ⁽¹⁾	atē 1.000	3.064	5.300	73	1.001 - 1.300	4.550	7.000	54	acima de 1.600	6.612	10.500	60
Batata semente	atē 12.000	65.775	99.200	51	15.001 - 18.000	78.930	132.200	67	acima de 18.000	104.410	138.400	33
Feijão	atē 400	-	3.500	-	601 - 800	4.328	9.400	117	acima de 1.000	5.526	13.200	139
Girassol	atē 1.800	3.311	9.100	175	-	-	-	-	acima de 1.800	3.887	11.400	193
Mamona (1º ano)	atē 900	4.508	6.800	51	1.401 - 1.900	-	10.900	-	acima de 1.900	5.564	14.700	164
Mamona (2º ano)	atē 900	-	5.700	-	901 - 1.400	-	7.000	-	acima de 1.400	-	7.500	-
Mandioca	atē 10.000	4.506	7.600	69	15.001 - 20.000	9.100	12.300	35	acima de 25.000	14.400	15.300	6
Milho	atē 900	1.847	3.300	79	2.101 - 2.500	4.075	8.600	111	acima de 3.500	5.070	13.400	164
Soja	atē 1.250	2.910	7.700	165	1.501 - 1.750	3.720	9.700	161	acima de 2.000	4.503	12.200	171
Sorgo	atē 2.000	3.221	5.100	58	2.001 - 3.000	4.199	8.500	102	acima de 3.000	4.422	9.600	117

⁽¹⁾ Para os estados de Mato Grosso e Rondônia, o VBC foi acrescido de um financiamento adicional que varia de Cr\$1.000,00, para faixa de 1.001 a 1.300kg/ha, a Cr\$1.500,00, para a faixa de 1.600kg/ha.

Fonte: Banco Central do Brasil, Circular nº 550 de 27/06/80.

QUADRO 14. - Encargos Financeiros em Crédito Rural, (1), Brasil, Dezembro de 1979
(em porcentagem)

Finalidade e tipo de produtor	Correção monetária	Juros	Total de encargos anuais para 1980
Miniprodutor e pequeno produtor			
Custeio	(40% das ORTNs) 19	5	24
Investimento	(50% das ORTNs) 24	5	29
Demais produtores			
Custeio	(60% das ORTNs) 28	5	33
Investimento	(70% das ORTNs) 33	5	38
Comercialização			
Descontos	(60% das ORTNs) 28	5	33
Preços mínimos	(50% das ORTNs) 24	5	29

(1) Com exceção das áreas de atuação da SUDENE e SUDAN e Programas Especiais.

Fonte: Resolução 590, dezembro/79 e Carta Circular 383, janeiro/80 - Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 15. - Relação de Preços Mínimos e Preços Recebidos pelos Produtores dos Estados da Região Centro-Sul, 1978/79 e 1979/80

Produto	Minas Gerais		Paraná		Espírito Santo		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Rio de Janeiro		Mato Grosso		São Paulo		Góias	
	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80	78/79	79/80
Algodão	0,92	0,89	0,93	0,77	-	-	-	-	-	-	-	-	0,92	0,84	0,83	0,71	0,84	0,59
Amendoim	0,44	0,65	0,69	0,94	0,57	0,73	0,78	0,80	0,62	0,81	0,59	0,78	0,70	1,02	0,63	1,04	0,55	0,63
Arroz	0,61	0,67	0,67	0,65	0,59	0,68	0,79	0,82	0,79	0,67	0,59	0,70	0,83	0,81	0,65	0,70	0,71	0,81
Feijão	0,68	0,82	0,96	0,89	0,66	0,73	1,00	0,93	0,82	0,92	0,63	0,79	0,58	0,66	0,77	0,73	0,65	0,61
Mandioca	0,84	0,73	0,24	0,33	0,73	0,32	0,73	0,30	0,19	0,15	0,43	0,22	0,18	0,19	1,03	0,35	0,15	0,20
Milho	0,55	0,57	0,77	0,69	0,54	0,51	0,64	0,63	0,56	0,60	0,49	0,44	0,60	0,66	0,65	0,65	0,66	0,65
Soja	0,54	0,97	0,51	0,90	-	-	0,54	0,93	0,56	0,99	-	-	0,56	0,90	0,51	0,90	0,56	0,92

Fonte: Dados básicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

QUADRO 16. - Preços Mínimos, Custos Variáveis e Relações Custos Variáveis/Preços Mínimos, por Técnica de Produção e Para os Estados da Região Centro-Sul, 1980/81

(continua)

Produto	Minas Gerais					Paraná					Espírito Santo				
	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM (2) Cr\$/kg	CO (3) Cr\$/kg	CO/PM	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM Cr\$/kg	CV (4) Cr\$/kg	CV/PM	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM Cr\$/kg	CV Cr\$/kg	CV/PM
Algodão	TM	1.800	31,68	21,08	0,67	TMA	1.650	31,68	21,31	0,67
						TM	1.950		21,10	0,67					
Amendoim	TM	1.600	13,00	12,64	0,97	TA	2.000	13,00	9,72	0,75
						TMA	2.400		10,12	0,78					
Arroz	TM	1.500	14,40	10,18	0,71	TA	1.050	14,40	6,33	0,44	TA	1.500	14,40	8,95	0,62
						TM	1.800		6,78	0,47					
Feijão	TM	900	30,00	17,68	0,59	TA	720	30,00	13,65	0,46	TA	510	30,00	16,87	0,56
						TM	1.200		13,25	0,44					
Mandioca	TM	20.000	1,80	1,31	0,73	TM	20.000	1,80	0,80	0,44
Milho	TM	2.460	7,90	6,80	0,86	TMA	2.100	7,90	5,11	0,65	TA	1.200	7,90	6,29	0,79
						TM	2.400		4,92	0,62					
Soja	TM	1.680	11,00	6,85	0,62
Mamona	TM	1.980	14,67	6,23	0,42

QUADRO 16. - Preços Mínimos, Custos Variáveis e Relações Custos Variáveis/Preços Mínimos, por Técnica de Produção e Para os Estados da Região Centro-Sul, 1980/81

(continua)

Produto	Santa Catarina					Rio Grande do Sul					Rio de Janeiro				
	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM Cr\$/kg	CV Cr\$/kg	CV/PMA	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM (2) Cr\$/kg	CO (3) Cr\$/kg	CO/PM	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM Cr\$/kg	CV (4) Cr\$/kg	CV/PM
Algodão
Amendoim
Arroz	TMA	3.660	14,40	10,32	0,72	TM	3.500	14,40	7,76	0,54	TA	2.760	14,40	8,78	0,61
											TMA	2.760		8,89	0,62
Feijão	TA	1.260	30,00	18,77	0,63
Mandioca
Milho	TMA	4.200	7,90	3,63	0,46
	TA	4.800		4,57	0,58	TA	3.240	7,90	5,33	0,67					
Soja	TM	1.800	11,00	8,33	0,76
Mamona

QUADRO 16. - Preços Mínimos, Custos Variáveis e Relações Custos Variáveis/Preços Mínimos, por Técnica de Produção e Para os Estados da Região Centro-Sul, 1980/81 (conclusão)

Produto	Mato Grosso (5)					São Paulo					Goiás				
	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM Cr\$/kg	CV Cr\$/kg	CV/PM	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM Cr\$/kg	CV Cr\$/kg	CV/PMA	Téc. (1)	Rend. kg/ha	PM (2) Cr\$/kg	CO (3) Cr\$/kg	CO/PM
Algodão	TA	1.200	31,68	15,54	0,48	TM	1.770	31,68	24,14	0,76	TM	1.905	31,68	18,16	0,57
Amendoim	TM	2.150	13,00	15,70	1,21
Arroz	TM	1.500	13,80	10,90	0,79	TM	1.200	14,40	9,33	0,65	TM	1.200	14,40	10,10	0,70
Feijão	TM	2.340		8,99	0,62	TM	1.080	30,00	14,28	0,48
Mandioca	TMA	960	30,00	21,65	0,72
Milho
Soja	TM	1.800	10,00	11,33	1,13	TM	2.460	7,90	6,34	0,80	TM	2.520	7,62	5,68	0,75
Mamona	TM	2.100	11,00	6,12	0,56	TM	1.800	10,00	9,40	0,94

(1) TMA: Tração motomecanizada e animal; TM: Tração motomecanizada; TA: Tração animal.

(2) PM = Preço Mínimo.

(3) CO = Custo Operacional.

(4) CV = Custo Variável.

(5) Neste Estado também são usados os custos operacionais.

Fonte: Dados básicos: Instituto de Economia Agrícola, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs) e Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados GO, MT, RS, SC, PR, RJ, ES, MG, SP. (EMATERes)

QUADRO 17. - Produtividade Média (¹) e Produtividades Adotadas (²), Principais Culturas dos Estados da Região Centro-Sul, no Período 1973-76

Produto	Minas Gerais		Paraná		Espírito Santo		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Rio de Janeiro		Mato Grosso		São Paulo		Goiás	
	PM (²)	PA (³)	PM	PA	PM	PA	PM	PA	PM	PA	PM	PA	PM	PA	PM	PA	PM	PA
Algodão	632	1.800	1.482	1.650 1.950	1.200	1.437	1.770	1.419	1.905
Amendoim	-	1.600	1.174	2.000 2.400	1.354	2.150
Arroz	1.047	1.500	1.441	1.050 1.800	...	1.500	...	3.360	3.580	3.550	...	2.760 2.760	1.487	1.500	1.147	1.200 2.340	1.104	1.200
Feijão	758	720 1.200	...	510	736	1.260	516	960	...	1.080
Mandioca	15.560	20.000	...	20.000	20.000
Milho	1.483	2.460	1.082	2.100 2.400	...	1.200	2.249	4.200 4.800	1.489	3.240	2.060	2.460	1.082	2.520
Soja	1.680	1.447	1.800	1.800	1.891	2.100	...	1.800
Mamona	1.517	1.980	1.248	1.200

(¹) Conforme estimativas de custos de produção para os estados do Centro-Sul.

(²) PM = Produtividade média no período 1967-73.

(³) PA = Produtividade adotada no quadro 15.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 18. - Relação Preço Mínimo da Safra 1980/81, Preços Médios Recebidos Junho-Agosto 1980, por Estado da Região Centro-Sul

Produto	Minas Gerais	Paraná	Espírito Santo	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	São Paulo	Goiás
Algodão	1,52	1,74	1,56	1,48
Amendoim	0,79	1,21	1,30	...
Arroz	1,31	1,17	1,19	1,50	1,27	1,23	1,27	1,33
Feijão	0,90	0,87	0,87	1,07	0,80	0,77
Mandioca	1,20	0,70	0,61	...
Milho	1,47	1,47	1,12	1,27	1,38	...	1,51	1,40
Soja	1,26	1,19	...	1,23	1,30	...	1,28	...
Mamona	1,67

Fonte: Dados básicos: Preço Mínimo, Banco Central do Brasil (BACEN); Preços Recebidos Pelos Agricultores, Centro de Estudos Agrícolas (CEA), Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (SP).

QUADRO 19. - Preços Mínimos Fixados para a Região Centro-Sul, Ano Agrícola de 1980/81
(em cruzeiro)

Produto	Unidade	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Goiás	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Algodão (tipo 5)	15kg	475,20	475,20	475,20	475,20	475,20	475,20	475,20	475,20	475,20	475,20
Amendoim (casca)	sc.25kg	325,00	325,00	325,00	325,00	325,00	325,00	325,00	325,00	325,00	325,00
Arroz (casca)	sc.50kg	720,00 (1) 660,00 (1)	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00
Feijão (tipo 3)	sc.60kg	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
Mandioca	t	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
Milho	sc.60kg	474,00 (1) 440,40 (1)	474,00	474,00 (1) 440,40 (1)	474,00	474,00	474,00	474,00	474,00	474,00	474,00
Soja (média)	sc.60kg	600,00 (1) 540,00 (1)	660,00 (1) 600,00 (1)	660,00 (1) 600,00 (1)	660,00 (1) 600,00 (1)	600,00	600,00	660,00	660,00	660,00	660,00
Sorgo	sc.60kg	426,60 (1) 396,00 (1)	426,60	426,60 (1) 396,00 (1)	426,60	426,60	426,60	426,60	426,60	426,60	426,60
Mamona	sc.60kg	880,20	880,20	880,20	880,20	880,20	880,20	880,20	880,20	880,20	880,20
Girassol (tipo 2)	sc.40kg	420,00	420,00	420,00	420,00	420,00	420,00	420,00	420,00	420,00	420,00

(1) Diferentes zonas geoeconômicas no Estado.

Fonte: Diário Oficial da União de 21/08/80 - Decreto nº 85.058 de 19/08/80

QUADRO 20. - PROAGRO: Coberturas por Estados da Região Centro-Sul e Brasil, 1979

Estado	Valor (Cr\$1.000,00)	%
Paraná	1.699.876	55,62
São Paulo	472.225	15,45
Mato Grosso	379.985	12,44
Rio Grande do Sul	253.805	8,30
Goiás	109.420	3,58
Santa Catarina	41.224	1,35
Minas Gerais	40.425	1,32
Rio de Janeiro	2.435	0,08
Espírito Santo	1.397	0,05
Região Centro-Sul	3.000.792	98,18
Total (1)	3.056.286	100,00

(1) Este total inclui outros estados da Federação, tais como: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Fonte: Relatório 1979 do Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 21. - PROAGRO: Coberturas por Principais Culturas e Respectivas Participações Relativas, Brasil, 1979

Cultura	Valor (Cr\$1.000,00)	%
Trigo	1.599.539	52,34
Arroz	539.920	17,64
Soja	430.713	14,09
Café	142.231	4,65
Milho	87.771	2,87
Algodão	67.679	2,21
Feijão	61.687	2,02
Outras	126.746	4,15
Total	3.056.286	100,00

Fonte: Relatório 1979 do Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 22. - Comportamento das Diversas Modalidades de Seguro Agrícola, Estado de São Paulo, 1979/80

Cultura	Seguros realizados		Sinistros ocorridos		Relação S/P (%)
	Nº	Prêmio arrecadado (P) (Cr\$)	Nº	Indenizações pagas (S) (Cr\$)	
Algodão ⁽¹⁾	18.882	63.212.674,59	1.657	94.361.385,75	149,28
Amendoim	1	7.850,00	-	-	-
Banana ⁽¹⁾	58	2.073.200,00	32	7.314.500,00	352,81
Batata	87	2.030.982,80	52	13.006.560,19	640,41
Milho	7	46.933,50	-	-	-
Soja ⁽¹⁾	42	1.616.236,70	3	854.037,22	52,84
Tomate	20	214.782,80	5	765.135,94	356,24
Videira	160	1.608.531,50	63	3.074.943,38	191,16
Total	19.257	70.811.191,89	1.812	119.376.562,50	168,58

⁽¹⁾ Essas culturas apresentavam em 31/08/80 alguns sinistros pendentes.

Fonte: Departamento de Seguro Rural da Companhia Seguro do Estado de São Paulo.

QUADRO 23. - Alíquotas Máximas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, por Regiões do Brasil, 1977-82
(em percentagem)

Região	Operação	1977 ⁽¹⁾	1978 ⁽¹⁾	1979 ⁽¹⁾	1980 ⁽²⁾	1981 ⁽²⁾	1982 ⁽²⁾ (e seguintes)
Sudeste e Sul	Interna	14	14	14	15	15,5	16
	Interestadual	14 (11)	14 (11)	14 (11)	15 (11)	15,5 (11)	16 (11)
Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Exportação	13	13	13	13	13	13
	Interna	15	15	15	16	16	16
	Interestadual	15 (11)	15 (11)	15 (11)	16 (10)	16 (9,5)	16 (9)
	Exportação	13	13	13	13	13	13

⁽¹⁾ Conforme Convênio ICM 44/76, nas operações interestaduais, foi reduzida a base de cálculo do imposto nas saídas promovidas por contribuintes das regiões Sudeste e Sul, em 21,428%, e Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 26,666%, o que resulta, para estas regiões, em alíquotas de 11%.

⁽²⁾ Nas operações interestaduais que destinem mercadorias a contribuintes para fins de industrialização ou comercialização aplica-se a alíquota menor. Nestas mesmas operações, o Estado do Espírito Santo, para efeito da aplicação de alíquota mais reduzida, foi incluído como estado pertencente à Região Nordeste.

Fonte: Resolução nºs 98/76, 129/79 e 7/80, do Senado Federal.

- Trabalho

- Emprego agrícola

Recentemente, a Fundação IBGE divulgou os últimos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes a 1978. De acordo com esses dados, no conjunto das regiões do Rio de Janeiro (Região I), São Paulo (Região II), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Região III) e Minas Gerais e Espírito Santo (Região IV), cerca de 55% da população de 10 anos e mais era economicamente ativa. Do total de 29 milhões de pessoas consideradas economicamente ativas, 26%, isto é, aproximadamente 7,7 milhões de pessoas dedicavam-se às atividades agrícolas. A distribuição da população dedicada às atividades agrícolas na Região Centro-Sul se dá nas seguintes proporções: 57% na Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 24% na Região IV (Minas Gerais e Espírito Santo), 16% na Região II (São Paulo) e apenas 3% na Região I (Rio de Janeiro).

No período de 1976 a 1978, a população economicamente ativa em todos os setores da economia, na Região Centro-Sul, cresceu de 26,2 milhões, em 1976, para 28,4 milhões de pessoas em 1978; todavia, a participação relativa do setor agrícola diminuiu de 29% para 27% no mesmo período. Essa diminuição da participação relativa se deu em todas as regiões componentes do Centro-Sul. Por outro lado, em números absolutos, embora com ligeira reação em 1977, o número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas diminuiu nas regiões de São Paulo (II) e de Minas Gerais e Espírito Santo (IV), manteve-se estável no Rio de Janeiro (I) e aumentou na Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), talvez em função da estrutura fundiária prevalecente nesses estados com grande utilização da mão-de-obra familiar não remunerada (quadro 24).

Com efeito, no que concerne à posição na ocupação agrícola, em 1978, de um lado, as regiões de São Paulo (II), Rio de Janeiro (I) e de Minas Gerais e Espírito Santo (IV) tinham distribuições semelhantes: predominância da categoria de empregados com mais de 50% em todas essas regiões (71,9%, 63,8% e 53,9% respectivamente), com uma participação média de 5% para os empregadores nas três regiões, enquanto as categorias de trabalhadores por conta própria e não remunerados distribuíam-se complementarmente e em sentido inverso às proporções da categoria de empregados. Na classificação adotada pela PNAD essas categorias complementam-se, pois "por conta própria" ou autônomos são pequenos produtores sem empregados que desenvolvem as atividades da propriedade com a mão-de-obra familiar ou agregada, componentes da categoria "não-remunerados". De outro lado, na Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), embora apenas com 2,6% de empregadores, mas com 29,8% na categoria por conta própria

pria e 47,7% na de não remunerados, verifica-se uma proporção de apenas 20% aproximadamente de empregados propriamente ditos. Tal proporção de empregados corresponde, em números absolutos, a pouco mais de 864 mil pessoas, contingente próximo ao de São Paulo com 904 mil empregados, mas representando 71,9% do total de pessoas ocupadas no setor agrícola (quadro 25).

Dessa maneira, a Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), quer por apresentar a maior proporção relativa de pessoas ocupadas no setor agrícola (46,6%) em todo o Centro-Sul, inclusive crescendo em termos absolutos no período, quer por ser totalmente diferenciada em termos da distribuição segundo a posição na ocupação agrícola das demais regiões do Centro-Sul, deve apresentar uma estrutura de produção e uma organização social no campo típicas e diferenciadas, com maior utilização da mão-de-obra familiar em relação às demais regiões.

No que tange às relações de trabalho, o único dado disponível na PNAD refere-se à carteira de trabalho dos empregados devidamente assinada pelo empregador em 1978. A categoria de empregados totalizava 2,9 milhões de pessoas ocupadas em atividades agrícolas nas regiões abrangidas, das quais apenas 18% dispunham de carteira de trabalho devidamente assinada pelo empregador. Essa proporção atingia 32% do total de empregados em São Paulo, caindo para 18,5% no Rio de Janeiro, para 15% na região do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e para 8,6% em Minas Gerais e Espírito Santo (a análise sobre emprego agrícola não abrange os Estados de Mato Grosso e Goiás, em função de não ser possível desagregar os dados do PNAD referente à Região VII (Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Goiás).

Dados mais recentes sobre a estrutura do emprego agrícola, na Região Centro-Sul, são disponíveis para o Estado de São Paulo, através do levantamento realizado pelo Instituto de Economia Agrícola em abril de 1980. Segundo esse levantamento, o número de pessoas engajadas nas atividades agrícolas no Estado de São Paulo está em torno de 1.159.000. Desse total, 717 mil (62%) residem nas propriedades agrícolas e 442 mil são trabalhadores não residentes.

O total de mão-de-obra residente, que continua declinante nos últimos anos, mas com tendência a se estabilizar, apresenta a seguinte composição por categoria de trabalhadores: 40% são proprietários, proporção estável nos últimos anos; 18% são parceiros e arrendatários, com tendência declinante; e os demais são empregados propriamente ditos, sendo 24% mensalistas, com tendência ascendente, em detrimento dos 18% entre diaristas, empreiteiros, colonos e outros, categorias em declínio na participação no total.

Os 442 mil trabalhadores não residentes, em geral temporários, correspondem a 38% do total da mão-de-obra dedicada às atividades agrícolas e sua participação vem crescendo nos últimos anos, tanto em números absolutos como relativos. Do total de trabalhadores não-residentes, 66% são considerados mão-de-obra volante (bóia-fria) e os 34% restantes correspondem a outros trabalhadores, abrangendo desde proprietários que não residem na propriedade até outros trabalhadores não residentes contratados individualmente para serviços nas propriedades agrícolas.

Essa tendência, de aumento do número de trabalhadores temporários em relação aos residentes, caracterizada para São Paulo, segundo informações obtidas estende-se também a outros estados componentes da Região Centro-Sul, especialmente ao Paraná.

- Salários agrícolas

Os salários agrícolas, em termos reais, vinham apresentando pequenas oscilações

mantendo-se, praticamente, estacionários no período de 1976 a 1978, estabilidade mantida ainda em 1979, com exceção do Estado de São Paulo, onde já houve decréscimo em todas as categorias (quadro 26).

No 1º semestre de 1980, comparado ao 1º semestre de 1979, embora os salários agrícolas na Região Centro-Sul, em média, tenham acusado aumentos em termos nominais entre 87% e 104% para as várias categorias, em termos reais verificam-se decréscimos em todas as categorias, exceto para o trabalhador eventual, em todos os estados da região, com exceção de Mato Grosso e Goiás (quadro 27). Nesses dois estados, onde se expande a fronteira agrícola, ainda houve um pequeno aumento em termos reais, na remuneração de todas as categorias de trabalhadores, exceto na de tratorista.

Apesar disso, em 1980 a média dos salários agrícolas da Região Centro-Sul apresenta-se, como sempre, bem superior à média brasileira. Comparativamente, o salário médio de administrador na região foi, em 1980, de Cr\$9.041,00, oscilando entre Cr\$7.180,00 em São Paulo a Cr\$12.806,00 em Mato Grosso, enquanto o de capataz apresentou média de Cr\$5.713,00, variando entre Cr\$4.762,00 em São Paulo e Cr\$7.271,00 em Mato Grosso, dados que demonstram a importância dessas categorias na região da fronteira agrícola de Mato Grosso.

Nas categorias de tratorista (salário médio de Cr\$5.472,00) e trabalhador permanente (salário médio de Cr\$3.837,00), as oscilações nos salários mensais são pequenas entre os estados, sendo São Paulo, também nesses dois casos, o Estado com menores salários médios da Região Centro-Sul neste ano. Essa diferenciação dos salários para São Paulo pode, provavelmente, ser explicada pelo fato de o levantamento dos dados ser efetuado com metodologia diferente dos demais estados, pois é efetuado pelo Instituto de Economia Agrícola, enquanto nos demais é feito pelo Centro de Economia Rural do IBRE - FGV.

Finalmente, o trabalhador eventual foi a única categoria a ter acréscimo da ordem de 3%, em termos reais, entre 1979 e 1980, pois a diária média na região alcançou Cr\$168,00, oscilando entre Cr\$147,00 em Minas Gerais e Cr\$199,00 em Santa Catarina.

Nessa situação, na Região Centro-Sul, o poder aquisitivo da maioria dos trabalhadores rurais está deteriorado, sendo no caso dos trabalhadores permanentes e eventuais pouco superior ao 1º semestre de 1977 e no de tratorista abaixo do relativo ao 1º semestre de 1976.

Confirmando tal situação, a relação entre o salário mínimo urbano e o salário do trabalhador permanente agrícola, que tendia a se homogeneizar intersetorialmente (urbano-rural) até 1979, voltou a se deteriorar em 1980, especialmente no caso de São Paulo, à exceção obviamente da região de fronteira agrícola (quadro 28). Essa deterioração acompanha a tendência semelhante que está ocorrendo na remuneração da mão-de-obra não qualificada no setor urbano, especialmente nos setores da construção civil e de obras públicas, induzindo um refreamento dos níveis salariais do setor rural.

Dentro desse contexto e em função do processo inflacionário da carência de crédito para investimento, e do aumento nos preços de combustíveis, inibindo certas inovações tecnológicas substitutivas de mão-de-obra, é de se esperar para o ano agrícola 1980/81 que, para atender à maior demanda de mão-de-obra decorrente da prioridade estabelecida para o setor agrícola, os salários dos trabalhadores rurais recuperem seu poder aquisitivo em toda a Região Centro-Sul.

- Previdência social rural

Se a situação salarial dos trabalhadores rurais se apresenta precária, o acesso aos benefícios sociais da Previdência Social Rural chega a ser calamitoso. Com base, ainda,

nos dados de 1978 da PNAD e, portanto, com as limitações de não abranger os atendidos pelo FUNRURAL e de não ser possível incluir os estados de Mato Grosso e Goiás, a Região Centro-Sul, a mais desenvolvida em termos agrícolas no País, apresentava contingente de 7.698,1 mil pessoas ocupadas em atividades agrícolas, das quais apenas 561.457, ou seja, 7,3% do total eram contribuintes de Institutos de Previdência (quadro 29).

Esses dados da PNAD correspondem a pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, mas que, de alguma forma, são contribuintes dos Institutos de Previdência (por exemplo, trabalhadores das usinas de cana). Se incluídos os atendidos pelo FUNRURAL, haveria ampliação do número, mas não diminuiria a precariedade da situação.

Na região do Rio de Janeiro essa proporção atingia 22,4%. na região de São Paulo, 13,4%, caindo para 8,2% na região IV (Minas Gerais e Espírito Santo), para atingir apenas 4,3% na região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), exatamente a de maior contingente de pessoas ocupadas na agricultura em todo o Centro-Sul.

No sentido de resolver tal situação, algumas medidas vêm sendo tomadas recentemente pelos órgãos governamentais, umas de caráter mais restrito, outras de caráter mais amplo. No primeiro caso, está a Resolução nº 07/80, de 18 de julho de 1980, baixada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, que obriga os produtores de cana, açúcar e álcool a aplicar, em diversas formas de benefícios sociais para os trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedoras, a porcentagem de 1% sobre o preço oficial do saco de açúcar de 60kg, de 1% sobre o valor oficial de tonelada de cana entregue, ou de 2% sobre o valor do litro de álcool. Esta Resolução vem beneficiar, entre outros, os trabalhadores agrícolas ligados a empresas agroindustriais, que por sinal já são assistidos pela previdência social urbana, aumentando os benefícios desses trabalhadores em relação aos demais trabalhadores rurais. Com isso, enfraquece-se ainda mais a posição dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que defendem a substituição do atual critério de enquadramento profissional segundo a natureza da atividade da empresa pelo critério de enquadramento segundo a natureza da atividade do empregado.

No segundo caso, está o anteprojeto de lei complementar, que estende aos empregados, empregadores e outros trabalhadores rurais o regime de previdência e assistência social urbana. Tal projeto, em andamento no Congresso Nacional, estende de 7 a 19 os tipos de benefícios para o homem do campo, não englobando apenas a aposentadoria por tempo de serviço, as aposentadorias especiais e o abono de permanência em serviço. Esse equiparação, ainda que incompleta, amplia em muito o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios sociais. Todavia, vem encontrando resistências da parte dos empregadores agrícolas, pois além de aumentar a contribuição para o FUNRURAL de 2,5% para 3% sobre o valor dos produtos comercializados (2% para assistência dos trabalhadores e 1% para acidentes de trabalho), ainda propõe uma contribuição de 16% sobre o mesmo valor, com tetos máximos e mínimo prefixados, para o próprio empregador rural compulsoriamente se tornar beneficiário da Previdência Social.

(IEA, 30/10/1980)

QUADRO 24. - Pessoas Ocupadas em Todos os Setores da Economia e no Setor Agrícola por Região Sócio-Econômica, Região Centro-Sul, 1976-78

(em 1.000 pessoas)

Região	1976			1977			1978		
	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola (%)	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola (%)	Em todos os setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola (%)
	(nº)	(nº)	(%)	(nº)	(nº)	(%)	(nº)	(nº)	(%)
I - Rio de Janeiro	3.875,8	226,1	5,8	3.962,5	231,4	5,8	4.288,4	228,2	5,3
II - São Paulo	8.791,8	1.265,3	14,4	9.004,7	1.335,4	14,8	9.488,3	1.257,8	13,2
III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	8.480,7	4.053,0	47,8	8.951,6	4.241,1	47,4	9.325,2	4.348,6	46,6
IV - Minas Gerais e Espírito Santo	5.064,2	2.029,1	40,1	5.219,1	2.008,3	38,4	5.357,7	1.863,5	34,8
Total das 4 regiões	26.212,5	7.573,5	28,9	27.137,9	7.816,2	28,8	28.459,6	7.698,1	27,0

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

QUADRO 25. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas por Regiões Sócio-Econômicas, Segundo Posição na Ocupação, Região Centro-Sul, 1978

(em 1.000 pessoas)

Posição na ocupação	I		II		III		IV	
	Rio de Janeiro		São Paulo		Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul		Minas Gerais e Espírito Santo	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Empregados	145,7	63,8	904,4	71,9	864,2	19,9	1.004,0	53,9
Por conta própria	46,7	20,5	148,6	11,8	1.296,8	29,8	449,2	24,1
Empregadores	11,5	5,0	60,6	4,8	114,5	2,6	98,9	5,3
Não remunerados	24,3	10,7	144,2	11,5	2.073,1	47,7	311,4	16,7
Total	228,2	100,0	1.257,8	100,0	4.348,6	100,0	1.863,5	100,0

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

QUADRO 26.- Remuneração Média⁽¹⁾ do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo os Estados da Região Centro-Sul e Brasil, no Primeiro Semestre do Período, 1977-80

Estado	Administrador (Cr\$/mês)				Capataz (Cr\$/mês)				Tratorista (Cr\$/mês)				Trabalhador permanente (Cr\$/mês)				Trabalhador eventual (Cr\$/dia)			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Minas Gerais	1.745	2.413	3.892	7.438	1.235	1.661	2.657	5.064	1.565	1.964	3.050	5.935	877	1.224	2.121	3.794	35	47	76	147
Espírito Santo	2.028	2.778	3.982	7.548	1.438	1.837	2.574	4.938	1.646	2.259	3.362	5.905	952	1.403	2.114	3.913	40	56	79	156
Rio de Janeiro	1.952	2.795	4.649	8.205	1.406	2.036	3.264	5.752	1.525	2.217	3.148	5.890	963	1.464	2.099	4.068	39	54	80	143
São Paulo	1.921	2.885	3.906	7.180	4.762	1.242	1.793	2.551	4.482	935	1.548	1.960	3.479	49	66	90	166
Paraná	2.173	3.264	4.742	9.324	1.609	2.213	3.012	5.776	1.500	1.994	2.704	5.144	963	1.325	1.932	3.881	40	55	75	168
Santa Catarina	2.073	3.022	4.600	9.156	1.632	2.232	3.261	5.891	1.636	2.192	3.329	5.980	993	1.468	2.075	4.051	47	64	96	199
Rio G. do Sul	2.475	3.246	5.220	10.792	1.747	2.329	3.482	6.881	1.324	1.864	2.650	5.514	998	1.371	2.113	3.934	44	57	83	183
Mato Grosso ⁽²⁾	2.852	3.695	5.669	12.806	1.873	2.329	3.595	7.271	1.578	2.122	2.676	5.171	1.044	1.308	1.926	3.841	45	57	85	179
Goiás	2.056	2.935	4.457	8.920	1.195	1.658	2.316	5.085	1.355	1.758	2.712	5.230	841	1.164	1.684	3.572	36	47	70	168
Centro-Sul	2.142	3.004	4.568	9.041	1.517	2.037	3.020	5.713	1.486	2.018	2.909	5.472	952	1.364	2.003	3.837	42	56	82	168
Brasil	1.644	2.356	3.803	7.478	1.104	1.538	2.506	4.756	1.329	1.858	2.676	5.054	857	1.278	1.899	3.539	35	47	72	145

(¹) Índice nominal de salário, base: 1965-66 = 100.

(²) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: FGV - Agropecuária - Preços Médios e Índices de Arrendamento, Vendas de Terras, Salários, Serviços.

QUADRO 27. - Remuneração Média⁽¹⁾ do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo os Estados da Região Centro-Sul e Brasil, no Primeiro Semestre do Período, 1977-80

Estado	Administrador (Cr\$/mês)				Capataz (Cr\$/mês)				Tratorista (Cr\$/mês)				Trabalhador permanente (Cr\$/mês)				Trabalhador eventual (Cr\$/dia)			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Minas Gerais	6.928	6.980	7.751	7.438	4.905	4.806	5.291	5.064	6.213	5.680	6.074	5.935	3.482	3.542	4.225	3.794	139	135	151	147
Espírito Santo	8.053	8.037	7.930	7.548	5.712	5.314	5.128	4.938	6.535	6.535	6.694	5.905	3.780	4.058	4.210	3.913	159	163	159	156
Rio de Janeiro	7.751	8.085	9.258	8.205	5.585	5.891	6.499	5.752	6.054	6.416	6.268	5.890	3.824	4.237	4.182	4.068	155	155	159	143
São Paulo	7.628	8.348	7.779	7.180	4.762	4.933	5.187	5.080	4.482	3.713	4.480	3.903	3.479	195	191	179	166
Paraná	8.630	9.445	9.445	9.324	6.388	6.404	5.998	5.776	5.959	5.768	5.386	5.144	3.824	3.832	3.848	3.881	159	159	151	168
Santa Catarina	8.232	8.741	9.162	9.156	6.479	6.455	6.495	5.891	6.495	6.340	6.630	5.980	3.943	4.245	4.134	4.051	187	187	191	199
Rio G. do Sul	9.830	9.389	10.395	10.792	6.936	6.738	6.932	6.881	5.259	5.394	5.279	5.514	3.963	3.967	4.210	3.934	175	163	167	183
Mato Grosso ⁽²⁾	11.325	10.689	11.289	12.806	7.437	6.738	7.159	7.271	6.265	6.137	5.330	5.171	4.146	3.784	3.836	3.841	179	163	171	179
Goiás	8.165	8.491	8.876	8.920	4.476	4.798	4.611	5.085	5.382	5.084	5.402	5.230	3.339	3.367	3.355	3.572	143	135	139	168
Centro-Sul	8.506	8.689	9.099	9.041	6.022	5.895	6.014	5.713	5.903	5.839	5.792	5.472	3.780	3.947	3.991	3.837	167	163	163	168
Brasil	6.527	6.817	7.572	7.478	4.384	4.448	4.993	4.756	5.279	5.374	5.330	5.054	3.403	3.697	3.780	3.539	139	135	143	145

(1) Salários reais, em cruzeiro do 1º semestre de 1980, deflacionado pelo Índice 2 de Conjuntura Econômica.

(2) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: FGV - Agropecuária - Preços Médios e Índices de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Serviços.

QUADRO 28. - Relação entre o Salário Mínimo Regional e o Salário do Trabalhador Rural Permanente no Primeiro Semestre do Ano, Região Centro-Sul, 1977-80

Estado	1977	1978	1979	1980
Minas Gerais	0,79	0,78	0,94	0,91
Espírito Santo	1,01	0,97	1,00	0,94
Rio de Janeiro	0,87	0,94	0,93	0,98
São Paulo	0,85	0,99	0,86	0,84
Paraná	0,94	0,91	0,92	0,94
Santa Catarina	0,97	1,01	0,98	0,98
Rio Grande do Sul	0,97	0,95	1,00	0,95
Mato Grosso (1)	1,20	1,07	1,07	1,12
Goiás	0,97	0,95	0,94	1,04

(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: FGV - Agropecuária - Preços Médios e Índice de Arrendamentos, Venda de Terras, Salários, Serviços.

QUADRO 29. - Pessoas Ocupadas em Atividade Agrícola, por Região Econômica, Segundo a Contribuição para Instituto de Previdência - 1978

(em 1.000 pessoas)

Região	Nº de pessoas ocupadas	Nº de beneficiários	%
I - Rio de Janeiro	228,2	51,0	22,3
II - São Paulo	1.257,8	169,1	13,4
III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	4.348,6	187,9	4,3
IV - Minas Gerais e Espírito Santo	1.863,5	153,4	8,2
Total	7.698,1	561,4	7,3

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Em 1980, os maiores preços de terras para lavoura ocorreram nos estados de São Paulo e Paraná, o que também se verificou nos dois anos anteriores; por outro lado, os menores preços na Região Centro-Sul foram observados nos estados de Mato Grosso e Goiás. Enquanto no Estado do Paraná um hectare valia Cr\$67.989,00, no Estado de Goiás, a terra para lavoura, em 1980, valia Cr\$25.887,00 por hectare (quadro 30). No período 1972-80, a maior taxa de valorização, em termos reais, ocorreu no Estado do Paraná (349,5%), enquanto a menor foi observada no Estado de Goiás (197,5%). No fim do primeiro semestre de 1980, relativamente a dezembro de 1979, observou-se elevação do preço real de terra para lavoura em todos os estados da Região Centro-Sul, sendo que os maiores aumentos ocorreram em Goiás (27,1%), Rio Grande do Sul (19,1%) e Paraná (16,3%).

De modo geral, as terras para lavoura valorizaram-se em todos os estados da Região Centro-Sul, embora a taxas diferenciadas. Genericamente, as elevações de preço estão associadas às cotações ascendentes dos principais produtos, às distâncias dos mercados consumidores e à disponibilidade de infra-estrutura. Na medida em que a política agrícola age no sentido de estabelecer relações de preços favoráveis à agricultura e de estímulo à adoção de novas técnicas que tendam a aumentar a produtividade da terra, a consequência será uma elevação de preços desse fator. Na presença de uma quase inelasticidade da oferta do fator terra, pode-se esperar que toda política que aumente o valor da produtividade marginal da terra, como, por exemplo, altos preços mínimos e subsídio ao uso de insumos modernos, levará a uma elevação no preço de aluguel da terra e, portanto, no preço (por unidade de área) deste fator.

As maiores cotações de terras para pastagem, em 1980, ocorreram nos estados de São Paulo e Paraná, enquanto as menores, em Mato Grosso e Goiás. Neste último, a terra para pastagem valia Cr\$16.587,00 por hectare, enquanto no Estado do Paraná valia Cr\$46.144,00/ha. Em junho de 1980 relativamente a dezembro de 1979, as terras para pastagem valorizaram-se em todos os estados da Região Centro-Sul (quadro 31), verificando-se os maiores aumentos em Goiás (26,1%), Rio Grande do Sul (22,4%) e Santa Catarina (19,8%) e o menor em São Paulo (6,0%).

As maiores taxas de valorização de terras para pastagem no período 1972-80 ocorreram nos estados do Rio de Janeiro (302,0%), Paraná (264,0%), Espírito Santo (253,9%) e São Paulo (244,8%), enquanto a menor, no Estado de Santa Catarina (99,7%).

O comportamento do preço de terras para pastagem não depende apenas dos preços de carne e leite, mas de outros fatores como, por exemplo, os incentivos a determinadas culturas, que proporcionaram em alguns estados grande valorização. Além disso, dada a possibilidade de substituição de uso entre os diversos tipos, o que ocorre no mercado de terra para lavoura tem reflexo no mercado de terra para pastagem, o mesmo ocorrendo para os outros tipos.

Os preços de terras de matas na Região Centro-Sul, em 1980 (1º semestre), variaram de Cr\$11.806,00/ha (em Goiás) a Cr\$70.969,00/ha (em São Paulo). No período 1972-80, este tipo de terra sofreu maior valorização no Estado do Rio de Janeiro (296,5%) e menor, em Goiás (53,9%). Comparando-se os valores de junho de 1980 com os de dezembro de 1979 (quadro 32), em termos reais, observa-se elevação em todos os estados da Região Centro-Sul, principalmente em Goiás (24,0%), Paraná (12,1%) e Rio de Janeiro (11,8%).

As maiores cotações de terras de campo, em 1980, verificaram-se nos estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul e as menores em Mato Grosso e Goiás. Enquanto, neste último, esse tipo de terra valia Cr\$8.041,00/ha, no Paraná valia Cr\$37.968,00 o hectare. Em termos de valorização no período 1972-80 (quadro 33), as maiores taxas ocorreram em Mato

Grosso (385,7%), Paraná (355,9%) e Espírito Santo (282,1%).

Os valores reais dos preços de terra de campo entre junho de 1980 e dezembro de 1979 mostraram variação positiva em todos os estados da Região Centro-Sul, com exceção do Estado de São Paulo, destacando-se Goiás (26,0%) e Rio de Janeiro (24,0%).

Uma análise conjunta para os quatro tipos de terra considerados mostra que, em termos de valorização real, no período de dezembro de 1979 a junho de 1980, sobressaiu-se o Estado de Goiás, cujos preços aumentaram aproximadamente 25,0%. Para o conjunto de todos os estados, no período de dezembro de 1979 a junho de 1980, observaram-se as seguintes taxas de valorização: 16,4%, pastagem; 15,9%, campo; 11,7%, lavoura; e 10,3%, mata.

Os maiores valores de arrendamento de terras para lavouras em 1980 ocorreram nos Estados de Santa Catarina (Cr\$4.849,00/ha) e Rio de Janeiro (Cr\$4.795,00/ha), enquanto os menores, no Rio Grande do Sul (Cr\$2.358,00/ha) e Goiás (Cr\$2.634,00/ha). No período 1972-80, os maiores aumentos nos valores de arrendamento, em termos reais, verificaram-se nos Estados do Paraná (79,4%), Espírito Santo (56,6%) e Santa Catarina (51,9%), enquanto o menor ocorreu em Goiás (2,2%). Comparando-se os valores reais de arrendamento de junho de 1980 e dezembro de 1979 (quadro 34), observa-se maior elevação no Estado do Rio de Janeiro (20,3%), Rio Grande do Sul (20,2%) e Mato Grosso (20,1%), e menor, no Espírito Santo (2,1%).

Caso resolva arrendar sua terra, o proprietário pode obter um rendimento por período de tempo, freqüentemente realizado em dinheiro. Admitindo-se a hipótese absurda que o valor do dinheiro é o mesmo ao longo do tempo, poderia um investidor estar interessado em saber em quantos períodos recuperaria o capital que investiu em terra. Neste caso, fica particularmente difícil usar, a partir dos valores observados no passado, o indicador obtido pela divisão do preço da terra pelo valor do arrendamento, pois ambos evoluíram ao longo do tempo a taxas diferenciadas e provavelmente assim se comportarão no futuro. Exemplificando, no Estado do Paraná, em 1972, o relativo de preços foi 6,04, enquanto em 1980 passou para 15,13, ou seja, aumentou o número de períodos necessários para se recuperar o capital investido (quadro 35). Entretanto, como demonstrado anteriormente, isso decorreu do fato de ter havido uma valorização da terra, em termos reais, superior àquela observada no valor do arrendamento e mostrando claramente ser a aplicação em terra um bom negócio. Os dados disponíveis a respeito do mercado de terra na Região Centro-Sul revelam que o relativo de preço acima varia ao longo do tempo em um mesmo estado (em São Paulo era 9,77 em 1972 e passou para 24,40 em 1980) e entre Estados (em 1972, no Rio Grande do Sul era 7,83, enquanto no Espírito Santo era 3,05). O relativo de preço no futuro dependerá do efeito de cada conjunto de variáveis sobre o preço da terra e sobre o preço de arrendamento, pois embora esses preços estejam relacionados e devam variar no mesmo sentido, ocorre com muita freqüência uma defasagem no ajuste das variações.

É possível que haja alteração no mercado de terra, em virtude da modificação ocorrida na legislação do Imposto Territorial Rural (Decreto nº 84.685, de 6/5/80, que regulamentou a Lei nº 6.746 de 10/12/79), que visou um aumento da produção e da produtividade agrícola, pois permite reduções de até 90% dos tributos, sendo 45% pelo grau de utilização da terra e até 45% pela eficiência na exploração. O INCRA, pelo novo sistema de incidência do ITR, fixou para cada município brasileiro um módulo fiscal, representado por uma unidade de medida em hectare, a fim de igualar os critérios para tratamento fiscal a serem aplicados aos imóveis rurais em todo o território nacional.

A elevação nos preços reais dos insumos modernos, notadamente fertilizantes e defensivos agrícolas, aumento no preço da energia, alta taxa de inflação, falta de alternativas rentáveis no mercado de capitais deverão fazer crescer os preços reais de terra e arrendamento na Região Centro-Sul, embora a taxas diferenciadas em cada estado.

(IEA, 14/10/1980)

QUADRO 30. - Preço de Venda de Terras Agrícolas para Lavouras, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

(em Cr\$/ha)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		Valoriza- ção real 1980 1972 (%)
	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	
Minas Gerais	693	7.060	1.560	13.754	2.585	16.939	4.043	20.482	5.942	20.582	7.895	19.927	13.833	24.513	22.302	22.302	32.660	23.252	229,3
Espírito Santo	629	6.408	1.235	10.889	3.349	21.946	5.061	25.639	8.233	28.517	11.702	29.203	14.339	25.410	23.595	23.595	34.938	24.874	286,2
Rio de Janeiro	776	7.396	1.601	14.116	3.658	23.971	5.119	25.933	9.848	34.111	14.513	36.218	19.967	35.383	31.287	31.287	46.324	32.980	345,9
São Paulo ⁽³⁾	1.556	18.043	2.801	28.070	6.601	56.540	8.839	55.397	12.901	60.869	18.807	60.869	25.940	60.972	33.682	55.515	66.598	60.157	233,4
Paraná	1.057	10.768	2.457	21.663	3.891	25.496	6.654	33.709	8.146	28.216	11.546	28.814	25.468	45.131	41.639	41.639	67.989	48.405	349,5
Santa Catarina	1.043	10.625	1.394	12.290	3.288	21.546	5.215	26.419	7.982	27.648	11.905	29.710	15.069	26.703	25.565	25.565	38.470	27.389	157,7
Rio G. do Sul	1.073	10.931	2.172	19.150	3.685	24.148	5.763	29.195	9.027	31.267	12.661	31.597	18.606	32.971	29.344	29.344	49.089	34.949	219,7
Mato Grosso	542	5.521	1.104	9.734	2.548	16.697	2.845	14.413	3.461	11.988	4.546	11.345	9.658	17.115	17.810	17.810	28.181	20.063	263,4
Goiás	608	6.194	1.121	9.884	2.141	14.030	2.576	13.050	3.220	11.153	3.725	9.296	7.129	12.633	14.498	14.498	25.887	18.430	197,6

(¹) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano até 1979 e referente ao primeiro semestre em 1980.

(²) Em cruzeiro de dezembro de 1979 pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(³) Média ponderada de preços de terra de cultura de primeira e de segunda. Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro, a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 31. - Preço de Venda de Terras Agrícolas para Pastagens, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

(em Cr\$/ha)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		Valoriza- ção real 1980 1972 (%)
	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	
Minas Gerais	576	5.868	1.239	10.924	2.299	15.065	3.406	17.255	4.951	17.149	6.112	15.253	9.562	16.945	14.961	14.961	23.332	16.611	183,1
Espírito Santo	624	6.357	1.033	9.108	2.999	19.652	4.717	23.896	7.496	25.964	9.263	23.117	11.461	20.310	18.990	18.990	31.600	22.498	253,9
Rio de Janeiro	678	6.907	1.384	12.202	3.165	20.740	4.821	24.423	8.001	27.714	12.160	30.346	16.638	29.484	23.618	23.618	38.998	27.765	302,0
São Paulo(3)	1.200	13.915	2.000	20.043	4.400	37.688	6.520	40.863	9.520	44.917	12.520	40.521	17.723	41.658	27.464	45.267	53.121	47.984	244,8
Paraná	886	9.026	2.007	17.695	3.915	25.655	5.073	25.700	6.911	23.938	9.369	23.381	17.960	31.826	29.970	29.970	46.144	32.852	264,0
Santa Catarina	960	9.780	1.510	13.313	2.954	19.357	4.440	22.493	6.181	21.410	7.974	19.900	10.313	18.275	16.301	16.301	27.427	19.527	99,7
Rio G. do Sul	1.058	10.778	1.874	16.523	3.693	24.200	5.045	25.558	8.299	28.746	9.844	24.567	13.273	23.521	20.546	20.546	35.327	25.151	133,4
Mato Grosso	595	6.061	1.079	9.513	2.156	14.128	2.982	15.107	4.005	13.872	4.381	10.933	7.175	12.715	13.308	13.308	21.852	15.558	156,7
Goiás	567	5.776	1.133	9.989	1.826	11.966	2.529	12.812	3.023	10.471	3.796	9.473	5.595	9.915	9.362	9.362	16.587	11.809	104,4

(1) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano até 1979 e referente ao primeiro semestre em 1980.

(2) Em cruzeiro de dezembro de 1979 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(3) Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro, a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 32. - Preço de Venda de Terras Agrícolas de Matas, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

(em Cr\$/ha)

(continua)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976	
	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)
Minas Gerais	648	6.601	1.319	11.629	2.420	15.858	3.755	19.023	5.180	17.942
Espírito Santo	651	6.632	1.120	9.875	2.976	19.502	4.592	23.263	7.625	26.411
Rio de Janeiro	615	6.265	1.100	9.698	2.538	16.631	4.145	20.999	6.585	22.809
São Paulo(³)	2.000	23.192	3.300	33.071	7.600	65.097	10.270	64.366	15.020	70.867
Paraná	843	8.588	1.518	13.384	2.699	17.686	4.148	21.014	5.587	19.352
Santa Catarina	676	6.887	1.321	11.650	2.741	17.962	3.454	17.498	5.284	18.303
Rio Grande do Sul	732	7.457	1.467	12.934	2.944	19.292	4.243	21.495	8.386	29.047
Mato Grosso	401	4.085	849	7.485	1.771	11.605	2.285	11.576	2.824	9.782
Goiás	536	5.460	1.009	8.896	1.850	12.123	2.452	12.422	3.100	10.738

(¹) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano até 1979 e referente ao primeiro semestre em 1980.

(²) Em cruzeiro de dezembro de 1979 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(³) Terra de primeira. Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 em fevereiro a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 32. - Preço de Venda de Terras Agrícolas de Matas, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

(em Cr\$/ha)

Estado									(conclusão)
	1977		1978		1979		1980		Valorização
	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	real 1980 1972 (%)
Minas Gerais	6.850	17.095	8.454	14.981	12.651	12.651	18.237	12.985	96,7
Espírito Santo	10.960	27.351	13.874	24.586	21.460	21.460	32.746	23.315	251,5
Rio de Janeiro	9.188	22.929	15.530	27.520	22.214	22.214	34.894	24.844	296,5
São Paulo(3)	22.080	71.462	29.783	70.004	35.385	58.322	70.969	64.105	176,4
Paraná	9.666	24.122	14.992	26.567	22.942	22.942	36.116	25.715	199,4
Santa Catarina	8.200	20.464	11.287	20.001	18.384	18.384	28.142	20.037	190,9
Rio Grande do Sul	9.747	24.325	14.843	26.303	21.438	21.438	31.593	22.494	201,6
Mato Grosso	3.923	9.790	5.082	9.006	8.845	8.845	13.636	9.709	137,7
Goiás	4.468	11.150	4.749	8.416	6.781	6.781	11.806	8.406	53,9

(1) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano até 1979 e referente ao primeiro semestre em 1980.

(2) Em cruzeiro de dezembro de 1979 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(3) Terra de primeira. Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 em fevereiro a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 33. - Preço de Venda de Terras de Campo, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

(em Cr\$/ha)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		Valoriza- ção real 1980 1972 (%)
	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	Corr. (1)	Real (2)	
Minas Gerais	307	3.127	618	5.449	1.065	6.979	1.704	8.632	2.606	9.027	3.473	8.667	5.309	9.408	8.313	8.313	13.417	9.552	205,47
Espírito Santo	399	4.065	648	5.713	2.103	13.781	3.467	17.564	5.418	18.757	7.406	18.482	9.295	16.471	15.226	15.226	21.818	15.533	282,11
Rio de Janeiro	561	5.715	1.089	9.601	2.531	16.585	3.891	19.712	7.044	24.399	9.607	23.975	13.623	24.141	16.349	16.349	28.465	20.266	254,61
São Paulo (3)	680	7.885	1.200	12.026	3.200	27.409	4.290	26.887	6.240	29.441	8.120	26.280	12.077	28.387	20.507	33.800	34.509	31.172	295,33
Paraná	582	5.929	1.528	13.472	2.883	18.892	4.490	22.746	5.534	19.168	7.303	18.225	12.624	22.371	23.821	23.821	37.968	27.031	355,91
Santa Catarina	564	5.746	1.764	15.553	2.399	15.720	3.553	17.999	5.404	18.718	6.682	16.675	8.438	14.953	14.293	14.293	24.131	17.180	198,99
Rio G. do Sul	760	7.742	1.646	14.512	3.331	21.828	4.738	24.003	6.895	23.883	9.686	24.172	13.205	23.400	20.618	20.618	32.289	22.988	196,92
Mato Grosso	159	1.620	379	3.341	873	5.721	1.292	6.545	1.593	5.518	2.351	5.867	3.648	6.464	6.932	6.392	11.055	7.871	385,86
Goiás	174	1.773	438	3.862	784	5.137	1.033	5.233	1.438	4.981	1.625	4.055	2.513	4.453	4.541	4.544	8.041	5.725	222,90

(1) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano até 1979 e referente ao primeiro semestre em 1980.

(2) Em cruzeiro de dezembro de 1979 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(3) Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 34. - Preço de Arrendamento de Terras para Lavouras, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

(em Cr\$/ha)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		Taxa de crescimento no período (%)
	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	Corr.(¹)	Real(²)	
Minas Gerais	171	1.742	304	2.680	390	2.556	480	2.432	588	2.037	842	2.101	1.350	2.392	2.066	2.066	3.201	2.279	30,8
Espírito Santo	206	2.099	266	2.345	417	2.733	728	3.688	998	3.457	1.190	2.970	1.711	3.032	3.220	3.220	4.617	3.287	56,6
Rio de Janeiro	232	2.363	409	3.606	495	3.244	617	3.126	831	2.878	1.316	3.284	1.982	3.512	2.838	2.838	4.795	3.414	44,5
São Paulo(³)	180	1.847	306	2.727	397	2.659	504	2.609	760	2.693	986	2.514	1.447	2.603	2.160	2.318	3.462	2.465	33,5
Paraná	175	1.783	277	2.442	465	3.047	547	2.771	645	2.234	914	2.281	1.745	3.092	2.803	2.803	4.494	3.199	79,4
Santa Catarina	223	2.272	387	3.412	547	3.584	889	4.504	1.056	3.658	1.331	3.322	1.810	3.207	2.907	2.907	4.849	3.452	51,9
Rio G. do Sul	137	1.396	184	1.622	240	1.573	324	1.641	491	1.701	681	1.700	825	1.462	1.397	1.397	2.358	1.679	20,3
Mato Grosso	175	1.783	239	2.107	302	1.979	379	1.920	538	1.863	563	1.405	1.122	1.988	1.920	1.920	3.238	2.305	29,3
Goiás	180	1.834	210	1.851	349	2.287	429	2.173	524	1.815	686	1.712	966	1.712	1.695	1.695	2.634	1.875	2,2

(¹) Média para cada estado referente ao segundo semestre de cada ano até 1979 e referente ao primeiro semestre em 1980.

(²) Em cruzeiro de dezembro de 1979 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(³) Informações coletadas em novembro de cada ano até 1979.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 35. - Relativo de Preço de Venda de Terra para Lavoura e de Valor de Arrendamento, Região Centro-Sul, Brasil, 1972-80

Estado	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Minas Gerais	4,05	5,13	6,63	8,42	10,10	9,49	10,25	10,80	10,20
Espírito Santo	3,05	4,64	8,03	6,95	8,25	9,83	8,38	7,33	7,57
Rio de Janeiro	3,13	3,92	7,39	8,30	11,85	11,03	10,08	11,02	9,66
São Paulo	9,77	10,29	21,26	21,23	22,60	24,21	23,42	23,95	24,40
Paraná	6,04	8,87	8,37	12,17	12,63	12,63	14,60	14,86	15,13
Santa Catarina	4,68	3,60	6,01	5,87	7,56	8,94	8,33	8,79	7,93
Rio Grande do Sul	7,83	11,81	15,35	17,79	18,38	18,59	22,55	21,01	20,82
Mato Grosso	3,10	4,62	8,44	7,51	6,44	8,08	8,61	9,28	8,70
Goiás	3,38	5,34	6,14	6,01	6,15	5,43	7,38	8,55	9,83

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Defensivo

A Região Centro-Sul é responsável pela quase totalidade de defensivos consumidos no País, pois somente três dos estados que a compõem (Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul) respondem por cerca de 75% do consumo nacional.

Na década de setenta, o consumo aparente de defensivos no Brasil apresentou-se crescente até 1974, quando atingiu o volume recorde de 100.674t. No período de 1973 a 1979, o consumo oscilou ao redor de 80 mil toneladas (quadro 36).

Dentre os defensivos agrícolas, os inseticidas foram os mais utilizados na agricultura nacional correspondendo, em 1979, a 49,6% do volume consumido, seguido dos fungicidas com 26,5% e dos herbicidas com 23,9%.

As importações brasileiras de defensivos, por cerca de 76 firmas, das quais 6 respondem por aproximadamente 50%, em 1979 atingiram 42.132t, com decréscimo de 12,1% em relação ao ano anterior. Verifica-se que houve decréscimos de 39,4% nas importações de herbicidas e de 3,8% nas de fungicidas, enquanto que para os inseticidas constatou-se acréscimo de 5,9% quando comparado com 1978.

Destaca-se o Porto de Santos como responsável pelo recebimento de 92,5% do total importado, enquanto que os portos do Rio de Janeiro e Paranaguá tiveram participações de 7% e 0,1%, respectivamente. Essas importações foram oriundas de 19 países, principalmente, dos Estados Unidos (40,2%), Holanda (18,2%), Alemanha Ocidental (11,8%) e Suíça (10,2%), respondendo esses quatro países por 80,4% do total importado.

Nos primeiros sete meses de 1980, as importações brasileiras de defensivos foram de 26.230t, com os inseticidas participando com 13.383t, os herbicidas com 7.959t e os fungicidas com 4.978t. No segundo semestre de 1980, há expectativa de redução nas importações, tendo em vista a política de contenção decidida pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, através da Resolução nº 125 de 05/08/80.

A participação da produção nacional de 22,7% no consumo aparente, em 1974, passou para 50,1%, em 1979, em decorrência do esforço de substituições de importações, ficando toda via bem aquém das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) formulado em 1975.

Em 1979, a produção nacional de defensivos cresceu 4%, sendo que do total de 42.262t, 41,9% corresponderam a inseticidas, 35,3% a fungicidas e 22,8% a herbicidas (quadro 36).

As vendas de defensivos agrícolas em 1979 foram de 222.890t em volume físico, com acréscimo de 21,5% em relação ao ano anterior, enquanto que por unidade de princípio ativo, observa-se aumento de 29,5%. O valor corrente das vendas evoluiu de 4,08 bilhões de cruzeiros em 1976 para 18,09 bilhões de cruzeiros em 1979; em valores reais, o aumento de 45,7% foi bastante superior ao de 9,9% do volume físico transacionado (quadro 37).

Segundo o Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SINDAG), as 40.125t de herbicidas vendidas em 1979 distribuíram-se, principalmente, entre as seguintes culturas: soja (31,5%), arroz (20,6%), cana-de-açúcar (18,8%), pastagens (9,8%), café (5,2%), milho (3,3%), trigo (2,5%), algodão (2,4%) e citros (1,6%).

Na Região Centro-Sul, em 1979, o valor corrente dos financiamentos de defensivos para a atividade agrícola foi da ordem de 13,07 bilhões de cruzeiros, correspondendo a aproximadamente 95,8% do total brasileiro (quadro 38). As culturas que receberam as maiores parcelas do valor financiado foram: soja (38,7%), trigo (19,3%), algodão (8,1%), arroz (5,9%), frutas em geral (4,7%) e café (3,5%), as quais respondem por 80,2% aproximadamente do total financiado nessa região (quadro 39).

Além da concentração do valor de financiamento para defensivos agrícolas em um conjunto relativamente pequeno de culturas, há também uma concentração geográfica da sua distribuição. Assim, em 1979, os estados que mais utilizaram financiamento para aquisição de defensivos foram: Paraná (33,7%), Rio Grande do Sul (32,9%) e São Paulo (19,4%), enquanto os demais estados da Região Centro-Sul receberam apenas 9,8% do total brasileiro, sendo que os 4,2% restantes couberam aos estados da Região Norte e Nordeste.

Através da Resolução nº 143 de 09/05/80 da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), os preços dos defensivos agrícolas ficaram enquadrados na sistemática de controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e os fabricantes só poderão aumentar as cotações vigentes desde o reajuste de 01/02/80, mediante autorização desse órgão.

Em julho de 1980, os preços reais de alguns defensivos, no Estado de São Paulo, apresentaram decréscimo em relação a julho de 1979, caso do 1-10 DDT Parathion (-17,4%), BHC a 2% (-12,2%) e 1,5-10 DDT Parathion (-5,2%); outros aumentaram como, por exemplo, sulfato de cobre (52,2%) e oxicleto de cobre 5% (49,1%) (quadro 40). Além da maxidesvalorização cambial, em fins de 1979, que trouxe impacto sobre o setor, bastante dependente de importações, o uso diferenciado e a política comercial das empresas explicam parcialmente as substanciais elevações de preços de alguns defensivos, bem como as variações que se observam de região para região (quadro 41).

No que se refere aos preços pagos por defensivos na Região Centro-Sul, em termos correntes, observaram-se em julho de 1980 acréscimos nos preços, que variaram de 55,9% a 279,3%, quando comparados com julho de 1979. Ainda, observa-se que o Aldrin-40% apresentou o maior aumento de preço (152,8%), seguido do Aldrin-5% (149,6%), BHC-12% (136,6%), formicida em pó (121,6%), herbicida (110,6%), BHC-3% (100,3%) e BHC-2% (91,3%) (quadro 43).

Em termos reais, verificou-se que, em julho de 1980, em todos os estados analisados da Região Centro-Sul, os preços de Aldrin (40% e 5%) foram superiores a julho de 1979, o mesmo ocorrendo com o formicida em pó, com exceção dos estados de Mato Grosso e Paraná, em que houve decréscimo nos preços reais, respectivamente, de 9,4% e 8,1%. Por outro lado, os herbicidas e o BHC tiveram decréscimos nos preços reais na maioria dos estados com comportamento diferenciado (quadro 42).

Observações devem ser feitas quanto às quantidades, eventualmente excessivas, de defensivos agrícolas usadas no Brasil, colocando em risco a saúde humana, prejudicando o meio ambiente e, por vezes, comprometendo exportações potenciais de produtos agropecuários. Parece claro, entretanto, que a questão fundamental é a determinação das quantidades a serem racionalmente utilizadas, de forma a conciliar os objetivos da produção de alimentos e da preservação do meio ambiente.

Trabalhos recém divulgados e em andamento revelam o uso excessivo de inseticidas, onerando desnecessariamente a produção, caso da cultura da soja, na qual os agricultores fazem cerca de 4 a 5 aplicações de defensivos durante o período de custeio. Em grande parte, esses gastos ocorrem pela falta de informações aos agricultores no tocante às reais necessidades de defensivos no combate às pragas, que poderiam ser reduzidos pelo acompanhamento sistemático da lavoura.

A utilização da tecnologia recomendada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a soja, que consiste em, no máximo, duas aplicações de inseticidas (uma para controlar lagarta e outra para percevejos), seria suficiente para manter o potencial produtivo da lavoura e diminuir consideravelmente o custo de produção por unidade de área. Se viesse a ser plenamente utilizada, estima-se que seriam economizados, a nível de produtor, 6,6 bilhões de cruzeiros, o que equivaleria à redução de Cr\$772,48 por hectare em relação à tecnologia normalmente aplicada pelo agricultor.

Considerando-se os efeitos nocivos do uso inadequado de fungicida à base de mercúrio nos cultivos hortifrutigranjeiros, os efeitos do manuseio impróprio dos toletes de cana para

plântio tratados com fungicidas mercuriais e os efeitos poluentes do emprego desses produtos na agricultura, a Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal - MA, através da Portaria nº 006 de 29/04/80, proibiu novos registros de fungicidas orgâno-mercuriais e disciplinou o comércio e uso dos estoques existentes.

Portaria posterior, nº 494 de 19/08/80 da Delegacia Federal da Agricultura, atribuiu à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo a competência de autorizar e controlar o uso de fungicidas organo-mercuriais neste Estado.

As perspectivas de utilização de insumos pela agricultura brasileira, em vista de sua modernização, embora muito dependente das condições do crédito rural, são de elevação do consumo de um modo geral e, em particular, de defensivos agrícolas.

(IEA, 15/10/1980)

QUADRO 36. - Consumo Aparente de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1970-79

(em tonneada)

Defensivo	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Inseticida										
Importação	15.059	16.264	19.894	21.623	30.793	26.187	20.762	23.794	22.827	24.173
Produção nacional	13.247	10.959	14.005	16.271	14.454	15.616	7.738	10.052	19.927	17.724
Subtotal	28.306	27.223	33.899	37.894	45.247	41.803	28.500	33.846	42.754	41.897
Fungicida										
Importação	6.107	8.574	20.446	30.792	32.929	4.994	7.305	12.682	7.760	7.465
Produção nacional	1.640	2.939	4.250	6.150	7.558	9.245	9.328	11.903	15.153	14.905
Subtotal	7.747	11.513	24.696	36.942	40.487	14.239	16.633	24.585	22.913	22.370
Herbicida										
Importação	3.416	5.037	4.888	9.018	14.114	20.718	22.767	15.595	17.318	10.494
Produto nacional	-	-	-	450	826	1.700	1.500	4.331	5.541	9.633
Subtotal	3.416	5.037	4.888	9.468	14.940	22.418	24.267	19.926	22.859	20.127
Importação total	24.582	29.875	45.228	61.433	77.836	51.899	50.834	52.071	47.905	42.132
Produção nacional total	14.887	13.898	18.255	22.871	22.838	26.561	18.566	26.286	40.621	42.262
Total geral	39.469	43.773	63.483	84.304	100.674	78.460	69.400	78.357	88.528	84.394

-87-

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 37. - Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas no Brasil, 1976-79

Classe	Quantidade (t)								Valor (Cr\$1.000)			
	Volume físico ⁽¹⁾				Princípio ativo							
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Inseticida	136.349	135.875	113.639	129.166	24.780	26.864	23.658	26.099	1.456.860	2.869.561	4.082.250	7.846.548
Acaricida	3.414	3.257	4.247	5.412	926	1.119	1.782	2.004	89.918	115.768	292.841	475.661
Formicida	10.653	8.892	11.648	12.251	1.766	987	1.277	900	114.893	144.208	242.820	330.035
Fungicida	23.872	28.421	25.927	35.936	15.392	19.160	16.250	24.078	569.121	1.198.319	1.443.903	2.860.961
Herbicida	28.529	29.291	27.947	40.125	14.284	14.561	12.988	19.366	1.844.824	2.441.229	3.081.487	6.578.999
Total	202.817	205.736	183.408	222.890	57.148	62.691	55.955	72.447	4.075.616	6.769.085	9.143.301	18.092.204

⁽¹⁾ Defensivo na forma comerciável.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas, do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 38. - Valor dos Financiamentos de Custeio para Aquisição de Defensivos Agrícolas, Região Centro-Sul, Brasil, 1974-79

(continua)

Estado	1974			1975			1976		
	Corrente	Real ⁽¹⁾	%	Corrente	Real ⁽¹⁾	%	Corrente	Real ⁽¹⁾	%
	(Cr\$1.000)	(Cr\$1.000)		(Cr\$1.000)	(Cr\$1.000)		(Cr\$1.000)	(Cr\$1.000)	
Minas Gerais	59.116	325.177	6,4	68.912	294.647	4,1	187.731	571.760	5,4
Espírito Santo	2.309	12.701	0,3	4.139	17.697	0,3	4.494	13.687	0,1
Rio de Janeiro	2.553	14.043	0,3	8.193	35.031	0,5	15.641	47.637	0,4
São Paulo	262.528	1.444.074	28,5	340.438	1.455.612	20,3	753.799	2.295.797	21,6
Paraná	275.156	1.513.537	29,9	423.763	1.811.885	25,3	877.185	2.653.312	25,0
Santa Catarina	15.099	83.054	1,6	51.462	220.037	3,1	92.749	282.480	2,7
Rio Grande do Sul	243.065	1.337.015	26,4	613.496	2.623.127	36,6	1.186.094	3.612.411	34,0
Mato Grosso	16.914	93.038	1,9	42.010	179.622	2,5	129.696	395.007	3,7
Goiás ⁽²⁾	20.432	112.389	2,2	48.611	207.846	2,9	114.637	349.143	3,3
Região Centro-Sul	897.172	4.935.028	97,5	1.601.024	6.845.504	95,6	3.356.026	10.221.234	96,2
Outros	22.911	126.026	2,5	73.861	315.808	4,4	131.646	400.946	3,8
Brasil	920.083	5.061.054	100,0	1.674.885	7.161.312	100,0	3.487.672	10.622.180	100,0

QUADRO 38. - Valor dos Financiamentos de Custeio para Aquisição de Defensivos Agrícolas, Região Centro-Sul, Brasil, 1974-79

(conclusão)

Estado	1977			1978			1979		
	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%
Minas Gerais	105.067	224.318	2,3	119.556	184.032	1,9	294.858	294.858	2,2
Espírito Santo	12.641	26.989	0,3	14.918	22.963	0,2	26.016	26.016	0,2
Rio de Janeiro	8.471	18.086	0,2	15.046	23.160	0,2	19.355	19.355	0,2
São Paulo	801.902	1.712.061	17,5	1.140.492	1.755.552	18,1	2.647.719	2.647.719	19,4
Paraná	1.375.794	2.937.320	29,9	2.126.027	3.272.579	33,7	4.594.587	4.594.587	33,7
Santa Catarina	122.410	261.345	2,7	273.548	421.071	4,3	442.388	442.388	3,2
Rio Grande do Sul	1.738.133	3.710.914	37,8	2.107.184	3.243.575	33,4	4.488.670	4.488.670	32,9
Mato Grosso	113.647	242.636	2,5	153.645	236.505	2,4	373.573	373.573	2,7
Goiás ⁽²⁾	136.137	290.652	3,0	82.351	126.762	1,3	182.793	182.793	1,3
Região Centro-Sul	4.414.202	9.424.321	96,2	6.032.767	9.286.199	95,5	13.069.959	13.069.959	95,8
Outros	176.347	376.501	3,8	281.993	434.070	4,5	568.549	568.549	4,2
Brasil	4.590.549	9.800.822	100,0	6.314.760	9.720.269	100,0	13.638.508	13.638.508	100,0

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1979, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Inclui o Distrito Federal.

Fonte: Banco Central do Brasil. Dados elaborados pelo IEA.

QUADRO 39. - Valor dos Financiamentos de Custeio para Aquisição de Defensivos Agrícolas, por Cultura, Região Centro-Sul, Brasil, 1974-79

(continua)

Cultura	1974			1975			1976		
	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%
Algodão	168.105	924.687	18,7	149.948	641.133	9,4	433.496	1.320.271	12,9
Arroz	95.824	527.094	10,7	204.215	873.163	12,8	387.236	1.179.380	11,5
Batata inglesa	22.817	125.508	2,5	29.571	126.437	1,8	57.481	175.066	1,7
Cacau	1.426	7.844	0,1	469	2.005	0,0	451	1.374	0,0
Cafê	150.635	828.590	16,8	49.305	210.814	3,1	38.453	117.114	1,1
Cana-de-açúcar	32.217	177.214	3,6	71.192	304.396	4,5	160.187	487.871	4,8
Feijão	1.977	10.875	0,2	2.680	11.459	0,2	8.818	26.856	0,3
Frutas em geral	29.767	163.738	3,3	48.829	208.778	3,1	107.432	327.199	3,2
Hortaliças	10.339	56.871	1,2	24.611	105.229	1,5	45.519	138.634	1,4
Milho	15.168	83.434	1,7	35.208	150.539	2,2	84.239	256.561	2,5
Pimenta-do-reino	5	28	0,0	97	415	0,0	6.852	20.869	0,2
Soja	241.912	1.330.673	27,0	631.534	2.700.252	39,4	1.211.102	3.688.576	36,1
Sorgo	849	4.670	0,1	3.096	13.238	0,2	8.317	25.331	0,2
Trigo	71.841	395.172	8,0	202.449	865.612	12,6	448.406	1.365.681	13,4
Uva	10.530	57.922	1,2	11.198	47.879	0,7	16.717	50.914	0,5
Outras lavouras	43.760	240.708	4,9	136.622	584.155	8,5	341.320	1.039.537	10,2
Total	897.172	4.935.028	100,0	1.601.024	6.845.504	100,0	3.356.026	10.221.234	100,0

QUADRO 39. - Valor dos Financiamentos de Custeio para Aquisição de Defensivos Agrícolas, por Cultura, Região Centro-Sul, Brasil, 1974-79

(conclusão)

Cultura	1977			1978			1979		
	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%	Corrente (Cr\$1.000)	Real ⁽¹⁾ (Cr\$1.000)	%
Algodão	424.571	906.459	9,6	460.172	708.340	7,6	1.053.882	1.053.882	8,1
Arroz	412.911	881.565	9,4	454.365	699.401	7,5	769.380	769.380	5,9
Batata inglesa	68.467	146.177	1,6	103.618	159.499	1,7	153.383	153.383	1,2
Cacau	3.837	8.192	0,1	3.746	5.766	0,1	7.955	7.955	0,1
Café	78.044	166.624	1,8	134.231	206.621	2,2	472.508	472.508	3,5
Cana-de-açúcar	129.243	275.934	2,9	194.917	300.035	3,2	384.061	384.061	2,9
Feijão	27.965	59.705	0,6	45.311	69.747	0,8	87.419	87.419	0,7
Frutas em geral	158.320	338.013	3,6	298.759	459.878	5,0	611.615	611.615	4,7
Hortaliças	57.443	122.641	1,3	121.008	186.267	2,0	252.454	252.454	1,9
Milho	92.911	198.365	2,1	127.842	196.786	2,1	338.598	338.598	2,6
Pimenta-do-reino	41	88	0,0	63	97	0,0	22	22	0,0
Soja	1.630.904	3.481.980	36,9	2.133.974	3.284.812	35,4	5.069.222	5.069.222	38,7
Sorgo	7.094	15.146	0,2	6.518	10.033	0,1	9.199	9.199	0,1
Trigo	999.937	2.134.865	22,6	1.248.961	1.922.517	20,7	2.519.784	2.519.784	19,3
Uva	22.766	48.605	0,5	43.704	67.273	0,7	91.973	91.973	0,7
Outras lavouras	299.748	639.962	6,8	655.578	1.009.127	10,9	1.248.504	1.248.504	9,6
Total	4.414.202	9.424.321	100,0	6.032.767	9.286.199	100,0	13.069.959	13.069.959	100,0

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1979, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Banco Central do Brasil. Dados elaborados pelo IEA.

QUADRO 40. - Preços Correntes de Defensivos Pagos pelos Agricultores, Estado de São Paulo,
1979/80
(em Cr\$/unidade)

Produto	Unidade	Julho/79 (a)	Julho/80 (b)	b/a (%)
Aldrin 5%	saco 25kg	365,00	811,00	122,2
BHC 2%	saco 25kg	193,25	351,20	81,7
1-10 (DDT Parathion)	kg	15,04	25,70	70,9
1,5-10 (DDT Parathion)	kg	13,92	27,30	96,1
Brometo de metila	caixa ⁽¹⁾	3.534,70	8.329,30	135,6
Dithane M-45	kg	78,90	188,40	138,8
Oxicloreto de cobre 50%	kg	75,40	232,60	208,5
Sulfato de cobre	kg	34,74	109,40	214,9

⁽¹⁾ Caixa com 24 latas de 393ml.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 41. - Preços Correntes de Defensivos Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, 1979/80
(em Cr\$/kg)

Estado	Aldrin 40%		Aldrin 5%		BHC 12%		BHC 3%		BHC 2%		Herbicida		Formicida pō	
	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80
Minas Gerais	12,40	37,50	16,90	64,10	16,40	45,50
Espírito Santo	72,00	215,13	12,63	35,86	17,67	62,63	17,00	26,50	14,79	24,45	177,00	219,00	18,24	40,21
Rio de Janeiro	84,96	220,00	18,01	43,33	24,92	49,64	18,50	32,50	17,19	32,75	224,00	625,00	19,11	47,53
São Paulo	14,60	32,44	7,73	14,05
Paraná	94,06	209,61	17,25	44,16	23,01	39,91	14,45	28,67	9,64	23,65	185,00	356,00	24,11	45,83
Santa Catarina	103,75	235,54	20,12	44,05	24,11	43,76	16,61	35,20	17,74	30,93	226,00	503,00	21,21	45,20
Rio Grande do Sul	79,40	...	20,01	14,03	29,55	23,76	50,72
Mato Grosso (1)	99,44	242,67	18,93	45,82	20,75	41,03	15,00	38,94	20,06	31,48	265,00	481,00	24,79	46,49
Goiás	85,53	226,85	17,58	40,54	23,23	39,72	15,11	31,04	220,00	582,00	18,77	41,74

(1) Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia Agrícola e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

QUADRO 42. - Preços Reais de Defensivos Pagos pelos Agricultores ⁽¹⁾, Região Centro-Sul, Brasil, 1979/80

(em Cr\$/kg)

Estado	Aldrin 40%		Aldrin 5%		BHC 12%		BHC 3%		BHC 2%		Herbicida		Formicida p̄o	
	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80	Jul./79	Jul./80
Minas Gerais ⁽²⁾	12,71	18,57	17,32	31,74	16,81	22,53
Espírito Santo	73,80	106,54	12,94	17,76	18,11	31,02	17,42	13,12	15,16	12,11	181,42	108,46	18,70	19,91
Rio de Janeiro	87,08	108,95	18,46	21,46	25,54	24,58	18,96	16,10	17,62	16,22	229,59	309,53	19,59	23,54
São Paulo	14,96	16,07	7,92	6,96
Paraná	96,41	103,81	17,68	21,87	23,58	19,76	14,81	14,20	9,88	11,71	189,62	176,31	24,71	22,70
Santa Catarina	106,34	116,65	20,62	21,82	24,71	21,67	17,02	17,43	18,18	15,32	231,64	249,11	21,74	22,38
Rio Grande do Sul	81,38	...	20,51	14,38	14,63	24,35	25,12
Mato Grosso ⁽³⁾	101,92	120,18	19,40	22,69	21,27	20,32	15,37	19,29	20,56	15,59	271,62	238,21	25,41	23,02
Goiás	87,66	112,35	18,02	20,08	23,81	19,67	15,49	15,37	225,49	288,23	19,24	20,67

⁽¹⁾ Em cruzeiros de 1979, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Preços de julho de 1980 são estimativas preliminares.

⁽³⁾ Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia Agrícola e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

QUADRO 43. - Variação Percentual dos Preços de Defensivos, Valores Correntes e Reais, Região Centro-Sul, Brasil, Jul. 1980 em Relação a Jul. 1979

Estado	Aldrin 40%		Aldrin 5%		BHC 12%		BHC 3%		BHC 2%		Herbicida		Formicida p ^o	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Minas Gerais	202,4	46,1	279,3	83,3	177,4	34,0
Espírito Santo	198,8	44,4	183,9	37,2	254,4	71,3	55,9	-24,7	65,3	-20,2	23,7	-40,2	120,4	6,5
Rio de Janeiro	158,9	25,1	140,6	16,2	99,2	- 3,8	75,7	-15,1	90,5	- 8,0	179,0	34,8	148,7	20,2
São Paulo	122,2	7,4	81,8	-12,1
Paraná	122,8	7,7	156,0	23,7	73,4	-16,2	98,4	- 4,1	145,3	18,5	92,4	- 7,0	90,1	- 8,1
Santa Catarina	127,0	9,7	118,9	5,8	81,5	-12,3	111,9	2,4	74,4	15,7	122,6	7,5	113,1	2,9
Rio Grande do Sul	110,6	1,7	113,5	3,2
Mato Grosso (1)	144,0	17,9	142,0	17,0	97,7	- 4,5	159,6	25,4	56,9	-24,2	81,5	-12,3	87,5	- 9,4
Goiás	165,2	28,2	130,6	18,6	71,0	-17,4	105,4	0,8	164,6	-27,8	122,4	7,4

(1) Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia Agrícola e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

- Fertilizante

- Panorama internacional

O consumo mundial de fertilizantes em 1979/80, segundo estimativas preliminares, totalizou 110,6 milhões de toneladas de nutrientes, assim distribuídos: 53,7 milhões de toneladas de nitrogênio, 31,4 milhões de toneladas de fósforo e 25,5 milhões de toneladas de potássio.

Em relação a 1978/79, observou-se acréscimo de apenas 3,7% sendo que a quase estagnação do uso de fertilizantes nos mercados de economia desenvolvida foi um dos fatores que contribuíram para isso.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o acréscimo nos preços dos fertilizantes, as relações menos favoráveis entre preços de produto agrícola e de fertilizantes, o elevado acréscimo no custo de energia, além da difícil e custosa obtenção de crédito, desencorajaram o uso de fertilizantes, ocorrendo em 1979/80 decréscimo de 1,0% no consumo em relação ao período anterior.

A Ásia consumiu a maior quantidade de fertilizantes nitrogenados em 1978/79, cerca de 15,2 milhões de toneladas de elemento, com acréscimo de 12,5% em relação a igual período anterior. Por outro lado, a Europa situou-se como a principal região consumidora de fósforo e de potássio (9,2 milhões de toneladas de P_2O_5 e 8,7 milhões de K_2O), registrando aumentos de 6,0% e 4,6%, respectivamente, em comparação a 1977/78 (quadro 44).

Em 1980/81, o consumo mundial é estimado em 58,1 milhões de toneladas de nitrogênio, 33,6 milhões de toneladas de fósforo e 27,7 milhões de toneladas de potássio, perfazendo o total de 119,4 milhões de toneladas de nutrientes (quadro 45).

Segundo a FAO, a produção mundial de fertilizantes em 1978/79 foi de 112,8 milhões de toneladas de nutriente, o que corresponde a acréscimo de 7,3% em relação à produção do período anterior (quadro 46).

Dentre os principais produtores de nitrogênio destacaram-se os Estados Unidos, com 10,2 milhões de toneladas de elemento e a URSS com 9,2 milhões de toneladas. Também, no caso do fósforo (P_2O_5), os Estados Unidos foram os primeiros produtores mundiais, com 8,6 milhões de toneladas, seguidos novamente pela URSS, com 5,8 milhões de toneladas. Por outro lado, a URSS ocupou o primeiro lugar na produção mundial de potássio (K_2O), atingindo 8,2 milhões de toneladas, vindo a seguir o Canadá, com 6,4 milhões de toneladas.

Em 1979, os preços internacionais dos principais fertilizantes e matérias-primas elevaram-se consideravelmente. Assim, as cotações na América do Norte, indicadoras das tendências dos preços mundiais, subiram 29% no caso da uréia e 59% no da amônia, enquanto o cloreto de potássio canadense aumentou 73%. Os preços dos produtos fosfatados mostraram, também, fortes acréscimos, como o registrado pelo ácido fosfórico, da ordem de 30%, e o de superfosfato concentrado, de 91%.

No início de 1980, ao contrário das expectativas, os preços internacionais de fertilizantes, de modo geral, estabilizaram-se com os dos fosfatados declinando. Alguns fatores contribuíram para equilibrar os preços, tais como: diminuição da demanda dos Estados Unidos na estação de plantio das lavouras; melhorias nos problemas de produção de fertilizantes na Europa Oriental e no Canadá, e preços de energia subindo a taxas menos elevadas que em 1979.

O mercado de enxofre, apesar de um tanto restrito ainda, apresenta-se mais ordenado que em 1979, quando a oferta foi muito escassa e os preços subiram consideravelmente. Pelo fato de a produção de fertilizantes fosfatados requerer larga quantidade de enxofre, o seu custo de produção não deverá subir tão rapidamente em 1980 como no ano anterior.

Cumprido observar que, em fevereiro de 1980, o Governo dos Estados Unidos proibiu a ex

portação de ácido superfosfórico (700.000t de P_2O_5) para a URSS, ocasionando aumento da oferta de fertilizantes fosfatados nos Estados Unidos e contribuindo para a redução nos preços pagos pelos agricultores.

Na Europa Ocidental, o aumento do preço de petróleo trouxe, como consequência, o fechamento de algumas bases de nafta com capacidade de produzir amônia, a conversão de outras fábricas de fertilizantes que usavam nafta para que empregassem matérias-primas de menores preços, bem como o aumento das importações da URSS e dos Estados Unidos, onde a obtenção de gás natural é mais barata.

Os preços da uréia na Europa Ocidental, no período de janeiro a julho de 1980, apresentaram-se praticamente estáveis, situando-se em US\$185,00 a US\$205,00 por tonelada-FOB, em sacada. Contudo, em agosto os preços subiram para US\$220,00 a US\$225,00 por tonelada-FOB, em sacada. Já os preços do sulfato de amônia aumentaram em todo o período (janeiro a agosto de 1980), indo de US\$70,00 a US\$80,00 por tonelada-FOB a granel, em dezembro de 1979, para US\$100,00 a US\$105,00 por tonelada-FOB em agosto de 1980.

No que se refere aos preços dos fertilizantes fosfatados, por tonelada-FOB, o superfosfato triplo no Golfo dos EUA, em dezembro de 1979, situou-se ao redor de US\$188,00 a US\$200,00 a granel, caindo para US\$165,00 a US\$170,00 em agosto de 1980, e os preços do fosfato diamônio de US\$243,00 a US\$265,00 a granel, em dezembro de 1979, baixaram para US\$202,00 a US\$210,00, em maio de 1980; entretanto, aumentaram a partir de então, atingindo em agosto de 1980 entre US\$216,00 e US\$218,00.

Por sua vez, o preço do cloreto de potássio na América do Norte subiu de US\$95,00 a US\$100,00 por tonelada-FOB, em dezembro de 1979, para US\$110,00 a US\$120,00 em julho de 1980.

Conforme estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 1979/80 a capacidade mundial de produção de nitrogênio, fósforo e potássio, expressa em nutrientes, foi da ordem de 163,1 milhões de toneladas. Para 1980/81, é esperado um aumento de 5,5%, quando a produção de nutrientes deverá atingir 172,00 milhões de toneladas. Prevê-se que em 1981/82 a capacidade mundial de produção de fertilizantes chegará a 177,7 milhões de toneladas. Dos 14,6 milhões de toneladas de aumento esperados na capacidade de produção, entre 1979/80 e 1981/82, 58,9% serão de nitrogênio, 27,4% de fósforo e 13,7% de potássio. Por sua vez, em 1981/82, para o nitrogênio, as regiões em desenvolvimento deverão ampliar sua capacidade produtiva em 2,6 milhões de toneladas em relação a 1979/80, enquanto as de economia planejada aumentarão suas instalações de produção em 5,3 milhões de toneladas e as de economia desenvolvida em 700 mil toneladas. O aumento da capacidade de produção de fósforo deverá ser maior entre as regiões de economia em desenvolvimento, as quais adicionarão 2,5 milhões de toneladas de P_2O_5 no período. Para o potássio, a estimativa é de aumento de 2,0 milhões de toneladas de K_2O , sendo que a região de economia planejada responderá por cerca de 85,6% e as regiões de economia desenvolvida e em desenvolvimento por apenas 11,8% e 2,6%, respectivamente.

Caso essas previsões se concretizem, a elevação da produção de NPK, que já era favorável aos nitrogenados em 1979/80 (1:0,30:0,34), passará em 1981/82 para 1:0,31:0,34, com ligeira alteração na participação dos fosfatados.

- Situação interna

Diretamente proporcional à concentração da produção agrícola na Região Centro-Sul do Brasil, o consumo aparente de fertilizantes, nos últimos dez anos, tem-se situado ao redor de 90% do total nacional, com destaque para a Região Centro, cuja participação, em 1979, foi de

62%, seguida da Região Sul com 28% (quadro 47).

Em 1979, o consumo aparente de fertilizantes na Região Centro-Sul foi estimado em 669.000t de nitrogênio, 1.448.000t de fósforo, exclusive fosfato natural moído, e 974.000t de potássio, perfazendo o total de 3.091.000t de nutrientes e representando incremento de 6,3% em relação ao consumo de 1978.

No primeiro semestre de 1980, segundo estimativa do Ministério da Agricultura, o consumo aparente de fertilizantes no Brasil foi 39,2% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, observando-se aumentos tanto na produção nacional como na importação. A produção nacional atingiu 821.000t de nutrientes, com acréscimo de 35,9% em relação a igual período anterior, assim distribuída: 174.000t de nitrogênio e 647.000t de fósforo. Por outro lado, as importações de fertilizantes foram de 796.000t de nutrientes, com incremento de 42,8% quando comparadas com o mesmo período do ano precedente, sendo os fertilizantes potássicos os principais responsáveis por esse aumento nas importações. Nesse período, a Região Centro-Sul participou com 94,4% da produção nacional e com 85,5% das importações de fertilizantes (quadro 48).

Das importações de fertilizantes pela Região Centro-Sul, no primeiro semestre de 1980, a de cloreto de potássio foi a mais representativa (66,3%), seguida da de uréia (8,0%), sulfato de amônia (7,8%), fosfato diamônio (6,1%) e sulfato de potássio (2,6%).

Quanto às matérias-primas, a produção nacional de rocha fosfática, no primeiro semestre de 1980, atingiu 428.000t de P_2O_5 , com acréscimo de 101,9%, em relação ao mesmo período de 1979. A produção de amônia anidra alcançou 166.000t de N e a de ácido fosfórico 99.000t de P_2O_5 , o que representa incremento de, respectivamente, 47,2% e 33,3%, comparativamente ao primeiro semestre de 1979. Por sua vez, foram importadas através dos portos brasileiros, no período em análise, as seguintes quantidades de matérias-primas: ácido fosfórico, 392.000t de P_2O_5 ; rocha fosfática, 113.000t de P_2O_5 ; e amônia anidra, 83.000t de N. Dessas importações 99,2% destinaram-se à Região Centro-Sul.

Em 1979, do total importado de fertilizantes e matérias-primas, através do Porto de Santos, 51,4% foi oriundo dos Estados Unidos; 11,1% do Canadá; 8,9% da África do Sul; 7,2% da Alemanha Oriental e 6,8% de Marrocos, respondendo esses cinco países pelo fornecimento de 85,4% do total importado através do referido Porto.

Em 1979, o dispêndio de divisas do Brasil com a importação de fertilizantes e matérias-primas foi estimado em 718,3 milhões de dólares FOB, com acréscimo de 47,6% em relação a 1978, destacando-se o cloreto de potássio como o produto de maior gasto (quadro 49). Em 1980, as importações de fertilizantes poderão atingir um bilhão de dólares FOB.

A produção nacional de fertilizantes restringe-se aos nitrogenados e fosfatados, sendo importado todo fertilizante potássico consumido no País. Vale ressaltar que as únicas ocorrências conhecidas de minerais potássicos no Brasil e em condições de serem exploradas acham-se localizadas nos estados de Sergipe e Amazonas. Há informações de que a Petrobrás de Mineração S.A. estará em condições de iniciar a exploração de potássio em 1983 na Região Nordeste do Brasil, prevendo-se para o primeiro ano de atividade produção de cerca de 80.000t de cloreto de potássio (48.000t de K_2O).

A produção nacional de fertilizantes nitrogenados para 1980 estimada pela Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA), em termos de nutrientes, é de 414.400t, assim distribuídas: uréia, 117.900t; fosfatos de amônio (MAP e DAP), 102.200t; nitrato de amônio, 70.300t; adubos complexos, 49.300t; sulfato de amônia, 44.000t, e nitrocálcio, 30.700t. Caso se concretize essa estimativa, haverá acréscimo de 43,7% em relação à produção de 1979.

Por outro lado, a ANDA estimou a produção de fertilizantes fosfatados solúveis, em 1980, em 1.484.000t de P_2O_5 , prevendo-se produção de 606.000t de superfosfato triplo, 367.000t de superfosfato simples, 346.000t de fosfatos de amônio (MAP e DAP), 123.000t de adubos comple

xos, 27.000t de termofosfato e 15.000t de superfosfato concentrado.

No primeiro semestre de 1980, os agricultores anteciparam as compras de fertilizantes, influenciados, principalmente, pela manutenção do financiamento com taxas de juros zero e expectativa de aumento nos preços CIP em julho/80.

De fato, segundo a ANDA, o volume de fertilizantes vendido e entregue aos agricultores pelas principais empresas na Região Centro-Sul, no primeiro semestre de 1980, foi 20,7% superior ao de igual período do ano anterior, atingindo 2,9 milhões de toneladas de produto. Contudo, nos meses subsequentes, julho e agosto, o volume de fertilizantes entregue decresceu, respectivamente, 16,0% e 17,2%, em relação a iguais meses do ano anterior. O total acumulado de janeiro a agosto de 1980 foi de 4,2 milhões de toneladas, com acréscimo de apenas 6,3% em relação ao mesmo período de 1979.

As quantidades de fertilizantes vendidas e entregues aos agricultores, no período de janeiro a agosto de 1980, variaram muito de estado para estado, quando comparadas às do mesmo período do ano anterior. Assim, o Estado do Paraná foi o que apresentou maior decréscimo, 14,0%, seguido do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decréscimo de 2,5%. Os outros estados da Região Centro-Sul apresentaram aumentos que variaram de 35,8%, em Goiás, a 14,5% em Minas Gerais. Do total entregue nesses estados da Região Centro-Sul, São Paulo absorveu 36,9%; Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 25,0%; Paraná, 16,1%; Minas Gerais, 7,8%; Mato Grosso, 7,5%; Goiás, 5,5%, e Rio de Janeiro e Espírito Santo, 1,2% (quadro 50).

Em 1979, o valor corrente dos financiamentos de fertilizantes, corretivos e inoculantes destinados à atividade agrícola, concedidos a produtores e cooperativas, foi de cerca de 50.520 milhões de cruzeiros, representando 66,6% do total concedido a essa atividade. As culturas que receberam as maiores parcelas do valor financiado foram: soja, 27,7%; trigo, 13,1%; arroz, 11,2%; cana-de-açúcar, 9,6% e milho, 9,4%, as quais responderam por pouco mais de 70% do valor total financiado. Por sua vez, para atividade pecuária, o valor corrente dos financiamentos para fertilizantes, corretivos e inoculantes para forrageiras foi de 1.300 milhões de cruzeiros, equivalendo a 14,9% do total financiado.

Na última portaria do CIP (nº 146/80 - Diário Oficial da União de 17/07/80), os preços de venda de fertilizantes ensacados, em todo o território nacional, foram considerados para pagamento em 31/12/80; às vendas com pagamentos antecipados foi concedido desconto mínimo de 2,5% ao mês. Por essa portaria, os preços máximos de venda de elementos simples ensacados tiveram aumentos, em termos correntes, que variaram de 45,2% a 80,6%, comparados àqueles da resolução CIP nº 131 (Diário Oficial da União de 10/01/80). Os nutrientes N, P e K sofreram acréscimos, respectivamente, de 61,4%, 55,2% e 65,7% (quadro 51).

O preço médio de fertilizantes no Estado de São Paulo, no período de janeiro a setembro de 1980, foi de Cr\$11.673,40/t, crescendo 169,6% quando comparado à média de igual período de 1979, em termos correntes, sendo que em termos reais houve aumento de 38,0%. O cloreto de potássio foi o fertilizante que apresentou maior aumento no preço corrente, pois passou de Cr\$4.280,00/t para Cr\$13.474,00/t (214,8%).

Nos estados da Região Centro-Sul, em julho de 1980, os cinco principais fertilizantes selecionados para análise apresentavam acentuados acréscimos no preço corrente, em relação a julho de 1979. Os maiores aumentos verificados foram para o cloreto de potássio no Rio Grande do Sul (252,8%) e Espírito Santo (246,8%) e, também, superfosfato simples no Rio de Janeiro (252,3%). O cloreto de potássio apresentou, também, a maior média de aumento de preço (226,7%), seguido do superfosfato triplo (173,4%), uréia (170,2%), superfosfato simples (168,9%) e sulfato de amônia (158,3%) (quadros 52 e 53).

Os preços dos cinco fertilizantes analisados, pagos pelos agricultores, em termos reais, em todos os estados da Região Centro-Sul, foram em julho de 1980 superiores aos de julho de 1979, resultando em situação menos favorável para os agricultores, tendo em vista que

a elevação dos preços recebidos pelos produtores revela menor crescimento relativo (quadro 54).

Quanto aos preços de calcário, pagos pelos agricultores, nos estados da Região Centro-Sul, os valores correntes verificados em julho de 1980 foram, em média, 129,3% superiores aos de julho do ano anterior.

Minas Gerais apresentou o menor preço de calcário, tanto em julho de 1979 como em julho de 1980. Por outro lado, o preço do calcário atingiu o maior valor, em julho de 1980, no Espírito Santo e Santa Catarina, chegando a custar duas vezes mais que em Minas Gerais. São Paulo registrou o maior acréscimo (166,7%) no preço corrente do calcário no período; contudo, após Minas Gerais, foi o Estado em que o preço do calcário esteve relativamente mais barato.

No Espírito Santo, Mato Grosso e Rio de Janeiro, o preço real de calcário sofreu de crescimento de, respectivamente, 11,8%, 11,4% e 9,1%, enquanto que em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás houve acréscimo real.

A estimativa de consumo de fertilizantes no Brasil, para 1980, é da ordem de 3,5 milhões de toneladas de nutrientes, baseando-se na demanda ocorrida em 1979 e entregas efetuadas até setembro, em função de vários fatores, como: a) expansão da fronteira agrícola com a incorporação de grandes áreas de cerrado; b) o PROALCOOL, que deverá aumentar a área cultivada com cana-de-açúcar, aumentando a quantidade consumida de fertilizantes; c) a possível relação favorável de preços de alguns produtos agrícolas de exportação, importantes consumidores de fertilizantes; d) a não incidência de juros sobre adubos nas operações de crédito de custeio; e e) elevação dos preços reais dos fertilizantes.

Para o próximo ano, com a imposição de juros nos financiamentos para aquisição de fertilizantes anunciada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), porém ainda subsidiados, a decisão de uso estará em forte dependência da renda do setor agrícola na safra ora em andamento e da manutenção da prioridade agrícola.

(IEA, 16/10/1980)

QUADRO 44. - Consumo Mundial de Fertilizantes, 1977/78 e 1978/79

Região	Nitrogênio (N) (1.000.000t)		b/a (%)	Fósforo (P ₂ O ₅) (1.000.000t)		d/c (%)	Potássio (K ₂ O) (1.000.000t)		f/e (%)	Consumo aparente (NPK) (1.000.000t)		
	1977/78	1978/79		1977/78	1978/79		1977/78	1978/79		1977/78	1978/79	h/g
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(%)			
África	1,31	1,39	6,1	0,91	0,91	-	0,37	0,36	- 2,7	2,59	2,66	2,7
América do Norte e Central	11,05	11,76	6,4	5,57	6,10	9,5	5,58	6,30	12,9	22,20	24,16	8,8
América do Sul	1,21	1,21	-	1,83	1,84	0,6	1,07	1,15	7,5	4,11	4,20	2,2
Ásia	13,48	15,17	12,5	4,94	5,73	16,0	2,16	2,63	21,8	20,58	23,53	14,3
Europa	12,96	14,00	8,0	8,66	9,18	6,0	8,34	8,72	4,6	29,96	31,90	6,5
Oceania	0,26	0,25	- 3,8	1,18	1,39	17,8	0,23	0,25	8,7	1,67	1,89	13,2
URSS	7,52	7,66	1,9	5,10	5,36	5,1	5,40	5,38	- 0,37	18,02	18,40	2,1
Total mundial	47,79	51,44	7,6	28,19	30,51	8,2	23,15	24,79	7,1	99,13	106,74	7,7

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 45. - Estimativas da Oferta e Consumo Mundial de Fertilizantes, 1980/81

(em milhão de toneladas de nutriente)

Item	Nitrogênio (N)	Fósforo (P ₂ O ₅)	Potássio (K ₂ O)	Total (NPK)
Oferta	61,07	35,56	29,33	125,96
Consumo	58,10	33,56	27,69	119,35
Saldo	2,97	2,00	1,64	6,61

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Janeiro/80.

QUADRO 46. - Produção Mundial de Fertilizantes, 1977/78 e 1978/79

Região	Nitrogênio (N) (1.000.000t)		b/a (%)	Fósforo (P ₂ O ₅) (1.000.000t)		d/c (%)	Potássio (K ₂ O) (1.000.000t)		f/e (%)	Total (NPK) (1.000.000t)		h/g (%)
	1977/78	1978/79		1977/78	1978/79		1977/78	1978/79		1977/78	1978/79	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)				
África	0,76	0,83	9,2	1,06	1,18	11,3	0,08	1,90	2,01	5,8
América do Norte e Central	11,83	12,57	6,3	8,43	9,46	12,2	8,18	8,67	6,0	28,44	30,70	8,0
América do Sul	0,58	0,60	3,4	1,24	1,28	3,2	0,01	0,01	-	1,83	1,89	3,3
Ásia	11,14	13,16	18,1	3,86	4,43	14,8	0,95	0,96	1,0	15,95	18,55	16,3
Europa	15,83	17,20	8,6	8,62	8,89	3,1	8,19	8,67	5,9	32,64	34,76	6,5
Oceania	0,22	0,21	- 4,6	1,20	1,42	18,3	1,42	1,63	14,8
URSS	9,02	9,22	2,2	5,59	5,82	4,1	8,35	8,19	-1,9	22,96	23,23	1,2
Total mundial	49,38	53,79	8,9	30,00	32,48	8,3	25,76	26,50	2,9	105,14	112,77	7,3

Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 47. - Consumo Aparente de Fertilizantes (NPK) por Região (¹), Brasil, 1969-80

Ano	Norte/Nordeste		Centro		Sul		Brasil
	t	%	t	%	t	%	t
1969	52.462	8,3	426.762	67,7	151.161	24,0	630.385
1970	73.562	7,4	662.613	66,3	262.901	26,3	999.076
1971	95.040	8,2	709.131	60,9	360.865	30,9	1.165.036
1972	151.508	8,7	948.148	54,3	646.869	37,0	1.746.525
1973	141.483	8,4	1.050.242	62,5	487.422	29,1	1.679.147
1974	169.717	9,3	1.061.529	58,2	593.390	32,5	1.824.636
1975	135.339	6,9	1.280.182	64,7	562.171	28,4	1.977.692
1976	276.374	10,9	1.639.808	64,9	611.959	24,2	2.528.141
1977	319.691	10,0	2.003.259	62,4	885.946	27,6	3.208.896
1978	314.306	9,8	1.959.203	60,8	948.817	29,4	3.222.386
1979 ⁽²⁾	346.000	10,1	2.142.000	62,3	949.000	27,6	3.437.000
1980 ⁽³⁾	161.864	10,0	1.004.875	62,2	450.125	27,8	1.616.864

(¹) Segundo o critério de regionalização do SIACESP, a Região Centro compreende os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; a Região Sul, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a Região Norte/Nordeste, os demais estados.

(²) Dados preliminares, não incluem fosfato natural moído.

(³) Dados preliminares, do período de janeiro a junho.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP) e Coordenadoria de Fertilizantes, Defensivos e Inoculantes (SPV/SNAP/MA).

QUADRO 48. - Produção, Importação e Consumo Aparente de Fertilizantes por Região⁽¹⁾, Brasil, 1979/80

Região e Nutriente	Produção (t)			Importação (t)			Consumo aparente (t)		
	Jan.-Jun./79 (a)	Jan.-Jun./80 (b)	b/a (%)	Jan.-Jun./79 (c)	Jan.-Jun./80 (d)	d/c (%)	Jan.-Jun./79 (e)	Jan.-Jun./80 (f)	f/e (%)
Nitrogênio	73.071	95.318	30,4	75.190	101.456	34,9	148.261	196.774	32,7
Fósforo	300.966	432.894	43,8	19.905	36.876	85,3	320.871	469.770	46,4
Potássio	-	-	-	185.110	338.331	82,8	185.110	338.331	82,8
Subtotal (NPK)	374.037	528.212	41,2	280.205	476.663	70,1	654.242	1.004.875	53,6
Sul									
Nitrogênio	30.662	35.438	15,6	29.855	32.432	8,6	60.517	67.870	12,2
Fósforo	177.884	210.766	18,5	35.952	25.494	-29,1	213.836	236.260	10,5
Potássio	-	-	-	106.303	145.995	37,3	106.303	145.995	37,5
Subtotal (NPK)	208.546	246.204	18,1	172.110	203.921	18,5	380.656	450.125	18,3
Norte/Nordeste									
Nitrogênio	20.545	43.342	111,0	20.704	22.436	8,4	41.249	65.778	59,5
Fósforo	628	2.783	343,2	47.995	54.286	13,1	48.623	57.069	17,4
Potássio	-	-	-	36.486	39.017	6,9	36.486	39.017	6,9
Subtotal (NPK)	21.173	46.125	117,8	105.185	115.739	10,0	126.358	161.864	28,1
Brasil									
Nitrogênio	124.278	174.098	40,1	125.749	156.324	24,3	250.027	330.422	32,2
Fósforo	479.478	646.443	34,8	103.852	116.656	12,3	583.330	763.099	30,8
Potássio	-	-	-	327.899	523.343	59,6	327.899	523.343	59,6
Total (NPK)	603.756	820.541	35,9	557.500	796.323	42,8	1.161.256	1.616.864	39,2

(¹) Segundo o critério de regionalização do SIACESP.

Fonte: Coordenadoria de Fertilizantes, Corretivos, Defensivos e Inoculantes (SPV/SNAP/MA).

QUADRO 49. - Valor das Importações Brasileiras de Fertilizantes e Matérias-Primas ⁽¹⁾, 1976-79

Ano	Fertilizante		Matéria-prima		Total		Índice	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)
1976	3.027.801	199.954	2.253.115	152.228	5.280.916	352.182	100,00	100,00
1977	3.996.594	296.837	2.755.883	172.603	6.752.477	469.440	127,87	133,29
1978	3.770.883	304.983	2.417.257	181.764	6.188.140	486.747	117,18	138,21
1979 ⁽²⁾	4.556.871	460.845	2.250.740	257.449	6.807.611	718.294	128,91	203,96

⁽¹⁾ Em 1976 e 1979 estão incluídos os adubos orgânicos e micronutrientes, enquanto que em 1977 e 1978 estão incluídos apenas os micronutrientes.

⁽²⁾ Estimativas baseadas nas guias autorizadas da Carteira do Comércio Exterior (CADEX) para fertilizantes, micronutrientes e matérias-primas.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 50. - Fertilizantes Entregues na Região Centro-Sul, Brasil, 1979/80

(em tonelada de produto)

Estado	Jan.-Ago./79 (a)	Jan.-Ago./80 (b)	b/a (%)
São Paulo	1.329.837	1.531.957	15,2
Minas Gerais	283.967	325.050	14,5
Goiás	168.515	228.792	35,8
Mato Grosso	238.620	309.773	29,8
Paraná	777.637	668.463	-14,0
Rio de Janeiro e Espírito Santo	42.259	49.818	17,9
Rio Grande do Sul e Santa Catarina	1.064.817	1.037.729	- 2,5
Total	3.905.652	4.151.582	6,3

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

QUADRO 51.- Preços Máximos de Vendas de Fertilizantes Ensacados e de Nitrogênio (N), Fósforo (P₂O₅) e Potássio (K₂O), Brasil, 1980

Produto	Resolução CIP (Cr\$/t)			b/a (%)
	nº 131 ⁽¹⁾ (a)	nº 138 ⁽²⁾	nº 146 ⁽³⁾ (b)	
Salitre do Chile sódico	7.455,00	10.185,00	13.024,00	74,7
Salitre do Chile potássio	10.663,00	14.860,00	18.234,00	71,0
Sulfato de amônio	6.924,00	9.732,00	11.919,00	72,1
Nitrocálcio	8.453,00	11.792,00	14.025,00	65,9
Sulfonitrato de amônio	9.196,00	13.154,00	16.608,00	80,6
Nitrato de amônio	10.395,00	14.568,00	17.449,00	67,9
Uréia	12.909,00	18.081,00	22.225,00	72,2
Super simples pó	6.268,00	7.424,00	9.099,00	45,2
Super simples granulado	6.996,00	8.355,00	10.160,00	45,2
Super fosfato concentrado	9.001,00	11.836,00	-	-
Super triplo granulado	13.547,00	18.892,00	23.706,00	75,0
Fosfato di-amônio (DAP)	17.694,00	25.342,00	31.517,00	78,1
Fosfato mono-amônio (MAP)	18.085,00	25.744,00	31.646,00	75,0
Fosfato moído (30/6) pó	5.198,00	7.284,00	-	-
Fosfato moído (30/12) pó	5.454,00	7.518,00	9.241,00	69,4
Fosfato moído (33/4) pó	-	3.864,00	4.737,00	-
Fosfato granulado (26/12)	6.022,00	8.418,00	10.140,00	68,4
Cloreto de potássio	9.933,00	14.106,00	17.349,00	74,7
Sulfato de potássio	11.965,00	15.975,00	20.000,00	67,1
Sulfato de potássio e magnésio	7.634,00	10.678,00	13.236,00	73,4
Termofosfato	5.279,00	5.986,00	8.069,00	52,8
Nutrientes				
Nitrogênio	30.600,00	41.400,00	49.400,00	61,4
Fósforo	33.300,00	42.000,00	51.700,00	55,2
Potássio	16.600,00	22.400,00	27.500,00	65,7
Acréscimo por tonelada de mistura	794,00	907,00	1.105,00	39,2

⁽¹⁾ de 21/12/79, para pagamento em 30/01/80.

⁽²⁾ de 25/02/80, para pagamento em 30/06/80.

⁽³⁾ de 16/07/80, para pagamento em 31/12/80.

Fonte: Diário Oficial da União

QUADRO 52.- Preços Correntes de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, 1979/80

(em Cr\$/kg)

Estado	Cloreto de potássio		Sulfato de amônia		Urêia		Superfostato simples		Superfostato triplo		Calcário moído	
	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80
Minas Gerais ⁽¹⁾	4,59	15,09	4,16	10,72	6,94	19,31	3,22	8,47	7,27	19,71	0,18	0,43
Espírito Santo	4,49	15,57	4,15	11,82	7,01	20,28	3,26	9,54	7,55	20,12	0,66	1,21
Rio de Janeiro	4,54	14,94	4,07	12,82	6,75	17,26	3,06	10,78	6,65	20,93	0,54	1,00
São Paulo	4,76	15,18	4,09	10,43	7,07	19,45	3,15	7,96	7,55	20,74	0,21	0,56
Paraná	4,42	14,96	4,22	10,20	6,89	18,71	3,31	8,53	6,99	18,79	0,49	1,16
Santa Catarina	4,38	14,34	4,30	10,17	7,08	19,00	3,83	9,28	7,14	19,34	0,50	1,21
Rio G. do Sul	4,32	15,24	3,88	10,23 ⁽²⁾	7,02	18,21 ⁽²⁾	3,21	8,27	7,23	19,25 ⁽²⁾	0,43	1,08 ⁽²⁾
Mato Grosso ⁽³⁾	5,17	14,67	4,52	10,35	7,49	19,09	3,56	8,58	7,64	19,71	0,43	0,79
Goiás	4,95	15,54	4,64	11,18	7,15	19,97	3,77	9,85	6,80	18,34	0,25	0,69

⁽¹⁾ Preços de julho de 1980 são estimativas preliminares.

⁽²⁾ Preços referente a junho de 1980.

⁽³⁾ Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

QUADRO 53. - Variação Percentual dos Preços de Fertilizantes e Calcário, Valores Correntes e Reais, Região Centro-Sul, Brasil, Julho de 1980 em Relação a Julho de 1979
(em porcentagem)

Estado	Cloreto de potássio		Sulfato de amônia		Urêia		Superfosfato simples		Superfosfato triplo		Calcário moído	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Minas Gerais	228,8	58,9	157,7	24,6	178,2	34,5	163,0	27,0	171,1	31,0	138,9	16,7
Espírito Santo	246,8	67,6	184,8	37,6	189,3	39,8	192,6	41,3	166,5	28,7	83,3	-11,8
Rio de Janeiro	229,1	59,1	215,0	52,3	155,7	23,6	252,3	70,1	214,7	52,0	85,2	- 9,1
São Paulo	218,9	54,1	155,0	23,4	175,1	32,8	152,7	22,0	174,7	32,7	166,7	27,3
Paraná	238,5	63,6	141,7	16,6	171,6	31,3	157,7	24,5	168,6	30,0	136,7	14,0
Santa Catarina	227,4	58,1	136,5	14,3	168,4	29,6	142,3	17,0	170,9	30,9	142,0	17,6
Rio G. do Sul	252,8	70,4	163,7	37,9	159,4	35,8	157,6	24,6	166,2	39,5	151,2	31,8
Mato Grosso ⁽¹⁾	183,8	37,2	129,0	10,8	154,9	23,0	141,0	16,4	158,0	24,6	83,7	-11,4
Goiás	213,9	51,9	141,0	16,4	179,3	34,9	161,3	26,4	169,7	30,3	176,0	30,8

(¹) Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

QUADRO 54. - Preços Reais de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores⁽¹⁾, Região Centro-Sul, Brasil, 1979/80

(em Cr\$/kg)

Estado	Cloreto de potássio		Sulfato de amônia		Uréia		Superfostato simples		Superfosfato triplo		Calcário moído	
	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80	Jul/79	Jul/80
Minas Gerais ⁽²⁾	4,70	7,47	4,26	5,31	7,11	9,56	3,30	4,19	7,45	9,76	0,18	0,21
Espírito Santo	4,60	7,71	4,25	5,85	7,18	10,04	3,34	4,72	7,74	9,96	0,68	0,60
Rio de Janeiro	4,65	7,40	4,17	6,35	6,92	8,55	3,14	5,34	6,82	10,37	0,55	0,50
São Paulo	4,88	7,52	4,19	5,17	7,25	9,63	3,23	3,94	7,74	10,27	0,22	0,28
Paraná	4,53	7,41	4,33	5,05	7,06	9,27	3,39	4,22	7,16	9,31	0,50	0,57
Santa Catarina	4,49	7,10	4,41	5,04	7,26	9,41	3,93	4,60	7,32	9,58	0,51	0,60
Rio G. do Sul	4,43	7,55	3,98	5,49	7,20	9,78	3,29	4,10	7,41	10,34	0,44	0,58
Mato Grosso ⁽³⁾	5,30	7,27	4,63	5,13	7,68	9,45	3,65	4,25	7,83	9,76	0,44	0,39
Goiás	5,07	7,70	4,76	5,54	7,33	9,89	3,86	4,88	6,97	9,08	0,26	0,34

⁽¹⁾ Em cruzeiros de 1979, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Preços de julho de 1980 são estimativas preliminares.

⁽³⁾ Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

- Trator

Segundo o Censo Agropecuário de 1975, existiam na Região Centro-Sul 306.306 tratores, contra 157.462 unidades em 1970, mantendo-se praticamente inalterada a participação de 94,8% no total brasileiro e representando um crescimento médio anual de 14,2%.

Embora a Região seja bastante desenvolvida em termos de mecanização agrícola, a distribuição de tratores por estado, em 1975, era bem desigual, pois 78,6% da frota nacional estavam localizados em apenas quatro: São Paulo, 31,4%; Rio Grande do Sul, 23,9%; Paraná, 16,3% e Minas Gerais, 7,0% - a despeito das elevadas taxas anuais de aumento das frotas de tratores, no período 1970-75, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (23,0% a.a.), Santa Catarina (20,9% a.a) e Minas Gerais (17,4% a.a.) (quadro 55).

A análise segundo a faixa de potência revela, para 1975, forte predominância de tratores de roda com 50 a 100 c.v. (58,8%), vindo a seguir a faixa de 10 a menos de 50 c.v. (26,8%), a de menos de 10 c.v. (8,2%) e, por último, a de mais de 10 c.v. (6,2%). Ressalte-se, também, a tendência de aumento do número de tratores agrícolas mais potentes explicada, principalmente, pela versatilidade oferecida por esses tratores e diminuição do custo por cavalo-vapor, além de que em áreas de expansão de fronteira agrícola há maior necessidade de tais máquinas.

Assim, enquanto no período 1970-75 a taxa de crescimento do número de tratores com menos de 10 c.v. foi de 6,7% a.a., a de tratores com 10 a menos de 50 c.v. foi de 1,2% a.a. e aquela dos tratores com mais de 50 c.v. foi de 26,3% a.a.

Quanto aos tratores de esteira, em 1975, existiam na Região Centro-Sul 15.338 unidades, ou seja, 5,3% do total de tratores, sendo que os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais contavam com 11.193 tratores de esteira, correspondendo a 64,6% do total brasileiro desse tipo.

O valor dos financiamentos para aquisição de tratores no Brasil, em termos reais, duplicou de 10,2 bilhões de cruzeiros em 1974 para 20,5 bilhões de cruzeiros em 1976. A partir desse ano, decresceu até 13,7 bilhões em 1978, voltando a sofrer pequeno aumento em 1979, quando alcançou 16,3 bilhões de cruzeiros. A participação da Região Centro-Sul no total de financiamento para tratores no Brasil passou de 92,2% em 1974 para 86,4% em 1979, com pequenas alterações de valor entre os estados da Região, ressaltando-se o Estado do Paraná, cuja participação vem diminuindo (quadro 56).

Em 1979, a produção de tratores atingiu 64.511 unidades, assim distribuídas: 52.902 tratores de roda, 6.062 cultivadores motorizados, 3.202 tratores de esteira e 2.345 microtratores. Nos oito primeiros meses de 1980, foram produzidos 38.953 tratores de roda, resultado 17,7% superior àquele obtido em igual período do ano anterior. Produziram-se ainda 4.768 cultivadores motorizados, 2.743 tratores de esteira e 1.670 microtratores com taxas de crescimento de 21,9%, 39,8% e 6,6%, respectivamente (quadro 57).

Dado que a natureza da produção de tratores caracteriza-se por elevada exigência de capital e tecnologia, bem como visando o aproveitamento dos ganhos de escala, a mesma se dá em número pequeno de empresas. Em 1979, havia sete empresas produzindo tratores de roda no Brasil, sendo que apenas quatro delas responderam por 95,2% do total, a saber: Massey-Ferguson (35,2%), Valmet (25,6%), Ford (23,8%) e CBT (10,6%). Na produção de cultivadores motorizados, existem apenas duas empresas, Kubota e Yanmar, respondendo por 56,5% e 43,5%, respectivamente. A totalidade da produção de microtrator é da Agrale (quadro 58).

Pode-se afirmar com relativa segurança que o setor de tratores tem produzido a preços competitivos e favoráveis para a agricultura brasileira. Considerando-se a evolução do preço do trator de 44HP, no Estado de São Paulo, verifica-se, decréscimo no valor real até

1974 equivalente a 62,0% daquele vigente em 1969 e pequena elevação até 1976; em 1978 atinge um máximo (ainda assim o preço é 18,7% menor que o de 1969), caindo nos dois anos seguintes (quadro 59).

Conjugando as tendências de elevação da potência média do trator com a de diminuição de preço por HP, a medida em que aumenta o tamanho do trator, vem se verificando decréscimo de preço do HP, colocado à disposição da agricultura por parte da indústria.

Nos diversos estados da Região Centro-Sul, a variação de preços de tratores esteve abaixo da variação de 99,1% ocorrida no índice geral de preços da economia, de junho/79 a junho/80. Mesmo dentro de uma determinada categoria de trator existe diferença de preços entre os diversos estados, o que pode, em princípio, ser explicado pelo fato de os levantamentos serem efetuados para faixas de potências, tipos e marcas heterogêneas, geralmente as mais frequentes; por exemplo, o preço do trator médio, em junho/80, variava entre Cr\$254.660,00 (Rio de Janeiro) e Cr\$337.018,00 (Goiás) (quadro 60).

As exportações brasileiras de tratores, que até 1973 não ultrapassavam 500 unidades anuais, a partir de 1974 passaram a crescer, atingindo 8.529 tratores em 1979, no valor de 119,2 milhões de dólares (quadro 61).

Os tratores agrícolas sempre tiveram grande importância no total exportado de tratores, respondendo em 1979 por 78,9% em número e 51,9% em valor, enquanto o de tratores de esteira correspondeu a 5,9% em número e 18,1% em valor. Mesmo assim, as exportações de tratores têm representado parcela pequena do total produzido (13,2% da produção em 1979).

Apenas cinco países responderam por aproximadamente metade do valor exportado pelo Brasil, a saber: Uruguai (11,97%), Iraque (11,92%), Argentina (9,86%), Paraguai (8,98%) e República Sul Africana (7,84%). Os referidos países importaram, em conjunto, 3.288 tratores agrícolas, 212 tratores de esteira e 855 tratores de outras categorias, totalizando 4.355 unidades (51,1% do total exportado) (quadro 62).

Os preços médios dos tratores brasileiros exportados em 1979 foram: US\$9.192,23 para o trator agrícola, US\$42.769,32 para o trator de esteira e US\$27.693,52 para trator de outra categoria.

Considerando-se que o setor de tratores trabalha com alta capacidade ociosa e a impossibilidade de elevação substancial da demanda interna de tratores, parece claro que o caminho das exportações seja uma das alternativas para diminuir o efeito da crise que afeta o setor, além de permitir a obtenção de divisas.

Dada a preocupação governamental de expandir a produção agropecuária brasileira, parece clara a importância de se adotar uma política bem definida de crédito para investimento, sob pena de colocar em risco o objetivo proposto.

(IEA, 15/10/1980)

QUADRO 55. - Tratores Existentes na Região Centro-Sul por Faixa de Potência, 1975

Unidade da Federação	De menos de 10 c.v.		De 10 a menos de 50 c.v.		De 50 a menos de 100 c.v.		De 100 c.v. e mais		Total		Tipo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Roda	Esteira
											Nº	Nº
Minas Gerais	1.741	6,5	6.766	7,8	12.416	6,6	1.762	8,5	22.685	7,0	20.747	1.938
Espírito Santo	282	1,1	587	0,7	898	0,5	173	0,8	1.940	0,6	1.768	172
Rio de Janeiro	1.013	3,8	1.436	1,7	2.927	1,5	521	2,5	5.897	1,8	5.438	459
São Paulo	7.038	26,3	33.118	38,2	57.608	30,5	3.595	17,3	101.359	31,4	97.679	3.680
Paraná	2.945	11,0	12.293	14,1	32.584	17,3	4.676	22,5	52.498	16,3	49.817	2.681
Santa Catarina	6.268	23,4	3.887	4,5	4.871	2,6	615	3,0	15.641	4,8	14.963	678
Rio G. do Sul	4.504	16,8	17.911	20,6	51.547	27,3	3.292	15,8	77.254	23,9	74.360	2.894
Mato Grosso	98	0,4	404	0,5	1.491	0,8	650	3,1	2.643	0,9	2.211	432
Mato Grosso do Sul	361	1,3	1.759	2,0	7.820	4,1	2.351	11,3	12.291	3,8	11.028	1.263
Goiás	581	2,2	3.777	4,4	7.811	4,1	1.465	7,1	13.634	4,2	12.505	1.129
Distrito Federal	246	0,9	147	0,2	59	0,0	12	0,1	464	0,1	452	12
Região Centro-Sul	25.077	93,7	82.085	94,7	180.032	95,3	19.112	92,0	306.306	94,8	290.968	15.338
Outras	1.696	6,3	4.585	5,3	8.856	4,7	1.666	8,0	16.803	5,2	14.822	1.981
Brasil	26.773	100,0	86.670	100,0	188.888	100,0	20.778	100,0	323.109	100,0	305.790	17.319

Fonte: Censo Agropecuário de 1975 da Fundação IBGE. Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 56. - Valor dos Financiamentos para Aquisição de Tratores ⁽¹⁾, Brasil, 1974-79
(em Cr\$1.000)

(continua)

Unidade da Federação	1974			1975			1976		
	Corrente	Real ⁽²⁾	%	Corrente	Real ⁽²⁾	%	Corrente	Real ⁽²⁾	%
Minas Gerais	193.231	1.062.896	10,4	497.716	2.128.086	11,1	679.784	2.070.375	10,1
Espírito Santo	20.006	110.046	1,1	42.474	181.606	1,0	81.719	248.886	1,2
Rio de Janeiro ⁽³⁾	22.554	124.062	1,2	94.536	404.208	2,1	104.206	317.373	1,6
São Paulo	477.425	2.626.147	25,7	953.869	4.078.462	21,4	1.517.033	4.620.330	22,5
Paraná	381.908	2.100.742	20,5	872.905	3.732.283	19,5	1.101.577	3.355.003	16,3
Santa Catarina	108.342	595.951	5,8	205.979	880.705	4,6	305.483	930.390	4,5
Rio Grande do Sul	297.454	1.636.190	16,0	795.407	3.400.925	17,8	1.019.329	3.104.505	15,1
Mato Grosso ⁽⁴⁾	102.179	562.051	5,5	314.046	1.342.768	7,0	612.732	1.866.159	9,1
Goiás ⁽⁵⁾	112.004	616.095	6,0	270.298	1.155.714	6,1	414.467	1.262.316	6,2
Região Centro-Sul	1.715.103	9.434.180	92,2	4.047.230	17.304.757	90,6	5.836.330	17.775.337	86,6
Outras	145.068	797.968	7,8	419.747	1.794.713	9,4	904.545	2.754.915	13,4
Brasil	1.860.171	10.232.148	100,0	4.466.977	19.099.470	100,0	6.740.875	20.530.252	100,0

- Trator

Segundo o Censo Agropecuário de 1975, existiam na Região Centro-Sul 306.306 tratores, contra 157.462 unidades em 1970, mantendo-se praticamente inalterada a participação de 94,8% no total brasileiro e representando um crescimento médio anual de 14,2%.

Embora a Região seja bastante desenvolvida em termos de mecanização agrícola, a distribuição de tratores por estado, em 1975, era bem desigual, pois 78,6% da frota nacional estavam localizados em apenas quatro: São Paulo, 31,4%; Rio Grande do Sul, 23,9%; Paraná, 16,3% e Minas Gerais, 7,0% - a despeito das elevadas taxas anuais de aumento das frotas de tratores, no período 1970-75, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (23,0% a.a.), Santa Catarina (20,9% a.a) e Minas Gerais (17,4% a.a.) (quadro 55).

A análise segundo a faixa de potência revela, para 1975, forte predominância de tratores de roda com 50 a 100 c.v. (58,8%), vindo a seguir a faixa de 10 a menos de 50c.v. (26,8%), a de menos de 10 c.v. (8,2%) e, por último, a de mais de 10 c.v.(6,2%). Ressalte-se, também, a tendência de aumento do número de tratores agrícolas mais potentes explicada, principalmente, pela versatilidade oferecida por esses tratores e diminuição do custo por cavalo-vapor, além de que em áreas de expansão de fronteira agrícola há maior necessidade de tais máquinas.

Assim, enquanto no período 1970-75 a taxa de crescimento do número de tratores com menos de 10 c.v. foi de 6,7% a.a., a de tratores com 10 a menos de 50 c.v. foi de 1,2% a.a. e aquela dos tratores com mais de 50 c.v. foi de 26,3% a.a.

Quanto aos tratores de esteira, em 1975, existiam na Região Centro-Sul 15.338 unidades, ou seja, 5,3% do total de tratores, sendo que os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais contavam com 11.193 tratores de esteira, correspondendo a 64,6% do total brasileiro desse tipo.

O valor dos financiamentos para aquisição de tratores no Brasil, em termos reais, duplicou de 10,2 bilhões de cruzeiros em 1974 para 20,5 bilhões de cruzeiros em 1976. A partir desse ano, decresceu até 13,7 bilhões em 1978, voltando a sofrer pequeno aumento em 1979, quando alcançou 16,3 bilhões de cruzeiros. A participação da Região Centro-Sul no total de financiamento para tratores no Brasil passou de 92,2% em 1974 para 86,4% em 1979, com pequenas alterações de valor entre os estados da Região, ressaltando-se o Estado do Paraná, cuja participação vem diminuindo (quadro 56).

Em 1979, a produção de tratores atingiu 64.511 unidades, assim distribuídas: 52.902 tratores de roda, 6.062 cultivadores motorizados, 3.202 tratores de esteira e 2.345 microtratores. Nos oito primeiros meses de 1980, foram produzidos 38.953 tratores de roda, resultado 17,7% superior àquele obtido em igual período do ano anterior. Produziram-se ainda 4.768 cultivadores motorizados, 2.743 tratores de esteira e 1.670 microtratores com taxas de crescimento de 21,9%, 39,8% e 6,6%, respectivamente (quadro 57).

Dado que a natureza da produção de tratores caracteriza-se por elevada exigência de capital e tecnologia, bem como visando o aproveitamento dos ganhos de escala, a mesma se dá em número pequeno de empresas. Em 1979, havia sete empresas produzindo tratores de roda no Brasil, sendo que apenas quatro delas responderam por 95,2% do total, a saber: Massey-Ferguson (35,2%), Valmet (25,6%), Ford (23,8%) e CBT (10,6%). Na produção de cultivadores motorizados, existem apenas duas empresas, Kubota e Yanmar, respondendo por 56,5% e 43,5%, respectivamente. A totalidade da produção de microtrator é da Agrale (quadro 58).

Pode-se afirmar com relativa segurança que o setor de tratores tem produzido a preços competitivos e favoráveis para a agricultura brasileira. Considerando-se a evolução do preço do trator de 44HP, no Estado de São Paulo, verifica-se, decréscimo no valor real até

1974 equivalente a 62,0% daquele vigente em 1969 e pequena elevação até 1976; em 1978 atingiu um máximo (ainda assim o preço é 18,7% menor que o de 1969), caindo nos dois anos seguintes (quadro 59).

Conjugando as tendências de elevação da potência média do trator com a de diminuição de preço por HP, a medida em que aumenta o tamanho do trator, vem se verificando decréscimo de preço do HP, colocado à disposição da agricultura por parte da indústria.

Nos diversos estados da Região Centro-Sul, a variação de preços de tratores esteve abaixo da variação de 99,1% ocorrida no índice geral de preços da economia, de junho/79 a junho/80. Mesmo dentro de uma determinada categoria de trator existe diferença de preços entre os diversos estados, o que pode, em princípio, ser explicado pelo fato de os levantamentos serem efetuados para faixas de potências, tipos e marcas heterogêneas, geralmente as mais frequentes; por exemplo, o preço do trator médio, em junho/80, variava entre Cr\$254.660,00 (Rio de Janeiro) e Cr\$337.018,00 (Goiás) (quadro 60).

As exportações brasileiras de tratores, que até 1973 não ultrapassavam 500 unidades anuais, a partir de 1974 passaram a crescer, atingindo 8.529 tratores em 1979, no valor de 119,2 milhões de dólares (quadro 61).

Os tratores agrícolas sempre tiveram grande importância no total exportado de tratores, respondendo em 1979 por 78,9% em número e 51,9% em valor, enquanto o de tratores de esteira correspondeu a 5,9% em número e 18,1% em valor. Mesmo assim, as exportações de tratores têm representado parcela pequena do total produzido (13,2% da produção em 1979).

Apenas cinco países responderam por aproximadamente metade do valor exportado pelo Brasil, a saber: Uruguai (11,97%), Iraque (11,92%), Argentina (9,86%), Paraguai (8,98%) e República Sul Africana (7,84%). Os referidos países importaram, em conjunto, 3.288 tratores agrícolas, 212 tratores de esteira e 855 tratores de outras categorias, totalizando 4.355 unidades (51,1% do total exportado) (quadro 62).

Os preços médios dos tratores brasileiros exportados em 1979 foram: US\$9.192,23 para o trator agrícola, US\$42.769,32 para o trator de esteira e US\$27.693,52 para trator de outra categoria.

Considerando-se que o setor de tratores trabalha com alta capacidade ociosa e a impossibilidade de elevação substancial da demanda interna de tratores, parece claro que o caminho das exportações seja uma das alternativas para diminuir o efeito da crise que afeta o setor, além de permitir a obtenção de divisas.

Dada a preocupação governamental de expandir a produção agropecuária brasileira, parece clara a importância de se adotar uma política bem definida de crédito para investimento, sob pena de colocar em risco o objetivo proposto.

(IEA, 15/10/1980)

QUADRO 56. - Valor dos Financiamentos para Aquisição de Tratores ⁽¹⁾, Brasil, 1974-79

(em Cr\$1.000)

(conclusão)

Unidade da Federação	1977			1978			1979		
	Corrente	Real ⁽²⁾	%	Corrente	Real ⁽²⁾	%	Corrente	Real ⁽²⁾	%
Minas Gerais	704.259	1.503.593	10,0	890.553	1.370.822	10,0	1.671.460	1.671.460	10,3
Espírito Santo	128.357	274.042	1,8	121.348	186.790	1,4	213.748	213.748	1,3
Rio de Janeiro ⁽³⁾	90.107	192.378	1,3	121.077	186.373	1,4	166.571	166.571	1,0
São Paulo	1.698.955	3.627.269	24,0	2.210.357	3.402.388	24,8	3.901.215	3.901.215	24,0
Paraná	1.193.752	2.548.661	16,9	911.240	1.402.666	10,2	1.961.867	1.961.867	12,0
Santa Catarina	303.485	647.940	4,3	423.161	651.369	4,7	804.325	804.825	4,9
Rio Grande do Sul	1.221.048	2.606.937	17,3	1.885.203	2.901.881	21,1	2.895.020	2.895.020	17,8
Mato Grosso ⁽⁴⁾	470.183	1.003.841	6,7	562.892	866.456	6,3	1.141.160	1.141.160	7,0
Goiás ⁽⁵⁾	263.584	562.752	3,7	479.274	737.743	5,4	1.327.877	1.327.877	8,1
Região Centro-Sul	6.073.730	12.967.413	86,0	7.605.105	11.706.488	85,3	14.083.743	14.083.743	86,4
Outras	986.080	2.105.281	14,0	1.313.507	2.021.873	14,7	2.223.424	2.223.424	13,6
Brasil	7.059.810	15.072.694	100,0	8.918.612	13.728.361	100,0	16.307.167	16.307.167	100,0

⁽¹⁾ Atividade agrícola e pecuária.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1979, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Inclui o antigo Estado da Guanabara.

⁽⁴⁾ Inclui o Estado de Mato Grosso do Sul.

⁽⁵⁾ Inclui o Distrito Federal.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 57.- Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1969-80

Ano	Cultivador motorizado		Microtrator		Trator de rodas		Tratores de esteira		Total	
	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice
1969	1.946	100,0	335	100,0	9.547	100,0	91	100,0	11.919	100,0
1970	2.065	106,1	409	122,1	14.048	147,1	185	203,3	16.707	140,2
1971	2.190	112,5	366	109,3	22.122	231,7	770	846,2	25.448	213,5
1972	2.916	149,8	850	253,7	29.357	307,5	1.426	1.567,0	34.549	289,9
1973	3.018	155,1	2.062	615,5	37.440	392,2	1.691	1.858,2	44.211	370,9
1974	3.314	170,3	3.000	895,5	44.207	463,0	2.678	2.942,9	53.199	446,3
1975	3.166	162,7	2.172	648,4	56.994	597,0	3.942	4.331,9	66.274	556,0
1976	2.535	130,3	2.149	641,5	63.178	661,8	3.851	4.231,9	71.713	601,7
1977	2.979	153,1	2.391	713,7	50.575	529,7	3.474	3.817,6	59.419	498,5
1978	4.218	216,8	2.281	680,9	46.394	486,0	2.981	3.275,8	55.874	468,8
1979	6.062	311,5	2.345	700,0	52.902	554,1	3.202	3.518,7	64.511	541,2
1980 ⁽¹⁾	4.768	245,0	1.670	498,5	38.953	408,0	2.743	3.014,3	48.134	403,8

⁽¹⁾ Acumulado dos oito primeiros meses.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 58. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, por Empresa e Tipo, 1979

(em unidade)

Empresa	Cultivador motorizado		Microtrator		Trator de roda		Trator de esteira		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agrale	-	-	2.345	100,0	1.936	3,7	-	-	4.281	6,6
Brasitalia	-	-	-	-	326	0,6	-	-	326	0,5
CBT	-	-	-	-	5.625	10,6	-	-	5.625	8,7
Ford	-	-	-	-	12.575	23,8	-	-	12.575	19,5
Case	-	-	-	-	251	0,5	-	-	251	0,4
Massey-Ferguson	-	-	-	-	18.642	35,2	-	-	18.642	28,9
Valmet	-	-	-	-	13.547	25,6	-	-	13.547	21,0
Kubota	3.425	56,5	-	-	-	-	-	-	3.425	5,3
Yanmar	2.637	43,5	-	-	-	-	-	-	2.637	4,1
Esteira ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	3.202	100,0	3.202	5,0
Total	6.062	100,0	2.345	100,0	52.902	100,0	3.202	100,0	64.511	100,0

(¹) Corresponde ao total produzido pelas empresas: Brasitalia, Caterpillar, Fiat-Allis, Komatsu e Massey-Ferguson.

Fonte: Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 59. - Evolução do Preço de Trator, Estado de São Paulo, 1969-80⁽¹⁾

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Preço real ⁽²⁾ (Cr\$)	Índice corrente (1969=100)	Índice real (1969=100)
1969	19.102,00	263.082,39	100,0	100,0
1970	19.120,00	219.524,29	100,1	83,4
1971	21.900,00	208.947,04	114,6	79,3
1972	24.786,00	201.607,39	129,8	76,8
1973	26.439,00	187.152,53	138,4	71,0
1974	29.662,00	163.160,25	155,3	62,0
1975	39.280,00	167.949,65	205,6	64,3
1976	61.689,00	187.882,24	322,9	71,4
1977	92.661,00	197.831,24	485,1	66,3
1978	138.958,00	213.897,08	727,4	81,3
1979	207.066,00	207.066,00	1.084,0	78,7
1980 ⁽⁴⁾	384.244,00	178.029,85	2.011,5	67,7

⁽¹⁾ Tomou-se como referência a média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44HP , posto fábrica, isento de ICM e IPI. São repassados ao comprador o valor de frete e seguro.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1979, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Índice simples, 1969=100.

⁽⁴⁾ Preço de agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 60. - Preços Correntes de Tratores Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, 1979/80

(em cruzeiro por unidade)

Estado	Microtrator			Trator médio			Trator pesado		
	Jun/79 (a)	Jun/80 (b)	b/a (%)	Jun/79 (c)	Jun/80 (d)	d/c (%)	Jun/79 (e)	Jun/80 (f)	f/e (%)
Minas Gerais	269.497
Espírito Santo	83.958	124.801	48,65	217.740	289.042	32,75	260.438	415.519	59,55
Rio de Janeiro	81.796	127.875	56,33	206.378	254.660	23,39	251.700	400.396	59,08
São Paulo	88.308	141.407	60,13	202.457	282.916	39,74	245.700	349.651	42,31
Paraná	85.298	138.720	62,63	208.982	334.370	60,00	276.638	441.369	59,55
Santa Catarina	80.736	131.456	62,82	204.610	310.378	51,69	247.522	428.785	73,23
Rio Grande do Sul	98.916	171.914	73,80	259.537
Mato Grosso ⁽¹⁾	89.713	144.513	61,08	219.224	331.279	51,11	287.064	512.628	78,58
Goiás	84.030	123.061	46,45	228.739	337.018	47,34	269.204	430.166	59,79

⁽¹⁾ Média dos preços de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 61.- Evolução das Exportações Brasileiras de Tratores, 1974-79

Ano	Micro-trator de 4 rodas		Cultivador motorizado ⁽¹⁾		Trator agrícola de 4 rodas		Trator de esteira		Outros		Total	
	Nº	US\$	Nº	US\$	Nº	US\$	Nº	US\$	Nº	US\$	Nº	US\$
1974	83	192.713	49	62.766	668	4.138.382	175	5.862.924	85	2.505.197	1.060	12.761.982
1975	75	195.620	101	126.246	671	5.846.044	176	6.722.491	198	6.795.410	1.221	19.685.811
1976	60	187.994	220	304.218	390	3.139.215	44	2.242.269	170	5.217.159	884	11.090.855
1977	88	342.519	123	192.166	4.353	30.983.279	202	8.221.564	358	13.432.851	5.124	53.172.379
1978	160	537.237	149	253.080	5.700	47.340.095	206	9.473.263	788	22.431.450	7.003	80.035.125
1979	231	858.411	210	401.725	6.734	61.900.477	506	21.641.275	848	34.436.806	8.529	119.238.694

(¹) Para horticultura e agricultura.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 62.- Exportação Brasileira de Tratores, por País e Tipo, 1979

País	Trator agrícola (4 rodas)		Trator de esteira		Unidade de trator de rodas (1)		Trator rodoviário (2 rodas)		Outros		Total			
	Nº	Valor US\$	Nº	Valor US\$	Nº	Valor US\$	Nº	Valor US\$	Nº	Valor US\$	Nº	(%)	Valor US\$	(%)
Uruguai	1.001	9.129.962	13	694.523	85	2.897.446	-	-	232	1.548.340	1.331	15,61	14.270.271	11,97
Iraque	703	6.200.560	10	953.263	29	2.096.413	60	4.965.151	-	-	802	9,40	14.215.387	11,92
Argentina	21	884.643	109	5.463.822	129	4.767.071	-	-	143	636.887	402	4,71	11.752.423	9,86
Paraguai	419	3.378.229	80	3.920.984	67	1.915.976	-	-	104	1.488.623	670	7,86	10.703.812	8,98
Rep. Sul Africana	1.144	8.877.107	-	-	-	-	6	468.413	-	-	1.150	13,48	9.345.520	7,84
Venezuela	576	5.088.846	14	339.836	31	1.362.398	6	517.030	15	161.631	642	7,53	7.469.741	6,26
México	402	4.830.842	18	488.747	33	562.043	8	675.785	11	422.340	472	5,53	6.979.757	5,85
Japão	632	6.431.329	-	-	-	-	-	-	-	-	632	7,41	6.431.329	5,39
Chile	467	3.800.835	-	-	23	721.249	-	-	66	1.193.431	556	6,52	5.715.515	4,79
Arábia Saudita	20	548.216	145	4.168.636	5	134.893	-	-	30	3.614	200	2,35	4.855.359	4,07
Colômbia	271	2.422.857	41	1.521.875	-	-	-	-	7	101.949	319	3,74	4.046.681	3,39
Angoia	39	492.305	21	389.580	-	-	-	-	40	3.114.811	100	1,17	3.996.696	3,35
Trinidad-Tobago	112	958.938	22	1.271.427	2	69.386	-	-	-	-	136	1,59	2.299.751	1,93
Paquistão	300	1.864.800	-	-	-	-	-	-	-	-	300	3,52	1.864.800	1,56
Austrália	55	1.494.592	-	-	-	-	4	253.069	-	-	59	0,69	1.747.661	1,47
Peru	-	-	14	695.176	14	1.040.865	-	-	-	-	28	0,33	1.736.041	1,46
Mauritania	-	-	5	759.494	2	314.734	4	601.676	-	-	11	0,13	1.675.904	1,41
Bolívia	159	1.528.844	2	69.346	-	-	-	-	1	1.480	162	1,90	1.599.670	1,34
Sub-total	6.321	57.932.905	494	20.736.709	420	15.882.474	88	7.481.124	649	8.673.106	7.972	93,47	110.706.318	92,84
Outros	413	3.967.572	12	904.566	52	1.496.521	14	1.218.072	66	945.645	557	6,53	8.532.376	7,16
Total	6.734	61.900.477	506	21.641.275	472	17.378.995	102	8.699.196	715	9.618.751	8.529	100,00	119.238.694	100,00

(1) Para trator escavo-carregador.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

- Semente

Em função da atual política que objetiva dinamizar o uso de insumos através da estrutura de crédito rural, o setor de produção de sementes adquire importância ao se constatar seu efeito direto na produtividade agrícola e o caráter distinto deste insumo em relação aos demais, que acarretam elevados ônus de divisas devido à dependência tecnológica ou importação de matérias-primas.

Para maior incremento na utilização de sementes melhoradas, o Ministério da Agricultura realizou um levantamento das necessidades deste insumo e, em maio de 1980, definiram-se metas governamentais visando aumentar sua produção, as quais prevêem, também, modificações na estrutura de crédito. Até então, a maioria dos agricultores que produziam e beneficiavam sementes estava recebendo empréstimos nas mesmas condições estabelecidas para outras lavouras, prevendo-se que, através desse novo programa, passem a gozar de vantagens especiais para financiamentos de plantio e comercialização.

Considerando-se os dados da Associação Brasileira de Sementes (ABRASEM), a produção de sementes é relevante apenas para as culturas de soja, trigo, algodão e milho híbrido, em relação às de arroz, feijão e amendoim, cujos volumes são considerados relativamente insuficientes para cobrir as necessidades de sementes na Região Centro-Sul (quadro 63).

Destaque especial deve ser dado ao Estado de São Paulo, onde se concentra grande parte da produção de sementes do País, pois em 1978/79 produziu cerca de 34,0% das sementes de algodão, 62,4% de milho e 98,1% de amendoim, que exigem um alto grau de tecnologia na produção, beneficiamento e/ou tratamento. O Rio Grande do Sul, por sua vez, lidera a produção de sementes de arroz (55,3%) e soja (52,8%) destinada tanto ao abastecimento interno como para os demais estados.

Em relação à produção de sementes da safra 1979/80, constataram-se alguns problemas devido às condições climáticas adversas, como no caso do algodão e trigo, cujas sementes apresentaram baixo poder germinativo. No Estado do Paraná, a produção de sementes de milho híbrido sofreu quebras significativas.

Quanto ao atendimento da demanda para o plantio na safra 1980/81, mais uma vez houve insuficiência de sementes de feijão e arroz, particularmente mais acentuada para o primeiro, em função dos preços e dos incentivos creditícios para ampliação de área. Segundo a ABRASEM, para oferta de 10 mil toneladas (cálculo otimista) de sementes de feijão dos estados do Centro-Sul, a demanda seria superior a 50 mil toneladas.

A pouca disponibilidade de batata-semente, também, tem acarretado sérios problemas à bataticultura, devido às disposições legais para realização de PROAGRO. O fato agravou-se com a elevação do câmbio, pois somente o custo da semente de batata corresponde a pouco menos de 50% do custo de produção desta lavoura. Segundo a Associação Nacional de Batata, em 1980 o Brasil importou 415.491cx., sendo 90.862cx. de batata-semente e o restante para fins diversos, em vista da pequena disponibilidade para consumo e reprodução.

Apenas para os casos de sementes de trigo e amendoim, ocorrem problemas de oferta excessiva, devido à retração na demanda. Segundo a ABRASEM, mesmo com produção de somente 470 mil toneladas de sementes de trigo (30 mil toneladas a menos do que no ano passado), registrou-se sobra da ordem de 60 mil toneladas. O governo dispôs-se a adquirir esse excedente, de acordo com as regras adotadas pela política de garantia de preços mínimos que, no caso de sementes, prevê a definição das características mínimas apresentadas pelo produto. Para as sementes de amendoim, o problema configurou-se de forma mais grave, pois, ao serem diretamente tratadas com defensivos agrícolas, não apresentam outro uso alternativo, agravado pela alta perecibilidade.

Neste Estado, a produção de sementes fiscalizadas envolve entre outros os seguintes órgãos: Secretaria da Agricultura, Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) e Companhia de Fomento Agro Industrial (COFAI), contando na área oficial com 2 unidades de beneficiamento de sementes, 2 armazéns, 2 câmaras frigoríficas e um laboratório de análises. O setor privado dispõe de uma unidade de beneficiamento e 2 armazéns. A capacidade total de armazenamento e beneficiamento é de 1.700 toneladas e 9t/hora, respectivamente.

Para o plantio da safra 1980/81, segundo dados da Secretaria da Agricultura, a oferta estimada de sementes é de 100t para feijão, 170t para batata, 56t para arroz e 1.861t para milho.

As previsões indicam disponibilidade de batata-semente para o plantio de 300ha, devido ao trabalho desenvolvido pelo MA/EMCAPA/EMATER, que deverá fornecer aos produtores 15.000cxs. do cultivar Aracy. Atualmente, estima-se uma taxa de utilização de 30,0% para sementes certificadas.

A oferta de sementes fiscalizadas de arroz foi suficiente para atender 10,0% do total da área plantada em 1979/80. O Estado dispõe apenas de sementes da variedade CICA-4, a qual, embora não fiscalizada, apresenta boa qualidade, comprovada em teste realizado em laboratórios da EMCAPA. Para este ano, foi sugerida a aquisição, pela COFAI, de 25t de sementes da variedade CICA-4, para cobrir 1,4% da demanda total (1.750t).

No caso do feijão, os produtores estão acostumados a reservar suas próprias sementes, em razão da constante inexistência de sementes melhoradas. Na safra 1979/80, foram utilizadas 2.188 toneladas de sementes no plantio das águas, e 3.350 toneladas para o plantio da seca. Para o plantio das águas, a variedade certificada disponível foi a Rico 23, cujo preço oscilou em torno de Cr\$35,00. Através da COFAI, foram comercializadas 11 toneladas de sementes Rico 23 para o plantio das águas e 35,9t para o plantio da seca, adquiridas da Associação de Produtores de Sementes de Minas Gerais. Tendo por base índices de utilização de sementes certificadas em safras anteriores, acredita-se que possam ser consumidas 50t de sementes certificadas na atual safra. Estima-se que o índice de utilização de sementes certificadas esteja entre 2,0 e 2,5%.

Para o milho, não houve problema na oferta do produto. Na safra 1979/80, foram utilizadas 2.748t de sementes, com uma densidade média de 14,6kg/ha. Desse total, 76,9% eram sementes híbridas. Cerca de 85,0% da demanda deste insumo da referida safra foi atendida pela iniciativa privada, participando a COFAI de forma complementar. Caso se confirmem as estimativas de plantio para a safra 1980/81, deverão ser consumidas entre 2,6 a 2,9 mil toneladas de sementes. Desse total, tomando-se por base a safra 1979/80, 75,0% serão híbridas. O preço de comercialização está em torno de Cr\$34,00/kg.

Para a safra que se inicia, a EMCAPA adquiriu também 900kg de sementes de alho para multiplicação e revenda de alho-semente, visando aumentar a área plantada com alho nobre. As sementes de cebola utilizadas pelos produtores capixabas são oriundas do Rio Grande do Sul.

Em 1980, inicia-se no Estado do Rio de Janeiro a produção de sementes fiscalizadas, pois, até então, este Estado não dispunha de esquemas oficiais nesta área. Embora o número de agricultores que, usualmente, produzem grãos selecionados para venda como sementes seja superior a 100, o número de produtores efetivamente registrados no SEAPRO/DFA/RJ, órgão responsável pela fiscalização da produção no Estado, até setembro era de apenas 40. As áreas regis

tradas para tais produções são: arroz, 150ha; feijão, 50ha; milho, 100ha; tomate, 1ha; quiabo, 10ha; pimentão, 1ha; e jiló, 1ha.

Quanto à infra-estrutura necessária, o Estado dispõe de 2 laboratórios de pesquisa - Estação Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO) em Itaguaí e Estação Experimental de Campos -, 2 laboratórios de análise, um da Secretaria da Agricultura do Estado e outro pertencente à empresa Topseed em Petrópolis. No que se refere às Unidades de Beneficiamento de Sementes, o Estado conta com uma para grandes culturas na região norte do Estado, e outra para sementes olerícolas da Topseed.

A taxa de utilização de sementes fiscalizadas, com exceção da cultura de milho (cerca de 90,0%) e olerícolas (95,0%), é praticamente nula, pois são usualmente cultivadas por colonos com baixo nível tecnológico. Vale notar que o Rio de Janeiro demanda um grande volume de sementes olerícolas dos demais Estados, além de importar de outros países.

- São Paulo

Embora a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA) venha nos últimos anos reduzindo sua participação na produção de sementes no Estado, objetivando suprir apenas a demanda não atendida pela iniciativa privada, cabe ressaltar que a maioria das empresas privadas produtoras de sementes não possuem estrutura de aprimoramento genético de cultivares e híbridos. Das 60 empresas registradas como produtoras de sementes certificadas, 56 dependem totalmente de sementes básicas fornecidas pela SAA, e as demais parcialmente.

Além do abastecimento interno, considerável volume de sementes paulistas atende à demanda dos demais estados da Federação. Em 1979, as empresas privadas comercializaram 66,0% das suas sementes de milho e 43,2% de soja, para fora do Estado. Para o plantio 1980/81, a SAA reservou cerca de 30,0% de sua produção de sementes de algodão para plantio fora do Estado.

Os preços das sementes para o plantio 1980/81 sofreram acréscimos consideráveis devido ao aumento dos preços dos insumos necessários à sua produção. No caso do feijão, o preço da semente foi reajustado pela SAA para Cr\$110,00/kg, enquanto que nas empresas privadas seu preço atinge Cr\$175,00/kg. A semente de arroz é encontrada a Cr\$60,00/kg e o da soja, a Cr\$35,00/kg.

Para semente de algodão, apesar do declínio de 24,8%, devido aos plantios antecipados e adversidades climáticas, a produção é avaliada em 16.110, lt. Considerando-se a estimativa de área a ser cultivada em 1980/81, de 243,5 mil hectares, a quantidade reservada para plantio no Estado deverá satisfazer plenamente as necessidades, a despeito do baixo poder germinativo apresentado pelas sementes desta safra, o que concorrerá para aumentar a densidade de plantio (quadro 64).

Para a cultura de arroz, ao se considerar a área cultivada em 1980/81, de 294,6 mil hectares, a produção estadual (239 mil sacas de 40kg) poderia satisfazer 98,1% das necessidades totais de sementes. Essa elevada taxa foi decorrente do grande incremento da produção paulista, principalmente pela iniciativa privada, cuja participação de 20,9% em 1979 passou para 42,3% em 1980 da produção estadual de semente de arroz. Como a taxa de utilização é avaliada em 39,0%, grande parte dessas sementes deverá ser destinada ao plantio fora do Estado.

Conforme a estimativa da área cultivada de amendoim (113.000ha), a necessidade total de sementes seria de 226 mil sacas de 40kg. Embora a produção estadual tenha sofrido de crescimento de 70,0% devido ao grande excedente da safra anterior, calcula-se que, para o plantio da safra 1980/81, não deverá ocorrer grande sobra, visto que sua taxa de utilização situa-se ao redor de 29,3%. A grande retração na produção dessa semente deveu-se, principalmen

te, à iniciativa privada. Caso se mantenha nos próximos anos o desestímulo à cultura de amendoim, acredita-se que essa tendência se manterá, cabendo à SAA sua produção, pois sendo a mesma tratada diretamente não possui outro uso alternativo, tornando-se produto de grande risco comercial.

Para a cultura de feijão das águas (1980/81), estima-se que a necessidade total de sementes para a previsão de área de 219.000ha atingirá cerca de 273 mil sacas de 40kg. A produção paulista (60,7 mil sacas de 40kg) para o plantio das águas de 1980/81 poderia responder por apenas 22,2% das necessidades totais. Vale notar que, apesar do incremento apresentado nestes últimos tempos pela iniciativa privada na produção desta semente, cabe ainda à SAA grande parte de sua oferta.

Na cultura de milho, de acordo com a área prevista a ser cultivada (1.227.700ha), calcula-se que a necessidade total de sementes será de 613,8 mil sacas de 40kg. Conseqüentemente, não deverá haver problemas quanto à sua disponibilidade, devido à elevada produção paulista (1.124,5 mil sacas de 40kg), embora grandes volumes sejam, usualmente, destinados para plantio fora do Estado.

A produção de sementes de soja (997.800 sacas de 40kg) corresponde a 88,6% das necessidades totais de sementes, considerando-se 450.000ha de área cultivada. Como a taxa de utilização desta semente no Estado é de quase 100%, a questão deverá ser contornada com a sua entrada de sementes dos estados sulinos.

- Paraná

Embora este Estado disponha de dois sistemas distintos de produção de sementes, certificação e fiscalização, o primeiro apresenta baixo volume, enquanto o segundo responde pela oferta mais significativa.

Para a cultura de algodão, considerando-se 340.000ha de área cultivada, estima-se que a necessidade total de sementes será de 15.000t. Dada a produção estadual de 10.020t, capaz de atender cerca de 65% do total, haverá necessidade de aquisições de outros estados, especialmente de São Paulo. Como a qualidade da semente de algodão paranaense destinada à semeadura da safra 1980/81 (poder germinativo mínimo de 50,0% e média predominante de 55% a 65%) apresenta-se inferior à destinada à safra 1979/80 (poder germinativo mínimo de 65% e predominância de 85%), acredita-se que a aquisição de sementes deverá ser maior que aquela calculada (quadro 65).

No caso da cultura de arroz, considerando-se a taxa média de utilização de sementes no Estado de 34,0%, estima-se que a demanda efetiva é de cerca de 5.178t. A produção estadual de 2.540t será suficiente para atender cerca de 49,0% da demanda efetiva. Apesar dessa pequena disponibilidade, pela primeira vez as poucas sementes preparadas desta gramínea estão sobrando, sintoma evidente do pequeno interesse dos agricultores por esta lavoura. A insuficiência da oferta é notada, preponderantemente, nos cultivares CICA 9, IRGA 408 e IAC-47, obrigando os agricultores a adquiri-las em outros estados.

Na cultura de feijão, levantamentos de utilização de sementes indicam que 12% são de sementes melhoradas, 78% de grãos selecionados dos próprios agricultores e cerca de 10% de sementes comuns adquiridas. Calcula-se que a oferta estadual de 2.417t responde por cerca de 50% da demanda efetiva. Segundo relatórios oficiais do Estado, a questão do abastecimento deste insumo está sendo contornada com o uso de grãos selecionados. O preço da semente fiscalizada oscilou ao redor de Cr\$80,00/kg, enquanto o de grãos selecionados variou de Cr\$50,00 a Cr\$60,00/kg.

Para a cultura de milho, a frustração de quase 20% na produção paranaense de sementes de milho híbrido, em função de condições climáticas adversas, acarretou uma falta generalizada. De acordo com a taxa média de utilização de sementes melhoradas de 62,0%, estima-se uma demanda efetiva de 30 mil toneladas, sendo que a produção estadual (14.290t) responde por apenas 48,0%.

Para a cultura de soja, o Estado do Paraná configura-se como o 2º maior produtor de sementes da Região Centro-Sul, sendo que sua produção responde pela necessidade deste insumo gerando, também, excedentes exportáveis para os demais estados.

- Santa Catarina

O sistema de produção de sementes no Estado constitui-se do corpo executivo, com posto pela Secretaria da Agricultura em convênio com o Ministério da Agricultura (MA), ficando a coordenação a cargo da Comissão Estadual de Sementes e Mudas (CESM-SC), englobando entre outras entidades, o Instituto de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (IPASC), a Organização das Cooperativas e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC).

Para a obtenção de sementes de arroz, foram plantados na última safra 1.849ha, sendo aprovados 74ha, com produção de 1.677 toneladas. Ressalte-se que esse volume poderá ser menor, dependendo da análise em laboratório. No Planalto, especialmente na região norte, há falta de sementes fiscalizadas, fazendo com que a maioria dos orizicultores usem sementes próprias (quadro 66).

A produção estadual de sementes fiscalizadas de feijão na safra 1979/80, aprovada pelo Programa de Sementes e Mudas, foi de 775t na 1ª safra (das águas) e 358 toneladas na "safra frinha". Desse total, parte não foi aceita pelos laboratórios de análise, ocorrendo também sua comercialização no mercado consumidor devido ao elevado preço. Outra parcela foi comercializada para os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Para as próximas safras, existem programas de incremento à produção de sementes básicas (certificadas e fiscalizadas) e de incentivo à sua utilização por parte dos agricultores catarinenses, cuja taxa atual é estimada em apenas 6%, devido, também, ao alto preço que nesta safra oscilou entre Cr\$2.800,00 e Cr\$4.000,00 por saca, na época de plantio.

Para milho, nas regiões produtoras se fez sentir a preocupação com a falta de sementes híbridas no plantio, sendo fator limitante da expansão da área. Na safra 1979/80, foram produzidas 333 toneladas de sementes melhoradas.

A redução na área plantada de trigo gerou junto às Cooperativas (maiores fornecedoras) disponibilidade de sementes fiscalizadas superior à demanda, o que provocou a solicitação de sua inclusão no programa de aquisição de sementes fiscalizadas do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional - CTRIN.

A produção de batata-semente está estimada em 390.000 caixas em Canoinhas. O produto, já certificado, está sendo comercializado ao preço de Cr\$800,00 por caixa, e remetido quase na sua totalidade para o Estado de São Paulo. Na região de São Joaquim, a produção foi de 70.664 caixas, e a comercialização já está praticamente encerrada.

Segundo informações do órgão responsável pela fiscalização das lavouras destinadas à produção de sementes em Santa Catarina, a área a ser plantada para obtenção de cebola-semente oscilava em torno de 27,5ha, com produção prevista de 4.100kg de sementes fiscalizadas. Informa-se, ainda, que será plantada cerca de 28ha para a produção de bulbos, com produção esperada de 280t.

- Rio Grande do Sul

Presentemente, existem neste Estado 116 produtores inscritos para produção de sementes fiscalizadas de arroz, estimando-se a disponibilidade de 1.125 mil sacas de 50kg para o plantio da safra 1980/81, suficientes para o abastecimento do Estado. Pelo fato de o emprego de sementes fiscalizadas não ser obrigatório nos financiamentos da lavoura de arroz, parte da quele contingente poderá ser desviada para consumo humano, dependendo do preço de mercado. Em vista disso, o Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA) estima que o volume efetivo a ser ofertado será de 700.000 a 800.000 sacas de sementes fiscalizadas. Para reforçar os estoques, cerca de 15.000 sacas de sementes de alta qualidade de variedade Blue Belle estão sendo importadas do Uruguai. A taxa de utilização de sementes de arroz no Estado foi avaliada em 68% na safra 1979/80, especialmente no cultivo de arroz irrigado, pois as de sequeiro, são normalmente, semeadas com sementes comuns.

Quanto à cultura de milho, o Rio Grande do Sul necessitará de um suprimento de semente de outros estados, pois em agosto de 1980, antes do plantio, dispunha de cerca de 16 mil toneladas de sementes híbridas, volume suficiente para cobrir 44% da área a ser cultivada neste Estado. De modo geral, os preços de sementes híbridas variam de Cr\$30,00 a Cr\$50,00/kg.

- Goiás

Até o momento, o sistema adotado para produção de sementes é o de fiscalização, estando previsto para 1980/81 a implantação do sistema de certificação.

O sistema atual de produção constituído de 840 campos de produção, com um total de 151 produtores, 21 usinas de sementes credenciadas ou em fase de credenciamento e 10 laboratórios de análise.

Na safra 1979/80, foram produzidas: 900.000 sacas (40kg) de arroz, 24.000 sacas (40kg) de milho, 40.000 sacas (40kg) de forrageiras e 300.000 sacas (40kg) de soja (quadro 67).

Estudos efetuados pela Secretaria da Agricultura de Goiás estimaram a taxa de utilização de sementes melhoradas em 69% para o arroz, 69% para milho, 97% para soja, 100% para algodão, 100% para trigo e 83% para a batata (quadro 68).

O plano de produção de sementes para a safra 1980/81, mostra posição de destaque para as sementes de arroz, cujo volume previsto é de 1.672.500 sacas de 40kg, de sementes fiscalizadas e 18.000scs de 40kg, de sementes certificadas. Para milho, serão produzidas 770.000 sacas de 40kg, sendo 68% fiscalizadas e o restante certificadas. A semente produzida é beneficiada fora do Estado, retornando cerca de 75%. Serão produzidas, também, 535.500 sacas (40kg) de semente de soja, 45.000 sacas (40kg) de algodão e 125 sacas (40kg) de trigo.

No plantio de soja, 80% a 90% das sementes são importadas, sendo que para arroz existe auto-suficiência, com exportação de sementes de padrão elevado para outros estados.

- Mato Grosso do Sul

Os órgãos envolvidos no sistema de produção de sementes neste Estado são: Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária (IAGRO), responsável pela inspeção da produção e fiscalização do comércio; Comissão Estadual de Sementes e Mudanças (CESM), responsável pelas normas,

padrões e credenciamento; Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE), responsável pela pesquisa e produção de sementes básicas. A infra-estrutura da produção de sementes no Estado está apoiada em 94.264t/ano de capacidade de armazenamento, 822.780t/ano em beneficiamento e 1.022.500t/ano em secagem (setor privado e cooperativas). Possui, também, quatro laboratórios de sementes, dois oficiais e dois particulares.

Para esta safra, o Estado produzirá cerca de 300t de sementes de algodão, sendo necessárias mais 900t que serão adquiridas da CATI-SP para o atendimento da demanda, além do recebimento de 75t de sementes básicas da variedade IAC-18. O critério adotado na venda de sementes foi: para as cooperativas Cr\$720,00/sc.de 30kg, e para particulares Cr\$750,00/sc. Acredita-se que para o próximo plantio as sementes de algodão não constituam problema.

A oferta de sementes de arroz tem-se constituído em fator limitante ao crescimento da produção, pois as disponíveis no mercado apresentam baixo valor cultural e poder germinativo deficiente, além de preços elevados. Segundo informes da CESP/MS, a estimativa de plantio de arroz situa-se em torno de 470.000ha, que consumirão, aparentemente, 23.500 toneladas de sementes. Os campos de produção do Estado ofertarão cerca de 16.000 toneladas de variedades nobres, estimando-se um déficit de 6.300t, levando-se em conta que serão utilizadas 1.200 toneladas de sementes comuns (quadro 69).

A área prevista para plantio de feijão na próxima safra é de 51.500ha, sendo necessárias 3.100 toneladas de sementes. A produção do Estado será de apenas 139t, com déficit de sementes melhoradas em torno de 95,0%. Os agricultores têm utilizado sementes de produção própria, sendo que neste ano chegaram a adquirir, para plantio, o grão de consumo em supermercados e armazéns varejistas. Preocupado com o problema, o Governo do Estado, através da AGROSUL, adquiriu 22,4 toneladas de sementes de feijão, e já deu início à sua comercialização.

A produção de sementes de soja pelo Estado, para a próxima safra, estará em torno de 37.500t, que juntamente com mais 4.800 toneladas de sementes comuns cobrirão 55% da demanda total de 76.000 toneladas para o plantio da área prevista de 950.000ha.

O fornecimento de sementes melhoradas de milho tem atendido às necessidades em termos de quantidade e qualidade. Para a cultura de trigo, o retardamento das decisões governamentais agrava a produção de sementes, pois as firmas produtoras sentem-se inseguras para definir o volume de sementes a ser produzido para o plantio da safra de 1981.

(IEA, 18/11/1980)

QUADRO 63 . - Produção de Sementes Melhoradas, Estados da Região Centro-Sul, 1978/79

(em tonelada)

Estado	Algodão	Amendoim	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Trigo
São Paulo ⁽¹⁾	21.420	10.430	5.104	2.373	43.565	24.195	19.274
Paraná	10.500	...	3.000	3.500	28.200	216.550	231.200
Rio Grande do Sul	82.100	...	7.200	342.000	214.400
Santa Catarina	600	,700	360	12.650	100
Minas Gerais	1.500	...	11.500	1.200	36.660	25.880	5.260
Mato Grosso	20.250	...	-	25.000	27.000
Goiás	900	200	26.000	...	12.000	1.120	...
Total	34.320	10.630	148.554	7.773	127.985	647.395	497.274

⁽¹⁾ Dados fornecidos pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Fonte: Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM).

QUADRO 64 . - Produção e Utilização de Sementes no Estado de São Paulo, 1979/80

Cultura	Estimativa da área a ser cultivada	Necessidade total de sementes (1.000sc.40kg) (a)	Taxa de utilização	Demanda efetiva por sementes melhoradas (1.000sc.40kg) (c = a.b)	Produção estadual (1.000sc.40kg) (d)	Participação da produção	
			de sementes (¹) (%) (b)			Demanda efetiva (%) (d/c)	Necessidade total (%) (a/c)
Algodão	243.485	273,9	100	273,9	402,8	147,1	147,1
Amendoim	113.000	226,0	29,3	66,2	79,4	120,0	35,1
Arroz	294.600	239,6	39	93,4	235,0	251,5	98,1
Feijão	219.000	273,8	14	38,3	60,7	158,0	22,2
Milho	1.227.700	613,8	87,5	537,1	1.124,5	209,4	183,2
Soja	450.300	1.125,8	100	1.125,8	997,8	88,6	88,6

(¹) Dados preliminares, sujeitos à revisão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (IEA/CATI).

QUADRO 65 . - Produção e Utilização de Sementes no Estado do Paraná, 1979/80

Cultura	Estimativa da área cultivada (1.000ha)	Necessidade total de sementes (t)	Taxa de utilização de sementes melhoradas (%)	Demanda efetiva por sementes melhoradas (t)	Produção de sementes do Estado do Paraná (t)
Algodão	340,0	15.300,0	100	15.300	10.020,0
Arroz	390,5	15.229,5	34	5.178	2.540,0
Feijão das águas	782,0	39.100,0	12	4.731	2.417,4
Milho	2.409,6	48.193,0	62	29.880	14.296,8
Soja	2.420,0	242.000,0	100	242.000	274.766,6

Fonte: CEPA/PR.

QUADRO 66 . - Área e Produção de Sementes, Estado de Santa Catarina, Safra 1979/80

Produto	Área total (ha)	Área aprovada (ha)	Produção (t)
Arroz	1.849	744	1.677
Alho	-	-	1.607
Cebola-semente	-	-	2
Cebola bulbo	-	-	540
Cevada	-	670	361
Milho	127	121	333
Feijão da safra	1.783	979	775
Feijão da safrinha	459	181	358
Soja	50.145	27.194	29.112
Trigo	7.233	2.593	1.783

Fonte: Comissão Estadual de Sementes e Mudas/Santa Catarina/Ministério da Agricultura,
(CESM/SC/MA).

QUADRO 67 - Produção de Sementes, Safra 1979/80, Estado de Goiás

Cultura	Área (ha)	Produção (sc. 40kg)
Arroz	58.800	900.000
Milho	8.000	24.000
Soja	5.000	300.000
FORAGEIRAS	14.000	40.000

Fonte: Secretaria da Agricultura de Goiás.

QUADRO 68 . - Estimativa de Produção e Taxa de Utilização de Sementes, Safra 1980/81, Estado de Goiás

Cultura		Unidade	Área (ha)	Produção (sc.40kg)	Taxa de utilização em 1979/80 (%)
Arroz	Fisc.	sc.40kg	62.000	1.672.500	68,65
	Cert.	sc.40kg	6.000	150.000	
Milho	Fisc.	sc.40kg	8.500	530.000	69,17
	Cert.	sc.40kg	4.000	240.000	
Soja	Fisc.	sc.40kg	16.000	504.000	97,38
	Cert.	sc.40kg	1.000	31.500	
Algodão	Fisc.		2.500	45.000	100,00
Trigo		sc.40kg	20	125	100,00
Batata-semente		t	30	30	83,30
FORAGEIRAS		t	7.000	3.000	2,00

Fonte: Secretaria da Agricultura de Goiás.

QUADRO 69 - Estimativa de Produção de Sementes e Demanda Potencial, Estado de Mato Grosso do Sul, Safra 1980/81

Cultura	Área estimada a ser cultivada (ha)	Demanda potencial (t)	Produção de sementes pelo Estado (t)
Algodão	50.000	2.500	300
Arroz	470.000	23.500	16.000
Feijão	51.500	3.100	139
Soja	950.000	76.000	37.500

Fonte: Comissão Estadual de Sementes e Mudanças (CESM/MS) Mato Grosso do Sul.

- Algodão

- Panorama internacional

Na safra 1979/80 foi registrado, pela primeira vez em 10 anos, equilíbrio entre oferta e procura. Isto se deve ao progressivo aumento do consumo industrial, já que em anos anteriores a oferta era, sempre, bastante superior à demanda.

Os estoques mundiais de 1º de agosto p.p., de 22,1 milhões de toneladas - suficientes para um consumo de 4 meses - situam-se em posição inferior à tradicionalmente observada. Parte destes estoques, contudo, já está comprometida para exportação nos primeiros meses da temporada 1980/81.

O Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC) aponta que embora tenha havido retração na área cultivada, o rendimento recorde obtido possibilitou que o volume colhido chegasse a 65,8 milhões de fardos. Esta cifra, também, constitui recorde, superando por ampla margem a safra de 1978/79 de 60,2 milhões de fardos, e o recorde anterior de 64,7 milhões de fardos de 1974/75. Destaquem-se os Estados Unidos, onde a produção passou de 10,9 milhões para 14,7 milhões de fardos, com acrêscimo de 35%.

Somada à produção mundial o estoque de 22,1 milhões de fardos, a oferta total atinge 87,9 milhões de fardos, superior portanto ao abastecimento precedente de 84,6 milhões de fardos.

Quanto à demanda, as operações do ramo têxtil, a exemplo das demais atividades industriais, têm sentido a recessão econômica que ora se faz presente e já com perspectivas de afetar o próximo ano comercial. Mesmo assim, em 1979/80 o consumo de algodão chegou a 65,6 milhões de fardos (+3%), ocorrendo inclusive reversão na tendência de preços, que vinha se apresentando de crescente nos últimos anos em virtude da não correspondência entre os acrêscimos de produção e os de consumo, sempre resultando na formação de grandes estoques. Contribui para isso a grande utilização de algodão na Ásia, região que responde por mais da metade do volume total consumido no mundo.

De modo geral, tem havido desaceleração da atividade têxtil. Ao contrário do que ocorrerá nos últimos anos, atualmente essa diminuição incide, com maior peso, sobre as indústrias de fibras artificiais e levando, mesmo, ao fechamento de algumas delas, que fabricam poliéster - maior concorrente do algodão, - caso ocorrido nos Estados Unidos. A situação se agrava quando se observa que elas constituem um cartel e apresentam grande poder de competição por pertencerem a fortes grupos multinacionais.

No período março-setembro, o poliéster apresentou aumento de US\$0,10/lb. nas suas cotações e o algodão, US\$0,06/lb. Em setembro os preços no Reino Unido foram, respectivamente, de

US\$0,94/lb. e US\$1,00/lb. para estas fibras.

Estimativas preliminares referentes à safra mundial 1980/81, realizadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e baseadas em condições de agosto, apontam um total de 63,4 milhões de fardos, e o motivo principal da redução deve-se à seca que assolou a aquele País, onde a produção deverá decrescer 20% apesar da expansão de 4% na área cultivada. Especificamente, Texas e Oklahoma foram as regiões mais atingidas e os rendimentos têm sido reduzidos, substancialmente.

Quanto à demanda, admite-se pequena diminuição, já que grandes consumidores, caso do Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos deverão apresentar declínio moderado na utilização do algodão em virtude da provável depressão econômica e futuro um tanto incerto para têxteis em geral. A China, maior consumidor mundial, por sua vez, pretende aumentar a produção de têxteis, enquanto na Coreia deverá ocorrer estabilidade. Mesmo assim os estoques deverão permanecer em nível baixo, sobretudo em vista da redução da produção estadunidense.

De modo geral as exportações de algodão deverão decrescer face à maior produção esperada na China e ao decréscimo de consumo previsto em outros grandes centros importadores.

No entanto, espera-se que os grandes exportadores - exceto os EEUU - tenham maior volume de embarque, a preços compensadores, sobretudo a Rússia que deverá ter uma excelente colheita.

- Situação interna

A produção de algodão em pluma da Região Centro-Sul em 1979/80 foi de 438 mil toneladas, segundo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), cifra esta que acrescida à estimada para a Região Norte/Nordeste totaliza a produção brasileira em 582 mil toneladas (545 mil toneladas no ano anterior). Considerando os estoques iniciais de 117 mil toneladas, a oferta chega praticamente, a 700 mil toneladas, volume suficiente para atender o consumo previsto de 570 mil toneladas para o ano em curso.

Cabe registrar, contudo, a predominância de tipos de qualidade inferior uma vez que na Região Centro-Sul houve uma série de problemas durante a safra: falta generalizada de calor no início e excesso de chuvas no término do desenvolvimento da cultura prejudicando a colheita, além do ataque moderado de pragas.

A estagnação na produção ocorrida em São Paulo, decorrente da menor área cultivada, foi mais que compensada pela colheita do Paraná, onde houve expansão de 17% na área e 19% na produção (quadro 70).

O tipo médio ponderado referente aos mais importantes estados produtores da Região Meridional - São Paulo, Paraná e Goiás, - na última safra, foi 6,57, comparado ao anterior, 6,00. Daí a insistência da indústria têxtil, desde março, em importar 40 mil toneladas de tipos finos sob o regime de "drawback". Em contrapartida, a cotonicultura continua lutando pela extinção do Imposto de Exportação, objetivando escoar excedentes de tipos inferiores. Atualmente, a gravosidade do produto nacional é superior a 20%.

O Brasil, que já foi um dos principais exportadores mundiais, hoje está praticamente alijado do comércio mundial, devido aos ínfimos valores registrados (quadro 71). Na Bolsa de Bremen, na Alemanha Ocidental, uma das mais importantes do mundo, a cotação referente ao tipo Sul-Brasileiro foi extinta e substituída pelo produto paraguaio.

Um dos fatores agravantes da cotonicultura tem sido a sua estreita vinculação ao par que têxtil nacional: a prioridade ao abastecimento interno, os elevados custos de produção e o diferente tratamento fiscal (isenção de ICM para têxteis na exportação) não têm possibilitado

repasses ao agricultor, mesmo com o gradativo aumento do preço da pluma, a fim de incentivá-lo a continuar na atividade. A evolução dos preços recebidos pelos agricultores, de modo geral, tem ficado aquém da inflação (quadro 72). Para efeito comparativo convém observar que no período do fevereiro-setembro, enquanto houve acréscimo de 138% nas cotações da pluma na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, os preços recebidos pelos agricultores paulistas subiram apenas 53%.

A situação é agravada quando se observa que não deverá ser efetivada a exportação de têxteis inicialmente prevista em US\$1,1 bilhão em 1980, podendo inclusive servir também de estímulo à ampliação da área cultivada, redundando em menor produção, porque se espera, no máximo, que a produtividade repita o bom desempenho das duas últimas temporadas (de 1.700 a 1.800kg/ha).

Até agosto a exportação de têxteis (fios e filamentos, tecidos, confecções e manufaturas diversas) carrou US\$600 milhões, com média mensal da ordem de US\$5 milhões. Será quase impraticável, portanto, arrecadar US\$500 milhões no restante do ano, já que no segundo semestre as vendas deverão ser menores, em parte por estarem esgotadas as quotas de importantes mercados dos importadores, caso da Comunidade Econômica Européia (CEE) que representa de 30% a 40% das divisas obtidas, e em parte pela recessão econômica que se observa no âmbito mundial. Cabe ressaltar, por outro lado, a quase eliminação da carga tarifária pelos Estados Unidos.

Há, ainda, intenção por parte destes mercados de dar maior proteção à indústria interna, o que afetará ainda mais os países em desenvolvimento. As perspectivas para o Acordo Multifibras (regulamento do comércio mundial de têxteis) a vencer no final de 1981 são de que sua prorrogação só será aprovada caso ocorram as modificações propostas pela CEE e pelos Estados Unidos, consideradas bastante restritivas aos exportadores, como é o caso do Brasil.

Para o ano agrícola 1980/81 as perspectivas para a Região Centro-Sul não são animadoras no que tange à área cultivada com algodão.

Nos dois estados mais representativos - São Paulo e Paraná - espera-se diminuição para o primeiro, principalmente pela concorrência da cana-de-açúcar e em menor grau do milho e da soja, e estabilidade para o segundo sobretudo em virtude do provável incremento na cultura de milho, já que a soja também deverá permanecer inalterada. A venda de sementes em São Paulo até 10/10/80 - bom indicador quanto a área cultivada - apresenta 2% de acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior. Ressalte-se, por outro lado, que o índice de germinação está bastante aquém do registrado em outras safras, e certamente haverá necessidade de replantio, o que torna o dado um tanto fictício ou ilusório.

Em Goiás, face à produtividade conseguida em 1979/80 da ordem de 2.000kg/ha, deverá ocorrer grande expansão - cerca de 20%, - se bem que em termos quantitativos seja pouco expressivo, pois representa um acréscimo de apenas 7.000 hectares, ou seja, não mais que 1% da área total cultivada na Região Centro-Sul. Em Minas Gerais os preços praticados na safra e os preços mínimos, ambos considerados satisfatórios, deverão possibilitar um aumento de 10% na área cultivada. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul espera-se estabilidade.

Diante disto, provavelmente 1981 será um ano difícil quanto ao abastecimento de algodão, a menos que a expansão do consumo pela indústria têxtil seja moderada.

(IEA, 20/10/1980)

QUADRO 70 . - Produção de Algodão em Pluma, com Base no Volume Classificado, Região Meridional do Brasil, 1972/73 a 1979/80

(em 1.000 toneladas)

Ano agrícola	São Paulo	Paraná	Goiás	Minas Gerais	Mato Grosso ⁽¹⁾	Total
1972/73	247	136	48	22	3	456
1973/74	207	116	21	21	3	368
1974/75	190	126	16	27	4	363
1975/76	118	90	14	14	4	240
1976/77	213	135	28	28	5	409
1977/78	157	95	21	30	5	308
1978/79	196	160	18	21	5	400
1979/80	202	190	19	18	9 ⁽¹⁾	438

⁽¹⁾ Inclui Mato Grosso do Sul.

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Serviços do Acordo de Classificação, Comissão de Financiamento da Produção e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 71 . - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1973-79

Ano	Valor (US\$1.000 FOB)	Quantidade (t)	Preço médio (US\$/t)
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24
1976	6.957	5.579	1.247,00
1977	40.894	34.732	1.177,42
1978	52.760	44.515	1.185,22
1979	499	308	1.620,13

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 72. - Preços de Algodão em Caroço Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores da Região Meridional, Brasil, 1978-80

(em Cr\$/arroba)

Mês	São Paulo			Paraná			Minas Gerais			Mato Grosso ⁽¹⁾			Goiás		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
Jan.	88,60	148,70	213,30	76,95	128,55	194,85	80,85	121,35	184,05	83,50	140,40	189,75	85,20	130,35	219,90
Fev.	95,20	161,80	237,00	87,45	147,15	220,50	97,50	119,85	184,05	85,95	140,40	207,00	85,20	142,20	224,40
Mar.	105,80	166,30	275,40	95,85	154,35	268,50	99,00	144,30	184,05	97,05	145,95	229,05	100,05	135,45	264,90
Abr.	120,30	164,70	289,50	104,40	146,10	259,20	100,35	141,45	188,70	99,15	147,30	229,95	106,65	137,70	322,65
Mai.	121,10	160,70	293,90	101,40	146,60	260,85	106,05	146,55	216,60	99,90	146,85	242,25	112,20	172,05	313,65
Jun.	120,30	160,40	305,90	105,00	144,00	265,50	111,15	150,45	272,70	102,90	148,20	249,90	121,80	174,00	383,55
Jul.	118,10	164,10	315,60	104,25	151,20	269,40	...	154,80	332,40	108,00	141,60	270,00	118,20	169,95	390,30
Ago.	120,60	170,00	349,90	106,20	154,05	283,95	81,25	161,85	332,40	109,95	149,40	275,10	107,55	166,20	190,05
Set.	121,90	181,80	363,80	107,25	171,75	...	81,75	165,75	...	109,50	150,75	...	111,60	178,65	...
Out.	125,30	169,90	...	114,30	193,35	...	81,75	178,95	...	119,40	178,50	...	115,05	199,80	...
Nov.	128,30	198,30	...	114,30	198,00	...	81,75	184,05	...	119,40	181,65	...	115,05	202,80	...
Dez.	134,70	200,20	...	117,45	197,40	...	116,26	184,05	...	127,65	193,50	...	127,05	219,75	...

(¹) Inclui Mato Grosso do Sul.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

- Arroz

- Panorama internacional

As estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), para a safra 1980/81, apontam produção mundial de cereais entre 1.325 milhões e 1.605 milhões de toneladas e a de arroz entre 378 milhões e 392 milhões de toneladas.

A safra de cereais, no período anterior, 1979/80, foi estimada pela mesma fonte em 1.523,6 milhões de toneladas, contribuindo a orizicultura com 374,8 milhões de toneladas, ou seja, 25% da produção total de grãos.

A China, maior produtora mundial, com a Índia e a Indonésia, são responsáveis por 62% da produção mundial de arroz, e contribuíram, respectivamente, com 140,5 milhões, 65,3 milhões e 26,3 milhões de toneladas, variando suas produções, em relação à safra 1978/79, em um acréscimo de 2,6%, decréscimo de 19,2% e acréscimo de 12,4%, respectivamente.

No comércio internacional de arroz, foram transacionados 11,4 milhões de toneladas, representando apenas 3% da produção mundial. Estados Unidos (2,9 milhões de toneladas), Tailândia (2,1 milhões de toneladas), China (1,0 milhão de toneladas) e Paquistão (1,0 milhão de toneladas) responderam por 61,4% das exportações de arroz. Exportaram mais 26,1%, menos 22,2%, menos 16,7% e a mesma quantidade que no período anterior, respectivamente.

Indonésia (2,7 milhões de toneladas), Comunidade Européia (1,0 milhão de toneladas), República da Coreia (0,7 milhão de toneladas) e Arábia Saudita (0,5 milhão de toneladas) foram responsáveis por 43% das importações, sendo que a Indonésia e República da Coreia aumentaram em 35,0% e 75,0% suas importações em relação a 1978 e a Comunidade Européia e Arábia Saudita continuaram a importar o mesmo volume de arroz em casca.

- Situação interna

A produção nacional de arroz, safra 1979/80, estimada pela Fundação IBGE em agosto/80, situa-se em 9.744,9 mil toneladas, em casca, representando acréscimo de 28,4% em relação à safra anterior, e, por sua vez, a área de 6.205,3 mil hectares registra acréscimo de 14% (quadro 73).

Dessa forma, o clima favorável vigente na safra possibilitou atingir índices elevados de produtividade em relação a anos anteriores na maioria dos estados; e as repercussões positivas da política governamental, notadamente com a retirada do tabelamento do arroz em outubro de 1979, permitindo flutuações de preço, incentivaram os produtores a aumentar sua área de plantio (quadro 74).

A despeito da safra brasileira ser considerada satisfatória, realizou-se este ano, a exemplo dos precedentes, nova importação de arroz visando o restabelecimento do estoque regulador da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que tem encontrado dificuldades na sua formação, tanto que quando iniciou aquisição de arroz beneficiado no Rio Grande do Sul, devido à pressão mais forte na demanda, os preços se elevaram sensivelmente, obrigando o órgão a sustar de imediato suas compras. A Região Centro-Sul, segundo o IBGE, teve sua produção de arroz em casca situada em 7.588,9 mil toneladas, superior 28% à safra 1978/79, contribuindo com 77,9% na produção nacional. Os 4.675,0 mil hectares plantados foram frutos de aumento da área de plantio de 14,5% em relação à safra passada, representando 75,3% da área total de arroz no território nacional.

Espera-se que na safra 1980/81 a Região Centro-Sul tenha um pequeno aumento de sua área cultivada em arroz.

- Espírito Santo

O arroz produzido neste ano é caracterizado como de qualidade inferior, já que a colheita do produto foi realizada em época inadequada e com elevado teor de umidade, e também prejudicada pela limpeza deficiente do arroz em casca, antes de ser armazenado e beneficiado. Verificou-se, também, problemas quanto à quantidade e qualidade da mão-de-obra.

O Espírito Santo tem sua produção de arroz cobrindo apenas 46% da demanda, sendo assim, obrigado a importar arroz do Rio Grande do Sul e Goiás.

As estimativas indicam que poderão haver aumento de até 6% na área plantada de arroz, na próxima safra.

- Rio de Janeiro

Apesar do declínio de 5% da área, em relação ao ano anterior, a produção foi 2% superior à safra 1978/79, favorecida pelo clima.

A produção, suprimindo apenas 15% das necessidades internas, obriga o Estado a importar arroz do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e estados centrais, os mesmos que abastecem, também, São Paulo.

Acredita-se que, para a safra vindoura, perdure a tendência declinante de área plantada de arroz, pois sendo o Estado produtor basicamente de arroz irrigado ressen-te-se de mais áreas de plantio, além da falta de sementes melhoradas e mão-de-obra.

- Minas Gerais

Minas Gerais apresentou, em relação à safra 1978/79, um incremento de 16,2% na área e de 26,2% na produção. Apesar disso o Estado, a exemplo de outros, apresentou oferta de insumos e de fatores básicos insuficientes, já que a disponibilidade de crédito, particularmente do setor de fertilizantes e sementes certificadas, não atendeu as necessidades globais dos agricultores.

Foram considerados, também, como fatores desestimulantes ao plantio, a magnitude do VBC vigorante e a alta pauta do ICM. Verificou-se nessa safra passada problemas de brusone, que não chegaram a comprometer seriamente a produção mineira.

Espera-se para o Estado, cuja cultura é predominantemente de sequeiro, um pequeno crescimento na área plantada.

- São Paulo

Segundo o IEA, a área ocupada com arroz em 1979/80 no Estado de São Paulo foi de 294,6 mil hectares, praticamente igual à área da safra anterior. A produção, de 413,4 mil toneladas, 34,3% superior à safra 1978/79, foi devida a melhores condições climáticas, já que 95% da área cultivada com arroz são de sequeiro.

A produção atende 15% da demanda estadual, sendo o restante suprido com arroz prove

niente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e estados centrais.

Estima-se, para a safra 1980/81, aumento de área cultivada nas DIRAs de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, ao passo que no Vale do Paraíba haverá diminuição, permanecendo constante nas DIRAs de Sorocaba, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba e Marília; agrupadas indicam manutenção da área de plantio.

- Santa Catarina

Comparando as duas últimas safras, 1978/79 e 1979/80, a produção catarinense apresentou acréscimo de 65,1%, e a área aumentou 30,5%. Na produção predomina a cultura irrigada, com 57% da área total de arroz, na quase totalidade, situada nas regiões do Vale do Itajaí, Litoral Norte e Sul.

Com uma produção superior ao nível de suas necessidades de consumo, gerou um excedente exportável de 27%, na última safra, e por ter grande capacidade de beneficiamento atendeu, também, à produção de outros estados.

Espera-se que sua área cultivada permaneça relativamente estável para a nova safra, com possibilidade de ligeiro aumento na área de arroz irrigado.

- Paraná

Face à quebra devida à estiagem na safra anterior, em 1979/80 houve parcial recuperação, com aumento na produção de 18%, de 21% na área cultivada, e, na produtividade, decréscimo de 2,3%.

A área irrigada, responsável por apenas 3,5% da área total com arroz, sofreu grandes perdas devido às enchentes causadas pelos rios Ivaí e Paraná, motivadas pela abertura das comportas de Ilha Solteira e Jupiá em São Paulo, afetando basicamente os Núcleos Regionais de Paranavaí e Umuarama.

Este Estado, cuja produção atende cerca de 90% do consumo próprio, tem seu déficit suprido pelos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Goiás.

Estima-se que a área cultivada sofra incremento de 2 a 3% devido à quase inexistência de novas áreas para exploração da cultura de arroz.

- Rio Grande do Sul

Detentor do maior nível de rendimento do Brasil na safra 1979/80 (3.833kg/ha), o Rio Grande do Sul apresenta área irrigada de 566,2 mil hectares, com produtividade média de 3.963kg/ha, e área de 32,6 mil hectares de cultura de sequeiro, com produtividade média de 1.576kg/ha. Da produção estadual, 25% a 28% destina-se ao consumo interno, sendo o restante exportado para outros estados.

Nesta safra houve necessidade da importação de 15.000 sacas de sementes "Blue Belle" do Uruguai, a fim de reforçar os estoques disponíveis. Este cultivar, que produz o arroz tipo agulhinha, alia qualidades gustativas com características para cultura irrigada, e encontra larga aceitação nos mercados dos grandes centros urbanos, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

Estima-se para a safra 1980/81 aumento de 3% a 8% na área cultivada de arroz neste Estado, limitação imposta pela quase ausência de novos mananciais e por requerer a cultura de

irrigação montagem de uma infra-estrutura onerosa.

- Goiás

O desempenho da safra goiana foi satisfatório apesar dos tradicionais problemas que os Estados Centrais enfrentam, como preço de fertilizante e de combustível, estradas ruins, insuficiência de secadores e de armazéns e a excessiva pauta de ICM.

Começa a expandir a área de arroz irrigado, que atualmente representa apenas 2% da área cultivada com arroz no Estado e isso, principalmente, com a implantação do Projeto Rio Formoso, de 34 mil hectares propostos, dos quais 5.000 hectares estão previstos para este ano.

A área cultivada deverá permanecer igual ou diminuir ligeiramente na safra 1980/81 dada a insatisfação reinante quanto ao crédito e ao valor do VBC, considerado muito baixo.

- Mato Grosso do Sul

Foram fatores limitantes do desempenho da safra 1979/80: a pequena disponibilidade de sementes, além da má qualidade e de seus preços; a expectativa de aumento do preço de fertilizantes verificada no último semestre de 1979, que retardou sua colocação nas áreas de produção, e o excesso de chuva por ocasião da colheita, que provocou acúmulo de operações na fazenda e na secagem posterior, agravado pela concorrência da boa produção de soja. Apesar disso, as condições climáticas favoráveis não comprometeram o volume de produção, de forma geral.

Por não contar com suficiente estrutura de beneficiamento de arroz, Mato Grosso do Sul exporta seu arroz em casca, principalmente, para Goiás.

A produção do irrigado é inexpressiva, e estima-se para a próxima safra manutenção da área cultivada.

- Mato Grosso

À semelhança de Mato Grosso do Sul, o Estado não conta com estrutura própria para beneficiamento de arroz, fazendo com que 50% da produção estadual seja exportada para Goiás, motivando a constante reivindicação de incentivos para a instalação de agroindústria orizícola no Mato Grosso.

Acredita-se na manutenção da área de plantio na safra 1980/81 também neste Estado.

(IEA, 12/11/1980)

QUADRO 73. - Área, Produção e Rendimento de Arroz em Casca nos Estados da Região Centro-Sul, 1977/78 a 1979/80

Estado	1977/78			1978/79			1979/80 ⁽¹⁾		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Rio Grande do Sul	538,8	2.009,1	3.729	525,0	1.675,0	3.191	599,0	2.295,6	3.833
Santa Catarina	133,3	279,0	2.093	117,6	259,8	2.209	153,5	428,9	2.794
Paraná	383,3	210,2	548	323,9	286,7	885	390,5	338,0	865
São Paulo	341,9	246,3	720	300,4	307,8	1.025	294,6	413,3	1.403
Rio de Janeiro	41,0	94,3	2.300	31,9	82,4	2.583	30,3	84,1	2.775
Espírito Santo	46,0	82,8	1.800	37,6	52,7	1.401	33,1	57,9	1.749
Minas Gerais	631,9	644,2	1.019	509,4	659,4	1.294	592,1	832,4	1.406
Mato Grosso do Sul	780,0	420,2	539	584,7	457,1	782	501,3	504,2	1.006
Mato Grosso	746,4	976,5	1.308	741,1	975,5	1.316	896,3	1.174,2	1.310
Goiás	752,5	621,1	825	931,1	1.155,1	1.241	1.184,3	1.460,3	1.233
Centro-Sul	4.395,1	5.583,7	1.270	4.102,7	5.911,5	1.441	4.675,0	7.588,9	1.623
Norte-Nordeste	...	1.658,0	1.677,8	2.156,0	...
Brasil	...	7.241,7	7.589,3	9.744,9	...

(¹) Estimativas preliminares, Agosto/80.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 74 . - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Agricultores de Arroz, dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1977-80
(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	São Paulo				Rio Grande do Sul				Mato Grosso ⁽¹⁾			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Jan.	117,80	200,30	327,60	700,50	97,20	136,20	226,80	657,60	94,20	163,80	259,80	610,20
Fev.	115,10	222,00	320,50	637,80	97,80	158,40	222,00	700,80	99,00	168,00	264,00	518,40
Mar.	109,20	252,10	324,50	616,80	103,20	176,40	282,00	700,80	99,00	179,40	255,00	643,20
Abr.	125,80	264,80	340,40	601,70	111,00	177,60	240,00	700,80	105,00	198,60	265,80	492,00
Mai.	143,00	268,00	352,40	628,20	112,20	178,20	314,40	652,80	110,40	192,00	264,60	510,00
Jun.	149,70	272,00	358,80	674,80	119,40	185,40	351,00	650,40	109,20	198,00	274,20	600,00
Jul.	153,50	275,00	387,70	732,00	116,40	185,40	342,60	696,00	113,40	199,80	294,60	591,60
Ago.	155,60	278,80	431,60	800,20	121,20	189,00	352,80	696,00	114,00	208,80	335,60	635,40
Set.	163,40	285,50	492,80	853,90	122,40	190,20	370,80	...	122,40	224,40	381,00	...
Out.	169,10	300,20	559,70	...	124,80	217,20	424,20	...	126,60	231,60	443,40	...
Nov.	186,00	315,40	607,20	...	125,40	228,00	424,20	...	135,60	244,20	483,00	...
Dez.	197,90	329,30	661,60	...	128,40	238,80	545,40	...	151,80	253,80	557,40	...

(¹) Inclui Mato Grosso do Sul.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 74 . - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Agricultores de Arroz em Casca, dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1977-80
(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	(conclusão)											
	Goiás				Minas Gerais				Paraná			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Jan.	104,40	171,60	311,40	662,40	125,40	171,60	337,80	696,00	108,60	172,80	279,00	679,80
Fev.	103,20	174,60	307,80	538,20	130,80	187,20	364,20	670,20	105,60	192,00	294,00	687,00
Mar.	107,40	174,60	306,00	508,80	125,40	190,20	362,40	670,20	100,80	225,00	322,20	744,60
Abr.	118,80	175,20	288,60	498,60	132,60	202,20	350,40	731,40	106,80	241,80	337,80	688,80
Mai.	130,20	190,80	298,80	535,20	136,80	230,40	352,20	651,00	115,80	248,40	350,40	692,40
Jun.	139,60	210,60	324,00	614,40	144,60	242,40	370,80	622,80	126,00	258,00	364,80	709,20
Jul.	135,60	223,80	348,00	637,20	147,60	243,00	392,40	678,60	127,20	270,00	371,40	737,40
Ago.	141,00	227,40	378,60	699,00	151,80	258,60	405,00	678,60	133,20	269,40	400,20	737,40
Set.	143,40	237,00	424,80	...	152,40	268,20	486,60	...	133,80	273,00	444,60	...
Out.	147,60	252,60	469,80	...	155,40	280,20	531,60	...	139,80	280,20	492,60	...
Nov.	153,60	263,40	534,60	...	158,40	307,20	531,60	...	153,60	280,20	571,80	...
Dez.	160,20	294,00	621,00	...	162,00	328,20	619,20	...	158,40	283,20	625,20	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Café

- Panorama internacional

De acordo com a segunda estimativa do USDA para o ano 1980/81 a produção mundial de café foi estimada em 80,1 milhões de sacas de 60kg e a produção exportável em 60,2 milhões (quadro 75).

Deverá ocorrer situação de equilíbrio entre oferta e consumo da próxima safra mundial, de acordo com as estimativas de estoques iniciais e finais, produção, consumo e exportação dos principais países produtores (quadro 76). A distribuição do parque cafeeiro mundial, com dados de área, população e produtividade, indica posição de liderança do Brasil em relação aos dois primeiros itens citados, e com relação à produtividade, a Indonésia acha-se em posição de destaque (quadro 77).

Após as elevações de preços, ocorridas principalmente devido à expectativa de geadas no Brasil, em maio, o mercado internacional de café apresentou acentuadas baixas. Assim, a média composta dos preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), nos primeiros dias de novembro, chegou a atingir o nível de 122 centavos de dólar por libra-peso. No dia 11 de novembro o preço de fechamento na Bolsa de Nova York (contrato "C") baixou a US\$108,03/libra peso.

Nessa conjuntura de queda de preços, que indica expectativa de um mercado suficientemente abastecido, desenvolveram-se as negociações visando a estabilização de preços, sob a égide da OIC. Dessas negociações, que se revelaram difíceis, chegou-se, no princípio de outubro, a um acordo com validade a partir de 01/10/80, para o período 1980/81 que, de certa forma, atende aos interesses do Brasil. Neste acordo, foi estabelecida cota inicial de 56 milhões de sacas para todos os países consumidores membros. As cotas dos países produtores deverão sofrer cortes ou acréscimos de aproximadamente 2,5% todas as vezes em que a média dos preços, durante 20 dias consecutivos, diminuir ou aumentar dentro do limite mínimo de 115 centavos de dólar por libra-peso ou máximo de 155 centavos; a partir do limite máximo, as exportações serão livres.

Na distribuição dessas cotas coube ao Brasil o equivalente a 14,5 milhões de sacas, ficando ainda a possibilidade de exportar mais 2 milhões de sacas para países não membros.

Uma das consequências desse acordo é a exigência da desativação da PANCAFÉ S.A. (empresa criada a 24 de junho de 1980 que substituiu o grupo do Fundo de Bogotá), cujos estoques deverão ser liberados antes que o sistema de cotas comece a oferecer resultados.

Durante 1979, a Europa importou 33.549.367 sacas de café verde de 60kg, das quais 18% oriundos do Brasil e 18,5% da Colômbia; os maiores importadores foram a Alemanha Ocidental (21%), França (15%), Itália (11%). A Alemanha Ocidental, por sua vez, importou 34,7% da Colômbia e apenas 4,2% do Brasil, a França 40,7% dos países africanos da Organization Africaine et Malgache du Café (OAMCAF) e 12% do Brasil, e a Itália 27% do Brasil e apenas 3,3% da Colômbia, seu segundo fornecedor.

Nesse mesmo ano, os Estados Unidos importaram 19.395.905 sacas de 60kg de café verde, das quais, 20% da Colômbia, 9% do Brasil e 9% da Indonésia.

De janeiro a julho do corrente ano, das 8.301.000 sacas de café verde exportadas pelo Brasil, 27% destinaram-se aos Estados Unidos (quadro 78). No mesmo período, a exportação colombiana foi de 7.335 mil sacas de 60kg de café verde, sendo esse total 27% menor do que o volume exportado no mesmo período de 1979. Situar-se na vanguarda da importação os Estados Uni

dos (30%) e a Alemanha Ocidental (26%). No semestre considerado a importação de café verde pelos Estados Unidos foi menor do que no mesmo semestre anterior. Igual tendência foi observada para países europeus (quadro 79).

A participação do solúvel cresceu consideravelmente na exportação brasileira, tendo o volume aumentado de 14% para 22%, de 1976 para 1979 (quadro 80).

- Mercado interno

A última estimativa nacional do Instituto Brasileiro do Café (IBC), divulgada em setembro, para a safra comercial 1980/81 é de 18,4 milhões de sacas de 60kg (1,1 milhão a menos do que a estimativa de junho). Desse total São Paulo representa 7,5 milhões de sacas, Minas Gerais 3,6 milhões de sacas, Espírito Santo 3,4 milhões, Paraná 3,0 milhões, outros estados 0,9 milhões (quadro 81).

A produção da próxima safra paulista deverá ser da ordem de 9 milhões de sacas, apesar dos prejuízos causados pelo intenso ataque de ferrugem que foram relativamente elevados em algumas regiões.

No Estado de Minas Gerais, em virtude de intensa renovação dos cafezais, as lavouras encontram-se com bom potencial de produção, havendo perspectivas de sua produção ultrapassar a de São Paulo.

A cafeicultura paranaense ainda não se recuperou da grande geada de 1975 e das sacas dos anos 1978 e 1979; sua produção deverá estar recuperada somente na safra 1980/81. Contudo, a incidência de vento frio em época anormal (16 e 17 de setembro deste ano), além de causar prejuízo parcial na florada que estava prestes a abrir, retardou também a florada subsequente. Técnicos ligados ao ramo não descartam prejuízo da ordem de 10 a 15% a nível estadual, independentemente da próxima florada. Mesmo assim pelas estimativas realizadas no Paraná, a produção da próxima safra, não deverá ser inferior a 6 milhões de sacas.

No Espírito Santo, quarto produtor do País, a cafeicultura alcançou a participação expressiva de 40% da renda agrícola de 1979, sendo 30% da produção representada pelo "robusta". Sua produção em 1981 deverá ser inferior à do ano anterior em virtude da alternância do volume das safras. Contudo deverá evoluir positivamente nos próximos anos, em virtude da entrada em produção de novas lavouras.

A partir da posição dos quatro estados aqui considerados, pode se concluir que a produção brasileira de café da próxima safra poderá superar em até 40% a do corrente ano.

Os preços recebidos pelos agricultores no Estado de São Paulo, conforme o IEA, sofreram baixas de maio até julho (de Cr\$5.601,10 a Cr\$5.111,70 por saca de 60kg beneficiado), recuperando-se parcialmente em setembro Cr\$5.585,40 por saca de 60kg de café beneficiado. Nos outros estados durante setembro, conforme o IBC, os referidos preços estiveram em torno de Cr\$5.787,50/sc.60kg no Paraná e em Minas Gerais, no Sul e Zona da Mata, Cr\$492,94 e Cr\$4.377,88, respectivamente.

(IEA, 17/11/1980)

QUADRO 75.- Produção Total e Exportável de Café, 1980/81 ⁽¹⁾

(em 1.000sc.60kg)

Região e país	Produção total	Produção exportável
América do Sul		
Brasil	21.500	13.500
Colômbia	12.400	10.575
América do Norte e Central		
México	3.100	2.420
El Salvador	2.100	1.900
Guatemala	2.600	2.276
África		
Costa do Marfim	4.166	4.016
Uganda	2.500	2.470
Ásia		
Indonésia	5.239	4.399
Outros	26.491	18.672
Total mundial	80.096	60.228

⁽¹⁾ Segunda estimativa.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 76. - Oferta Mundial e Distribuição de Café nos Principais Países Produtores, 1980-81
(em 1.000sc.60kg)

País (¹)	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo interno	Exportação			Estoque final	
					Verde	Torrado	Solúvel		
Brasil									
(jul-jun)	9.130	21.000	-	8.000	12.000	-	3.000	15.000	7.130
Colômbia									
(out-set)	4.225	12.400	-	1.825	10.345	-	155	10.500	4.300
México									
(out-set)	615	3.700	-	1.280	2.270	60	70	2.400	635
Guatemala									
(out-set)	77	2.700	-	324	2.390	-	10	2.400	53
El Salvador									
(out-set)	756	1.800	-	200	2.016	-	40	2.056	300
Benin (²)									
(out-set)	-	5	-	1	4	-	-	4	-
Camarões (²)									
(out-set)	675	1.500	-	30	1.545	-	-	1.545	600
Congo (²)									
(jul-jun)	17	75	-	1	76	-	-	76	15
Gabão (²)									
(jul-jun)	1	8	-	1	8	-	-	8	-
Costa do Marfim (²)									
(out-set)	636	4.166	-	60	3.851	5	150	4.006	736
Madagascar (²)									
(abr-mar)	366	1.166	-	166	1.066	-	-	1.066	300
Togo (²)									
(out-set)	60	160	-	1	160	-	-	160	59
Rep. Centro Africana (²)									
(out-set)	21	180	-	17	169	-	-	169	15
Uganda									
(out-set)	1.620	2.500	-	30	2.590	-	-	2.590	1.500
Indonésia									
(abr-mar)	638	5.239	1	840	4.238	-	-	4.238	900
Outros	5.885	23.015	314	7.275	16.445	98	166	16.706	5.233
Total mundial	24.722	79.614	315	20.051	59.173	158	3.593	62.924	21.676

(¹) Os meses entre-parênteses referem-se ao período do ano safra.

(²) Países da OAMCAF: Organization Africaine et Malgache du Café.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Agosto de 1980.

QUADRO 77. - Área Plantada de Café, População Cafeeira e Produtividade nos Principais Países Produtores, 1980/81

País	Área (mil/ha)	População (milhões pés)	Produtividade (kg/ha)
Brasil (1)	2.867	3.450	564
Colômbia	1.157	3.240	663
México	380	450	624
El Salvador	150	576	730
Guatemala	290	900	623
Benim (2)	-	-	-
Camarões (2)	-	-	-
Congo (2)	-	-	-
Gabão (2)	-	-	-
Costa do Marfim (2)	1.300	1.153	202
Madagascar (2)	-	-	-
Togo (2)	-	-	-
República Centro Africana (2)	-	-	-
Uganda	300	-	500
Indonésia	500	868	898
Outros	2.563	3.660	-
Total mundial	9.507	14.297	535

(1) A estimativa do IBC é de área plantada de 2.940,2 mil hectares de 3.285 milhões de pés.

(2) Países da OAMCAF: Organization Africane et Malgache du Café.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), agosto de 1980.

QUADRO 78. - Volume e Valor da Exportação de Café por País de Destino, Brasil, Janeiro a julho de 1980

Destino	Café (sc.60kg)	Café solúvel (sc.60kg)	Total de Café (sc.60kg)	Valor em dólares (US\$)
Estados Unidos	1.731.314	541.568	2.272.882	431.622.269
Itália	817.382	-	817.382	178.400.867
Alemanha Ocidental	540.987	43.831	584.818	119.819.319
Japão	471.255	49.043	520.298	112.922.000
Espanha	423.116	118	423.234	90.533.180
França	385.114	4.473	389.587	83.545.067
Reino Unido	61.467	327.416	388.883	61.919.238
Outros	2.772.015	131.947	2.903.962	604.912.618
Total	7.202.650	1.098.396	8.301.046	1.683.674.558

Fonte: Instituto Brasileiro de Café (IBC).

QUADRO 79. - Volume Importado pelos Principais Países Importadores, Variação em Relação ao mesmo Período do Ano Anterior e Participação Relativa dos Fornecedores de Café, Jan. a Jul. , 1980

País	Importação (sc.60kg)	Variação do total de importação em relação a igual período de 1979 (%)	Principais fornecedores e percentual importado
Estados Unidos	11.212.358	-5	21 da Colômbia 17 do Brasil
Alemanha Ocidental	3.905.159	-7	35 da Colômbia 5 do Brasil
França	3.140.175	-3	26 da Costa do Marfim 12 do Brasil
Itália	2.133.201	+1	4 da Colômbia 26 do Brasil 13 da Costa do Marfim

Fonte: Complete Coffe Coverage.

QUADRO 80. - Participação do Solúvel na Exportação Brasileira de Café, 1976-79

Ano	Total exportado		Café solúvel		Participação do solúvel	
	(1.000sc.60kg)	US\$1.000.000	(1.000sc.60kg)	US\$1.000.000	Volume (%)	Valor (%)
1976	15.602	2.398	2.179	225	14,0	9,4
1977	10.083	2.613	1.587	326	15,7	12,5
1978	12.551	2.294	2.196	348	17,5	15,2
1979	12.010	2.326	2.640	408	22,0	17,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Café - IBC.

QUADRO 81.- Produção, População e Área Plantada de Café, Estado Produtores da Região Centro-Sul e Brasil, 1980/81 ⁽¹⁾

	Produção (milhões de sc.60kg)	População (milhões de pés)	Área (1.000ha)
São Paulo	7,5	914,8	987,6
Minas Gerais	3,6	868,9	597,8
Espírito Santo	3,4	450,0	352,1
Paraná	3,0	731,6	734,2
Outros estados	0,9	320,0	268,5
Total	18,4	3.285,3	2.940,2

⁽¹⁾ - Estimativa.

Fonte: Instituto Brasileiro do Café.

- Cana-de-açúcar

- Panorama internacional

A década de 70 caracterizou-se por acentuadas flutuações de preços no mercado internacional, em virtude das alterações na demanda por açúcar, não sintonizadas com a produção de cana nos principais países produtores. Essa dicotomia entre a oferta e a demanda, agravada pela não formação de estoques reguladores que funcionassem como mecanismos estabilizadores de preços, gerou uma tendência altista, cujo pico ocorreu em 1974, com as cotações atingindo o patamar médio de US\$654,57/t, significando no período 1970-74 crescimento da ordem de 250% (quadro 82). Fatores adicionais na geração de pressões altistas nos preços externos do açúcar podem ser atribuídos aos efeitos especulativos com os produtos primários em geral, provocados pelos desdobramentos da crise monetária internacional no período. Também a expiração, em fins de 1973, do Acordo Internacional do Açúcar firmado em 1968, desorganizou o mercado, aumentando a instabilidade dos preços e reverteu a tendência de alta. Nesse sentido, com respeito ao futuro, aumentaram as incertezas, ainda mais com a desestruturação de dois importantes acordos, em fins de 1974: o Acordo Açucareiro da Comunidade Britânica e o Mercado Preferencial dos Estados Unidos. Além disso, o posterior aumento na produção, incentivado pelos altos preços, e a queda no consumo de açúcar nos países importadores, em parte substituído por outros adoçantes, pressionaram os preços na direção inversa, com as cotações caindo ao nível médio de US\$172,37/t no ano de 1978.

Essa tendência foi novamente revertida a partir do segundo semestre de 1979, com aumento gradativo das cotações, resultando num reajuste médio por volta de 24% em relação a 1978. Essa nova reversão nos preços é decorrente de um conjunto de fatores de ordem tanto conjuntural quanto estrutural, destacando-se: retração na produção, em função dos menores investimentos no setor produtivo dos países exportadores, em consequência dos baixos preços do produto no mercado internacional vigentes no período imediatamente anterior à essa fase ascendente de preços; diminuição nos estoques mundiais de 30,5 para 25,0 milhões de toneladas (em 31/08/1980), como resultado do déficit entre a produção (84,5 milhões de toneladas) e o aumento no consumo (91,0 milhões de toneladas); e menor produção em alguns dos principais países produtores em função do aumento na produção de álcool para fins energéticos.

Para 1980/81, espera-se produção mundial de açúcar por volta de 88,0 milhões e um consumo de 92,0 milhões de toneladas, levando os estoques mundiais a uma baixa em torno de 4,0 milhões de toneladas, situando-o ao nível de 20,0 milhões, correspondendo a 22% da produção mundial. Este nível de estoque muito baixo poderá gerar pressões altistas imediatas, uma vez que representa consumo de apenas três meses. Não se pode esquecer que, dada sua maior inflexibilidade, ele poderá permitir manobras especulativas, geradoras de altas nos preços. Por outro lado, aumentos muito grande poderão desincentivar o consumo mundial, incentivando a substituição do açúcar de cana por outros adoçantes.

- Situação interna

Em 1979/80 a produção brasileira de açúcar foi de 6,6 milhões de toneladas, segundo estimativas preliminares, produção esta inferior às das últimas três safras (quadro 83), sendo que em relação ao ano de maior produção, 1977/78, a diferença é de 20%. Os decréscimos na produção brasileira de açúcar podem ser atribuídos ao panorama externo, não muito favorável

vel, verificado no período 1975-79. A produção de álcool, por sua vez, cresceu 41% em relação ao ano 1978/79, representando 3,4 milhões de litros, 73% dos quais produzidos no Estado de São Paulo, ainda que em termos de açúcar a produção estadual tenha sido a menor na década de 70 - 41% relativamente à produção nacional -, refletindo o desvio de cana para a produção do álcool direto, via estímulo do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL).

Para 1980/81 o novo Plano de Safra (quadro 84) estabeleceu, como meta de produção de açúcar, um total de 7,8 milhões de toneladas, dos quais 5,6 milhões para atender o mercado interno e 2,2 milhões de toneladas, ao externo. Da produção total de açúcar, 34% ficou destinada ao Norte-Nordeste e 66% ao Centro-Sul, sendo que São Paulo atenderá 72% da produção desta última Região, enquanto que Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná responderão, agregadamente, por 24%, e restando aos demais estados uma participação praticamente insignificante. Para a meta da produção de álcool o quadro não se altera em termos de participação relativa, já que do total nacional de 4,1 milhões de litros, 81% permanecerão na Região Centro-Sul, e 19% serão destinados ao Norte-Nordeste. O Estado de São Paulo deverá produzir 83% do total da Região Centro-Sul, restando a Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, por volta de 13%, e aos demais estados uma produção relativamente insignificante. Cotejando-se o novo Plano de Safra com as produções de safras anteriores, este estabelece para a produção de açúcar meta 18% superior à obtida na última safra, enquanto que o reajuste para o álcool será de 19%. Em relação a São Paulo, que concentra o forte da produção, tanto de açúcar quanto de álcool, este confronto prevê para o açúcar aumento de 38% em relação à produção anterior, e para o álcool acréscimo de 9%.

O aumento de preços externos do açúcar, a partir do segundo semestre de 1979, veio a se tornar um fator fortemente estimulante para a safra 1980/81. As exportações brasileiras são estimadas entre 2,2 e 2,6 milhões de toneladas, devendo gerar receita acima de US\$1,2 bilhão, quase quatro vezes a obtida em 1978 e muito próxima daquela obtida em 1974, de US\$1,3 bilhão, a maior da década de 1970.

Os preços inicialmente fixados para a cana-de-açúcar para esta safra geraram insatisfação, visto que Cr\$589,61/t, se comparado àquele em vigor desde 26/09/1979, acusou acréscimo de 53%, enquanto se observaram reajustes bem mais acentuados para alguns insumos agrícolas - tais como fertilizantes, combustíveis e máquinas. Entretanto, os novos preços fixados em setembro de 1980, Cr\$852,33/t para Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e Cr\$813,66/t para os demais estados do Centro-Sul devem contrabalançar os aumentos verificados nos insumos.

O total de projetos aprovados pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) para a produção de álcool (quadro 85), dentro do programa de substituição da gasolina, é de 302, representando acréscimo de 5,9 bilhões de litros por safra, ou seja 55% da meta estabelecida para 1985. Nesse número, é insignificante a participação de outras matérias-primas que não a cana de açúcar, e inexistindo, também, apoio às mini e micro-usinas, já que elas têm se mostrado, até agora, antieconômicas. Em relação à capacidade total acrescida, 47% são atribuídas às destilarias anexas e 53% às autônomas, mostrando maior equilíbrio, já que no início do programa a parte maior da produção ficava com as anexas, em virtude do aproveitamento das óbvias economias de escala.

Em termos de conflito alimentos x produção alcooleira o panorama é, de certa forma, difícil, tendo em vista que nos estados onde existem maiores potencialidades de produção de alimentos, são exatamente onde ocorrem as maiores concentrações na produção de álcool. Pode-se verificar que a Região Centro-Sul responderá por 66% da produção total, dos quais São Paulo será responsável por 62% e o Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conjuntamente, por 19%.

(IEA, 17/11/1980)

QUADRO 82. - Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1970-80⁽¹⁾

(em US\$/t)

Mês	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	67,53	104,17	174,34	207,45	334,57	845,50	309,41	184,06	193,55	167,07	378,72
Fev.	69,52	106,37	180,74	198,18	465,43	749,94	297,93	189,57	187,15	181,64	502,09
Mar.	74,59	103,50	185,38	193,54	465,66	582,62	326,40	198,18	170,82	186,71	433,45 ⁽²⁾
Abr.	78,79	100,63	156,25	198,40	476,69	528,58	310,07	221,57	167,51	172,59	468,89 ⁽²⁾
Mai.	79,67	96,22	146,32	206,34	521,49	383,34	320,88	197,52	161,77	173,25	692,11 ⁽²⁾
Jun.	81,43	91,59	139,70	207,01	518,84	301,24	286,68	173,68	159,57	179,65	679,76 ⁽²⁾
Jul.	84,30	92,03	122,70	210,10	552,39	368,35	291,53	163,09	141,91	188,04	611,33 ⁽²⁾
Ago.	84,08	93,79	138,15	197,96	675,97	410,70	221,13	167,94	156,26	195,32	701,11 ⁽²⁾
Set.	85,41	88,06	156,03	197,30	753,66	342,07	179,42	161,33	180,31	218,49	766,67 ⁽²⁾
Out.	86,73	92,91	163,53	209,88	871,72	310,51	177,21	156,48	197,75	263,52	...
Nov.	90,26	93,57	160,66	223,78	1.239,01	297,27	173,90	156,03	176,78	301,92	...
Dez.	90,70	127,56	201,93	261,52	990,46	291,09	166,62	178,55	176,56	329,51	...
Média anual	81,21	99,31	160,48	208,55	654,57	449,57	254,03	178,77	172,37	213,14	...

⁽¹⁾ Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova York e Londres - FOB Portos do Caribe.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Internacional Sugar Organization.

QUADRO 83. - Produção de Açúcar e Alcool, Brasil e Estado de São Paulo, 1970/71 a 1979/80⁽¹⁾

Safra	Brasil		São Paulo			
	Açúcar	Alcool	Açúcar		Alcool	
	(t)	(1.000t)	Toneladas	Participação no Brasil (%)	(1.000t)	Participação no Brasil (%)
1970/71	5.119.661	637.238	2.436.365	48	436.713	69
1971/72	5.386.419	613.068	2.596.749	48	453.101	74
1972/73	5.932.460	680.972	2.836.141	48	500.104	73
1973/74	6.682.912	665.979	3.510.667	53	455.091	68
1974/75	6.720.577	624.985	3.466.269	52	408.100	65
1975/76	5.887.596	555.627	2.869.333	49	362.286	65
1976/77	7.208.214	643.158	3.563.614	49	428.945	67
1977/78	8.307.610	1.470.404	4.098.744	49	1.095.158	74
1978/79	7.342.424	2.451.576	3.194.344	44	1.812.421	74
1979/80	6.645.026	3.390.431	2.756.414 ⁽²⁾	41	2.472.340	73

(¹) Todos os tipos de açúcar e álcool.

(²) Dados preliminares.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 84. - Plano de Produção de Açúcar e Alcool, Safra 1980/81⁽¹⁾

Região e estado	Açúcar (tonelada)			Alcool (1.000l)
	Total	Consumo	Exportação	
Norte e Nordeste				
Amazonas	-	-	-	3.200
Pará	9.807	9.807	-	4.500
Maranhão	21.855	21.855	-	6.700
PiauÍ	3.206	3.206	-	450
Ceará	42.905	42.905	-	12.500
Rio Grande do Norte	79.307	79.307	-	34.800
ParaÍba	139.549	127.549	12.000	125.800
Pernambuco	1.167.341	460.462	706.879	288.100
Alagoas	1.017.797	437.393	580.404	284.800
Sergipe	96.977	96.977	-	10.900
Bahia	39.466	39.466	-	3.555
Subtotal	2.618.210	1.318.927	1.299.283	775.305
Centro-Sul				
Minas Gerais	467.964	467.964	-	124.400
EspÍrito Santo	53.888	53.888	-	10.800
Rio de Janeiro	525.538	525.538	-	132.700
São Paulo	3.740.598	2.888.808	851.790	2.737.312
Paraná	265.950	265.950	-	182.540
Santa Catarina	55.981	25.981	30.000	6.750
Rio Grande do Sul	10.536	10.536	-	900
Mato Grosso	23.309	23.309	-	54.200
Mato Grosso do Sul	-	-	-	13.500
Goiás	38.026	38.026	-	32.700
Subtotal	5.181.790	4.300.000	881.790	3.295.802
Brasil	7.800.000	5.618.927	2.181.073	4.071.107

(¹) Produção autorizada. Inclui álcool direto e residual.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 85 . - Programa Nacional do Alcool - Projetos Aprovados pela CENAL e Capacidade Acrescida das Destilarias Anexas e Autônomas (1)

Estado e região	Anexas		Autônomas		Total	
	Nº	Milhão de litros	Nº	Milhão de litros	Nº	Milhão de litros
Região N/NE						
Acre	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	1	18,3	1	18,3
Amazonas	-	-	1	21,0	1	21,0
Pará	-	-	1	21,3	1	21,3
Maranhão	-	-	2	61,2	2	61,2
Piauí	-	-	2	98,9	2	98,9
Ceará	1	18,0	3	48,2	4	66,2
Rio Grande do Norte	2	23,2	3	64,9	5	88,1
Paraíba	4	34,0	6	131,2	10	165,2
Pernambuco	20	223,6	5	83,0	25	306,6
Alagoas	25	435,1	10	289,4	35	724,5
Sergipe	2	18,0	1	16,2	3	34,2
Bahia	2	35,8	12	397,0	14	432,8
Subtotal	56	787,7	47	1.250,6	103	2.038,3
Região C/SUL						
Espírito Santo	2	26,3	2	44,4	4	70,7
Rio de Janeiro	14	179,3	2	63,0	16	242,3
Minas Gerais	8	116,9	6	166,5	14	283,4
São Paulo	79	1.577,1	42	835,8	121	2.412,9
Paraná	3	59,6	19	348,5	22	408,1
Santa Catarina	1	6,3	4	75,9	5	82,2
Mato Grosso	1	13,5	1	45,0	2	58,5
Mato Grosso do Sul	-	-	7	185,6	7	185,6
Goiás	1	9,0	6	141,9	7	150,9
Rio Grande do Sul	1	3,0	-	-	1	3,0
Subtotal	110	1.991,0	89	1.906,6	199	3.897,6
Brasil	166	2.778,7	136	3.157,2	302	5.935,9

(1) Comissão Executiva Nacional do Alcool. Posição em 27/08/1980.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

- Feijão

- Panorama internacional

A FAO estimou, em maio p.p., a produção mundial de feijões secos de 1979 em 14,8 milhões de toneladas, o que corresponde a um ligeiro aumento de 4,2% em relação ao volume obtido no ano anterior. Destacam-se como principais produtores mundiais a China Continental (com participação de 25,7%), Índia (17,7%), Brasil (15,5%), México (6,4%) e EUA (5,9%), os quais responderam por 71,2% do total mundial no triênio 1977-79.

Por outro lado o Brasil tem figurado, nos últimos anos, como um dos países maiores importadores da leguminosa, tendo como fontes a Argentina, Chile, EUA e México. O conhecimento dos desempenhos das safras desses países é, portanto, de grande interesse, tendo em vista a instabilidade da produção nacional e a eventual necessidade de se recorrer a importações. Comparando-se as médias de 1969-71 e 1977-79, constatam-se os seguintes aumentos na produção dos países acima: Argentina, 351,2%; Chile, 82,2%; EUA, 7,7% e México, 3,1%. O Brasil apresentou, nesse período de oito anos, queda de produção de 6,1%.

- Situação interna

A produção brasileira de feijão na safra 1979/80 é estimada em 2,2 milhões de toneladas, nível obtido em 1977/78 e 1978/79. A Região Centro-Sul participou, desse total, com aproximadamente 1,5 milhão de toneladas, ou seja, 67% (quadro 86).

A escassez crônica de sementes melhoradas tem contribuído para aumentar os efeitos negativos das adversidades climáticas, da ocorrência de doenças e pragas e dos plantios em regiões e/ou épocas inadequadas sobre os níveis de rendimento esperado. Com efeito, no último ano agrícola houve quedas generalizadas dos rendimentos médios estaduais, contribuindo para uma redução de 19,6% da Região Centro-Sul como um todo. Este fato anulou, quase totalmente, o efeito da expansão da área (29,5%) sobre a produção da Região. É de se notar que nesse incremento de área, parte é atribuída à obrigatoriedade de plantio, que não surtiu seus efeitos esperados, em termos de produção.

Outros fatores contribuíram para o aumento de área plantada em 1979/80 devendo-se ressaltar, além do preço recebido pelos produtores no período anterior, algumas medidas tomadas em meados de 1979, como a cobertura, obrigatória, de 100% do saldo devido dos financiamentos de custeio pelo PROAGRO. A frustração da safra das águas e o sucessivo aumento dos custos de produção levou o Governo a conceder reajustes de 35% a 47% nos níveis de VBC e de 46% no preço mínimo em janeiro p.p., tendo em vista estimular o plantio da seca. Outra medida favorável foi a manutenção das taxas de juros, de 13% e 15%, vigentes até dezembro de 1979, para os financiamentos de custeio das lavouras de feijão no período da seca.

Uma medida de impacto negativo entre os produtores de café e cana-de-açúcar da Região Centro-Sul foi a que estabeleceu o vínculo da obrigatoriedade, para esses agricultores, do plantio de área mínima de 5% de feijão no período da seca de 1979/80, à concessão de financiamento para a formação, renovação ou custeio das lavouras. As normas, contidas na Carta-Circular nº 406, de 06/02/80, do BACEN, permitem ainda o financiamento sob a forma de custeio singular, sem a exigência de utilização de sementes melhoradas e de outros insumos. Como foi citado anteriormente, houve frustração geral da cultura, nas duas safras anuais. Há informações de perdas totais em diversas regiões canavieiras e cafeeiras, onde se plantou o feijão da seca compulsoria

mente. Diversas são as causas que explicam o insucesso desse plantio obrigatório, podendo-se citar, entre elas: a) plantio em época inadequada, com risco de geada ou falta de chuva; b) plantio em zonas ecológicamente inaptas; c) afrouxamento das exigências mínimas de tecnologia; e d) escassez de fatores de produção (mormente semente e mão-de-obra).

De modo geral, o resultado econômico da cultura em 1979/80 no Centro-Sul pode ser considerado satisfatório, mormente se comparado com os resultados dos dois anos anteriores, quando os preços se situaram em níveis muito aquém dos vigentes nesta última safra. Acredita-se que os melhores resultados foram alcançados pelos produtores paulistas e mineiros nos plantios da seca e de inverno, quando a escassez sazonal do produto no mercado tem provocado altas substanciais das cotações nos principais centros de consumo do País. Os preços ao nível de produtor em 1979/80, embora tenham se elevado sucessivamente desde dezembro p.p., não alcançaram os níveis recordes de 1973 e 1976 em termos de valores reais (quadro 87).

Em 1979, através do Programa de Apoio aos Produtores de Baixa Renda (Pré-EGF), a CFP liberou às cooperativas da Região Sul e do Estado de São Paulo, Cr\$207,6 milhões para a realização de capital de giro com o feijão das águas recebido de mini e pequenos produtores. No entanto, foi insignificante a participação das cooperativas do Estado de São Paulo nesse montante (1,2%), cabendo o grosso dos recursos aos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A participação das cooperativas paulistas nesse programa foi inviabilizada pelo tratamento discriminatório recebido por essas sociedades em relação à tributação das suas operações comerciais com o feijão. As aquisições de feijão pela CFP em 1979 foram relativamente pequenas, devido aos altos preços correntes no mercado durante quase todo o ano, limitando-se a cerca de 10.000 toneladas de feijão preto, feitas por meio de "compras especiais" a cooperativas do Estado do Paraná.

O comércio de feijão ao nível de atacado e varejo em 1979/80, a exemplo dos últimos seis ou sete anos, tem se realizado em quantidades reduzidas, em razão dos altos preços vigentes no mercado, gerando em consequência necessidades crescentes de capital de giro para a reposição de estoques. Essa situação tende a acentuar ainda mais a amplitude da sazonalidade dos preços recebidos pelos produtores. No entanto, o estímulo de preço tem proporcionado condições favoráveis ao plantio "fora de época", em zonas não tradicionais, o que tem contrabalançado em parte a escassa oferta em determinado período do ano.

As sucessivas crises de abastecimento têm levado o Governo a realizar dispendiosas importações de outros países, mormente da Argentina e do Chile. Face à pouca disponibilidade do produto (em geral, do tipo preto) nesses mercados, as cotações têm se apresentado em níveis tão elevados, que têm motivado as autoridades, não raro, conceder subsídios ao consumidor brasileiro.

- Perspectivas

As recentes medidas oficiais, tomadas em meados de 1980, para o apoio da safra 1980/81, foram, de modo geral, favoráveis para o feijão, em relação a outros produtos. Assim, por exemplo, enquanto para os principais itens da pauta brasileira de produtos agrícolas, o aumento médio dos preços mínimos, em relação à safra 1979/80, foi de cerca de 144%, o feijão foi contemplado com o preço único de Cr\$1.800,00/sc.60kg. Esse preço corresponde a um aumento que varia de 181% a 194%, dependendo do estado considerado. Estas variações são relativas aos preços estabelecidos em meados de 1979. Em relação aos preços reajustados em fins de janeiro p.p., de Cr\$900,00 e Cr\$936,00, o aumento foi de 100% e 92%, tendo sido considerado muito bom na época. No entanto, com as altas posteriores das cotações de mercado, esse preço ficou muito defasado,

sendo de pouca eficácia como elemento de estímulo ao plantio.

A obrigatoriedade do plantio de feijão por parte de plantadores de cana e de café, quando da tomada de crédito bancário para formação ou renovação de lavouras de cana-de-açúcar ou de café, bem como para o custeio de café da safra 1980/81, conforme Carta Circular nº 431, de 22/04/80, do Banco Central, é uma medida que afeta não só aqueles produtores, mas também os que tradicionalmente plantam feijão e os consumidores de modo geral. Com efeito, dada a escassez de semente melhorada, essa demanda adicional contribuiu para inflacionar o mercado de grãos para consumo, na medida em que para o plantio compulsório foi afrouxada a exigência do uso desse insumo.

As perspectivas para a safra das águas (ou primeira safra) de 1980/81 são de aumento de área em todos os estados da Região Centro-Sul, conforme levantamento realizado pela CFP em outubro p.p. Segundo esta fonte, estima-se uma expansão de 5% a 9% da área e um aumento de produção entre 29% e 46% para a Região Centro-Sul como um todo, face à previsão de melhoria do rendimento médio em cerca de 33% em relação ao obtido em 1979/80.

A produção, assim estimada, se situaria entre 1,1 e 1,2 milhão de toneladas o que, embora corresponda a um nível superior ao obtido nos últimos cinco anos, não satisfaz plenamente as necessidades da demanda nacional. Acredita-se que essas taxas de aumento da área estejam subestimadas, mormente para as regiões de cana-de-açúcar e café. Da mesma forma, não se espera aumentos expressivos de rendimento, o que pode redundar em produção menor que a acima citada.

(IEA, 31/10/1980)

QUADRO 86 . - Área, Produção e Rendimento de Feijão nos Estados da Região Centro-Sul, 1977/78 a 1979/80

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1977/78	1978/79	1979/80	1977/78	1978/79	1979/80	1977/78	1978/79	1979/80
Paraná	744,0	746,5	900,1	507,0	503,4	462,2	681	674	513
Minas Gerais	559,4	450,0	667,5	277,5	210,8	386,7	496	468	579
São Paulo	445,6	351,5	402,3	206,3	230,6	248,4	463	656	617
Santa Catarina	195,1	231,4	263,7	123,1	191,8	141,1	630	829	535
Rio Grande do Sul	203,7	178,3	225,9	132,3	136,7	80,5	649	767	356
Espírito Santo	86,7	75,8	139,5	41,6	30,0	57,2	479	396	410
Goiás	207,6	199,4	210,7	78,4	72,3	37,5	377	363	178
Mato Grosso	48,0	42,5	97,1	24,2	30,0	34,9	504	705	359
Mato Grosso do Sul	65,0	20,0	66,7	36,1	12,2	25,2	555	604	378
Rio de Janeiro	12,0	15,7	20,3	7,2	11,5	13,2	600	732	650
Centro-Sul	2.567,1	2.311,1	2.993,8	1.433,7	1.427,3	1.486,9	558	619	497
Norte-Nordeste	2.050,1	1.888,4	...	760,3	744,7	731,2	371	394	...
Brasil	4.617,2	4.199,7	...	2.194,0	2.174,0	2.218,1	475	518	...

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 87. - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1977-80

(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	Paraná				Minas Gerais				São Paulo			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Jan.	372,60	234,40	374,40	1.009,20	555,60	393,00	522,60	1.147,80	419,90	252,20	436,20	1.228,90
Fev.	352,80	245,40	392,40	1.017,00	466,80	330,00	570,60	1.035,00	448,20	262,00	517,70	1.316,90
Mar.	356,40	288,60	451,80	1.206,00	527,40	318,60	675,60	1.035,00	520,40	356,40	594,70	1.735,20
Abr.	421,20	304,20	480,00	1.384,80	557,40	352,80	698,40	1.354,80	623,40	408,10	666,40	1.978,20
Mai.	438,00	340,80	516,00	1.561,80	579,00	378,00	649,20	1.482,60	655,20	598,30	681,50	2.116,30
Jun.	434,40	369,60	536,40	1.833,00	561,60	427,80	701,40	1.740,00	576,60	616,30	656,30	2.191,80
Jul.	398,40	360,60	563,40	2.086,80	518,40	513,00	730,80	2.125,20	527,30	569,20	735,50	2.436,10
Ago.	366,60	369,00	688,20	2.299,20	474,00	495,60	808,20	2.125,20	499,40	582,30	865,20	2.946,40
Set.	328,80	390,00	738,00	...	480,60	480,00	915,60	...	486,50	653,00	966,90	3.002,10
Out.	312,00	433,20	817,20	...	455,40	507,60	960,00	...	408,40	692,00	1.136,60	...
Nov.	247,00	431,40	701,40	...	425,40	524,40	960,00	...	294,00	568,20	832,00	...
Dez.	252,00	384,60	769,20	...	400,20	530,40	986,40	...	279,10	468,40	945,80	...

QUADRO 87 . - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1977-80

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	(conclusão)											
	Santa Catarina				Rio Grande do Sul				Goiás			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Jan.	300,60	273,60	368,40	959,40	352,80	338,40	432,60	868,20	637,80	403,80	529,80	1.383,60
Fev.	265,20	259,20	373,20	982,80	340,80	342,60	417,60	1.095,60	637,80	384,00	612,60	1.545,00
Mar.	272,40	261,00	406,20	976,80	348,60	322,20	423,00	1.095,60	631,80	366,60	685,20	1.838,40
Abr.	301,80	276,60	412,80	1.014,00	367,80	328,80	469,20	1.095,60	638,40	366,60	707,40	1.811,40
Mai.	331,80	313,20	415,80	1.154,40	371,40	343,20	496,80	1.084,80	645,60	371,40	714,60	1.893,00
Jun.	330,60	355,20	435,60	1.448,40	380,40	378,60	500,40	1.344,60	574,80	417,60	742,20	2.215,20
Jul.	322,20	361,20	463,80	1.717,80	378,50	398,40	519,00	1.535,40	542,40	441,00	775,20	2.369,40
Ago.	319,80	361,20	501,00	1.866,60	411,60	393,00	561,60	1.535,40	495,00	408,00	832,80	2.464,20
Set.	310,20	346,80	529,20	...	408,00	376,80	687,60	...	457,80	426,60	867,60	...
Out.	308,40	357,60	551,40	...	390,60	377,40	713,40	...	434,40	462,00	950,40	...
Nov.	299,40	369,00	596,40	...	343,80	408,60	713,40	...	402,60	469,80	987,00	...
Dez.	277,80	371,40	640,80	...	336,60	432,60	821,40	...	393,60	497,40	1.123,20	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Mandioca

- Panorama internacional

A década de setenta caracterizou-se pela implantação do mercado mundial de "pellets" para ração, atingindo seu comércio mais de 6,5 milhões de toneladas em 1978.

Produzida em quase todos os países do terceiro mundo, a mandioca é preponderantemente consumida nos mercados nacionais sendo pequeno o número de exportadores, nos quais a variação da produção tem forte reflexo no mercado mundial (quadro 88).

Na Tailândia e Indonésia, principais países exportadores, a diminuição de produção devido a secas prolongadas, e o aumento do consumo interno, decorrente de grandes migrações, e o aumento do consumo interno, decorrente de grandes migrações, são as principais razões da mudança da tendência crescente dos últimos anos, devendo os embarques manter-se no presente ano em torno de 5,8 milhões de toneladas (quadro 89).

No último ano o aumento do comércio com países fora da CEE foi devido às remessas à URSS, por motivo do embargo americano de cereais àquele País.

Os preços do produto tailandês peletizado negociado na CEE evoluíram de US\$138,00/t no primeiro semestre de 1979 para US\$190,00 a 200,00/t no final do ano. Em 1980 os preços flutuaram entre US\$160,00 a US\$186,00/t, variando em outubro ao redor de US\$175,00/t.

Embora participe com pequena quantidade no mercado mundial, o produto brasileiro peletizado tem sido bem aceito nos dois últimos anos e, devido à sua qualidade, suas perspectivas apresentaram-se, bastante favoráveis.

Em recente acordo entre CEE e a Tailândia fixou-se, através de restrições voluntárias, o volume exportado em 1981 desse País à Comunidade entre 5,5 e 6,0 milhões de toneladas, o que deverá significar preços algo mais baixos de "pellets" e de fécula, sobre a qual não há qualquer restrição, esperando-se mesmo que maior quantidade de raiz seja transformada neste último produto.

Em 1979 foram exportadas 32 mil toneladas. No presente ano, até junho o reduzido volume exportado (2,5 mil toneladas, foi motivado pela diminuição da oferta da raiz e conseqüente elevação dos preços. Pelo mesmo motivo, após exportar 10,6 mil toneladas de fécula em 1979, as exportações caíram em 1980, não devendo ultrapassar as 600 toneladas do primeiro semestre.

- Mercado interno

Face às más perspectivas da atividade e preços desfavoráveis, o plantio de mandioca no Centro-Sul decaiu, nos últimos cinco anos, à taxa média de 45 mil hectares por ano. Em fins de 1979, ocorreram aumentos nos preços dos produtos finais, refletindo-se na demanda, por raiz, resultando em melhoria das perspectivas de receita líquida e ampliação do plantio. Contribuíram para tanto:

- a) modificações na política cambial, conferindo maior competitividade a produtos de exportação;
- b) mercado mundial favorável, para exportação de excedente;

- c) advento da peletização em larga escala;
- d) demanda interna de produtos de mandioca para ração;
- e) maior necessidade de farinha industrial para prospecções petrolíferas;
- f) aumento da procura de fécula pela indústria nacional de carnes em conserva;
- g) decréscimo na disponibilidade de amido de milho;
- h) envio de farinha de mesa para o Nordeste em virtude da menor produção regional.

A produção em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Sul deverá permanecer estável ou com pequenas variações em 1981, não devendo influenciar significativamente o mercado do Centro-Sul. Nos quatro primeiros predomina a produção de variedades de ciclo bianual, enquanto no Rio Grande do Sul o produto destina-se em maior parte ao arramento animal.

Em Mato Grosso destaca-se o plantio de 5,5 mil hectares para produção de álcool. Esta área deverá se estabilizar entre 8,5 e 10 mil hectares nos próximos anos e fornecer ponderável quantidade de farinha de mesa para suprir não só o mercado regional, mas também os grandes centros consumidores já que as unidades de fabricação de álcool, ainda se encontram em implantação.

Em Santa Catarina, o aumento de plantio esperado, da ordem de 10%, deve-se, além dos fatores mencionados, à queda de área plantada com fumo, que liberou grandes contingentes de fatores trabalho e capital à cultura de mandioca.

No Paraná, onde pesa a ampliação da indústria mandioqueira, espera-se em 1980 expansão do plantio em 20%, ou seja, um incremento de 10 mil hectares.

Em São Paulo, informações do setor industrial dão conta de aumento do plantio em 1980 da ordem de 8 mil hectares. As razões adicionais para plantio são: crescente utilização de variedades de colheita aos 12 meses com elevada produtividade e erradicação de pomares com cancro cítrico.

Em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, onde a produtividade está mais voltada ao abastecimento dos grandes centros e à exportação, espera-se para 1981 aumento da produção da ordem de 300 mil toneladas provenientes do plantio na estação que ora está se encerrando. Trata-se da colheita de variedades de 12 meses e do plantio do primeiro semestre de 1980. Essa contribuição ao suprimento apresenta-se, entretanto, na melhor das hipóteses suficiente apenas para cobrir a diminuição de plantio em 1979.

Os preços reais para os próximos anos não deverão apresentar grandes diferenças dos apresentados no presente, havendo alguma tendência à baixa, especialmente em função do comportamento da cultura no Nordeste.

(IEA, 23/11/80)

QUADRO 88. - Produção de Mandioca pelos Principais Produtores, 1978-80
(milhão de toneladas)

Região	1978	1979 (1)	1980 (2)
Extremo Oriente			
China	3,2	3,4	3,6
Índia	5,7	6,1	6,1
Indonésia	12,9	13,1	13,1
Tailândia	18,4	12,6	13,5
Outros	<u>6,3</u>	<u>6,6</u>	<u>7,0</u>
Subtotal	46,5	41,8	43,5
África	42,8	44,9	46,3
América Latina			
Brasil	25,4	24,9	24,5
Outros	<u>6,3</u>	<u>6,0</u>	<u>6,2</u>
Subtotal	<u>31,7</u>	<u>30,9</u>	<u>30,7</u>
Total	121,2	117,7	120,5

(1) Dados preliminares.

(2) Previsão.

Fonte: Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

QUADRO 89. - Comércio Mundial de Mandioca (1), 1979-80
(em milhão de toneladas)

Item	1978	1979 (2)	1980 (3)
Exportadores mundiais			
Tailândia	6,0	4,2	5,5 a 6,0
Outros	0,5	1,2	0,8
Total	6,5	5,4	6,3 a 6,8
Importadores mundiais			
CEE	5,7	5,5	5,7 a 6,2
Japão	0,2	0,1	0,1
Outros	0,1	0,2	0,5
Total	<u>6,0</u>	<u>5,8</u>	<u>6,3 a 6,8</u>

(1) Computados os produtos raspa, farinha e fécula.

(2) Dados preliminares.

(3) Previsão.

Fonte: Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

- Milho

- Panorama internacional

A produção mundial de milho em 1979, de acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), alcançou 384,5 milhões de toneladas, superando 5,5% a do ano anterior.

A produção estadunidense no período comercial 1980/81 foi estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 164,3 milhões de toneladas, ou seja, inferior 16,7% à safra recorde obtida em 1979/80, de 197,2 milhões de toneladas. A redução da safra se deveu aos efeitos de elevadas temperaturas e estiagem prolongada nas principais regiões produtoras, que afetaram sobremaneira o rendimento cultural, porquanto a área cultivada permaneceu inalterada.

A oferta total de milho estadunidense para o ano comercial 1980/81 é prevista em 207,5 milhões de toneladas, 9,8% menor à da temporada anterior. O consumo interno desse País demandará 123,6 milhões de toneladas e a exportação 63,5 milhões de toneladas. O "carryover" está previsto em 20,4 milhões de toneladas, ou seja 52,8% inferior ao de 1979/80.

Desta forma, a quebra na safra não afetou a exportação, que deve aumentar 4,1%, nem o consumo interno, sendo ambas compensados pelo excedente da temporada anterior (quadro 90).

A produção de milho da África do Sul para 1979/80 está estimada em 10,2 milhões de toneladas, ou seja, 24,4% superior à safra do ano anterior.

Nos países pertencentes ao Mercado Comum Europeu, de acordo com o USDA, futuros aumentos na produção estarão em dependência da política dos preços da energia, que oneram progressivamente o custo de produção. Na França a produção de milho caiu de 10,2 milhões de toneladas em 1979/80 para 9,5 milhões de toneladas em 1980/81.

A produção de grãos de URSS em 1980 foi estimada em 210 milhões de toneladas. Como consequência do embargo americano, a União Soviética firmou um acordo comercial de três anos com a Argentina, que se compromete a fornecer àquele País anualmente 4 milhões de toneladas de milho, soja e trigo. Sabe-se por outro lado, que apesar de outros países têm repassado grãos importados dos EUA para URSS. É provável que o embargo seja eliminado no encontro dos principais exportadores em novembro, porque existe forte pressão por parte dos agricultores americanos.

A Argentina, devido à quebra de 6,4 milhões de toneladas na sua produção de 1980, ou seja, menos 26,4% em relação à anterior, reduziu seu volume exportável de milho de 5,9 milhões de toneladas em 1979, para 3,9 milhões de toneladas.

As cotações internacionais de milho sofreram quedas no primeiro semestre de 1980, em decorrência do embargo à URSS, alcançando valor médio de US\$107,00 por tonelada. A partir de abril, verificou-se recuperação nas cotações, que no momento apresentam alta gradativa devido às notícias de quebra nas produções americana e argentina, chegando ao valor médio de US\$139,43 por tonelada em setembro (quadro 91).

São previstos preços elevados de milho em 1980/81, como consequência da diminuição da oferta e da grande redução no "carryover" dos Estados Unidos, que é o menor nos últimos quatro anos.

- Situação interna

No quadriênio 1974-77, o Brasil manteve-se no mercado internacional como exportador, com geração de divisas de 590,2 milhões de dólares no período. Em 1978 e 1979, em consequência de problemas climáticos, houve importação de 1,2 e 1,5 milhão de toneladas, respectivamente, a fim de normalizar o abastecimento. O abastecimento de milho tornou-se crítico em 1979, em virtude da falta de estoques governamentais e aumento do seu consumo para atender à ampliação da demanda provocada pelo desenvolvimento da produção de frangos e suínos para compensar a deficiente produção de carne bovina.

As previsões iniciais da safra 1979/80 eram otimistas, mais em função dos preços de mercado do que, realmente, dos incentivos oficiais de preço mínimo satisfatório e cobertura de 100% do saldo devedor dos financiamentos de custeio através do PROAGRO, aguardando-se, assim, incremento substancial na produção de milho e criando expectativa de uma "super-safra".

Assim, em março p.p., as estimativas oficiais situavam a produção nacional em 21,5 milhões de toneladas, face principalmente aos bons índices de produtividade esperados, como resultado das condições climáticas favoráveis em todo o transcorrer da safra.

Com o consumo avaliado, então, em 18,5 a 19 milhões de toneladas, originava-se a expectativa de um excedente de oferta de cerca de 2 milhões de toneladas, prevendo-se uma possível exportação de 1 milhão de toneladas, a qual, todavia, era contestada por algumas áreas que alegavam prioridade para a formação de estoques.

No entanto, a perda de cerca de 1,2 milhão de toneladas na Região Nordeste, decorrente da seca, comprometeu tal excedente, surgindo indícios de possível necessidade de importação para suplementar o abastecimento daquela Região.

O mercado, por sua vez, apresentava comportamento "nervoso" devido às dificuldades de obtenção do produto e à tendência altista dos preços, que até então, nos primeiros meses do ano, apresentara-se em baixa, devido às notícias de supersafra (quadro 92).

O Estado do Paraná, maior produtor nacional e o de Goiás, suprimiram os demais estados da Região Centro-Sul, - Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo - , refletindo os respectivos deficits de ofertas locais.

De acordo com o IBGE e instituições estaduais (quadro 93) a produção nacional deverá chegar a 20,4 milhões de toneladas, estando portanto em consonância com os últimos dados da CFP, que soma 20,2 milhões de toneladas. Persiste entretanto, por parte de alguns setores consumidores, a dúvida quanto ao verdadeiro volume desta safra, estimando-se o mesmo por volta de 18,5 a 19 milhões de toneladas, face à escassez do produto no mercado e consequentes altos preços vigentes.

Vale salientar, porém, que nesta safra segundo verificou-se, houve maior retenção da produção nas próprias fontes produtoras, para auto-consumo - Santa Catarina (74,4%), Rio Grande do Sul (72,5%) e Paraná (50%) - , as quais se mostraram mais previdentes, tendo em conta a frustração das duas últimas safras, vendendo somente o necessário para saldar dívidas e garantindo-se do alimento básico para os animais, destacando-se a suinocultura e avicultura, que se expandiram rapidamente nos estados do Sul.

No que tange ao consumo nacional, calculado inicialmente em 19 milhões de toneladas, este foi reestimado para cerca de 22 milhões de toneladas, registrando portanto um incremento de 25% em relação à temporada passada, atribuído principalmente à expansão de 22% no consumo de rações para suínos e 16% para a avicultura.

Desta forma, o governo defrontou-se novamente com a necessidade de recorrer ao merca

do externo. Inicialmente as importações foram de 700 mil toneladas, oriundas dos EUA, para suprir o mercado nordestino e a Região Centro-Sul, sendo que até o momento, o País já adquiriu volume adicional de 475 mil toneladas, podendo atingir até o final do ano 1,7 milhão de toneladas.

A notícia das primeiras quantidades importadas, que seriam leiloadas através da Bolsa de Cereais de São Paulo para a Região Centro-Sul, aliviou momentaneamente a pressão sobre a oferta do milho nacional, de modo a tranquilizar o mercado. Ocorreu retração de grandes compradores, os quais preferiram aguardar o início dos pregões para reiniciarem suas aquisições.

Em 19 de setembro começou a ser leiloado o milho importado, que teve seus preços compatíveis aos do mercado interno, isto é, foi tido como base o preço praticado na comercialização do produto nacional, incluindo-se uma inflação prevista, por se tratar de entrega futura. Abaixo do preço de abertura, o cereal não é vendido, pelo interesse do governo em não afrouxar o mercado, o que viria repercutir negativamente nas decisões de plantio, já que existe o empenho de expansão deste cereal em 1980/81.

O milho é um produto que poderá ter a mais expressiva expansão de plantio, de forma generalizada, em todos os estados da Região Centro-Sul, concorrendo com áreas de algodão e mamonha no Paraná e substituindo a soja na "dobradinha" normalmente feita com o trigo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e em São Paulo, em detrimento da área de amendoim e de pastagens e com a utilização de terras ociosas. Tal pressuposto repousa em um bom preço mínimo, que garanta remuneração satisfatória ao produtor, caso de fato se concretizem as perspectivas de um curso inflacionário descendente nesse segundo semestre, pois caso contrário, ocorrerá o mesmo que no ano passado com a deterioração do preço mínimo ao longo do período; e em um VBC razoável, mormente para os pequenos produtores, constituem a maioria dos agricultores de milho, cujos financiamentos serão de 100%.

A demanda da avicultura e suinocultura exerceu forte pressão sobre os preços praticados nos leilões da Bolsa e por consequência sobre os do milho nacional, frustrando as previsões da provável desova do produto estocado. Há informações de estoques especulativos em Goiás e Paraná em mãos de grandes cerealistas, indústrias de rações e cooperativas, de modo a manter a tendência altista até o mês de fevereiro.

Volumeosas compras do Rio Grande do Sul feitas na Bolsa de Cereais de São Paulo para equilibrar o abastecimento provocaram alta nas cotações do milho.

Existe reclamação por parte de pequenos e médios avicultores e suinocultores que encontram dificuldades em operar na Bolsa aos preços praticados, reivindicando a volta do antigo sistema de distribuição do milho importado através de cotas, que lhes garantia abastecimento satisfatório.

No Estado de São Paulo os preços de atacado na Bolsa evoluíram de Cr\$480,00 para Cr\$720,00 por saca de 60kg, com situação semelhante nos demais estados da Região Centro-Sul: em Goiás, de Cr\$370,00 para Cr\$550,00/sc.60kg-FOB; no Paraná, de Cr\$420,00 para Cr\$620,00/sc.60kg-FOB; e em Minas Gerais de Cr\$430,00 para Cr\$680,00/sc.60kg-FOB. Acrescentando-se as despesas de frete e ICM, o produto chega em São Paulo a preços superiores a Cr\$700,00/sc.60kg. No entanto, há pouca disposição para venda por parte dos vendedores.

O melhor incentivo ao produtor é, sem dúvida, o preço de mercado, e este está altamente remunerador no momento das decisões de plantio, atraindo até novos adeptos para o plantio da cultura de milho.

Há, também, a garantia de um mercado em expansão, com um consumo estimado por outras fontes acima de 25 milhões de toneladas, expansão essa atribuídos especialmente ao cresci

mento da suinocultura e avicultura, além do que, é meta governamental a substituição da farinha de trigo, o que vem incrementar ainda mais essa demanda.

Na hipótese de se obter excedente de produção para possíveis exportações, o mercado externo se apresentaria bastante atrativo, devido à quebra de safra nos EUA. Nesse contexto, segundo a Secretaria de Agricultura do Paraná preve-se expansão de área de 11,3% chegando a 2,4 milhões de hectares. A falta de sementes híbridas em algumas regiões poderá ser fator limitante ao aumento de produção, pois redundará em utilização de sementes comuns.

No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as perspectivas são, também, de expansão de área. Nesses estados a avicultura, suinocultura e pecuária leiteira crescem, de maneira a reivindicar maior produção própria de milho, pois em 1980 foram nitidamente em portadores do Paraná e Goiás.

A expansão estimada de área no Rio Grande do Sul é de 20% em relação à da safra passada, atingindo 2,2 milhões de hectares, o que pode resultar em uma produção de 3,7 milhões de toneladas, admitindo-se rendimento de 1.700kg/ha.

Tanto nesse Estado, como em Santa Catarina, o problema de escassez de semente de milho híbrido se repete, inclusive no segundo Estado, já no mês de agosto foi registrado a falta de semente, tendo sido utilizada semente de milho comum no plantio.

No Estado de São Paulo, conforme levantamento efetuado pelo IEA, deverá ocorrer uma expansão de 22,5% relativamente à área cultivada anteriormente, passando a 1.227.900ha em 1980/81, e se conservar o mesmo rendimento da safra passada (2.331kg/ha), a produção poderá atingir 2.862,2 milhões de toneladas.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento através de uma campanha de aumento da produção de milho, dirigido principalmente aos pequenos e médios agricultores a partir de setembro poderá obter bons resultados, manifestado pelo interesse demonstrado pelos produtores paulistas. Quanto ao abastecimento de sementes não se tem registrado problemas.

No que se refere aos demais estados da Região Centro-Sul as informações são também de expansão, mas no entanto, sem nenhuma quantificação percentual do aumento.

Caso se confirmem essas perspectivas para a Região Centro-Sul, a produção nacional de milho terá um novo recorde. A projeção da produção de milho para o próximo ano, efetuada pela CFP é de 24,5 milhões de toneladas, com incremento de 21% sobre a anterior. A mesma fonte estima que o consumo em 1981 estará em torno de 24,2 milhões de toneladas, e vale salientar que o consumo para o atual período foi reestimado, sendo que para 1980 atinge cerca de 22 milhões de toneladas. O balanço entre a oferta e demanda para o próximo ano faz crer na necessidade de se recorrer a novas importações.

Se de fato se concretizar a pretensão do Governo Federal de retirada do subsídio do trigo, fatalmente haverá demanda adicional de milho de 2 milhões de toneladas (25% do trigo por milho), destinado à panificação da farinha desengordurada o que deve agravar ainda mais a situação-

(IEA, 14/11/1980)

QUADRO 90. - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho nos Estados Unidos, 1976/77 a 1980/81 ⁽¹⁾.
(em 1.000t)

Item	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Oferta					
Estoque inicial	10.137	22.456	28.042	32.656	43.205
Produção ⁽²⁾	159.167	163.208	180.002	197.201	164.252
Importação	<u>63</u>	<u>66</u>	<u>30</u>	<u>25</u>	<u>25</u>
Total	169.367	185.730	208.074	229.882	207.482
Demanda					
Consumo interno	104.135	108.214	121.237	125.717	123.571
Exportação	<u>42.776</u>	<u>49.474</u>	<u>54.181</u>	<u>60.960</u>	<u>63.500</u>
Total	146.911	157.688	175.418	186.677	187.071
Estoque final (oferta - Demanda)	22.456	28.042	32.656	43.205	20.411

⁽¹⁾ Ano comercial : 1º de outubro a 30 de setembro.

⁽²⁾ Produção de 1980/81 estimada em outubro de 1980.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 91 . - Cotações de Milho no Mercado Futuro da Bolsa de Chicago ⁽¹⁾, 1971-80
(em US\$/t)

Mês	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	61,56	48,82	61,83	111,54	128,85	105,32	102,09	88,27	91,26	107,99
Fev.	59,91	46,85	62,79	114,33	115,62	105,75	100,63	89,04	92,96	107,02
Mar.	58,81	47,24	64,74	116,87	110,59	105,44	100,27	94,93	95,43	103,74
Abr.	57,30	48,83	62,69	103,74	113,66	105,16	99,48	101,07	100,02	105,50
Mai.	57,31	48,83	67,08	103,30	108,71	111,88	95,71	101,69	103,79	107,73
Jun.	60,00	48,04	88,76	109,70	110,14	117,21	92,25	101,04	113,11	109,81
Jul.	58,86	40,83	91,12	126,29	113,36	116,02	83,08	91,97	114,68	123,47 ⁽²⁾
Ago.	49,02	50,40	117,82	140,32	122,77	109,67	74,49	86,37	110,99	134,80 ⁽²⁾
Set.	46,12	54,34	95,16	132,29	120,34	108,22	77,05	85,12	109,34	139,43 ⁽²⁾
Out.	45,28	53,16	96,39	148,77	114,35	104,40	82,05	90,82	109,41	...
Nov.	45,28	53,56	99,06	144,10	105,84	95,58	86,85	90,08	105,64	...
Dez.	46,85	61,04	102,57	139,54	103,20	96,98	86,63	88,69	109,09	...
Média	53,86	50,16	84,17	124,23	113,95	106,80	90,05	92,42	104,64	...

⁽¹⁾ Milho americano, amarelo nº 2.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Reuters Limited.

QUADRO 92 - Preços Médios Mensais Correntes de Milho Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados da Região Centro-Sul, 1977-80

(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	Paraná				Rio Grande do Sul				Santa Catarina			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Jan.	57,00	79,20	140,40	262,80	74,40	85,58	168,60	312,60	66,00	86,40	151,20	278,40
Fev.	57,60	81,60	123,00	255,60	72,60	96,60	165,60	288,00	64,80	87,00	157,80	270,60
Mar.	58,80	91,80	126,60	258,60	72,60	101,40	175,80	288,00	62,40	99,00	165,00	275,40
Abr.	56,40	104,40	139,20	253,20	72,60	115,80	191,40	289,80	61,20	111,00	168,60	285,00
Mai.	54,60	111,00	150,00	253,80	73,80	121,20	213,00	319,20	60,60	118,80	171,60	289,20
Jun.	55,20	116,40	153,00	269,40	73,20	125,40	214,20	330,00	60,60	123,00	180,00	307,20
Jul.	54,60	115,80	156,60	316,20	73,20	125,40	211,80	351,60	60,60	124,80	189,60	370,20
Ago.	55,80	116,40	169,20	384,60	79,80	129,60	215,40	351,60	58,20	124,20	194,40	441,60
Set.	55,80	118,20	186,00	...	77,40	130,20	247,80	...	58,80	127,20	207,60	...
Out.	61,80	125,40	215,40	...	67,20	156,60	277,80	...	60,00	138,60	251,40	...
Nov.	67,20	135,00	236,40	...	72,60	167,40	277,80	...	66,60	154,80	271,80	...
Dez.	73,20	147,00	253,80	..	81,00	168,60	301,20	...	76,20	163,80	281,40	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 92 . - Preços Médios Mensais Correntes de Milho Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados da Região Centro-Sul, 1977-80

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	(conclusão)											
	Minas Gerais				São Paulo				Goiás			
	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980
Jan.	82,80	97,80	201,60	322,80	65,80	98,60	190,90	293,60	66,60	84,60	172,80	272,40
Fev.	79,80	103,20	216,60	309,00	65,60	101,80	164,90	279,40	65,40	84,00	178,80	298,20
Mar.	75,00	102,60	208,20	309,00	61,70	105,60	155,10	274,10	67,20	87,60	171,60	280,20
Abr.	73,20	108,00	199,20	343,80	60,60	117,50	154,40	277,10	67,20	91,80	157,20	269,40
Mai.	72,00	112,20	180,60	333,00	62,30	128,30	159,80	280,60	69,00	94,80	151,80	276,60
Jun.	71,40	117,00	181,20	318,60	62,30	135,50	163,00	293,80	67,20	102,60	160,20	291,60
Jul.	72,00	120,00	194,40	325,60	62,50	132,20	168,50	364,60	66,60	103,80	165,00	315,00
Ago.	72,60	126,60	213,00	325,60	62,00	129,30	193,00	442,00	64,80	101,40	184,80	374,40
Set.	73,80	130,20	244,80	...	63,60	133,50	223,20	466,80	64,80	107,40	193,80	...
Out.	74,40	139,80	255,60	...	77,10	145,10	245,00	...	71,40	114,00	211,20	...
Nov.	84,60	168,00	255,60	...	86,70	165,70	256,10	...	76,20	126,60	220,80	...
Dez.	90,00	178,80	279,60	...	93,00	182,00	278,40	...	77,40	145,80	248,40	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 93 . - Área, Produção e Rendimento de Milho nos Estados da Região Centro-Sul, 1977/78 a 1979/80

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1977/78	1978/79	1979/80	1977/78	1978/79	1979/80	1977/78	1978/79	1979/80
Paraná	1.898,5	2.118,7	2.156,6	2.437,1	4.169,5	5.467,0	1.284	1.968	2.535
Rio Grande do Sul	1.630,4	1.787,5	1.967,0	2.150,8	1.853,6	3.100,0	1.319	1.037	1.576
Santa Catarina	1.005,6	969,5	1.136,0	1.587,9	1.708,6	3.017,2	1.579	1.762	2.656
Minas Gerais	1.691,2	1.595,6	1.745,3	2.433,2	2.608,2	3.016,8	1.439	1.635	1.729
São Paulo	972,1	1.054,5	1.002,1	1.701,0	2.277,0	2.335,8	1.750	2.159	2.331
Goiás	835,0	840,0	802,8	1.085,5	1.780,8	1.750,1	1.300	2.120	2.180
Espírito Santo	194,0	155,2	168,7	244,4	190,9	227,3	1.260	1.230	1.347
Mato Grosso do Sul	95,3	103,1	91,6	114,5	146,5	155,0	1.201	1.421	1.692
Mato Grosso	84,2	71,4	83,6	119,8	109,0	142,6	1.423	1.527	1.706
Rio de Janeiro	49,8	46,1	41,8	44,8	54,8	45,7	900	1.189	1.093
Centro-Sul	8.456,1	8.741,6	9.195,5	11.919,0	14.898,9	19.257,5	1.410	1.704	2.094
Norte-Nordeste	2.668,7	2.577,6	...	1.614,7	1.410,1	1.134,8	605	547	...
Brasil	11.124,8	11.319,2	...	13.569,4	16.309,0	20.392,3	1.220	1.441	...

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

- Oleaginosas: Soja e Amendoim

- Panorama internacional

As estimativas de produção mundial das dez principais oleaginosas, em 1979/80, de 176,2 milhões de toneladas, apresentam acréscimo de 14,8% em relação à do ano anterior. Os estoques nos países maiores produtores no início da safra 1979/80 eram de 13,3 milhões de toneladas, com 12,3% de aumento sobre o período precedente. As disponibilidades mundiais eram de 189,5 milhões de toneladas, superiores aos 165,3 milhões de toneladas de 1978/79, representando acréscimo de 14,6% (quadro 94).

A previsão da produção mundial de farelos proteínicos em 1979/80, realizada pelo USDA, é de 92 milhões de toneladas, 2,2% superior ao ano anterior.

A produção de óleos e gorduras de todas as origens em 1979/80 foi de 59 milhões de toneladas, pouco maior que a anterior de 58,9 milhões de toneladas.

A produção mundial de amendoim em casca em 1979/80 deverá atingir 11,9 milhões de toneladas, contra 12,3 milhões de toneladas do período anterior.

O preço médio da soja, CIF Rotterdam em 1979, foi de US\$287,7/t, registrando alta de 9,3% em relação aos US\$267,9/t do ano anterior. A partir de setembro de 1979, a maior oferta mundial atuou no sentido de gradativa queda de preços, situados na média de US\$263,5 no primeiro semestre de 1980. Entretanto, as notícias de prejuízos às safras estadunidenses elevaram aquelas cotações para mais de US\$300,0/t nos três meses seguintes, chegando em US\$330,0/t em setembro (quadro 95).

A previsão da produção estadunidense de soja para 1980/81 é de 51,17 milhões de toneladas, segundo o levantamento recentemente realizado pelo USDA, contra previsão inicial de 62 milhões de toneladas. Os estoques do grão estão previstos em 10,9 milhões de toneladas contra 4,7 milhões do ano anterior. As exportações pelos Estados Unidos deverão atingir 22,7 milhões de toneladas (quadro 96), mesmo assim, a expectativa de preços para a próxima safra, realizada pelo USDA, não aponta continuidade na elevação de preços externos, por quanto a quebra de safra, corresponde, aproximadamente, ao acréscimo havido nos estoques no fim do período anterior, recompondo o nível de oferta. Há que considerar, todavia, que as perdas de milho e colza podem significar maior demanda por soja, no sentido de substituir o farelo e óleo respectivos, oriundos daqueles produtos.

- Situação interna

- Soja

A produção brasileira de cerca de 15 milhões de toneladas, obtida em 1979/80, representou aumento de 50,0% sobre a safra anterior. O Rio Grande do Sul participou com 37,9% do total e o Paraná com 35,6% (quadro 97).

As exportações de grãos e farelos em 1979 foram inferiores em, respectivamente, 3,1% e 4,6% ao ano precedente; para o óleo houve crescimento de 7,5%. O incremento na exportação de óleo e a queda na exportação de grão são observados ao longo dos últimos anos, visando diminuir a capacidade do parque mangleiro e captar maior soma de divisas com produto adicionado (quadro 98).

As exportações brasileiras poderão manter o ritmo anterior e até mesmo obter cotações médias mais altas. Além disso, existe a possível abertura de mercado interno de óleo

para fins automotivos, ampliando o mercado, por isso, a expressiva participação da soja no volume total de oleaginosas produzidas no Brasil deve manter-se em torno de 88%, sendo que sua contribuição no último quinquênio variou de 85,2% a 88,8%.

A evolução dos preços ao nível do produtor atingiu, em termos reais, valores superiores ao período passado (quadro 99). Entretanto, em termos, nos oito primeiros meses de 1980 esse comportamento foi, regra geral, inferior.

O preço mínimo de soja, para o período 1980/81, representa aumento de 50% em relação ao ano anterior, enquanto que para o milho, atividade concorrente, esse aumento foi de 156%. Isso tornou a relação de preços mínimos soja/milho mais próxima: 2,37 na safra anterior e 1,39 na futura. Embora haja maior estímulo para o milho, a organização da sojicultura e seu mercado devem, ao menos, garantir a manutenção da área ocupada com esta oleaginosa.

Espera-se, a nível nacional, área plantada em 1980/81 de cerca de 9 milhões de hectares, 3% a 4% superior à área plantada no ano anterior, com produção provável - em condições favoráveis - de 6% a 7% a mais do que naquele período.

- Rio Grande do Sul

A área colhida em 1979/80 foi de 4,0 milhões de hectares, 1,9% inferior aos 4,1 milhões de hectares de 1978/79. A produção alcançada foi de 5,7 milhões de toneladas, com 78,9% de aumento em relação à safra anterior.

A produtividade de 1.424 quilos por hectare na última safra, 71,7% superior à do ano anterior, quando as condições climáticas não foram favoráveis, explica tal cifra.

As estimativas são de manutenção dos 4,0 milhões de hectares cultivados e a expectativa é de maior produção se conseguidos rendimentos em torno de 1.600 quilos por hectare.

- Paraná

A área colhida em 1979/80 foi de 2,4 milhões de hectares, 3,4% superior aos 2,3 milhões de hectares de 1978/79.

A produção alcançada foi de 5,4 milhões de toneladas, com 35% de aumento em relação à safra anterior. A produtividade de 2.231 quilos por hectare supera em 31% a anterior.

A expectativa é de manter os mesmos dados anteriores de 2,42 milhões de hectares com 5,4 milhões de toneladas.

- São Paulo

As estimativas do Instituto de Economia Agrícola indicam área colhida de 547,2 mil hectares, com produção de 1,2 milhão de toneladas, respectivamente superiores em 2,1% e 39,0% aos dados do ano anterior, graças a uma elevação da produtividade de 1.583 para 2.156 quilos por hectare, na última safra.

A expectativa é de estatibilidade de área plantada. Entretanto, a produtividade do ano anterior, dificilmente será superada, face à boa rentabilidade decorrente de condições climáticas altamente favoráveis.

- Santa Catarina

A área colhida em 1979/80 foi de 520,4 mil hectares, com 718,8 mil toneladas de produção, superando as 433,0 mil toneladas do período precedente, obtidas em área de 504,6 mil hectares.

A produtividade foi de 1.381kg/ha contra 860kg/ha em 1978/79.

A estimativa é de crescimento de área, que poderá alcançar ou superar 550,0 mil hectares. Rendimento maior também poderá ser alcançado, com a tendência de plantio de variedades precoces, reduzindo perdas por estiagens.

- Minas Gerais

A área colhida em 1979/80 foi de 150 mil hectares, maior do que nos anos precedentes e superior em 28% aos 117 mil de 1978/79. Entretanto, a produção foi 35% superior à anterior, com 263,1 mil toneladas e 195,4 mil toneladas respectivamente. Isto foi devido a um acréscimo de 5,4% na produtividade, que atingiu 1.754kg/ha, contra 1.665 do ano anterior.

A expectativa é de aumento de 5% a 6% na área, com a produtividade maior do que a anterior, 280 mil toneladas.

- Mato Grosso

A área colhida de soja, em Mato Grosso, evoluiu de 1.000 hectares na safra 1976/77 para 19.130 hectares em 1978/79. Em 1979/80, a área foi de 70.341 hectares, 3,5 vezes maior para uma produção 4,5 vezes maior, de 117.173 toneladas. A produtividade foi de 1.664kg/ha no presente período, superando também os 1.385kg/ha anteriormente obtidos.

As perspectivas são de crescimento em torno de 80% na área plantada. Futuras expectativas de incrementos correm por conta de instalações de armazéns graneleiros e indústrias na região de Rondonópolis.

Mato Grosso do Sul

A área colhida em 1979/80, de 798,1 mil hectares, com produção de 1.372 mil toneladas, supera amplamente os 610 mil hectares e 798 mil toneladas do ano anterior. Considerando a evolução de área a partir de 411 mil hectares de 1976/77 e 694 mil toneladas, verifica-se que os números dobraram nesse período.

A produtividade alcançada foi de 1.719kg/ha, também superior aos anos progressos.

A perspectiva é de plantio de 950 mil hectares, ou seja, cerca de 20% a mais do que na safra anterior.

A área colhida na última safra está avaliada em 247,9 mil hectares, superior aos anteriores 152,6 mil hectares, com produção de 464,8 mil toneladas, também superior às 282,4 mil toneladas do ano anterior.

- Perspectivas

Em conclusão, os percentuais de aumento de área são pequenos nas grandes concentra

ções de cultivo dos estados do Sul. Outrossim, como os rendimentos foram bons na última safra, superar a produção anterior dependerá, além das técnicas de cultivo, das condições climáticas ocorrentes durante o ano agrícola. Nesses termos, ganhos de produtividade poderiam ser observados em alguns estados especialmente no Rio Grande do Sul. Além disso, a produção de Mato Grosso do Sul superaria a safra anterior em 25%, ampliando sua diferença de quantidade produzida, em relação ao Estado de São Paulo.

- Amendoim

A safra brasileira de 1979/80 apresentou crescimento de 3,0% em relação à anterior, atingindo 475,4 mil toneladas. Esse acréscimo deve-se, basicamente, à safra das águas (1ª safra), cuja área plantada nos principais estados produtores - São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul - foi maior em relação ao período 1978/79. A safra da seca (2ª safra) sofreu redução na produção em 1979/80, uma vez que São Paulo e Paraná diminuíram a área plantada, e em Mato Grosso do Sul houve pequeno aumento. A participação da safra da seca na produção total é pequena, apresentando alguma expressão apenas em São Paulo (24% em 1979/80).

A participação do amendoim na produção brasileira de oleaginosas tem declinado, passando de 4,01% em 1976 para 2,86% em 1980, estimando-se que atinja 2,23% em 1981.

A participação dos três principais estados produtores alcançou 94% da produção brasileira no período 1979/80 (quadro 100).

Os preços recebidos pelos agricultores no período 1979/80 estiveram em níveis pouco satisfatórios. Para São Paulo, a média anual dos preços recebidos, em termos nominais, para 1980 (Cr\$282,40/sc.25kg) representa crescimento de aproximadamente 50% em relação à média de 1979 (Cr\$188,90/sc.25kg), o que significa, de fato, redução de 23% em termos reais. A situação é semelhante para o Estado do Paraná (queda de 20% em termos reais) e para Mato Grosso do Sul (28%) (quadros 101 e 102).

Quanto ao preço mínimo, o valor fixado de Cr\$210,00/sc.25kg em 1979/80 passou para Cr\$325,00/sc.25kg em 1980/81, ou seja, um aumento nominal de 55%, reforçando o movimento de queda em termos reais que já vinha ocorrendo, de tal forma que o atual preço representa apenas 37,5% do preço mínimo de 1977. Outrossim, cabe destacar que o custo operacional da produção de amendoim para o Estado de São Paulo, por exemplo, estava entre Cr\$375,60/sc.25kg (DIRA de Marília) e Cr\$407,90 (DIRA de Ribeirão Preto), em junho de 1980.

Em relação ao Valor Básico de Custeio (VBC) para o produto, a taxa de crescimento em termos nominais, para a faixa de produtividade média do Estado (1.811kg/ha em 1979/80, amendoim das águas), foi de 94% entre 1979/80 e 1980/81. Embora esse crescimento pareça satisfatório, o valor fixado atualmente para a faixa de produtividade considerada (Cr\$15.700,00/ha) cobre menos de 50% do custo variável da cultura, estimado pelo IEA e calculado anteriormente ao plantio para o Estado de São Paulo, maior produtor.

As exportações brasileiras de amendoim e derivados do primeiro semestre de 1980, comparadas às de idêntico período de 1979, confirmam a tendência de aumento de quantidade que vem ocorrendo nos últimos anos, exceto no que se refere à exportação de grão, que deve se manter nos mesmos níveis do ano passado (quadro 103). Quanto aos níveis de preços, permanece em 1980 a tendência de queda que se manifesta desde 1978: o preço médio do grão no primeiro semestre do corrente ano foi 7% inferior ao de 1978, o óleo teve queda de 28% em relação ao mesmo período e o farelo/torta, apesar de apresentar este ano preço médio 4,5% superior ao de 1978, é 5% inferior ao de 1979.

A situação desfavorável do mercado internacional para o produto, que se verifica nos últimos anos, e a elevação acentuada nos custos de produção vêm acarretando uma remunera

ção decrescente para os produtores de amendoim, podendo-se prever, para o futuro, queda de produção.

Esse quadro aliado aos problemas ocorridos na última safra das secas (estiagem, controle fitossanitário prejudicado pelo custo de defensivos, mão-de-obra escassa e de custo elevado para a colheita), poderão afetar negativamente já a próxima safra das águas. De fato, estimativas preliminares referentes aos três principais estados produtores indicam uma provável redução na área plantada, - mais de 20% em São Paulo, de 10% a 15% no Paraná, e de 10% a 20% em Mato Grosso do Sul. Paralelamente, essas lavouras deverão ser substituídas por milho, feijão e algodão. Assim, se mantidos os mesmos rendimentos alcançados na safra das águas anterior e redução na área plantada, a produção para a primeira safra de 1980/81 deverá no máximo, atingir 320.000 toneladas.

Dessa forma, o País que já teve no passado volume de produção de aproximadamente 950 mil toneladas (em 1971) e hoje produz apenas metade daquele nível, deverá reduzir ainda mais sua produção.

Cumpra lembrar que o amendoim poderá se constituir, a exemplo de outras oleaginosas, em matéria-prima, visando a substituição de óleo diesel.

(IEA, 14/11/80)

QUADRO 94 . - Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1976/77 a 1979/80

(em 1.000 toneladas)

Item	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾
Estoque	14.565	10.497	11.806	13.260
Produção mundial	125.990	146.020	153.530	176.235
Oferta total	140.555	156.517	165.336	189.495

(¹) Previsão preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 95 . - Cotações Internacionais de Soja (USA nº 2), 1976-80

(em US\$/t-CIF Rotterdam)

Mês	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	189	287	240	284	268
Fev.	192	293	239	296	275
Mar.	190	325	270	308	264
Abr.	190	390	290	300	252
Mai.	210	371	290	240	260
Jun.	244	332	278	261	262
Jul.	264	252	266	322	303
Ago.	248	230	259	302	309
Set.	261	205	264	292	330
Out.	254	209	271	283	...
Nov.	259	236	270	283	...
Dez.	269	240	278	279	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 96. - Projeções de Oferta e Demanda de Soja nos Estados Unidos, Anos Comerciais de 1979/80 e 1980/81⁽¹⁾

(em milhão de toneladas)

Item	1979/80	1980/81 ⁽¹⁾
Oferta		
Estoque inicial	4,74	10,48
Produção	<u>61,72</u>	<u>51,17</u>
Total	66,46	62,65
Demanda		
Moagem	30,21	28,58
Exportação	23,13	22,72
Semente, alimentação humana e perda	<u>2,64</u>	<u>2,59</u>
Total	55,98	53,89
Estoque final	10,48	8,76

⁽¹⁾ Projeções oficiais, USDA, em 12.08.80

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 97. - Produção de Soja, Principais Estados Produtores e Brasil, 1976/77 a 1979/80

(em 1.000t)

	1976/77		1977/78		1978/79		1979/80	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Rio Grande do Sul	5.678,0	45,4	4.111,8	45,8	3.354,0	33,7	5.740,0	37,9
Paraná	4.700,0	37,6	3.041,3	33,9	4.000,0	40,1	5.400,0	35,6
São Paulo	768,0	6,1	745,5	8,3	848,4	8,5	1.179,6	7,8
Santa Catarina	530,2	4,2	354,7	3,9	425,1	4,3	718,8	4,7
Outros	836,8	6,7	729,7	8,1	1.331,1	13,4	2.116,9	14,0
Total	12.513,0	100,0	8.983,0	100,0	9.958,6	100,0	15.155,3	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola(IEA), Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná(DERAL), Comissão de Financiamento da Produção(CFP) e Fundação IBGE.

QUADRO 98. - Exportação de Soja em Grãos e Derivados, Brasil, 1976-80

Ano	Soja em grão			Farelo de soja			Óleo de soja		
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t) (1)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t) (1)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t) (1)
1976	3.638,5	788,1	216,53	4.367,0	794,6	181,95	452,9	174,6	385,62
1977	2.586,9	709,6	274,31	5.328,9	1.145,7	214,99	487,2	274,2	562,81
1978	658,5	169,8	257,98	5.406,7	1.047,7	193,78	487,8	283,2	580,45
1979	638,5	179,5	281,15	5.170,8	1.036,9	219,87	524,5	326,8	623,03
1980 (2)	473,8	110,9	234,03	3.120,1	623,4	199,81	258,4	142,4	551,02

(1) Janeiro a junho.

(2) Valores calculados com os dados não arredondados.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 99. - Preços de Soja em Grão Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1978-80

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Santa Catarina			Mato Grosso			Goiás		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
Jan.	163,20	205,20	392,40	165,60	259,20	460,20	175,50	267,20	472,70	149,40	237,00	437,40	148,20	243,60	457,20	150,60	250,20	493,20
Fev.	156,60	234,60	449,40	165,50	283,80	461,20	179,00	279,00	501,10	151,80	241,50	477,00	148,20	252,00	503,40	153,00	268,20	465,60
Mar.	177,60	264,00	449,40	192,60	292,80	496,80	193,90	294,90	504,80	171,60	280,20	475,80	174,00	271,80	478,80	153,60	262,20	481,20
Abr.	199,20	291,00	449,40	201,00	296,40	498,00	209,70	298,70	498,00	199,20	292,20	483,00	196,80	279,60	466,80	165,00	265,80	478,80
Mai.	195,60	291,60	418,80	203,40	295,20	496,60	219,90	298,40	501,80	195,00	298,20	499,80	193,20	272,40	470,40	180,60	274,80	464,40
Jun.	196,20	306,00	508,20	201,60	327,60	511,20	209,60	314,10	510,80	196,80	321,00	503,40	191,40	291,60	487,20	202,80	294,00	489,00
Jul.	196,80	321,60	509,40	204,60	354,60	548,40	208,60	357,80	539,60	198,00	342,60	532,20	191,40	324,00	522,00	202,20	295,80	520,80
Ago.	195,00	367,80	509,40	208,20	394,20	604,80	207,80	394,40	598,80	197,40	353,40	576,60	189,00	382,80	561,60	205,20	319,20	564,00
Set.	198,00	381,00	...	212,40	421,20	...	218,20	421,20	...	198,00	367,20	...	189,00	407,40	...	210,00	429,60	...
Out.	203,40	408,00	...	223,80	446,40	...	238,00	457,60	...	205,20	386,40	...	193,20	443,40	...	211,20	435,60	...
Nov.	205,20	397,20	...	239,40	456,60	...	255,60	467,40	...	205,20	397,80	...	195,60	447,60	...	220,20	467,40	...
Dez.	217,80	406,20	...	252,60	456,60	...	265,40	468,10	...	225,00	408,60	...	202,50	451,20	...	228,60	483,60	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 100. - Produção de Amendoim em Casca, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1976-80

Ano	São Paulo		Paraná		Mato Grosso		Outros Estados		Brasil	
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%
1976	331,1	63	69,6	13	84,5	16	43,0	8	528,3	100
1977	213,0	66	42,7	13	42,3	13	25,6	8	323,6	100
1978	227,4	67	50,4	15	25,0	7	39,3	11	342,1	100
1979	333,7	72	70,3	15	31,4 ⁽²⁾	7	26,1	6	461,6	100
1980 ⁽¹⁾	335,1	70	80,1	17	31,1 ⁽²⁾	7	29,1	6	475,4	100

⁽¹⁾ Julho de 1980.

⁽²⁾ Mato Grosso do Sul.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná e Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola.

QUADRO 101. - Preços Recebidos pelos Produtores de Amendoim em Casca, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1978-80

Mês	São Paulo			Paraná			Mato Grosso		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
Jan.	124,30	168,90	193,90	111,00	151,00	202,50	90,25	156,00	208,00
Fev.	124,40	172,00	216,70	111,00	154,75	226,00	107,50	153,75	212,75
Mar.	129,20	173,60	226,90	115,50	160,50	240,50	109,00	155,75	214,25
Abr.	138,50	176,30	228,40	114,00	162,25	236,75	111,00	158,00	221,75
Mai.	146,40	173,70	229,60	116,50	158,00	235,25	114,25	152,75	220,00
Jun.	149,10	170,90	243,40	128,25	163,00	245,50	118,00	155,75	232,25 ⁽¹⁾
Jul.	158,80	181,40	278,20	140,00	171,25	269,75	121,75	154,25	239,25 ⁽¹⁾
Ago.	167,70	195,00	325,50	147,00	174,25	292,00	125,75	180,75	249,75 ⁽¹⁾
Set.	183,10	208,60	...	157,50	186,00	...	125,75	190,75	...
Out.	187,40	218,70	...	167,00	194,00	...	134,50	201,00	...
Nov.	188,20	212,20	...	162,00	195,00	...	139,00	195,25	...
Dez.	178,10	215,40	...	146,50	207,00	...	137,00	205,75	...

⁽¹⁾ Mato Grosso do Sul.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

QUADRO 102. - Preços Reais Recebidos pelos Produtores de Amendoim em Casca, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1978-80⁽¹⁾

(em sc.25kg)

Mês	São Paulo			Paraná			Mato Grosso		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
Jan.	228,00	217,90	137,70	203,60	194,80	143,80	165,50	201,20	147,70
Fev.	220,60	213,90	147,70	196,80	192,40	154,00	190,60	191,20	150,00
Mar.	221,90	204,10	145,10	198,40	188,70	153,80	187,20	183,10	137,00
Abr.	230,10	199,70	138,10	189,40	183,80	143,20	184,40	179,00	134,10
Mai.	229,50	192,20	130,50	182,60	174,90	133,80	179,10	169,10	125,10
Jun.	231,70	182,80	130,70	199,30	174,40	131,90	183,40	166,60	124,70 ⁽²⁾
Jul.	239,90	185,90	137,80	211,50	175,50	133,70	184,00	158,00	118,50 ⁽²⁾
Ago.	246,80	188,90	153,70	216,30	168,80	137,90	185,00	175,10	118,00 ⁽²⁾
Set.	262,70	187,60	...	226,00	167,30	...	180,40	171,60	...
Out.	261,30	186,90	...	232,90	165,80	...	187,60	171,80	...
Nov.	255,40	171,80	...	219,90	157,90	...	188,70	158,10	...
Dez.	238,10	162,50	...	195,90	156,20	...	183,20	155,20	...

⁽¹⁾ Preços deflacionados pelo índice "2" da Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas (Base 1979 = 100).

⁽²⁾ Mato Grosso do Sul.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

QUADRO 103. - Exportação Brasileira de Amendoim e Derivados, 1977-80

Produto	1977		1978		1979		1980 ⁽¹⁾	
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ mil)
Grão em casca	18.872,8	11.350,8	12.343,3	7.814,5	20.195,0	12.657,1	9.072,7	5.388,6
Grão sem casca	12.069,0	8.482,5	4.988,5	3.795,7	4.222,8	3.081,7	6.185,6	4.128,8
Torta/farelo	47.530,0	9.146,9	52.744,8	8.164,7	86.121,4	14.599,4	75.422,9	12.215,6
Óleo bruto	47.801,1	38.379,0	59.878,6	56.718,2	81.265,3	72.636,1	80.110,4	54.671,1
Óleo refinado	1.667,2	1.474,4	380,2	486,8	1.383,8	1.291,0	1.214,3	868,1

⁽¹⁾ Janeiro a junho.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

- Tomate

- Panorama internacional

De acordo com estimativas de julho p.p. do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção de tomate para indústria em 1979, considerando os nove maiores produtores (Canadá, México, Estados Unidos, França, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Turquia), apresentou aumento de 17%, totalizando 13,7 milhões de toneladas. Tal desempenho, em parte, é atribuído à excelente produtividade e à expansão de área cultivada na Itália e nos Estados Unidos.

Em 1980, a área de cultivo desses nove países deverá cair 8%, e a produção 7%, correspondendo a 12,7 milhões de toneladas, apesar de maiores plantios no Canadá, Grécia e Espanha (quadro 104).

No México, o aumento de 10% na oferta do tomate para indústria em 1980 deve-se aos baixos preços para tomate de mesa no mercado norte-americano. Pode-se antecipar que para a safra de 1981 deverá haver nesse país um aumento muito pequeno na área de cultivo de tomate para processamento.

Em 1980, estima-se a área contratada de tomate para indústria nos EUA em 106 mil hectares, 19% menor que a de 1979, e produção de 5,7 milhões de toneladas, 14% menor.

No Mediterrâneo a produção de tomate dos 6 maiores produtores apresenta ligeira queda, com maior diminuição na Itália, onde os produtores e industriais concordaram em limitar a produção em 3,3 milhões de toneladas (8% menor do que a safra anterior). Acredita-se, entretanto, que a produção atual excederá o limite acordado.

Produtores da Grécia e da Espanha têm aumentado significativamente a área de tomate industrial. Esse acréscimo é devido, aparentemente, aos preços desfavoráveis de outras culturas.

Portugal apresentou aumento de estoque de extrato de tomate, e o deterioramento das perspectivas do mercado exterior fez com que se reduzisse sua área de cultivo de tomate.

Tanto os produtores como os industriais de tomate da Itália e da França beneficiam-se com subsídios no processamento, concedidos pela Comunidade Econômica Européia. Para se qualificar para este subsídio os processadores têm que pagar aos produtores o preço mínimo estipulado para tomate. O governo grego subsidia a exportação de extrato de tomate e de outros derivados do produto. Os processadores espanhóis no presente não recebem subsídios de exportação, mas vêm pedindo abatimento dos tributos internos para os produtos destinados à exportação. Na Turquia os processadores têm abatimento de 5% a 15% nos impostos sobre exportação para o extrato de tomate.

A indústria de produtos de tomate, em 1979, foi estimulada pelas exportações brasileiras, que atingiram 8.416 toneladas de extrato; e os maiores compradores foram: Argentina, 4.440t, e Paraguai, com 1.357t. Os estados que mais contribuíram na exportação foram: Rio Grande do Sul, por Uruguai, com 3.570t; São Paulo, pelo Porto de Santos, com 2.687t; e Paraná, por Foz de Iguaçu, com 1.285t. As cotações registraram média de US\$789,00/t-FOB, superiores às verificadas em 1978.

Em 1980, até junho, a exportação acumulada é de 3.290 toneladas de massa de tomate, com preço médio de US\$861,00/t-FOB.

- Mercado interno

Estimativas recentes indicam, para 1980, aumento de 6,6% na produção brasileira de tomate e diminuição na área plantada de 11,7%, evidenciando sensível melhora na produtividade (quadro 105).

Em 1979, a Região Centro-Sul contribuiu com 77,8% da produção total com 1.167 mil toneladas em área colhida de 43 mil hectares, correspondendo a 74,9% da área total. Em 1980, espera-se 11,3% de acréscimo na produção, equivalente a 81,3% da nacional. O Estado de São Paulo deverá responder por 51,5% da produção total, seguindo-se Minas Gerais com 8,1%, Rio de Janeiro com 7,4%, Rio Grande do Sul com 3,1%, Espírito Santo com 3,0% e Goiás com 3,0%.

Conforme dados do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), em 1979 foram comercializadas 694 mil toneladas de tomate nos mercados atacadistas do País; as transações na Região Centro-Sul corresponderam a 85,8% desse total, sobressaindo-se o Estado de São Paulo com 58,1% e vindo a seguir Minas Gerais com 8,2% e Estado do Rio de Janeiro com 5,9%.

Destacou-se o Estado de São Paulo, ainda, pelo volume de tomate comercializado no próprio Estado, com 42,2% do total; no Estado do Rio de Janeiro comercializou-se 5,7%, em Minas Gerais 6,4% e no Paraná 3,2%.

Maior participação nas transferências interestaduais coube, também, ao Estado de São Paulo, com 15,9% do total comercializado e pequenas participações dos demais estados: Minas Gerais com 1,8%, Santa Catarina com 1,5% e Espírito Santo com 1,2%.

Em 1980, o panorama é semelhante quanto à comercialização na Região Centro-Sul, com o Estado de São Paulo registrando volume de participação bastante superior em relação aos outros estados. Esse comportamento não deve ser alterado por período relativamente longo, apesar dos altos custos de transporte verificados e, também, dos esforços de outros estados em busca de auto-suficiência, conforme as metas do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Tomate (PRONATO), realizado pelo Ministério da Agricultura.

- Rio de Janeiro

Estima-se para o Estado do Rio de Janeiro, em 1980, acréscimo de 22% na produção e de 11% na área cultivada, em relação a 1979. Os Municípios de Vassouras e Cambuci concorrem com mais de 50% da produção estadual, com produtividade média de 50t/ha.

Caracterizado como grande importador, afluíu para esse estado, em 1979, 57 mil toneladas do produto, enquanto exportou 1,3 mil toneladas, sendo comercializadas no próprio, 39 mil toneladas.

Se implantado o programa de desenvolvimento do Governo Federal que objetiva incrementar a produção e o abastecimento de tomate, o Estado poderá reduzir em 50% seu déficit na demanda interna em vista da existência de regiões com microclimas próprios para a cultura.

- São Paulo

No Estado de São Paulo, em 1980, de acordo com a previsão de safra do IEA/CATI de junho/80, a produção de tomate rasteiro deverá ser de 485 mil toneladas, com acréscimo de 18% em relação ao ano anterior. A queda de 20% na área cultivada (15.970ha), comparativamente à de 1979, foi compensada pela maior produtividade (30,4t/ha) devida à generalização do uso de irrigação no cultivo de tomate rasteiro.

Na reunião do Comitê de Agroindústria, em janeiro do corrente ano, foi aprovado por representantes dos agricultores e da indústria o custo de produção de Cr\$3,08/kg para a safra de 1980. Após várias negociações, conseguiu-se o preço de Cr\$3,54/kg para a venda às indústrias, que representa uma margem de 15% sobre o custo total. Já o aumento concedido pelo CIP para a lata de massa de tomate de 150g, foi de apenas 18,85%, embora a indústria reivindicasse 24,50%; esse aumento começou a vigorar a partir de 19 de junho de 1980.

O IEA estima, para 1980/81, um custo operacional de produção de tomate rasteiro de Cr\$3,96/kg para o irrigado e de Cr\$3,61/kg para o não irrigado.

Os itens que tiveram maiores participações no custo do tomate rasteiro irrigado e não irrigado foram, respectivamente: defensivos 30,8% e 36,3%; e adubos e corretivos, 27,0% e 20,8%.

O reajuste de preços de tomate "posto roça", na proporção da alta dos fatores de produção, poderá manter os produtores nessa atividade. Caso contrário, por tratar-se de cultura de alto risco e custo de produção elevado, os tomaticultores poderão buscar atividades alternativas.

Ocorrendo isso, haverá redução na área de cultivo que, no entanto, se compensada com aumento de produtividade, poderá atender à demanda da indústria processadora de tomate.

Para o tomate de mesa, no Estado de São Paulo, em 1980, espera-se um aumento de área plantada de 14% (de 6.540ha para 6.630ha) e para a produção, aumento de 9,7% (de 308 mil toneladas para 338,0 mil toneladas) com melhoria de produtividade de 8,3% (de 47,1t/ha para 51,0t/ha).

O volume total de tomate envarado comercializado na CEAGESP, em 1979, foi de 294 mil toneladas, atingindo as entradas até setembro de 1980, 249 mil toneladas, ou seja, aumento de 17% quando comparado ao mesmo período do ano passado.

De acordo com o SINAC, as maiores transferências interestaduais de tomate paulista verificaram-se para o Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Amazonas, totalizando, até agosto de 1980, 84 mil toneladas, inferior ao volume de 1979 (110 mil toneladas).

O preço médio em 1979, a nível de atacado, foi de Cr\$170,62/cx.; no período de janeiro a setembro de 1980 registraram-se elevações nas cotações (preço médio de Cr\$266,26), de 53% em média, em relação aos mesmos meses de 1979.

A nível de varejo na Cidade de São Paulo, em 1979, o preço médio foi de Cr\$14,17/kg de tomate de mesa, e em 1980, até setembro foi de Cr\$19,78/kg, 14% superior a igual período de 1979.

A estimativa do custo operacional de tomate envarado da variedade Santa Cruz, para 1980/81, é de Cr\$265,74/cx. Os itens de maior participação são: mão-de-obra, 26,8%; embalagem e juros bancários, 33%; adubo e corretivo, 20,6%; e defensivo 10,2%. O custo de embalagem, com sucessivas altas, tem encarecido bastante, pois a caixa, que custava Cr\$25,00 em junho de 1979, passou para Cr\$60,00 em junho de 1980.

- Santa Catarina

No Estado de Santa Catarina a produção de tomate é dirigida para outros centros consumidores: Rio Grande do Sul e Paraná. Em 1979, foram transferidas 10 mil toneladas para outros estados, enquanto o Estado recebeu 910 toneladas e comercializou internamente 2,4 mil toneladas do produto.

As primeiras estimativas do Estado registram, para 1980, área de tomate em torno de 1.000ha, com produtividade média de 30,0t/ha.

- Rio Grande do Sul

Verifica-se no Rio Grande do Sul retração na área de cultivo de tomate. As grandes oscilações de preços, as notícias da presença de agrotóxicos no produto desse estado, divulgadas e, depois, desmentidas por órgãos públicos, e a substituição do plantio por outras culturas de menor risco e desembolso, têm contribuído para este fato.

A maior concentração de tomate ocorre na região da Encosta Superior do Nordeste, destacando-se os Municípios de Caxias do Sul e Nova Bassano. O programa de Desenvolvimento do Litoral Norte (LINOR) tem implantado a cultura do tomate em período de entressafra (junho a novembro) visando atenuar as importações de outros estados. Atualmente, nos Municípios de Osório e Torres, estima-se 100ha de tomate, esperando-se alcançar produção de 3.000t. Na região Colonial Serrana há outra tentativa de cultura de inverno, com a variedade de tomate caqui.

Estima-se, para 1980, nesse Estado, área de cultivo de 3.942ha, com produtividade média de 12,7t/ha.

- Goiás

No Estado de Goiás, estima-se em 1.130ha a área de cultivo para 1980, com produtividade média de 42t/ha.

A Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária realiza, no Estado, experiências com cultivar de tomate para plantio sem estoqueamento e consumo "in natura", que exigindo menos mão-de-obra tem custo de produção bastante reduzido.

Em 1979, foram comercializadas 16 mil toneladas de tomate no próprio Estado e transferidas 4,5 mil toneladas para o Distrito Federal; as importações foram pouco significativas.

- Mato Grosso

Em Mato Grosso, com a regularização do uso da terra através da Cooperativa dos Hortigranjeiros da Grande Cuiabá (COOTIBAL), a qual tem em vista assentar seus associados numa gleba de 3.000ha, tendo 1.200ha já aprovados, deverá ocorrer maior cultivo de tomate.

- Perspectivas

Apesar das tentativas nos diversos estados para alcançar a auto-suficiência no abastecimento de tomate, espera-se que não deverá haver grande variação na área cultivada com o produto na Região Centro-Sul, em consequência das dificuldades que o produtor enfrenta: elevado desembolso para o custeio; e grandes riscos, representados por mudanças climáticas e por problemas de comercialização.

Outro fator limitante ao crescimento da área é a escassez de mão-de-obra especializada para a cultura de tomate, atividade agrícola que utiliza, intensivamente, este fator de produção.

(IEA, 24/11/1980)

QUADRO 104 . - Área e Produção de Tomate em Nove Países Seleccionados, 1977-80

Região e país	Área (ha)				Produção (1.000t)			
	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾
América do Norte								
Canadá	9.847	10.105	9.391	9.931 ⁽²⁾	418	426	406	430 ⁽²⁾
México ⁽³⁾	5.000	6.000	5.500	5.500	250	220	200	220
Estados Unidos	<u>142.578</u>	<u>123.051</u>	<u>130.045</u>	<u>105.532⁽⁴⁾</u>	<u>7.057</u>	<u>5.777</u>	<u>6.651</u>	<u>5.713⁽⁴⁾</u>
Subtotal	157.065	139.156	144.936	120.963	7.725	6.423	7.257	6.363
Mediterrâneo								
França	5.700	6.620	9.570	8.916	218	373	388	376
Grécia	16.500	20.700	19.700	22.000	741	1.048	999	1.100
Itália ⁽⁵⁾	97.500	112.970	130.000	120.000	1.550	2.250	3.600	3.300
Portugal	22.000	21.260	19.800	18.400	665	638	551	520
Espanha	20.000	19.773	14.600	20.000	712	557	418	560
Turquia	<u>26.000</u>	<u>25.000</u>	<u>26.000</u>	<u>26.500</u>	<u>500</u>	<u>450</u>	<u>500</u>	<u>520</u>
Subtotal	187.700	206.323	219.670	215.816	4.386	5.316	6.456	6.376
Total	344.765	345.479	364.606	336.779	12.111	11.739	13.713	12.739

(1) Estimativa.

(2) Contrato intencionado.

(3) Área colhida de tomate para indústria dos cinco primeiros meses.

(4) Contratada.

(5) 2/3 da área plantada corresponde a tomate para indústria e a estimativa da produção representa apenas o tomate para indústria.

Fonte: U.S. Agricultural Attche reports, Statistics Canada, e Informações dos Adidos Agrícolas Americanos, Statistics Canada e USDA Crop Reporting Board.

QUADRO 105 . - Área e Produção de Tomate, Região Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, 1977-80

Região e Estado	Área (ha)				Produção (t)				
	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	
Região Sudeste									
Minas Gerais	3.802	3.560	3.378	3.808	95.025	112.954	98.006	129.287	
Espírito Santo	582	875	1.093	1.067	29.100	43.750	50.159	47.540	
Rio de Janeiro	2.708	2.206	2.509	2.783	110.133	96.638	97.488	118.453	
São Paulo ⁽²⁾	Tomate de mesa	6.360	6.065	6.540	6.630	313.300	287.100	308.100	338.000
	Tomate p/ indústria	16.410	18.640	19.970	15.970	300.000	227.000	412.000	485.000
Região Sul									
Paraná	1.048	742	835	958	28.925	33.681	37.493	44.510	
Santa Catarina	926	997	1.115	1.112	22.917	28.029	32.930	31.550	
Rio Grande do Sul ⁽³⁾	Tomate de mesa	3.257	5.123	5.136	2.842	81.187	123.978	69.500	36.831
	Tomate p/ indústria	1.843	577	834	1.100	22.113	10.522	10.000	13.200
Região Centro-Oeste									
Mato Grosso do Sul	112	313	213	163	2.774	6.208	6.381	4.317	
Mato Grosso			54	106			1.850	2.910	
Goiás	750	980	1.030	1.130	31.500	40.000	43.260	47.460	
Região Centro-Sul	37.928	40.373	42.697	37.669	1.037.474	1.128.960	1.167.167	1.299.168	
Brasil	57.030	50.371	1.291.158	1.451.754	1.499.556	1.602.786	

⁽¹⁾ Estimativa de agosto/80.

⁽²⁾ Dados do IEA/CATI.

⁽³⁾ Dados do PRONATO - Programa Nacional de Tomate.

Fonte: IBGE.

- Trigo

- Panorama internacional

Em fins de setembro, a produção mundial de trigo em 1980, ainda com estimativas preliminares das safras de primavera do Hemisfério Norte, foi dimensionada em 444 milhões de toneladas, cerca de 7% superior à produção mundial de 1979, devido em grande parte ao aumento na produção estadunidense (2º produtor mundial) e à recuperação da safra soviética (1º produtor mundial), que no ano anterior sofrera quebra da ordem de 30%.

A ampliação na área cultivada de trigo de inverno nos EUA (2/3 da safra tritícola do País), favorecida por boas condições climáticas, fez com que o Governo acionasse mecanismos de política agrícola para assegurar as cotações do mercado internacional. Os empréstimos para o armazenamento do cereal nas fazendas ("farmer owned") foram elevados de US\$2,50 para US\$3,00 por "bushel", além de forte agilização dos programas do "Credity Commodity Corporation (CCC)" com grandes acréscimos nos preços de garantia e redução dos juros de 13% para 11,5% nos programas de empréstimos para armazenamento oficial. Vale notar que já no início de 1980 o Governo norte-americano propiciara grande apoio a estes programas, em decorrência do embargo de exportação de cereais à URSS. Concorreram para um considerável acréscimo na área cultivada de primavera a ausência do programa "set-aside", o firme mercado internacional, as garantias oferecidas ao trigo de inverno e as pequenas exportações de trigo para a URSS admitidas pelo Governo. Embora estiagens acarretassem pequena queda de produtividade (2,6 bushel/acre), estima-se a produção total norte-americana de trigo, em 1980, em 87,6 milhões de toneladas, dos quais 58,4 milhões de trigo de inverno.

Na URSS a safra tritícola de 1980 está avaliada em 104,1 milhões de toneladas, superior em cerca de 20 milhões à safra do ano anterior, mas como os estoques são baixos não se esperam reduções significativas no volume a ser importado. As elevadas importações soviéticas vêm ocorrendo desde 1974, quando o País passou de exportador a importador de trigo, destinado basicamente à alimentação animal em virtude, principalmente, das ampliações sucessivas de seu rebanho (quadro 106).

No Canadá, apesar do acréscimo de 8% na área cultivada com trigo, a seca em 1980 reduziu o volume exportável para 14,5 milhões de toneladas, ou seja, 18,1% inferior ao do ano precedente.

No bloco asiático, China e Índia, respectivamente, terceiro e quarto produtores mundiais de trigo, também sofreram perdas de produção em relação às do ano anterior. A China poderá tornar-se compradora potencial em 1980/81, especialmente do EUA, dependendo do desempenho da safra de arroz. Deve-se notar que esses dois países em 1979 obtiveram safras recordes de trigo.

Quanto às produções do Hemisfério Sul, estiagens afetaram a colheita australiana; todavia em setembro de 1980 esboçavam-se sinais de recuperação. A Argentina, apesar das inundações na Província de Buenos Aires, apresentou boa colheita, 8,4 milhões de toneladas, 7,7% superior, do ano passado. Seu excedente exportável apresenta-se crescente, em detrimento do consumo interno.

No mercado internacional, após a elevação das cotações, devido à quebra da safra soviética em 1979, os preços sofreram pequenas baixas com as notícias do embargo às exportações para a URSS no início de 1980, recuperando-se imediatamente a partir de fevereiro. Des

de então, pequenas elevações foram sentidas com as notícias dos problemas nas produções da China, da Índia e no trigo de primavera dos EUA e Canadá, além dos problemas no plantio da safra argentina. Atualmente, após a entrada da safra de inverno dos EUA e do Hemisfério Sul, as cotações no mercado internacional tendem a se estabilizar.

- Situação interna

Em 1980, a cultura de trigo no Brasil apresentou significativa redução na área cultivada, com 2,9 milhões de hectares semeados, 22,8% inferior ao recorde obtido em 1979. Embora fontes oficiais estimassem, em meados do ciclo da cultura, uma produção próxima ou superior à do ano anterior, condições climáticas adversas contribuíram para frustrar essa expectativa. No Rio Grande do Sul e Paraná as geadas prejudicaram substancialmente a formação e maturação dos grãos e, na época da colheita, as chuvas favoreceram a disseminação de doenças nas lavouras já bastante debilitadas. Em outubro de 1980, estimava-se a produção tritícola nacional em 2,6 milhões de toneladas, admitindo-se que, entre outras causas, contribuiu para a baixa produção obtida nas principais regiões tritícolas do País o menor volume de crédito concedido à cultura. Com VBCs considerados insatisfatórios, os agricultores teriam utilizados menor volume de insumos necessários, tendo-se constatado, por exemplo, entre os agricultores paranaenses a utilização de apenas um terço dos fertilizantes necessários à cultura (quadro 107).

Em termos estaduais, no Rio Grande do Sul, além de drástica redução na área cultivada com trigo (45% em relação a 1979) a geada afetou, principalmente, a região responsável por 50% da produção gaúcha. No início de outubro, as previsões indicavam quebra de 30% a 40% em relação às estimativas de agosto, devendo situar-se abaixo de 1 milhão de toneladas.

No Paraná, principal Estado produtor de trigo, houve menor taxa (7%) de redução de área plantada em relação a 1979. No entanto, as geadas em setembro e as chuvas no período de colheita provocaram redução de 300 mil toneladas na produção prevista em agosto, da ordem de 1.650 mil toneladas. O rendimento esperado antes da geada estava em torno de 1.133kg/ha, mas, ao final de setembro, com boa parte da colheita já realizada, a produtividade média situava-se em torno de 995kg/ha.

A produção paulista (204.150t), estimada pelo IEA em setembro foi 8,5% menor do que a de 1979, em decorrência de retração de 19,5% da área cultivada, compensada pelo aumento da produtividade de 1,08t/ha em 1979 para 1,23t/ha em 1980 indicando que as adversidades climáticas na época do plantio não atingiram a cultura em grandes proporções.

O mesmo ocorreu com relação a Mato Grosso do Sul, que vem aumentando sua participação relativa na produção de trigo, ficando em quarto lugar, com uma área cultivada ligeiramente inferior a do Estado de São Paulo. Segundo a CEPA/MS, para área cultivada de 138.283ha, a produção prevista é de 121.242 toneladas, com produtividade de 876kg/ha, 23% superior à média dos últimos três anos.

O panorama apresentado sugere que o problema do abastecimento do trigo não de verá ter solução a curto prazo. De um lado, tem havido sucessivos fracassos na lavoura de trigo nas maiores e tradicionais regiões produtoras (RS e PR). De outro lado, o deslocamento da cultura para novas regiões, menos sujeitas a risco, apresenta-se problemático devido à falta de infra-estrutura (armazenagem, sistemas de irrigação e drenagem) e à escassa difusão tecnológica na área de Cerrado do Brasil Central.

Assim, os próprios triticultores das regiões tradicionais, sobretudo através de cooperativas, estão à procura de alternativas, aparecendo a colza e o girassol com maiores potencialidades. Concomitantemente, existem esforços governamentais, embora os estudos estejam em fase inicial, no sentido de incentivar a produção interna de óleos vegetais com vistas à substituição do diesel, o que poderá levar a uma redução ainda maior, da área plantada com trigo nos próximos anos.

Há que se ponderar, também, que na década de 70 houve grande substituição no consumo de produtos tradicionais pelos fabricados à base de trigo, como pães e massas. Enquanto o consumo per capita de trigo passou de 32,7kg/ano em 1968 para 52,4 kg/ano em 1978, o de arroz praticamente se manteve nos mesmos níveis de 1968. (49,5kg/ano) e o de feijão em 1978 foi inferior ao de 1968, passando de 26,8kg/ano para 21,1kg/ano.

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 1980, ocorreram aumentos que correspondem a crescimento de 100% no preço da farinha de trigo e 140% no preço do trigo em grão, que tiveram como objetivo reduzir gradualmente o subsídio ao consumo do trigo, permitindo a eliminação de Cr\$14 bilhões no montante de subsídios projetados para 1980, que mesmo assim é da ordem de Cr\$54 bilhões.

Examinando esta questão no sentido limitado do ponto de vista da inflação, o dispêndio com subsídios pode constituir fator inflacionário, caso o déficit desta conta do Tesouro Nacional seja coberto pelo orçamento monetário, através da emissão de moeda. No entanto, caso esse déficit seja coberto com fundos do orçamento fiscal, o resultado final será uma distribuição da receita e não inflação.

Examinada do ponto de vista alimentar, a retirada do subsídio, através da elevação dos preços, poderia ocorrer em escala maior, caso estivesse garantido o abastecimento de gêneros alimentícios alternativos, o que, como a safra de 1980 demonstrou, só deverá ocorrer a médio prazo, caso se mantenham os estímulos à agricultura, especialmente de produtos alimentares.

Com relação à balança comercial, as importações de trigo em 1981 deverão situar-se em torno de 5 milhões de toneladas, visto que o consumo nacional de trigo deverá ficar entre 7,2 e 7,4 milhões de toneladas. Esse volume de importação deverá gerar dispêndio de divisas superior a um bilhão de dólares, representando o segundo valor na pauta de importações, somente superado pelo petróleo.

Para minimizar este fator de desequilíbrio na balança comercial, o Governo Brasileiro já fixou um contrato com o Governo Canadense para pagamento a longo prazo e vem mantendo contatos com outros fornecedores.

Diante desse quadro, pode-se concluir que a pressão que este cereal vem exercendo sobre o déficit do Tesouro e balança comercial poderá ser resolvida apenas a médio prazo. Será necessário desencadear uma série de medidas concomitantes para esse fim: incentivos à produção de trigo nacional, além das pesquisas na obtenção de variedades mais produtivas; incentivo ao aumento da produção de milho de sua utilização industrial para a substituição do trigo na fabricação de pães e massas, além de incentivo à produção de outros produtos passíveis de substituírem o trigo no consumo humano. A curto prazo, seria possível reduzir um pouco o consumo geral exercendo maior fiscalização, com objetivo de coibir o uso do trigo subsidiado para o fabrico de outros produtos que não os de consumo humano.

(IEZ, 10/11/1980)

QUADRO 106. - Trigo e Farinha de Trigo: Comércio Internacional, Utilização de Estoques para 1976/77, 1977/78, 1978/79 e Projeções para 1979/80, Ano iniciado em 1º de julho (em milhão de tonelada)

País ou região	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
Exportação				
Estados Unidos	26,1	31,5	32,4	36,1
Canadá	12,9	15,9	13,5	13,8
Austrália	8,5	11,1	6,7	13,0
Argentina	5,6	2,6	3,3	3,9
Europa Ocidental	6,3	6,3	9,6	9,3
URSS	1,0	1,0	1,5	0,5
Outros	<u>2,8</u>	<u>4,5</u>	<u>4,4</u>	<u>1,9</u>
Total mundial	63,1	72,9	71,3	78,4
Importação				
Europa Ocidental	5,6	7,1	6,6	6,7
URSS	4,6	6,6	5,1	9,8
Japão	5,5	5,8	5,7	5,5
Europa Oriental	6,3	5,0	3,9	6,1
China	3,1	8,6	7,8	7,5
Outros	<u>38,1</u>	<u>39,8</u>	<u>42,1</u>	<u>42,9</u>
Total mundial	63,1	72,9	71,3	78,4
Utilização				
Estados Unidos	20,4	23,1	23,3	21,5
URSS	92,5	106,8	106,5	111,3
China	48,1	49,6	52,8	57,0
Outros	<u>217,2</u>	<u>220,8</u>	<u>233,0</u>	<u>233,1</u>
Total mundial	378,2	400,3	415,6	422,9
Estoque mundial em 1º julho	99,3	81,6	104,6	86,8

Fonte: Foreign Agricultural Service. World Grain Situation - FG - 2/80.

QUADRO 107. - Área, Produção e Rendimento de Trigo, Brasil, 1976-80

Estado	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)				
	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾
Minas Gerais	10.724	9.785	12.260	15.912	1.143	1.626
Mato Grosso do Sul	103.645	123.855	68.991	141.511	666	1.143
Mato Grosso	58.705	35.839	39.469	140	55	30.233	27.242	30.541	22	59	515	760	774	157	1.073
Paraná	1.248.000	1.386.000	1.345.093	1.476.476	1.500.000	1.160.640	1.257.000	1.050.000	1.621.416	1.647.000	930	907	781	1.098	1.098
Rio Grande do Sul	2.010.000	1.523.500	1.243.800	2.004.010	1.145.892	1.809.000	689.700	1.505.000	981.964	1.192.993	900	453	1.210	490	1.041
Santa Catarina	39.818	11.620	4.659	30.640	15.044	25.557	4.553	3.995	18.864	13.540	642	392	857	615	900
São Paulo	185.000	184.000	168.440	204.800	160.000	195.000	87.380	87.810	223.100	176.000	1.054	474	521	1.089	1.100
Outros	-	-	-	...	-	-	-	-	10	-	-	-	-	...	-
Total	3.541.523	3.140.959	2.801.461	3.830.444	2.954.631	3.220.430	2.065.795	2.677.346	2.926.627	3.187.015	909	658	956	764	1.079

(¹) Estimativa de agosto de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e CEPAGRO.

- Frutas

- Laranja

- Panorama internacional

A citricultura brasileira, dentre os setores agrícola e agroindustrial, foi um dos segmentos mais dinâmicos durante a última década, ocupando o País atualmente o segundo lugar como produtor mundial. A partir de 1963 o Brasil passou a industrializar sucos, ocupando hoje a primeira posição como exportador.

As divisas carreadas com o suco concentrado de laranja passaram de US\$14 milhões (FOB) em 1970 para US\$300 milhões (FOB) em 1979 quando foram exportadas por Santos 316.419 toneladas (peso líquido) ou seja aumento de 9,5% em relação ao volume registrado em 1978.

Do total da produção brasileira de laranja, cerca de 45% a 50% destinam-se ao mercado externo, sob a forma de suco concentrado ou "in natura". A indústria é abastecida totalmente com a produção de São Paulo que processa cerca de 80% da produção.

Esse fato evidencia a dependência do mercado mundial, atinge tanto o produtor agrícola quanto o setor industrial - exportador, na medida em que condições adversas de mercado externo terão que ser absorvidas internamente.

A citricultura norte americana apresenta característica bastante divergente da brasileira, tendo em vista que quase toda a produção de suco e frutas "in natura" destinam-se ao abastecimento do mercado interno. Sendo assim as importações americanas de suco são geralmente feitas no sistema "draw-back".

O Brasil conseguiu aumento de 43% na exportação de laranja "in natura" em 1979 em relação a 1978, conquistando novos mercados, como a Argentina, Kuwait e Canadá.

Dois pontos merecem destaque, como incentivadores à citricultura brasileira:

a) Israel, um dos nossos principais concorrentes no mercado internacional, deve reduzir sua participação, uma vez que a citricultura depende totalmente de caríssimos custos de irrigação artificial, tendendo a ser cada vez menos competitiva;

b) o interesse do Japão em aumentar as importações de suco de laranja concentrado incluindo também, as frutas cítricas in natura, embora neste caso haja o problema de mosca das frutas.

- Panorama nacional

Para 1980 os informes até setembro apresentam previsão de colheita no Brasil da ordem de 219 milhões de caixas (40kg), cabendo a São Paulo produção de 169,6 milhões de caixas (quadro 108).

Até setembro de 1980, haviam sido exportadas pelo porto de Santos 261.378 toneladas de suco concentrado (peso líquido), representando aumento de 27% em relação aos nove primeiros meses do ano anterior (quadro 109) Considerando-se apenas os quatro primeiros meses da safra industrial 1980/81 (junho a setembro), observa-se que os embarques apresentaram avanço de 44% em relação a igual período de 1979/80, a despeito dos problemas enfrentados na comercialização do produto brasileiro.

Analisando-se tanto a nível de atacado como varejo a safra paulista 1979/80 obteve

preços reais inferior nos seis primeiros meses (março a setembro) que na safra precedente. A partir de Outubro quando houve maior afluxo na industrialização os preços tanto a nível ataca dista como varejista começaram a se elevar (quadro 110).

O panorama da citricultura fluminense continua a apresentar a tendência de pequenos acréscimos dos últimos anos entre outros os fatores que determinam tal situação foi:

a) concorrência da urbanização na área onde a citricultura é praticada, principalmente em Itaboraí;

b) Escasseamento da mão-de-obra, que obtém melhor remuneração nos centros urbanos, sendo absorvida notadamente pelo setor de construção civil;

c) os altos preços de insumos e do frete e

d) restrição de crédito, contribuindo para tratamento fitossanitário deficiente.

A expansão da cultura no Rio de Janeiro está ocorrendo em Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Rio Bonito.

A área total na qual se explora a citricultura no Estado do Rio de Janeiro segundo a Fundação IBGE é de 35,3 mil hectares, propiciando uma produção de 452 mil toneladas. Deste total, em torno de 50% da fruta é comercializada nos entrepostos ligados à Cobal, atingindo no ano passado, 193 mil toneladas.

A citricultura comercial teve em Minas Gerais início em 1928 e encontra-se difundida nas regiões Metalúrgica, da Mata e Sul do Estado, que respondem por 60% da produção total. As estimativas para safra 1979/80 do IBGE mostram estabilidade em relação ao ano anterior tanto para a área 25,9 mil hectares, como produção 7 milhões de caixas.

O suprimento de laranja na CEASA-MG é dependente principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro com participação do próprio Estado em perto de 30% do volume total comercializado.

De acordo com as informações oficiais, a presença do cancro no Rio Grande do Sul foi constatada em quatro "pequenos focos nos municípios de Itaqui, Uruguaiana, Santiago e São Luiz Gonzaga, zonas de pouca expressão. Estas ocorrências não trouxeram qualquer reflexo ao mercado uma vez que continua se autoabastecendo normalmente.

No Paraná o cancro cítrico encontra-se disseminado por quase toda a região citrícola, e os dirigentes paranaenses colocam em dúvida a validade do processo de erradicação dos pomares, que vêm sendo feita naquele Estado desde 1958, dificultando assim os trabalhos da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro-Cítrico (CANECC) para sua erradicação.

No Brasil a inexistência de um consenso entre produtores e industriais no estabelecimento do preço da matéria-prima resulta, a cada ano, em nova discussão que, na maioria das vezes, afeta de forma considerável a classe produtora, tendo em vista a perda da produção das laranjas precoces pelo retardamento da colheita.

Os citricultores reiteram a necessidade de um imediato levantamento oficial, dos atuais pomares citrícolas por idade e variedade, para estabelecer a verdadeira dimensão das safras citrícolas.

- Perspectivas

Conforme fontes do comércio especializado cerca de 135 milhões de caixas serão esmagadas pela indústria, resultando numa produção de aproximadamente 465 mil toneladas de suco a 65 graus brix.

De acordo com a CACEX, somando-se o "carry over" atual de 68 mil toneladas ao de 85

mil (resultado da diferença entre 465 mil toneladas de suco produzido e 360 mil que serão exportadas e 20 mil destinadas ao consumo interno), haverá um "carry over" de aproximadamente 150 mil toneladas.

A estocagem desse volume está sendo custeada pelas grandes empresas com recursos próprios, enquanto que as pequenas estão recebendo desde início de outubro ajuda oficial da ordem de Cr\$435,00 milhões, via Banco do Brasil.

As esperanças de quebra da safra estadunidense dissiparam-se após a divulgação feita pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), na qual a safra 1980/81 deverá atingir 208 milhões de caixas de laranja, repetindo o sucesso do ano anterior.

Em virtude dessa situação deverá ser reavaliado, em reunião entre industriais e a direção da CACEX o escoamento dos estoques de sucos que fora implantado este ano, assim:

- a) contingenciamento das exportações com estocagem de 50% do produto; e
- b) pagamento do confisco cambial decrescente até dezembro.

(IEA, 20/11/1980)

QUADRO 108 . - Área, Produção e Rendimento de Laranja, Região Centro-Sul do Brasil, 1977-80

Estado	Área (1.000ha)				Produção (1.000.000cx.) ⁽¹⁾				Rendimento (t/ha)			
	1977	1978	1979	1980 ⁽²⁾	1977	1978	1979	1980 ⁽²⁾	1977	1978	1979	1980 ⁽²⁾
Minas Gerais	21,7	22,3	25,1	25,7	6,5	6,5	7,1	7,0	12,2	11,9	11,5	11,1
Espírito Santo	3,7	1,8	1,8	1,5	1,7	0,8	0,8	0,5	18,7	18,1	18,1	13,6
Rio de Janeiro	37,0	34,0	32,5	35,3	10,6	10,2	10,1	11,3	11,7	12,2	12,7	13,0
São Paulo	366,0	333,0	401,1	427,4	101,5	119,2	150,7	169,6	11,3	10,9	15,3	16,2
Paraná	5,0	4,5	4,7	4,2	2,0	1,5	1,6	1,7	16,3	13,6	13,9	16,5
Santa Catarina	3,8	3,9	4,1	2,5	2,4	1,9	2,0	1,6	25,8	19,9	19,9	26,1
Rio Grande do Sul	24,4	23,8	24,5	24,6	6,9	7,2	7,4	7,3	11,5	12,3	12,3	12,1
Mato Grosso	1,4	1,4	0,6	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	14,6	11,7	20,4	13,6
Goiás	2,6	2,5	2,6	2,6	0,6	0,7	0,8	0,8	9,4	11,4	12,6	13,0
Centro-Sul	465,6	427,2	497,0	524,4	132,7	148,4	180,8	200,0	11,6	14,2	14,8	15,6
Brasil	143,3	166,9	195,6	219,1

(1) Base de 250 frutos por caixa de 40,8kg.

(2) Pês em produção.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Subsecretaria do Planejamento (SUPLAN) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 109 . - Exportação de Suco Concentrado de Laranja pelo Porto de Santos-SP, 1974-80 :

(em tonelada) (1)

Mês	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	3.138,0	11.461,0	19.908,0	22.885,0	2.022,0	37.069,0	32.212,0
Fev.	3.495,0	13.507,0	25.045,0	13.307,0	11.456,0	30.392,0	35.135,0
Mar.	6.062,0	13.380,0	11.448,0	15.481,0	14.886,0	25.732,0	23.982,0
Abr.	2.379,0	9.221,0	14.000,0	8.563,0	13.115,0	26.705,0	29.280,0
Mai.	2.258,0	6.998,0	4.728,0	6.957,0	5.256,0	20.017,0	44.897,0
Jun.	5.544,0	11.460,0	15.656,0	3.637,0	7.495,0	15.738,0	33.362,0
Jul.	4.509,0	15.964,0	16.218,0	10.540,0	15.700,0	10.543,0	16.127,0
Ago.	8.946,0	12.384,0	16.706,0	16.106,0	24.891,0	15.897,0	26.430,0
Set.	9.016,0	14.484,0	23.521,0	17.930,0	34.510,0	24.393,0	19.953,0
Out.	10.117,0	16.003,0	14.074,0	21.893,0	50.110,0	44.492,0	
Nov.	16.400,0	14.961,0	22.721,0	25.823,0	38.023,0	41.056,0	
Dez.	25.879,0	20.472,0	37.954,0	27.916,0	53.168,0	24.386,0	
Total	97.743,0	160.295,0	221.979,0	191.038,0	270.632,0	316.420,0	...
Estoque 1/12 e estimado	54.567,0	75.129,0	67.193,0	64.933,0	139.915,0	165.506,0	

(1) Peso líquido.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 110. - Evolução de Preços Reais de Laranja a Nível de Atacado e Varejo na Capital, São Paulo, 1975-80

(em Cr\$ de 1979)

Mês	Atacado ⁽¹⁾ (cr\$/cx.)						Varejo (Cr\$/dz.)					
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	53,00	67,00	88,00	119,00	97,00	72,00	15,00	16,50	15,90	18,90	10,40	9,60
Fev.	57,00	68,00	171,00	142,00	113,00	83,00	11,90	15,40	17,20	19,90	10,30	10,30
Mar.	89,00	79,00	211,00	137,00	106,00	81,00	12,30	13,30	21,00	19,90	11,40	9,90
Abr.	87,00	93,00	146,00	108,00	91,00	82,00	12,90	12,10	17,60	16,90	12,00	9,90
Mai.	58,00	80,00	102,00	78,00	94,00	72,00	12,00	11,70	16,40	12,80	11,50	8,50
Jun.	53,00	72,00	94,00	70,00	81,00	69,00	12,10	11,90	15,60	13,80	10,70	11,10
Jul.	60,00	69,00	88,00	68,00	80,00	62,00	12,00	12,00	14,90	12,90	10,00	9,90
Ago.	58,00	69,00	97,00	74,00	80,00	72,00	11,90	11,90	16,30	13,50	9,50	9,70
Set.	65,00	67,00	101,00	72,00	78,00	87,00	13,30	14,50	18,10	14,60	9,20	10,00
Out.	72,00	65,00	99,00	77,00	79,00	...	13,30	13,10	18,40	13,60	9,70	...
Nov.	70,00	67,00	115,00	95,00	74,00	...	15,60	13,70	18,80	16,00	8,80	...
Dez.	69,00	78,00	113,00	107,00	72,00	...	15,40	14,70	19,50	16,25	9,60	...

⁽¹⁾ Refere-se à laranja pêra, principal variedade plantada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

-Banana

De acordo com a Fundação IBGE, o Brasil produziu 447,9 milhões de cachos de banana em 1980, o que significa acréscimo de aproximadamente 10% em relação à safra anterior.

A participação da Região Centro-Sul, de 47%, tem permanecido estável nos últimos 5 anos (quadro 111). Para 1980, a Fundação IBGE estimou, em meados do ano, produção 16% maior para a Região Centro-Sul, devendo atingir 213,1 milhões de cachos.

São Paulo liderou a produção na Região Centro-Sul em 1979, participando com 20% do total dessa Região. A seguir destacaram-se Minas Gerais (17,2%), Rio de Janeiro (16,9%), Goiás (14%) e Santa Catarina (12%). Para 1980, a estimativa é manutenção das participações relativas, exceção feita aos estados do Espírito Santo e Santa Catarina.

Em São Paulo, segundo o IEA, a área plantada com bananeiras em 1980 está estimada em 38,5 mil hectares, permanecendo estável em relação à safra precedente, com previsão de colheita da ordem de 41,3 milhões de cachos.

No Entrepasto Terminal do Jaguaré, na Capital, verificou-se que a disponibilidade total de banana em 1979 foi 6% inferior à do período precedente. Essa redução foi acentuada no segundo semestre de 1979, devido às adversidades climáticas nos meses de pico de produção (maio a agosto).

Em 1980, no primeiro semestre, os preços reais para banana nanica verde, no atacado, foram em média, 38% menores que os correspondentes de 1979, passando a aumentar a partir de julho (quadro 113). No quadro 110 são apresentados os preços mensais de banana maçã verde no mercado atacadista da Cidade de São Paulo.

Situação idêntica ocorreu no varejo, só que em menores proporções, ou seja, 30% inferiores em média. Isto significa aumento na margem de comercialização do varejista na primeira metade do ano, principalmente nos meses de abril, maio e junho de 1980, quando os preços no atacado caíram respectivamente 40%, 70% e 69% e, no varejo, decresceram apenas 26%, 30% e 33% nos mesmos meses.

O suprimento de banana nanica na CEASA-MG depende, principalmente, de São Paulo, responsável por 64% do abastecimento.

No tocante à agroindústria, é promissora a industrialização da banana no Estado de Minas Gerais em forma de purê asséptico e flocos de banana, além do aproveitamento da casca da fruta para fabricação de biofertilizantes e rações animais.

A produção mineira a partir de 1974 tem sido crescente em decorrência de plantios sistemáticos e melhoria tecnológica, face à atuação da assistência técnica, particularmente nas regiões Sul e Triângulo Mineiro.

No Estado do Rio de Janeiro, a estimativa da Fundação IBGE para 1980 é de estabilização da área a ser colhida e na produção que deverá atingir cerca de 31,4 milhões de cachos em 32,8 mil hectares (quadro 112). A cultura da banana estende-se por toda a encosta da Serra do Mar, desde o Município de Parati até Conceição de Macabu. As variações verificadas nas produções anteriores estão ligadas, geralmente, ao comportamento das condições climáticas e às condições de exploração semi-extrativa dos banais de morro, que impossibilitam a mecanização e dificultam o combate à broca da bananeira e ao mal de Sigatoka.

Toda produção fluminense é colocada no mercado interno sendo que aproximadamente 3% da produção, ou seja, um milhão de cachos (tamanho médio, 12kg) destina-se à industrialização.

Predominam na Região pequenas propriedades, das quais aproximadamente 70% ocupam mão-de-obra familiar.

Como a comercialização é feita quase que na totalidade em cachos e diretamente com intermediários (caminhoneiros), o produtor fluminense preocupa-se mais com o número de cachos

do que com o peso e a qualidade do produto comercializado.

A banana brasileira, mesmo sendo produzida em quase todo o território nacional, continua a apresentar uma série de problemas para sua colocação no mercado externo. Destacam-se: a descapitalização pelo alto custo de produção, desde 1976, desestimulando os produtores a realizarem tratamento fitossanitário e podas para alterar a época de oferta de parte da produção; a falta de óleo mineral; e a falta de caminhões para transporte do produto dentro do âmbito da Associação Latino Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI).

Os preços da banana deverão ter comportamento ascendente até o final do ano. As previsões para a próxima safra são de repetição dos problemas vividos no início de 1980, ocorrendo o declínio dos preços de março a junho, dada a saturação do mercado em decorrência da concentração de produção nessa época.

Todavia, estão sendo tomadas algumas medidas para se criar uma infra-estrutura adequada, que possibilite a comercialização interna e o estímulo à exportação de banana. Entre elas, pode-se citar: o novo decreto de padronização e classificação da fruta para exportação e medidas que possibilitarão a substituição do óleo mineral importado pelo nacional, de preço mais baixo.

No tocante ao transporte rodoviário para os mercados platinos, acredita-se que somente ao final do ano, com o encerramento do atual acordo no âmbito da ALADI, que limita o número de caminhões credenciados, é que poderá haver solução para o caso, embora outras opções para transporte estejam na pauta de estudos do Grupo de Trabalho de Bananicultura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, como o marítimo - com "container", convencional e "roll-off" - e o ferroviário.

(IEA, 04/11/1980)

QUADRO 111. - Produção de Banana, Região Centro-Sul, Brasil, 1977-80

(em milhões de cachos)

Estado	Peso médio do cacho (kg)	1977	1978	1979	1980
Minas Gerais	16,0	37,7	34,7	31,8	32,6
Espírito Santo	8,0	25,8	11,6	10,6	24,3
Rio de Janeiro	12,0	32,9	26,8	31,4	31,3
São Paulo	16,5	38,6	53,5	37,2	41,3
Rio Grande do Sul	11,0	10,4	10,8	7,9	7,5
Santa Catarina	8,0	20,4	23,8	22,9	32,0
Goiás	8,0	13,9	23,2	25,1	27,9
Paraná e Mato Grosso	8,0	22,0	22,0	18,3	16,2
Região Centro-Sul	...	201,7	206,4	185,2	213,1
Outros	8,0	208,3	205,4	224,1	234,8
Brasil	10,5	410,0	411,8	409,3	447,9

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs).

QUADRO 112. - Área Colhida de Banana, Região Centro-Sul, Brasil, 1977-80

(em mil hectares)

Estado	1977	1978	1979	1980
Minas Gerais	35,2	32,3	29,5	29,4
Espírito Santo	32,2	29,0	28,7	26,9
Rio de Janeiro	49,8	27,9	32,8	32,8
São Paulo	40,6	28,6	37,8	38,5
Rio Grande do Sul	8,0	8,8	6,8	6,8
Santa Catarina	12,7	17,1	16,8	22,2
Goiás	19,0	25,5	25,4	26,6
Paraná e Mato Grosso	15,4	16,7	16,1	16,7
Região Centro-Sul	212,9	185,9	193,9	200,0
Outros	132,0	155,1	150,3	155,3
Brasil	344,9	341,0	344,2	355,3

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs).

QUADRO 113. - Preços Médios Mensais de Banana Nanica Verde, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1973-80
(em Cr\$/t)

Mês	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	200,00	215,00	500,00	860,00	610,00	750,00	2.100,00	2.520,00
Fev.	260,00	170,00	350,00	810,00	530,00	500,00	1.600,00	3.180,00
Mar.	245,00	230,00	480,00	550,00	790,00	790,00	1.950,00	2.800,00
Abr.	250,00	300,00	530,00	640,00	720,00	830,00	2.100,00	2.360,00
Mai.	134,00	290,00	500,00	420,00	650,00	880,00	2.500,00	1.430,00
Jun.	133,00	274,00	455,00	390,00	550,00	1.260,00	2.180,00	1.363,00
Jul.	150,00	300,00	460,00	490,00	460,00	1.500,00	1.900,00	2.147,00
Ago.	280,00	260,00	465,00	525,00	510,00	1.620,00	1.960,00	3.316,00
Set.	415,00	365,00	585,00	585,00	980,00	2.100,00	1.990,00	4.259,00
Out.	470,00	370,00	900,00	780,00	1.160,00	2.490,00	1.740,00	...
Nov.	370,00	430,00	1.280,00	740,00	980,00	2.370,00	2.650,00	...
Dez.	270,00	540,00	1.500,00	680,00	950,00	1.990,00	2.860,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 114. - Preços Mensais de Banana Maçã Verde, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1973-80
(em Cr\$/t)

Mês	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	640,00	1.260,00	1.430,00	2.080,00	1.930,00	2.700,00	6.450,00	7.750,00
Fev.	530,00	1.170,00	1.400,00	1.670,00	1.945,00	2.780,00	5.580,00	7.250,00
Mar.	540,00	1.150,00	1.320,00	1.600,00	1.800,00	2.750,00	5.000,00	8.388,00
Abr.	635,00	1.220,00	1.300,00	1.720,00	1.640,00	2.500,00	4.600,00	7.442,00
Mai.	570,00	1.030,00	1.230,00	1.630,00	1.550,00	2.600,00	4.000,00	7.310,00
Jun.	640,00	1.050,00	1.250,00	1.520,00	1.890,00	2.630,00	4.900,00	7.662,00
Jul.	810,00	1.150,00	1.430,00	1.690,00	2.290,00	3.420,00	6.190,00	8.272,00
Ago.	890,00	1.390,00	1.580,00	1.830,00	2.750,00	3.350,00	6.425,00	10.452,00
Set.	1.020,00	1.410,00	1.790,00	1.720,00	2.680,00	3.820,00	5.520,00	11.296,00
Out.	1.050,00	1.460,00	1.850,00	1.800,00	2.670,00	4.190,00	6.782,00	...
Nov.	1.170,00	1.520,00	1.940,00	2.060,00	2.850,00	5.060,00	8.199,00	...
Dez.	1.210,00	1.560,00	2.100,00	2.170,00	2.630,00	5.500,00	7.750,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Outras frutas

A safra nacional de uva apresentou queda de aproximadamente 42% em 1980, quando, segundo a Fundação IBGE, foram colhidas 444.952 toneladas, destacando-se os estados do Rio Grande do Sul com 220.761 toneladas de variedades destinadas à vinificação, e São Paulo com 149.000 toneladas, principalmente de variedades de uva para mesa. A área destinada à uva para indústria em São Paulo vem diminuindo e a produção da mesma decresceu 11% em relação à do ano anterior.

No Rio Grande do Sul, onde se concentra metade da produção de uvas do Brasil a produção sofreu quebra de 48% em relação à colheita do ano passado em decorrência de doenças nos parreirais, devido à geada tardia, umidade excessiva e baixa temperatura.

Para a safra 1979/80 houve reajuste de 121% no preço mínimo da uva comum, passando de Cr\$1,90 para Cr\$4,20. O vinho comum, a granel, foi tabelado em Cr\$6,53 por litro (86,6% superior ao do ano precedente).

O mercado tem se mostrado favorável ao produtor, que em virtude da reduzida oferta chegou a receber das indústrias até Cr\$14,00/kg de uvas tintas, e os preços mínimos funcionam mais como referência e para efeito de financiamento.

O álcool vínico, que normalmente é adicionado ao vinho pelas indústrias, tem-se apresentado bastante variável, o que levou às autoridades a empreenderem o cadastramento dos vinicultores, visando possibilitar maior controle da qualidade.

No Rio Grande do Sul, informações das indústrias dão conta de que teriam adquirido cerca de 35 mil toneladas de pêssego, e em São Paulo foram adquiridas 2,1 mil toneladas; assim, a produção brasileira de pêssego em calda deve ter-se situado ao redor de 37 milhões de latas de um quilograma.

Os produtores gaúchos de pêssego aguardam uma definição das indústrias quanto aos preços de comercialização do produto para a safra 1980/81. Enquanto os produtores reivindicam 95% mais que a safra passada, ou seja, Cr\$18,00/kg de pêssego de melhor qualidade e Cr\$12,00/kg do produto de qualidade inferior, os industriais fazem uma contra-proposta de Cr\$15,50/kg e Cr\$11,50/kg, respectivamente.

O Banco do Brasil liberou 350 milhões de cruzeiros às indústrias para comercialização da safra de pêssego, que deverá situar-se ao redor de 48.000 toneladas, mas elas só terão acesso ao dinheiro depois de estabelecidos os preços pagos ao produtor. Caso não haja entendimento, embora o pêssego não conste da pauta de preços mínimos, a CFP deverá estabelecer um preço para comercialização da safra 1980/81.

A oportunidade de exportar pêssego em calda apareceu nesta safra, pois a Argentina e o Chile, que normalmente abastecem os mercados do Paraguai, Peru, Uruguai, Bolívia e o próprio Chile, tiveram problemas com suas safras. As estimativas iniciais de exportação são de 10 a 15 milhões de latas de 1kg de compota de pêssego.

A produção de maçã no Brasil ainda é muito baixa, estimada em 46.000 toneladas na safra 1979/80, suprimindo aproximadamente 20% das necessidades do consumo interno.

Em 1979 o Brasil importou 190 mil toneladas de maçã (99% de procedência argentina), correspondendo a desembolso de 101 milhões de dólares, aproximadamente 3 bilhões de cruzeiros.

São necessários grandes investimentos para incentivar a produção nacional de maçã. Sabe-se que, em linhas gerais, para cada cruzeiro empregado no plantio gasta-se mais um na infraestrutura, tornando-se necessária grande soma de capital próprio, já que não há linhas de financiamento para montagem de câmaras frigoríficas.

De acordo com pesquisa realizada em 1975 pela Fundação IBGE, a maçã é a terceira fruta de preferência da população brasileira e, ao mesmo tempo, a terceira de mais fácil vendagem.

Segundo fontes diversas a previsão de produção de maçã para a safra 1980/81 nos 4 principais estados produtores é de: Santa Catarina, 40.000 toneladas em área de 9.154 hectares (EMATER-SC); Rio Grande do Sul, 15.000 toneladas em área de 7.806 hectares (Plano Nacional da Maçã); Paraná, 6.500 toneladas em área de 2.500 hectares (EMATER-PR) e São Paulo, estimado pelo IEA, 11.600 toneladas em área de 2.580 hectares.

Para proteger a produção nacional foram instituídos o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o valor FOB do produto importado, estando isento o produto nacional.

(IEA, 13/11/1980)

- Panorama internacional

As atuais condições do mercado internacional de carne de aves não têm possibilitado definir as perspectivas para o setor. A elevação dos custos de produção e comercialização têm diminuído o consumo interno dos países produtores, restando apenas a possibilidade de exportação, principalmente para a União Soviética e países do terceiro mundo. Este fato, ao mesmo tempo que afasta da concorrência exportadores como os EEUU (296.000t em 1979), aumenta o grau de incerteza, pois as compras, principalmente as da União Soviética, devem ser consideradas ocasionais. A produção mundial deverá, em 1980, manter-se estabilizada em torno do total de 1979, que foi de 28 milhões de toneladas.

A produção mundial de ovos vem apresentando desempenho favorável, esperando-se em 1981 melhores preços; no entanto, tal fato não pode caracterizar uma tendência, já que os prováveis aumentos na produção e as dificuldades esperadas para absorção desses aumentos deverão comprometer os preços.

As exportações brasileiras de carne de aves atingiram, em 1979, valor de US\$81.148.255,00-FOB, relativos a 81.096 toneladas, garantindo ao País participação estimada de 7,3% do total mundial. Para 1980, as previsões indicam participação de 9% do total de 720.000 toneladas, não se esperando que os conflitos no Oriente Médio alterem a situação.

- Situação interna

Apesar dos problemas críticos enfrentados pelos avicultores em todos os estados, como a escassez e os preços em ascensão do milho, e o crédito restrito, principalmente para investimento, a atividade avícola na Região Centro-Sul apresentou desempenho favorável em 1979, em decorrência da elevação dos preços recebidos pelo produtor provocada por uma relativa escassez, notadamente de ovos (quadros 115 e 116).

Por sua vez, a avicultura de corte beneficiou-se da redução da oferta e dos preços altos da carne bovina, com maior consumo de carne de aves. Estima-se que a produção de carne de aves na Região Centro-Sul tenha atingido 1.032 mil toneladas em 1979, quase 90% do total produzido no País. O crescimento médio da produção de carne de aves na Região esteve ao redor de 20%, não alcançando taxas mais elevadas em razão da diminuição na oferta de pintos de um dia ao final do ano.

Em 1979, na Região Centro-Sul, segundo a União Brasileira de Avicultura (UBA), foram alojados perto de 7,8 milhões de matrizes para corte, 88,9% do total alojado no País, e 17,8% superior ao ano anterior. Até julho de 1980, já haviam sido alojados cerca de 5,9 milhões de cabeças, com acréscimo de 46,3% sobre igual período do ano anterior. Tal crescimento pode ter como causas principais as boas perspectivas vislumbradas para a atividade no decorrer do ano, pelo aumento nos preços da carne bovina e a crescente exportação. Entretanto, tais perspectivas não se concretizaram, ocorrendo relativa estabilidade na demanda interna e queda nos preços de produtor e de atacado em agosto e outubro, caracterizando inclusive certa atipicidade de ao padrão estacional dos preços do frango.

Ainda que a demanda externa tenha apresentado tendência nitidamente crescente, o setor encontra-se carente de infra-estrutura para movimentação do produto, como equipagem de abatedouros, câmaras frigoríficas para estocagem, e disponibilidade de navios. Não fossem tais limitações, as exportações ascenderiam a volumes bem mais elevados que os atuais (cerca

de 100 mil toneladas), ainda não suficientes para regular o mercado interno. O aumento da oferta no meio do segundo semestre do ano, em razão das excelentes condições ambientais permitindo ganhos em produtividade, provocou queda nos preços, tanto a nível de produtor (quadro 117), como no atacado.

Já a avicultura de postura, depois de um ano relativamente favorável, com preços crescentes no final de 1979, ainda que em valores reais inferiores aos anos anteriores (quadro 116), iniciou o presente ano com uma conjuntura desfavorável, (quadro 118) dado o constante aumento nos preços dos principais insumos.

Segundo a UBA, foi alojada na Região Centro-Sul, durante 1979, cerca de 756,1 mil matrizes para postura, 89,6% do total nacional, com acréscimo sobre o ano anterior da ordem de 12,1%. Até julho deste ano, o alojamento atingiu 457,4 mil matrizes, significando estabilidade em relação a igual período de 1979, enquanto a nível nacional houve aumento. Esse crescimento pode ser um ajuste da atividade de reprodução à realidade do mercado, pois além dos preços depressivos dos ovos, a avicultura de postura enfrenta excedentes na oferta, devido à estagnação ou mesmo queda na demanda.

No Estado de São Paulo, maior produtor de ovos do País, os avicultores têm sentido ainda mais o efeito dessa situação. O incremento das exportações de ovos, efetivadas a partir do início do ano, foi a alternativa encontrada pelos principais produtores, a fim de tentar um equilíbrio no mercado interno e de provocar reação nos preços, principalmente a nível de granja.

Tal situação leva a crer que as estimativas de crescimento da produção de carne de aves (cerca de 20%) e de ovos (cerca de 10%), na Região, dificilmente serão atingidas. Entre os produtores reina a incerteza, com muitas granjas cessando suas atividades, notadamente as ligadas à produção de frangos. Nas ligadas à produção de ovos, maiores investimentos com período de maturação mais longo não permitem a interrupção e, portanto, estão reduzindo o plantel existente, parando apenas as de pequeno porte.

Dado o crescente mercado externo para o frango brasileiro, há possibilidade das exportações para este ano ultrapassarem as metas inicialmente estabelecidas, atingindo 150 mil toneladas e estimando-se para 1981 cerca de 200 mil toneladas, trazendo melhor equilíbrio para o produto no mercado interno.

As exportações de ovos já atingem perto de 2,5 milhões de dúzias por mês, podendo ser incrementadas, desde que haja condições de infra-estrutura de transporte e armazenagem.

O mercado interno também precisa ser incrementado, a fim de que o consumo de produtos avícolas cresça em condições compatíveis com o crescimento do setor produtivo. Para isso, se faz necessário ampliar a oferta ao consumidor de produtos alternativos derivados da industrialização de carne de aves e ovos.

A avicultura da Região Centro-Sul tem se mostrado dinâmica, concorrendo cada ano com parcela maior para o abastecimento do mercado interno, a preços reais decrescentes, transferindo, assim, ao consumidor ganhos em sua produtividade. Entretanto, esse desempenho alcançado nos últimos anos, e que a coloca entre as principais atividades do setor agrícola da Região, está ameaçado pelas dificuldades agora enfrentadas, principalmente pelos pequenos e médios produtores.

Outros problemas, que há muito vêm preocupando o setor produtivo da avicultura, são a bi-contribuição à Previdência Social; financiamento difícil para construção de silos e armazéns para grãos; e assistência técnica oficial carente em muitos estados.

(IEA, 24/11/1980)

QUADRO 115. - Preços Médios Anuais Recebidos pelos Produtores de Frangos, Região Centro-Sul, Brasil, 1976-80

(em Cr\$/kg)

Estado	1976		1977		1978		1979		1980 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Minas Gerais	9,32	28,39	12,35	26,37	17,19	26,46	28,46	28,46	40,57	24,56
Espírito Santo	9,44	28,75	14,06	30,02	18,73	28,83	31,66	31,66	46,40	28,08
Rio de Janeiro	8,62	26,25	11,12	23,74	16,33	25,14	26,36	26,36	41,10	24,88
São Paulo	6,85	20,86	9,11	19,45	13,30	20,47	20,79	20,79	31,10	18,82
Paraná	8,77	26,71	11,56	24,68	16,21	24,95	26,88	26,88	40,23	24,35
Santa Catarina	7,20	21,93	9,50	20,28	13,58	20,90	24,25	24,25	39,12	23,68
Rio Grande do Sul	6,95	21,17	8,98	19,17	12,92	19,89	22,97	22,97	35,67	21,59
Goiás	13,48	41,06	20,38	43,51	30,73	47,30	52,71	52,71	76,95	46,57
Mato Grosso	12,70	38,68	17,34	37,02	26,88	41,38	48,10	48,10	72,43	43,84
Mato Grosso do Sul ⁽³⁾	70,53	42,69

⁽¹⁾ Média de janeiro a julho.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1979, calculados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Média de junho a julho.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 116. - Preços Médios Anuais Recebidos pelos Produtores de Ovos, Região Centro-Sul, Brasil, 1976-80

(em Cr\$ / dz.)

Estado	1976		1977		1978		1979		1980 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Minas Gerais	5,20	15,84	6,72	14,35	8,50	13,08	12,40	12,40	15,52	9,39
Espírito Santo	6,08	18,52	7,94	16,95	10,81	16,64	16,10	16,10	24,43	14,79
Rio de Janeiro	6,07	18,49	8,27	17,66	10,58	16,28	16,29	16,29	25,75	15,59
São Paulo	4,78	14,56	6,49	13,86	8,76	13,48	12,48	12,48	18,78	11,37
Paraná	5,48	16,69	7,40	15,80	10,26	15,79	15,04	15,04	23,42	14,18
Santa Catarina	5,60	17,06	7,36	15,71	10,16	15,64	15,21	15,21	25,14	15,22
Rio Grande do Sul	6,18	18,82	7,97	17,02	11,59	17,84	16,82	16,82	25,67	15,54
Goiás	6,32	19,25	9,69	20,69	13,75	21,17	21,26	21,26	32,72	19,80
Mato Grosso	6,48	19,74	9,58	20,45	13,19	20,30	19,87	19,87	30,02	18,17
Mato Grosso do Sul ⁽³⁾	33,66	20,37

⁽¹⁾ Média de janeiro a junho.

⁽²⁾ Em cruzeiros de 1979, calculados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Média de junho e julho.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 117. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Frangos, Região Centro-Sul, Brasil, 1979-80

(em Cr\$/kg)

Ano e mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás	Mato Grosso do Sul
1979										
Jul.	27,53	29,74	23,35	18,49	25,49	23,11	21,59	46,17	56,52	...
Ago.	30,21	32,60	27,00	23,64	27,57	24,94	24,43	50,86	58,64	...
Set.	33,07	37,24	31,57	27,61	30,01	27,49	26,75	55,46	57,01	...
Out.	35,27	39,82	33,49	26,68	32,03	29,71	27,56	57,32	58,44	...
Nov.	35,62	41,65	37,29	25,90	32,13	30,99	29,75	60,08	61,01	...
Dez.	36,90	44,35	36,06	26,79	33,96	33,23	31,29	62,51	61,98	...
1980										
Jan.	40,89	43,21	38,47	30,92	35,74	36,61	33,17	62,56	69,87	...
Fev..	36,90	45,11	40,68	30,40	37,81	36,15	32,86	62,52	72,54	...
Mar.	36,90	45,20	41,35	31,80	39,49	38,71	32,86	61,24	69,84	...
Abr.	36,90	46,96	42,23	31,17	40,85	38,71	32,86	65,93	75,23	...
Mai.	43,23	45,73	40,70	29,90	40,58	39,35	37,97	69,93	77,87	...
Jun.	43,07	48,39	43,10	30,40	43,31	40,89	39,83	85,29	83,57	71,11

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 118. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Ovos, Região Centro-Sul, Brasil, 1979-80

(em Cr\$/dz)

Ano e mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás	Mato Grosso do Sul
1979										
Jul.	12,47	15,94	16,51	12,72	15,11	16,63	18,99	19,33	22,88	...
Ago.	15,33	17,21	17,82	13,87	15,86	15,83	18,69	20,33	23,30	...
Set.	13,23	18,33	17,69	13,77	16,44	15,59	17,82	22,16	24,17	...
Out.	14,55	18,86	18,56	13,87	16,93	15,52	17,52	22,60	24,07	...
Nov.	14,11	19,38	20,25	14,43	17,13	15,90	18,41	23,11	24,13	...
Dez.	14,96	20,11	21,29	15,17	17,81	18,18	20,24	24,24	24,64	...
1980										
Jan.	14,32	20,41	22,59	14,41	19,00	20,50	21,40	24,25	25,50	...
Fev.	14,96	21,30	21,34	15,51	19,88	20,99	21,97	23,80	26,61	...
Mar.	14,96	23,72	26,04	20,69	21,55	23,33	21,97	25,74	30,70	...
Abr.	13,68	25,09	27,35	21,26	24,30	26,31	21,92	29,61	33,56	...
Mai.	17,69	25,85	27,24	21,12	25,44	27,26	28,61	31,83	36,14	...
Jun.	16,83	26,85	26,95	17,99	26,72	28,66	31,76	36,06	37,42	32,85

- Pecuária de Leite

- Panorama internacional

A produção mundial de leite deverá ter um acréscimo insignificante em 1980, o qual será devido, principalmente, a ganhos de produtividade, pois o rebanho leiteiro manteve-se estável. Com possível melhoria na produção de grãos favorecendo as condições alimentares dos rebanhos da União Soviética e Europa Oriental, esperam-se acréscimos significativos a partir de 1981.

Os países desenvolvidos têm reduzido seus estoques de derivados de leite, principalmente leite em pó desnatado e manteiga, sendo que em julho deste ano os totais estocados desses produtos atingiam, respectivamente, 500 mil e 700 mil toneladas, com redução de 35% e 17% em relação ao ano anterior.

A elevação dos preços mínimos de exportação de laticínios a partir de janeiro de 1980 pelo acordo GATT ^(²) contribuiu para o início da recuperação dos preços no mercado internacional que estavam em baixa ao final de 1979. Pressões altistas fizeram-se sentir a partir da intensificação da demanda motivada pela União Soviética e pelos países em desenvolvimento, principalmente das nações membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Assim, em julho de 1980, pela primeira vez desde 1974, a cotação do leite em pó desnatado atingiu US\$1.000,00 por tonelada-FOB, enquanto que os demais derivados, embora sem apresentarem altas tão significativas, mantiveram suas cotações acima dos preços mínimos fixados pelo GATT.

As importações brasileiras dos principais derivados de leite atingiram em 1979 o valor de US\$13.154.000,00 - FOB, referentes a 12.021 toneladas. Houve em relação a 1978 redução de 47% no valor e de 36% na tonelagem. As alterações mais significativas foram registradas pelo leite em pó desnatado e queijo tipo "sbrinz", com reduções no valor importado de 83% e 92% respectivamente. A manteiga teve sua importação normalizada, se bem que a grande disponibilidade interna existente em 1978 possa ser considerada atípica.

Em 1980, o Brasil importou nos meses de junho e julho o total de 50 mil toneladas de leite em pó, das quais 38 mil toneladas de leite desnatado, a US\$900,00 por tonelada.

- Situação interna

Em 1979, a produção de leite na Região Centro-Sul foi cerca de 7% inferior à verificada no ano anterior, em decorrência da deterioração da relação preços recebidos/preços pagos e de fatores climáticos desfavoráveis. Além disso, os preços ascendentes recebidos pela pecuária de corte estimularam a venda de vacas leiteiras para abate. Em consequência, o abas

(²) GATT - General Agreement on Tariffs and Trade.

tecimento de leite apresentou-se deficiente, inclusive no primeiro semestre de 1980. Dessa forma, a oferta de leite sob inspeção, de janeiro a maio de 1980, foi de aproximadamente um bilhão de litros, ou seja, 37% do total anual de 1979.

A produção de leite tipo B, que continuou restrita aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, apresentou-se em crescimento no primeiro semestre de 1980.

A pecuária leiteira na Região Centro-Sul apresenta diferentes níveis de tecnologia, ocasionando ampla variação de produtividade em seu rebanho e baixíssima produção média de leite, por vaca ordenhada, uma vez que na maioria das regiões a produção é considerada subproduto da pecuária de corte. Ainda que a aptidão leiteira seja importante fator para a auto-suficiência do mercado de leite, verifica-se que somente os estados do Espírito Santo, Goiás e Paraná, nos quais a produtividade média é reduzida (de 2 a 3 litros por vaca) e, ainda, Minas Gerais são exportadores líquidos de leite. São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso ⁽⁹⁾ são importadores do produto; os dois primeiros por serem grandes centros populacionais, e o último pela falta de infra-estrutura para produção de leite. No Mato Grosso a produtividade diária média varia de 1,8 a 2 litros por vaca, pois seu rebanho é composto de animais mestiços, mais propensos à produção de carne, e o volume da demanda de leite ainda é relativamente pequeno para o estabelecimento de uma exploração especializada e tecnicizada de leite (tousos puros de raça leiteira, inseminação artificial, ordenha mecânica, suplementação alimentar, etc.) e de uma infra-estrutura de beneficiamento e distribuição (usinas de leite, estradas, etc). No Estado de São Paulo, cerca de 30% do rebanho bovino é considerado leiteiro e assim composto: 14% de raça leiteira especializada; 43% de mestiços, resultados de diversos cruzamentos; 40% de cruzamento zebu X raça européia; e 3% de outros.

De modo geral, os estados do Centro-Sul possuem rebanho de dupla aptidão (carne e leite), sendo que a atividade leiteira se desenvolve em algumas bacias específicas dentro de cada estado (Região Sul do Espírito Santo; Núcleo Regional de Ponta Grossa no Paraná; Zona da Mata e Sul de Minas; Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Lins e Campinas em São Paulo; Vale do Itajaí em Santa Catarina; Goiânia em Goiás), onde se observa o uso mais constante de silagens e capineiras para a suplementação alimentar. No entanto, melhor manejo e trato do gado elevam o custo de produção e, em geral, o produtor não recebe o suficiente para sua remuneração. Isto se torna evidente ao se comparar as altas nos preços dos insumos com altas no preço tabelado a nível de produtor.

Ao se analisar os preços reais recebidos pelos produtores, observa-se que a vigência da cotação do leite especial em junho de 1980 tornou-se próxima do preço recebido em janeiro de 1975, época em que era considerado realmente compatível com o custo de produção. Contudo, os demais reajustes verificados nestes últimos cinco anos mantiveram-se aquém do valor real de 1975. O estímulo de preços adotado em junho último já foi absorvido pelas contínuas elevações nos preços de vacina (39%), de ração (33%), de farelo de trigo (28%), de sal mineral (22%), de sal comum (15%) e de torta de caroço de algodão (13%) de junho a setembro de 1980. O novo reajuste de preço em vigor a partir de 20 de outubro de 1980 (23,7%), elevando-o para Cr\$16,00/litro visando corrigir as perdas na relação preço recebido/preço pago, não recupera, portanto, o valor real de junho de 1980.

⁽⁹⁾ Não se receberam informações de Mato Grosso do Sul.

A criação do leite tipo especial sô teve repercussão em termos de elevação de preço, uma vez que houve poucas modificações em termos de melhoria no manejo do rebanho e na qualidade do leite. Até o segundo semestre de 1980, verificou-se deficiência de vacina contra febre aftosa em toda a Região, impedindo a consecução da campanha nos meses de junho a julho. Focos da moléstia foram encontrados em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio de Janeiro. Porém, na região sul do Rio Grande do Sul a doença alcançou maiores proporções, causando inclusive acentuada queda na produção. Além da febre aftosa, têm-se verificado também grandes prejuízos, devido a doenças parasitárias, infecciosas, e às causadas por deficiências nutricionais do rebanho.

Evidencia-se, mais uma vez, a necessidade de uma política de médio e longo prazos específica para o desenvolvimento do setor leiteiro, que proporcione assistência técnica mais efetiva, melhoria do rebanho, controle de qualidade dos defensivos animais, capacitação de mão-de-obra, crédito para investimento e custeio, zoneamento de bacias leiteiras e controle de sanidade do rebanho. Entretanto, para equilibrar oferta e demanda no abastecimento de leite, é indispensável preço remunerador compatível com as elevações dos preços pagos.

Para a safra 1980/81, o Governo Federal pretende iniciar a concessão de financiamentos para o Plano de Estocagem a partir de 1º de novembro de 1980, esperando que as condições meteorológicas propiciem boa produção no período das águas, para que não se repitam as dificuldades sentidas no decorrer de 1979/80, quando houve necessidade de elevada importação. O Plano de Estocagem da safra 1979/80, que almejava alcançar 30 mil toneladas de leite em pó desnatado, 5 mil toneladas de leite em pó integral, 15 mil toneladas de manteiga e 12 mil toneladas de queijos, não foi concretizado por falta de produção. Para a presente safra, pretende-se ampliar a quantidade a ser estocada de leite em pó e manter o mesmo nível para manteiga.

As estimativas preliminares de produção de leite para 1980 são de leve aumento, uma vez que a relação de preços recebidos carne/leite favoreceu sua oferta durante os primeiros meses de vigência do novo preço (Cr\$13,00/litro). Vale registrar, também, que a escassez da oferta na entressafra fez com que os preços recebidos pelos produtores se situassem superiores aos tabelados, em muitos locais da Região Centro-Sul, permitindo que a supra citada relação se mantivesse favorável para o leite. Assim, são esperadas expansões na produção de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Entretanto, o caráter de incerteza quanto aos rumos da pecuária leiteira ainda persiste, haja vista o comportamento do mercado de matrizes leiteiras. De abril a setembro de 1980, a tendência ascendente nos preços das matrizes foi bem mais acentuada para as vacas de menor produtividade, o que caracteriza a manutenção de um rebanho de dupla aptidão.

Quanto ao abastecimento, a oferta de todos os tipos de leite fluido, de janeiro a setembro de 1980, permaneceu aquém do nível verificado no mesmo período de um ano atrás, embora a partir de agosto tenha ocorrido aumento na reidratação do produto. Segundo dados da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), nos mesmos períodos, a distribuição de leite na Grande São Paulo foi 8% inferior à de 1979, embora com recuperação na oferta de leite tipo especial nos últimos meses. A absorção de leite B revestiu-se de importância no primeiro quadrimestre, quando a situação esteve crítica; nos últimos meses, situou-se abaixo dos níveis do ano passado.

(IEA, 05/11/1980)

- Pecuária de Corte

- Panorama internacional

A produção mundial de carne bovina em 1980 deverá ser ligeiramente inferior aos 46 milhões de toneladas, obtidos em 1979 e, para 1981, a perspectiva é de estabilização. O rebanho, em período de recuperação, não vem apresentando o crescimento esperado, pois o enfraquecimento da demanda tem diminuído as perspectivas do setor. As cotações no mercado internacional estiveram em baixa no 1º semestre de 1980, para o que contribuíram significativamente as exportações subsidiadas, visando a redução dos estoques dos países da Comunidade Econômica Europeia, o contínuo aumento na produção mundial de carnes, assim como a diminuição do poder aquisitivo da população dos principais países consumidores. Espera-se, no entanto, que ocorra elevação de preços até o final do ano devido às importações pela União Soviética e países da OPEP, que deverão atingir em 1980 mais de 1,5 milhão de toneladas.

- Situação interna

A recuperação do rebanho bovino de corte, descapitalizado com o elevado abate de matrizes no período 1976-78, vem se processando nos últimos anos a preços crescentes recebidos pelos produtores. Para 1980, ainda é prevista oferta menor de animais terminados, situação que tende a se inverter a partir do próximo ano.

O abate de bovinos sob inspeção federal, nos estados da Região Centro-Sul, atingiu 4,02 milhões de cabeças no período de janeiro-junho de 1980, representando decréscimo de 2% em relação a 1979. A diminuição do abate de fêmeas (-19%) evidenciou a expectativa de alta nos preços, observada nesta entressafra.

No ano passado, os preços médios reais da arroba do boi gordo situaram-se 26% acima da média dos de 1974, ano de pico dos preços do "ciclo pecuário" anterior, enquanto que nesta safra registrou-se estabilidade nas cotações do produto. A partir de julho, com a entrada da entressafra houve acelerada recuperação, vinda de encontro às expectativas dos pecuaristas. A criação do "mercado a termo do boi gordo", em funcionamento na Bolsa de Mercadorias de São Paulo desde fins de setembro, retratou a tendência altista dos preços no período, com as transações para dezembro de 1980 fechadas em torno de Cr\$2.000,00 por arroba.

Para 1981, contudo, as perspectivas de recuperação da oferta de carne, aliada ao baixo nível de consumo, e as condições desfavoráveis às exportações deverão inverter a tendência de alta de preços nos últimos anos (quadro 119).

Apesar da redução na oferta de carne, o abastecimento dos grandes centros consumidores vem se processando normalmente neste ano. A substituição da carne bovina por outras, especialmente a de frango e de suínos em função dos preços relativos, parece estar configurando mudanças nos hábitos alimentares. Além da diminuição no consumo de carne bovina, a distribuição de perto de 200 mil toneladas do produto estocado pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a liberação das importações, até janeiro próximo, em sistema de "draw-back", são os fatores que têm permitido um abastecimento normal. Também cresceram as importações de animais vivos para terminação e abate (8.500 cabeças).

O parque frigorífico continua enfrentando dificuldades, com freqüentes falências e concordatas, além de capacidade ociosa. As dívidas para com a COBAL foram novamente escalonadas, dilatando-se o prazo de pagamento de 24 para 48 meses a partir de março último, a juros de 24% ao ano. A dívida foi estimada em Cr\$3,2 bilhões, sendo que apenas 8 frigoríficos de

têm 60% dos débitos. A COBAL também permitiu que os débitos a vencer, independentemente da dívida de 1977, sejam amortizados através do fornecimento à rede SOMAR de peças de dianteiro.

No setor produtivo, conquanto os preços tenham sido considerados remunerativos até o momento, situações adversas vêm causando preocupações ao setor. A insuficiente disponibilidade de crédito, principalmente para investimento e comercialização, desde fins de 1979, vem provocando descontentamento aos pecuaristas que se ressentem de um programa creditício de médio e longo prazos para atendimento dos aspectos mais importantes da atividade no momento, quais sejam, sistemas alimentares e sanidade do rebanho.

Os altos preços dos insumos e não raras vezes reduzida disponibilidade no mercado também têm sido apontados como fortes entraves ao desempenho da atividade.

O aumento nos surtos de febre aftosa em todos estados da Região Centro-Sul, observado desde o ano passado e com maior intensidade no primeiro semestre de 1980, foi motivo de sérios prejuízos. A falta generalizada de vacinas no mercado, prejudicando o desempenho das Campanhas de Vacinação, foi a principal responsável pela disseminação da doença. O Rio Grande do Sul teria sido o Estado mais prejudicado, onde o número de casos registrados foi superior aos das demais regiões, impedindo a movimentação de animais com grandes prejuízos aos produtores. Somente a partir de julho foi reativada a comercialização sem que a situação tenha sido normalizada. Acontecimentos dessa natureza apenas têm contribuído para o descrédito pelos pecuaristas quanto à efetividade dos programas do Governo na área de sanidade animal.

Segundo a CACEX, em 1979, foram exportadas 2,4 mil toneladas de carne fresca, refrigerada ou congelada, e 39 mil toneladas do produto industrializado. Essas quantidades representaram decréscimos de 75% e 27%, respectivamente, em relação às exportações do ano anterior. No primeiro semestre deste ano, novas quedas foram observadas com as exportações do produto industrializado atingindo 33 mil toneladas e das carnes frescas, refrigerada ou congelada apenas 620 toneladas.

No caso das importações, em 1979, para a carne fresca refrigerada ou congelada observou-se crescimento de 2% em relação ao ano anterior, enquanto que para industrializada, cujas importações eram praticamente nulas, cresceram para 12 toneladas. Até abril deste ano foram importadas 8,5 mil toneladas do produto in natura e 9 toneladas de industrializado.

As perspectivas quanto às transações brasileiras no mercado internacional não se mostram favoráveis. As exportações dificilmente atingirão volumes consideráveis, dado o alto custo da carne brasileira, comparado ao de outros países tradicionalmente exportadores. Do lado das importações, há de se considerar que os preços no mercado internacional encontram-se em alta, devido às expectativas de queda na produção em importantes centros produtores (Estados Unidos, Nova Zelândia e Argentina), dificultando, dessa forma, o suprimento das indústrias que operam sob "draw-back" a preços máximos fixados pela CACEX.

(IEA, 27/11/1980)

QUADRO 119.- Preços Médios Reais⁽¹⁾ Recebidos pelos Produtores dos Estados da Região Centro-Sul pelo Boi Gordo, 1979/80

(em Cr\$/arroba)

Mês	Minas Gerais		Espírito Santo		Rio de Janeiro		São Paulo		Paraná		Santa Catarina		R.G. do Sul		Goiás		Mato Grosso	
	1979	1980	1979	1980	1979	1980	1979	1980	1979	1980	1979	1980	1979	1980	1979	1980	1979	1980
Jan.	638	736	663	778	705	809	682	775	646	746	632	734	575	691	569	725	650	773
Fev.	640	709	676	752	708	774	674	717	642	703	635	707	586	669	604	672	629	709
Mar.	526	666	648	696	685	728	651	665	614	644	600	660	595	627	603	642	627	733
Abr.	610	633	657	655	668	695	668	649	627	677	599	657	658	593	611	612	623	635
Mai.	651	583	676	643	669	677	669	629	635	618	613	613	667	588	610	598	631	612
Jun.	643	570	667	643	679	677	657	610	629	590	610	599	647	568	603	580	636	...
Jul.	645	562	682	633	690	647	687	619	656	567	619	585	665	563	607	573	647	...
Ago.	739	526	708	628	756	647	750	638	708	607	636	604	711	527	628	579	729	...
Set.	843	...	850	...	870	...	899	...	819	...	672	...	766	...	761	...	835	...
Out.	828	...	834	...	895	...	886	...	827	...	716	...	785	...	784	...	859	...
Nov.	780	...	862	...	909	...	880	...	826	...	769	...	744	...	798	...	841	...
Dez.	785	...	814	...	839	...	793	...	773	...	779	...	732	...	762	...	777	...

(¹) Corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base: 1979 = 100).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

Após um período de desestabilização (1978) por ocasião da Peste Suína Africana, 1979 foi considerado ano favorável à suinocultura. A reduzida oferta de animais terminados acabou por provocar tendência altista de preço a nível de produtor, resultando em coeficientes favoráveis nas relações de preços dos suínos e dos principais insumos utilizados, ocorridos inclusive no 1º semestre de 1980. O preço de carne bovina, considerado elevado aos consumidores, também teve influência acentuada na produção de carne suína, utilizada como substituta.

A média para a Região Centro-Sul da relação de preço suíno/milho, que era de 1,96 no período janeiro-agosto de 1978, passou a 2,03 em 1979, atingindo 2,12 nos oito primeiros meses de 1980 (quadro 120).

O nível de rentabilidade do setor serviu de estímulo à entrada de novos produtores no mercado, além da ampliação nas criações já existentes. Com isso a produção de carne, estimada em 639 mil toneladas em 1979, na Região Centro-Sul, deverá apresentar um crescimento de pelo menos 7% em 1980. Conseqüentemente, espera-se uma queda na relação de preços, comparativamente a 1979, uma vez que a recomposição na oferta da carne suína, a partir de meados deste ano, vem provocando elevação das cotações dos suínos a níveis inferiores à dos preços dos insumos e à da taxa de inflação.

Em valores reais, de 1979, a média dos preços recebidos pelos suinocultores, no período janeiro-agosto, para os cinco principais estados produtores (Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), foi de Cr\$5,62/kg em 1978, passando para Cr\$6,69/kg em 1979 e Cr\$6,28 em 1980.

Para os próximos meses é esperado um excedente de carne suína no mercado e queda de preços a nível de produtor. Nesse caso, é provável que o Governo atue no sentido de adquirir e estocar o produto, amenizando uma possível crise no setor. Também a recomposição na oferta de carne bovina, a partir do próximo ano, deverá equilibrar os preços relativos dos dois tipos de carnes, limitando ainda mais as possibilidades de elevações de preços a nível de produtor.

A abertura das exportações é esperada com ansiedade, uma vez que poderá provocar fortalecimento nas cotações, pois os preços a internacionais deverão ser mais atrativos em 1981, devido a redução estimada de 2% na produção mundial de carne suína e à crescente preferência do consumidor. A fixação de um preço mínimo, vista como inoportuna por grande parte, dos produtores, já começa a ser cogitada como uma saída viável para os próximos períodos de baixa nas cotações.

A formação de estoques reguladores de grão, principalmente milho, seria uma das medidas governamentais necessárias para que não ocorressem empecilhos no abastecimento do produto, como tem acontecido nos dois últimos anos.

No tocante ao crédito de investimento e custeio, a política vigente de restrições poderá implicar estagnação do setor, visto que o mesmo necessita de intensos recursos de capital face ao alto nível tecnológico praticado em alguns estados (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e ao processo de modernização que se verifica em outros estados (Rio de Janeiro e Espírito Santo).

A falta de infra-estrutura no parque frigorífico vem acarretando sérios problemas ao setor. Em alguns estados, como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso, a fiscalização federal é praticamente inexistente e os estabelecimentos abatedouros operam sem a mínima condição higiênico-sanitária, afetando o processo de comercialização do produto.

Caso não seja estabelecida uma política adequada para o setor, as perspectivas para a suinocultura nacional continuarão seguindo o padrão histórico, ou seja, para cada ano de déficit de produção e de preços remunerativos ao produtor, segue-se outro com superprodução e prejuízos à atividade.

(IEA, 14/11/1980)

QUADRO 120. - Preços Médios Reais ⁽¹⁾ Recebidos pelos Produtores de Suínos e Relação de Preços Recebidos Porco/Milho, 1978-80

Estado	Suíno (Cr\$/kg)			Relação de preço porco/milho		
	1978	1979	1980 ⁽²⁾	1978	1979	1980 ⁽²⁾
Minas Gerais	7,15	8,13	7,22	2,37	2,17	2,28
Espírito Santo	7,06	8,86	8,64	2,28	2,30	2,32
Rio de Janeiro	7,75	8,26	8,67	1,98	1,93	2,05
São Paulo	6,83	8,33	7,70	2,12	2,63	2,67
Paraná	4,95	6,02	5,85	1,78	2,21	2,12
Santa Catarina	4,85	5,74	5,63	1,63	1,77	1,83
Rio Grande do Sul	4,35	5,23	5,03	1,42	1,43	1,62
Mato Grosso	5,03	6,01	6,20	1,76	1,76	2,00
Mato Grosso do Sul	5,28
Goiás	5,92	6,72	6,57	2,32	2,13	2,12

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base 1979=100).

⁽²⁾ Preços referentes ao período janeiro-agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

6 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA

A agricultura da Região Centro-Sul, segundo estimativas preliminares de preços e produção, apresentou ganhos em valor real de 2,7% para a safra 1979/80. Esse desempenho deve ser atribuído às condições climáticas favoráveis, prevaletentes na Região Centro-Sul durante o ano, e aos preços vigentes considerados estimulantes, aliados a uma política de crédito adequada.

Para os cálculos do valor real da produção agrícola e comparação entre 1979/80 e 1978/79, utilizou-se como deflador o Índice "2" da Conjuntura Econômica, tendo sido considerada sua variação entre agosto de 1979 a julho de 1980.

Em termos correntes, o valor da produção próximo a Cr\$1,0 trilhão de cruzeiros apresenta um acréscimo de 100% (quadro 121).

Considerando-se a variação física da produção entre 1979/80 e 1978/79, observam-se as seguintes taxas de variação: Região Sudeste, 2,0%; Região Sul, 26,6%; Região Centro-Oeste, 13,4%. O Centro-Sul, como um todo, acusa variação de 12,7%.

A Região Sudeste apresenta decréscimo do valor da produção, em termos reais, de 5,9% e valor global superior a Cr\$476 bilhões, ou seja, 84,0% em valor corrente acima da estimativa para 1978/79. A Região Sul evidencia elevação em valor real de 12,6%, resultante de valor da produção de aproximadamente Cr\$437 bilhões (120,2% acima do estimado para 1978/79, em valores correntes). A Região Centro-Oeste mostra taxa real de acréscimo de 6,8% e valor global da produção superior a Cr\$133 bilhões; com relação ao ano anterior, o valor corrente do produto dessa Região elevou-se 108,9%.

Os produtos mais importantes para a composição do valor bruto da agricultura da Região Centro-Sul são: carne bovina (15,9%), soja (11,8%), milho (9,9%), café (9,7%), arroz (8,9%), leite (7,8%), cana-de-açúcar (7,7%), aves e ovos (6,9%) e trigo (3,4%). Esses produtos totalizam 82,0% do valor gerado pela produção agrícola dessa Região.

Para o valor bruto da agricultura da Região Centro-Sul em 1979/80, os estados contribuíram nas seguintes proporções: São Paulo, 25,4%; Paraná, 19,2%; Rio Grande do Sul, 15,3%; Minas Gerais, 14,2%; Santa Catarina, 7,3%; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 6,9%; Goiás, 5,8%; Rio de Janeiro, 3,0%; e Espírito Santo, 2,9%.

- Espírito Santo

Estimativas de preço e produção de 16 dos principais produtos do setor primário revelam decréscimo real do valor da produção da ordem de 1,9% (quadro 122). Em termos de quantidade produzida, tem-se variação de 12,8% para o total.

Os produtos vegetais cresceram somente 0,3% e os produtos animais decresceram 6,8%, em valores reais. Os primeiros contribuem com 70,2% para o total do valor da produção agrícola e os produtos animais com os 29,8% restantes.

O café continua ocupando destacadamente o primeiro lugar, respondendo por 45,9% do valor da produção agrícola. Seguem-se a ele a carne bovina, o leite e o feijão.

- Rio de Janeiro

Estimativas de valor dos 14 principais produtos agrícolas do Estado do Rio de Janeiro mostram crescimento real de 9,1% em 1979/80 (quadro 123). Em termos físicos, a produção cresceu 10,3%.

O valor total da produção situa-se acima dos Cr\$31,7 bilhões, 113,4% acima do observado em 1978/79. Os produtos vegetais respondem por 47,6% desse total e os produtos animais pelos 52,4% restantes. A cana-de-açúcar, o leite, a carne bovina, as aves e a laranja ocupam os cinco primeiros postos, participando com 81,0% no valor total da produção.

- Minas Gerais

Para a safra 1979/80, estimativas de produção e preços de 19 dos principais produtos da agricultura mineira sugerem um decréscimo real de 10,7% (quadro 124). Em termos físicos, a produção total decresceu 3,6%.

Os produtos mais importantes na composição da renda global para 1979/80 são: carne bovina (24,0%), café (14,2%), milho (12,4%) e leite (11,6%).

O valor global do setor é avaliado em, aproximadamente, Cr\$148,3 bilhões, 74,6% superior ao observado em 1978/79. Os produtos vegetais contribuem com Cr\$83,6 bilhões (crescimento real igual a -13,0%) e os produtos animais com Cr\$64,7 bilhões (crescimento real igual a -7,5%). Em termos percentuais, os produtos vegetais participam com 56,4% e os produtos animais com os 43,6% restantes.

- São Paulo

Em 1979/80, a agricultura paulista deverá experimentar decréscimo de 5,1% em termos reais no valor bruto de sua produção agrícola, de acordo com as estimativas referentes a 26 de seus principais produtos (5º levantamento de safras, IEA-CATI). Considerando-se a variação física da produção, a agricultura paulista experimenta elevação de 3,3% (quadro 125).

Os produtos vegetais apresentam, nestes dois últimos anos, crescimento real da ordem de -2,8% e os produtos animais de -9,8%.

Globalmente, a produção agrícola do ano é avaliada em, aproximadamente, Cr\$266,1 bilhões, 85,6% acima do valor estimado para 1979/80. Os produtos vegetais respondem por 68,5% desse total, enquanto os produtos de origem animal respondem pelos 31,5% restantes.

Quanto à importância relativa dos produtos, em termos de valor, verifica-se que a cana-de-açúcar ocupa o primeiro lugar, seguindo-se café, carne bovina, aves e ovos, leite e laranja. Esses produtos perfazem 73,8% do total da produção agropecuária do Estado.

- Paraná

Estimativas de produção e preço de 21 dos principais produtos do setor primário do Estado, referentes à safra 1979/80, indicam acréscimo do valor bruto da produção de 10,5% em valor real (quadro 126). Considerando-se somente a variação quantitativa da produção entre 1979/80 e 1978/79, tem-se acréscimo de 22,8%. Os produtos vegetais mostram variação de 13,5% enquanto os animais de 1,9%.

Em termos globais, o produto agrícola é avaliado em quase Cr\$200,6 bilhões, 116,1% acima do observado em 1978/79. Os produtos vegetais respondem por 75,9% da produção total e os de origem animal pelos 24,1% restantes.

Os produtos mais importantes na composição do valor da produção são: soja (23,0%), milho (14,7%), café (10,6%), carne bovina (9,7%) e trigo (8,6%).

- Santa Catarina

Para a safra 1979/80, estimativas de preço e produção de 17 dos principais produtos agrícolas do Estado sugerem acréscimo de 25,0% em seu valor real (quadro 127). Considerando-se somente a variação quantitativa da produção, tem-se uma variação de 35,2%. O milho ocupa o primeiro lugar, contribuindo com 23,0% para o valor global da produção agrícola. Seguem-se as aves para corte com 15,2%, a carne suína com 11,6%, a soja com 8,9% e o fumo com 6,6%.

O valor total da produção situa-se ao redor dos Cr\$76,2 bilhões, 144,6% acima do que foi gerado em 1978/79. Os produtos vegetais (Cr\$45,8 bilhões) são responsáveis por 60,2% desse valor e os produtos animais (Cr\$30,3 bilhões) pelos 39,8% restantes.

- Rio Grande do Sul

A agricultura gaúcha, segundo estimativas de preço e produção de 17 de seus principais produtos, na safra 1979/80, apresentou acréscimo de 10,0% em termos de valor real (quadro 128). Admitindo-se somente a variação física da produção, a preços de 1979/80, houve crescimento de 27,6%.

O valor da produção de origem vegetal cresceu 17,1% e o dos produtos de origem animal decresceu 5,8%, em termos reais.

Os itens mais importantes na composição do valor global são: soja (26,9%), arroz (16,3%), carne bovina (12,4%), milho (10,1%) e trigo (8,7%); esses produtos perfazem, juntos, 74,4% da produção gaúcha.

O valor global da produção agropecuária é estimado em, aproximadamente, Cr\$160 bilhões, 115,2% acima do observado em 1978/79. Os produtos vegetais contribuem com Cr\$117,6 bilhões e os produtos animais com Cr\$42,3 bilhões.

- Goiás

Dentre 13 dos principais produtos da agropecuária de Goiás, na safra 1979/80, o arroz ocupou a primeira posição, contribuindo com 27,8% para o valor total da produção agrícola. Seguem-se a carne bovina com 24,7%, o leite com 13,2%, o milho com 12,5% e a soja com 6,1%.

O valor global da produção atingiu cerca de Cr\$61,2 bilhões, correspondendo a

Cr\$31,3 bilhões, em valor real, com variação de apenas 0,7% em relação ao ano anterior (quadro 129). Considerando-se somente a quantidade produzida, a variação é de 9,3%.

Os produtos vegetais concorreram com 58,4% para o valor bruto da produção e os produtos animais com os 41,6% restantes.

- Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Para a safra 1979/80, estimativas de valor de 14 dos principais produtos agrícolas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul evidenciam acréscimo de 12,6% em termos reais (quadro 130). Em termos físicos, a agricultura matogrossense revela crescimento de 17,1%.

Os produtos vegetais apresentaram ganho da ordem de 23,3% em valor real, enquanto os produtos animais permaneceram com seu valor praticamente inalterado (acréscimo de 0,3%).

O valor global da produção agropecuária é avaliado em mais de Cr\$72 bilhões, sendo que a carne bovina, o arroz, a soja e o leite são os responsáveis por 85,4% desse valor.

(IEA, 27/11/1980)

QUADRO 121 - Valor Bruto da Agricultura da Região Centro-Sul, Estimativas para 1978/79 e 1979/80

Região fisiográfica e estado	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1979 1979/80	Variação percentual $\frac{1979/80}{1978/79}$		
	1978/79	1979/80		Corrente	Real	Física
Sudeste						
Minas Gerais	84.934.947	148.312.912	75.824.976	74,6	-10,7	- 3,6
Espírito Santo	15.727.856	30.167.981	15.423.380	91,8	- 1,9	12,8
Rio de Janeiro	14.871.467	31.739.467	16.226.802	113,4	9,1	10,3
São Paulo	143.353.353	266.123.418	136.055.597	85,6	- 5,1	3,3
Subtotal	258.887.623	476.343.778	243.530.755	84,0	- 5,9	2,0
Sul						
Paraná	92.830.597	200.599.918	102.556.708	116,1	10,5	22,8
Santa Catarina	31.155.784	76.195.993	38.955.201	144,6	25,0	35,2
Rio Grande do Sul	74.293.948	159.924.537	81.761.419	115,2	10,0	27,6
Subtotal	198.280.329	436.720.448	223.273.328	120,2	12,6	26,6
Centro Oeste						
Mato Grosso e						
Mato Grosso do Sul	32.725.663	72.088.385	36.855.187	120,3	12,6	17,1
Goiás	31.080.511	61.227.436	31.302.526	97,0	0,7	9,3
Subtotal	63.806.174	133.315.821	68.157.713	108,9	6,8	13,4
Total	520.974.126	1.046.380.047	534.961.796	100,8	2,7	12,7

Fonte: Dados secundários reunidos pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 122. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Espírito Santo, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ 1979/80
Cafê	162,0	198,0	2.618,00	4.196,00	sc.60kg	7.068.600	13.846.800	7.079.177
Carne bovina	48,8	46,3	740,50	1.445,00	arroba	2.409.093	4.460.233	2.280.294
Leite (milhão litros)	203,5	207,0	5,22	9,86	litro	1.062.270	2.041.020	1.043.471
Feijão	30,0	57,2	744,60	1.565,40	sc.60kg	372.300	1.492.348	762.963
Milho	190,9	227,3	241,80	366,00	sc.60kg	769.327	1.386.530	708.863
Aves para corte	20,4	23,5	31,70	46,40	quilograma	646.680	1.090.400	557.467
Banana	84,9	194,2	2.527,00	4.300,00	tonelada	214.542	835.060	426.924
Mandioca	697,8	408,3	785,35	2.000,00	tonelada	548.017	816.600	417.487
Carne suína	12,3	13,6	550,20	873,00	arroba	451.164	791.520	404.665
Arroz	52,7	57,9	424,20	768,80	sc.60kg	372.589	741.892	379.292
Cacau	11,9	10,6	787,50	1.005,00	arroba	624.750	710.200	363.090
Cana-de-açúcar	1.088,6	833,6	340,97	845,94	tonelada	371.180	705.175	360.521
Ovos (milhão dúzias)	22,8	25,3	16,10	24,40	dúzia	367.080	617.320	315.605
Tomate	50,1	47,5	6,51	10,90	quilograma	326.151	517.750	264.700
Laranja (milhão frutos)	207,0	132,8	52,90	75,10	cento	109.503	99.733	50.988
Batata	3,0	2,2	292,20	420,00	sc.60kg	14.610	15.400	7.873
Valor total da produção		(crescimento real = -1,9%)				15.727.856	30.167.981	15.423.380
Valor total da produção vegetal		(crescimento real = 0,3%)				10.791.569	21.167.488	10.821.878
Valor total da produção animal		(crescimento real = -6,8%)				4.936.287	9.000.493	4.601.502
Valor total da produção a preços 78/79		(crescimento físico = 12,8%)				15.727.856	17.734.292	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-ES) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 123. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio de Janeiro, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de
								1979 ⁽²⁾
								1979/80
Cana-de-açúcar	9.393,4	9.593,0	340,97	845,94	tonelada	3.202.868	8.115.102	4.148.846
Leite (milhão litros)	493,8	485,9	5,32	11,90	litro	2.627.016	5.782.210	2.956.155
Carne bovina	46,4	47,5	769,21	1.523,00	arroba	2.379.423	4.822.833	2.465.673
Aves para corte	73,2	112,0	26,36	41,00	quilograma	1.929.552	4.592.000	2.347.660
Laranja (milhão frutos)	2.625,6	2.822,6	56,42	85,50	cento	1.481.364	2.413.323	1.233.811
Tomate	97,5	118,4	8,58	12,80	quilograma	836.550	1.515.520	774.810
Arroz	82,4	84,1	425,40	754,00	sc.60kg	584.216	1.056.857	540.318
Banana (mil cachos)	31.423,0	31.389,0	18,50	32,00	cacho	581.326	1.004.448	513.524
Ovos (milhão dúzias)	25,1	35,2	16,29	25,75	dúzia	408.879	906.400	463.397
Carne suína	8,7	9,1	510,17	870,00	arroba	295.899	527.800	269.838
Mandioca	220,4	178,0	680,00	2.000,00	tonelada	149.872	356.000	182.005
Feijão	11,5	13,2	722,40	1.543,20	sc.60kg	138.460	339.504	173.571
Milho	54,8	45,7	256,80	366,00	sc.60kg	234.544	278.770	142.521
Batata	4,6	4,1	276,60	420,00	sc.60kg	21.206	28.700	14.673
Valor total da produção						14.871.175	31.739.467	16.226.802
Valor total da produção de origem vegetal						7.230.406	15.108.224	7.724.079
Valor total da produção de origem animal						7.640.769	16.631.243	8.502.723
Valor total da produção a preços de 1978/79						14.871.175	16.406.790	

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica, de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), EMATER-RIO, CEPA-RJ e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 124. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Minas Gerais, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ 1979/80
Carne bovina	386,8	391,8	720,42	1.360,00	arroba	18.577.230	35.523.200	18.161.236
Cafê	474,0	240,0	2.807,00	5.263,00	sc.60kg	22.175.300	21.052.000	10.762.835
Milho	2.608,2	3.016,8	223,80	366,70	sc.60kg	9.728.586	18.437.676	9.426.262
Leite (milhão litros)	1.892,0	1.971,0	5,07	8,74	litro	9.592.440	17.226.540	8.807.069
Arroz	659,4	832,4	436,80	814,00	sc.60kg	4.800.432	11.292.893	5.773.492
Feijão	210,8	386,7	771,00	1.682,00	sc.60kg	2.708.780	10.840.490	5.542.200
Aves para corte	168,0	182,0	28,46	42,00	quilograma	4.781.280	7.644.000	3.907.995
Cana-de-açúcar	7.330,9	8.003,0	340,97	845,94	tonelada	2.499.617	6.770.058	3.461.192
Mandioca	1.843,3	1.945,1	678,00	2.000,00	tonelada	1.249.757	3.890.200	1.988.865
Batata	404,5	454,5	268,80	440,00	sc.60kg	1.812.160	3.333.000	1.703.996
Ovos (milhão dúzias)	172,4	172,4	12,40	17,60	dúzia	2.137.760	3.034.240	1.551.255
Soja	195,0	263,1	333,00	541,90	sc.60kg	1.082.250	2.376.231	1.214.848
Algodão em caroço	69,3	107,1	154,50	246,60	arroba	713.790	1.760.724	900.170
Laranja (milhão frutos)	1.763,1	1.763,2	60,47	86,60	cento	1.066.147	1.526.931	780.643
Carne suína	21,2	23,0	492,65	850,00	arroba	696.279	1.303.333	666.329
Tomate	98,0	129,0	7,61	8,20	quilograma	745.780	1.060.260	542.058
Alho	12,5	16,0	34,51	54,00	quilograma	431.375	891.000	455.524
Trigo	12,3	15,9	324,00	710,40	sc.60kg	66.420	188.256	96.246
Amendoim	6,6	11,4	10,54	14,20	quilograma	69.564	161.880	82.761
Valor total da produção		(crescimento real = -10,7%)				84.934.947	148.312.912	75.824.976
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = -13,0%)				49.149.958	83.581.599	42.731.092
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 7,5%)				35.784.989	64.731.313	33.093.884
Valor total da produção a preços de 1978/79		(crescimento físico = - 3,6%)				84.934.947	81.865.515	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-MG), Instituto Brasileiro do Café (IBC), EMATER-MG, EPAMIG e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 25. - Estimativa de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de São Paulo, 1978/79 e 1979/80.

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real de 1979/80 (3) (Cr\$1.000)
	1978/79	1979/80(1)	1978/79	1979/80(2)		1978/79	1979/80(2)	
Cana-de-açúcar	63.460,0	70.650,0	340,97	807,56	tonelada	21.637.956	57.054.114	29.168.916
Café	508,8	451,8	3.200,00	6.000,00	sc. 60kg	27.136.000	45.180.000	23.098.275
Carne bovina	445,1	436,0	721,50	1.200,00	arroba	21.409.310	34.880.000	17.832.400
Leite (milão litros)	1.677,3	1.716,0	5,50	11,04	litro	9.225.150	18.944.640	9.685.447
Laranja	6.181,2	6.784,0	51,00	90,00	cx. 40,8kg	7.726.500	14.964.706	7.650.706
Ovos (milão dúzias)	597,7	674,0	13,25	20,00	dúzia	7.919.525	13.480.000	6.891.650
Aves para corte	327,1	375,0	19,50	32,00	quilograma	6.378.450	12.000.000	6.135.000
Milho	2.217,0	2.335,8	195,00	290,00	sc. 60kg	7.400.250	11.289.700	5.771.859
Soja	848,8	1.179,6	354,60	500,00	sc. 60kg	5.016.408	9.830.000	5.025.588
Algodão em caroço	507,3	457,0	170,00	270,00	arroba	5.749.400	8.406.000	4.297.567
Feijão	230,0	248,4	752,90	1.500,00	sc. 60kg	2.293.646	6.210.000	3.174.863
Arroz	307,0	413,4	430,20	780,00	sc. 60kg	2.206.926	5.374.200	2.747.560
Batata	520,0	480,6	370,00	543,00	sc. 60kg	3.207.900	4.349.430	2.223.646
Carne suína	63,7	66,5	514,50	870,00	arroba	2.184.910	3.857.000	1.971.891
Cebola	310,3	289,8	346,50	505,00	sc. 45kg	2.389.310	3.252.200	1.662.687
Amendoim	333,8	335,1	187,70	227,00	sc. 25kg	2.506.170	3.042.708	1.555.584
Tomate envasado	308,1	338,0	6,40	8,30	quilograma	1.971.840	2.805.400	1.434.261
Trigo	223,1	230,5	324,00	710,40	sc. 60kg	1.204.740	2.732.672	1.397.079
Linha de mesa	132,5	133,6	92,20	117,00	cx. 8kg	1.527.063	1.953.900	998.931
Tomate rasteiro	412,0	485,0	1,75	3,30	quilograma	721.000	1.600.500	818.256
Banana	614,1	681,8	1.500,00	2.000,00	tonelada	921.150	1.363.600	697.140
Tangerina	629,3	641,3	51,00	70,00	cx. 40,8kg	786.625	1.101.127	562.951
Linha	373,3	337,4	33,00	100,00	cx. 40,8kg	301.934	826.961	422.784
Mandioca	492,0	470,0	570,00	1.200,00	tonelada	280.440	564.000	288.345
Casulo	4,9	4,9	67,10	113,00	quilograma	328.790	553.700	283.079
Chá	41,0	42,1	4,20	6,60	quilograma	175.560	277.860	142.056
Mamonas	24,4	22,9	6,00	10,00	quilograma	146.400	229.000	117.076
Valor total da produção (26 produtos)				(crescimento real = -5,1%)		143.353.353	256.123.418	136.055.597
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = -2,8%)		95.907.218	182.408.078	93.256.130
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = -9,8%)		47.446.135	83.715.340	42.799.467
Valor total da produção a preços de 1978/79				(crescimento físico = 3,3%)		143.353.353	148.053.475	-

(1) Quinta estimativa de safras, junho de 1980.

(2) Estimativas preliminares, baseadas em informações até julho de 1980.

(3) Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica, de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 126. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Paraná, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ de 1979/80
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80	
Soja	4.000,0	5.400,2	357,00	513,00	sc.60kg	23.800.000	46.171.710	23.605.287
Milho	4.169,5	5.467,0	171,00	324,00	sc.60kg	11.883.075	29.521.800	15.093.020
Cafê	120,0	210,0	3.245,00	6.080,00	sc.60kg	6.490.000	21.280.000	10.897.400
Carne bovina	223,4	212,9	712,49	1.379,00	arroba	10.611.351	19.572.607	10.006.495
Trigo	1.621,4	1.450,0	324,00	710,40	sc.60kg	8.755.560	17.168.000	8.777.140
Algodão em caroço	468,8	556,3	160,95	275,20	arroba	5.030.224	10.206.251	5.217.946
Leite (milhão litros)	897,4	1.031,0	5,67	10,52	litro	5.082.258	10.846.120	5.545.079
Carne suína	191,5	218,5	363,90	687,00	arroba	4.645.790	10.007.300	5.116.232
Feijão	503,5	462,2	585,60	1.100,00	sc.60kg	4.914.160	8.473.667	4.332.162
Arroz	286,7	638,0	404,40	690,00	sc.60kg	1.932.358	7.337.000	3.751.041
Aves para corte	86,0	127,0	26,88	40,00	quilograma	2.311.680	5.080.000	2.597.150
Cana-de-açúcar	3.191,3	4.550,0	340,97	807,56	tonelada	1.088.137	3.674.698	1.878.689
Batata	615,9	521,8	185,40	372,00	sc.60kg	1.903.131	3.235.160	1.653.976
Ovos	105,0	110,0	15,04	25,60	dúzia	1.579.200	2.816.000	1.439.680
Mandioca	801,2	855,0	680,00	2.000,00	tonelada	544.816	1.710.000	874.238
Fumo	44,3	45,4	17,22	24,00	quilograma	762.846	1.089.600	557.058
Amendoim	70,3	80,1	6,92	10,30	quilograma	486.476	825.030	421.797
Tomate	37,5	44,5	8,57	15,87	quilograma	321.375	706.215	361.052
Laranja (milhão frutos)	446,2	417,6	76,92	110,00	cento	343.217	459.360	234.848
Cebola	35,7	21,2	6,78	12,00	quilograma	242.046	254.400	130.062
Banana (mil cachos)	6.776,0	5.500,0	14,30	30,00	cacho	96.897	165.000	84.356
Valor total da produção.		(crescimento real = 10,5%)				92.830.597	200.599.918	102.556.708
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 13,5%)				68.594.318	152.277.891	77.852.072
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 1,9%)				24.236.279	48.322.027	24.704.636
Valor total da produção a preços 1978/79		(crescimento físico = 22,8%)				92.830.597	114.013.503	-

(1) Estimativas preliminares baseadas em informações até agosto de 1980.

(2) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica, de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Departamento de Economia Rural (DERAL/PR), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/PR), Instituto Brasileiro do Café (IBC) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 127. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Santa Catarina, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ 1979/80
Milho	1.708,6	3.017,2	199,20	349,00	sc.60kg	5.672.552	17.550.047	8.972.462
Aves para corte	209,0	252,0	24,25	45,90	quilograma	5.068.250	11.566.800	5.913.527
Carne suína	187,6	197,0	353,55	676,00	arroba	4.421.732	8.878.133	4.538.945
Soja	425,1	742,0	328,20	548,00	sc.60kg	2.325.297	6.776.933	3.464.707
Fumo	139,9	144,0	20,84	35,00	quilograma	2.915.516	5.040.000	2.576.700
Carne bovina	58,5	56,0	666,20	1.338,00	arroba	2.598.180	4.995.200	2.553.796
Leite (milhão litros)	391,1	484,0	5,34	10,12	litro	2.088.474	4.898.080	2.504.143
Arroz	259,8	428,9	337,20	662,00	sc.60kg	1.460.076	4.732.197	2.419.336
Feijão	191,8	141,1	474,60	1.362,00	sc.60kg	1.517.138	3.202.970	1.637.518
Mandioca	1.121,0	1.630,9	490,00	1.800,00	tonelada	549.290	2.935.620	1.500.836
Batata	172,6	148,0	206,40	507,00	sc.60kg	593.744	1.250.600	639.369
Cana-de-açúcar	1.084,8	1.395,5	340,97	807,56	tonelada	369.884	1.126.950	576.153
Banana (mil cachos)	22.907,0	31.991,0	18,30	35,20	cache	419.198	1.126.083	575.710
Cebola	94,0	97,2	5,30	10,75	quilograma	498.200	1.044.900	534.205
Laranja (milhão frutos)	384,4	392,2	86,31	120,00	cento	331.776	470.640	240.615
Tomate	32,9	31,5	7,33	14,00	quilograma	241.157	441.000	225.461
Trigo	15,8	13,5	324,00	710,40	sc.60kg	85.320	159.840	81.718
Valor total da produção		(crescimento real = 25,0%)				31.155.784	76.195.993	38.955.201
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 38,1%)				16.979.148	45.857.780	23.444.790
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 9,4%)				14.176.636	30.338.213	15.510.411
Valor total da produção a preços 78/79		(crescimento físico = 35,2%)				31.155.784	42.115.733	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica, de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/SC), ACARESC e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 128. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio Grande do Sul, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ 1979/80
Soja	3.354,0	5.737,2	323,40	450,00	sc.60kg	18.078.060	43.029.000	21.998.576
Arroz	1.675,0	2.295,6	344,40	680,00	sc.60kg	9.614.500	26.016.800	13.301.089
Carne bovina	247,2	233,0	687,65	1.275,00	arroba	11.332.472	19.805.000	10.125.306
Milho	1.853,6	3.100,0	222,60	311,40	sc.60kg	6.876.856	16.089.000	8.225.501
Trigo	982,0	1.169,0	324,00	710,40	sc.60kg	5.302.800	13.840.960	7.076.191
Leite (milhão litros)	912,4	912,4	6,42	11,72	litro	5.857.608	10.693.328	5.466.964
Aves para corte	148,0	166,0	22,97	42,20	quilograma	3.339.560	7.005.200	3.581.408
Carne suína	112,5	118,0	326,47	616,00	arroba	2.448.525	4.845.867	2.477.450
Fumo	143,0	149,1	21,76	30,60	quilograma	3.111.680	4.562.460	2.332.558
Mandioca	2.469,3	2.214,2	490,00	1.720,00	tonelada	1.209.957	3.808.424	1.947.057
Cebola	150,7	150,1	8,00	14,60	quilograma	1.205.600	2.191.460	1.120.384
Batata	417,0	299,4	238,20	431,00	sc.60kg	1.655.490	2.150.690	1.099.540
Feijão	136,7	80,5	572,00	1.424,00	sc.60kg	1.303.207	1.910.533	976.760
Laranja (milhão frutos)	1.852,2	1.826,9	70,38	87,00	cento	1.303.578	1.589.403	812.582
Tomate	79,5	50,0	8,30	17,90	quilograma	659.850	895.000	457.569
Cana-de-açúcar	1.496,0	988,1	340,97	807,56	tonelada	510.091	797.950	407.952
Banana (mil cachos)	7.859,0	7.505,0	5,60	8,40	quilograma	484.114	693.462	354.532
Valor total da produção		(crescimento real = 10,0%)				74.293.948	159.924.537	81.761.419
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 17,1%)				51.315.783	117.575.142	60.110.291
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = -5,8%)				22.978.165	42.349.395	21.651.128
Valor total da produção a preços 1978/79		(crescimento físico = 27,6%)				74.293.948	94.820.425	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-RS), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 129. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Goiás, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ 1979/80
Arroz	1.151,1	1.460,3	384,60	700,00	sc.60kg	7.378.551	17.036.833	8.710.081
Carne bovina	165,8	169,2	674,50	1.340,00	arroba	7.455.473	15.115.200	7.727.646
Leite (milhão litros)	767,0	767,0	5,43	10,51	litro	4.164.810	8.061.170	4.121.273
Milho	1.780,8	1.750,1	184,80	263,00	sc.60kg	5.484.864	7.671.272	3.921.938
Soja	282,4	456,7	337,20	490,00	sc.60kg	1.587.088	3.729.717	1.906.818
Carne suína	41,3	44,0	412,80	780,00	arroba	1.136.576	2.288.000	1.169.740
Banana (mil cachos)	25.146,0	27.909,0	26,60	57,60	cacho	920.344	1.607.558	821.864
Feijão	72,3	36,2	793,80	2.100,00	sc.60kg	956.529	1.267.000	647.754
Mandioca	265,4	321,8	1.200,00	3.800,00	tonelada	318.480	1.222.840	625.177
Algodão em caroço	61,3	62,9	169,05	268,00	arroba	690.851	1.123.813	574.549
Cana-de-açúcar	1.111,3	1.231,9	340,97	807,56	tonelada	378.920	994.833	508.608
Tomate	43,3	47,5	10,14	19,00	quilograma	439.062	902.500	461.403
Laranja (milhão frutos)	186,7	206,7	90,50	100,00	cento	168.963	206.700	105.675
Valor total da produção		(crescimento real = 0,7%)				31.080.511	61.227.436	31.302.526
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = -0,2%)				18.323.652	35.763.066	18.283.867
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 2,0%)				12.756.859	25.464.370	13.018.659
Valor total da produção a preços de 1978/79		(crescimento físico = 9,3%)				31.080.511	33.985.728	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário (CEPA-GO) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 130. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 1978/79 e 1979/80

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1979 ⁽²⁾ 1979/80
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	Unidade	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	
Carne bovina	282,4	290,2	720,00	1.400,00	arroba	13.555.200	27.085.333	13.847.377
Arroz	1.432,6	1.678,5	339,60	711,70	sc.60kg	8.108.516	19.909.807	10.178.889
Soja	853,2	1.441,2	339,00	490,00	sc.60kg	4.820.580	11.769.800	6.017.310
Leite (milhão litros)	261,1	261,1	6,38	10,70	litro	1.665.818	2.793.770	1.428.315
Mandioca	839,8	589,3	1.200,00	3.800,00	tonelada	1.007.760	2.239.340	1.144.863
Feijão	55,0	62,4	789,60	1.800,00	sc.60kg	723.800	1.872.000	957.060
Milho	255,5	331,0	196,80	306,00	sc.60kg	838.040	1.688.100	863.041
Trigo	70,0	141,6	324,00	710,40	sc.60kg	378.000	1.676.544	857.133
Algodão em caroço	76,5	74,0	155,40	242,00	arroba	792.540	1.193.867	610.365
Cana-de-açúcar	779,5	1.236,0	340,97	807,56	tonelada	265.786	998.144	510.301
Amendoim	32,7	37,3	6,87	9,40	quilograma	224.649	350.620	179.254
Banana (mil cachos)	10.960,0	10.660,0	15,00	26,00	cacho	164.400	277.160	141.698
Tomate	8,2	7,2	10,00	19,00	quilograma	82.000	136.800	69.939
Laranja (milhão frutos)	113,8	97,1	86,62	100,00	cento	98.574	97.100	49.642
Valor total da produção		(crescimento real = 12,6%)				32.725.663	72.088.385	36.855.187
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 23,3%)				17.504.645	42.209.282	21.579.495
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 0,3%)				15.221.018	29.879.103	15.275.692
Valor total da produção a preços 1978/79		(crescimento físico = 17,1%)				32.725.663	38.377.510	

⁽¹⁾ Informações preliminares baseadas em informações até julho de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica de agosto de 1979 a julho de 1980.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-MT) e CEPA/MS e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL

Coordenação:

Natanael Miranda dos Anjos
Afonso Negri Neto
Antonio Ambrosio Amaro
Francisco Alberto Pino
Ismar Florêncio Pereira
Mauro de Souza Barros
Minoru Matsunaga
Nelson Batista Martin
Paul Frans Bemelmans
Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Salomão Schattan

Editoração:

Antônio Augusto Botelho Junqueira
Celuta Moreira Cesar Machado
Manoel Joaquim Martins Filho

Comissão Editorial:

Ismar Florêncio Pereira
Antônio Augusto Botelho Junqueira
Francisco Alberto Pino
Paul Frans Bemelmans
Paulo David Criscuolo
Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Sebastião Nogueira Junior

Datilografia:

Adnea Ali Fakih
Elaine Orso
Wilson Roberto de Paulo Cardoso

Capa:

Silvia Monteiro
Desenho: Cândido Portinari

EQUIPE TÉCNICA

Estimativa de Custo Operacional:

Minoru Matsunaga
Nilda Tereza Cardoso de Mello
José Roberto Viana de Camargo
Richard Domingues Dullely
Denise Chabaribery
Roberto de Assumpção

Política Agrícola:

Alceu de Arruda Veiga Filho
Elcio Umberto Gatti
Gabriel Luis Seraphico Peixoto da Silva
José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira
José Sebastião de Lima
Luiz Carlos Assef
Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Elisa Benetton Junqueira
Nelson Batista Martin
Nelson Kazaki Toyama
Regina Junko Yoshii

Mercado de Fatores:

Defensivo: Celia Regina R. P. Tavares Ferreira
Antonio José Braga do Carmo
Fertilizante: Celia Regina R. P. Tavares Ferreira
Terra: Antonio José Braga do Carmo
Trabalho: Ana Elisa Brito Garcia
Malimíria Norico Otani
Maria Carlota Meloni
Sergio Gomes Vassimon
Trator: Antonio José Braga do Carmo
Semente: Ana Maria Futino
Maria Carlota Meloni

Mercado de Produtos:

Algodão: Sebastião Nogueira Junior
Arroz: Maria de Fátima Packer
Michael David Holzacker
Café: Maria de Lourdes do Canto Arruda
Cana-de-açúcar: Alceu de Arruda Veiga Filho
Feijão: Alfredo Tsuneshiro
Marisa Zerbetto
Valquiria da Silva
Mandioca: Paulo Augusto Wiesel
Milho: Alfredo Tsuneshiro
Marisilda Nabhan
Roxana Maria Moraru Topel
Oleaginosas: Domingos Desgualdo Netto
José Luiz T. Marques Vieira
José Roberto Vicente
Tomate: Lídia Hatue Ueno
Trigo: Ana Maria Futino
José Ricardo C. de Mello Junqueira
Frutas: Vitoria da Silva P. Biller
Avicultura: Nelson Giulietti
Pecuária de Corte: Clotilde Cantos
Pecuária de Leite: Flavio Loureiro Paes Junior
Yuly Ivete Miazaki de Toledo
Suinocultura: Clotilde Cantos

Desempenho da Agricultura:

Rosa Maria Pescarin Pellegrini
Abel Ciro Miniti Igreja